

BRUNO

PORTUGAL E A GUERRA DAS NAÇÕES

França, etc. — Portugal na balança da Europa. A paz perpetua. A alliança franco-russa. A reconstituição financeira de de Witte. O nihilismo moscovita. A questão do Oriente. Portugal e a Russia. A guerra russo-japoneza. O raskol. Idealismo e positivismo. A nova Russia.

Inglaterra, etc. — Formação da hegemonia britannica. A questão de Cuba. A guerra hispano-americana. O carlismo hespanhol. A conquista de Portugal pela Hespanha. Castelar e a democracia portugueza. A negociação de Setubal. O Japão e Portugal. Portugal e os Estados Unidos. Portugal e a Catalunha. O movimento mental e politico da Hespanha contemporanea. A sciencia da historia. **Conclusão** — O regime e a conservação colonial. A alliança ingleza.

PORTO
LIVRARIA CHARDRON

de Lello & Irmão, editores

R. das Carmelitas, 144

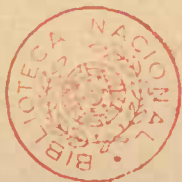
—
1906

no 8^{ma}

José Batalha Reis

Off.
o editor

PORTUGAL E A GUERRA DAS NAÇÕES



96-4000

DO MESMO AUCTOR

(Pela mesma casa editora)

<i>Notas do exílio</i> , 1893, 1 vol.	600
<i>O Brazil mental</i> , 1898, id.	800
<i>A idéa de Deus</i> , 1902, id.	800
<i>Os modernos publicistas portuguezes</i> , 1906, 1 vol. . .	800

A entrar no prélo :

A questão religiosa, 1 vol.

BRUNO

PORTUGAL E A GUERRA DAS NAÇÕES



PORTO
LIVRARIA CHARDRON
de Lello & Irmão, editores
R. das Carmelitas, 144

—
1906



OFERTA
305305

72

50
33548

Propriedade absoluta dos editores

Porto — *Imprensa Moderna*

NB 200612

Anteloquio, pitadeando, chamavam ás vezes os antigos ao que, cigarreando, os modernos denominam introducção; e, de meu anterior tomo (*Os modernos publicistas portuguezes*) preliminarmente discorrendo, disse eu que introducção esse volume devera considerar-se, tão só e meramente, a dois mais.

A um d'esses tomos me reporto em linhas que abaixo se topam e que, na sua referencia, me parece merecem cuidada attenção.

Quanto ás questões politicas, ventiladas nas paginas que se seguiram d'esse livro de *Os modernos publicistas portuguezes*, em seu preambulo alludido registrei que se conjugavam outrosim com doutrina varia expendida no meu livro do *Brazil mental*, cujo fito marcara a revis-

ta italiana que d'elle escrevera, dizendo : *Scopo dell'autore é quello di combattere pregiudizie e antipatie mutue fra i due paesi etc.* Esse livro do *Brasil mental*, frisei então que haveria de completar-se pelo seu annunciado remate do *Brazil social*, e agora addito que tal remate, a seu turno, precedido terá de ser de volume particularizado sobre *Os modernos escriptores brazileiros*. Mas quando?

Entretanto, o outro d'aquelles dois volumes, precisamente apontados já n'essa introduccão d'esse de *Os modernos publicistas portuguezes*, especificadamente annunciado era (*Portugal e a guerra das nações*).

Este é, cuja balisa chronologica se delineou a conferencia de Algeciras. Do outro, então já em preparação (*O problema*

nacional), pela conclusão d'este se sabe desde agora qual seu introito seja.

Mas subsidiariamente convem advertir que minha mente é intercalar em programmatisada sequencia um livro cujo projecto téqui ainda não memorei, sobre *A questão religiosa*.

Assim dado me seja certificar com a conclusão effectuada a ideada concepção!

Porto — 1906.

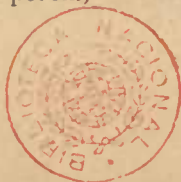
J. Pereira de Sampaio.



França, etc.

Portugal na balança da Europa, em conjuncto, em 1830 e em Londres, o pezou Almeida Garrett; e, detalhadamente, em paragraphos idoneos, o afe-riu para com a Hespanha; a Italia, a Grecia; Napo-les e Piemonte; Russia, Prussia e Austria; a Ame-rica do Norte; o Brazil; a França; os Paizes-Baixos; a Inglaterra; a Dinamarca; a Suecia. Sob o incle-mente desfavor da distancia immensa que vai de um grandissimo talento a uma simples boa-vontade, que, buscando acertar, limita a ambição no afan de ser util, *Portugal e a guerra das nações* em 1906, no Porto, de conjuncto e detalhadamente, desejo meu é que, tanto quanto possivelmente em minhas for-ças, se reduza a um cotejo das condições de inter-dependencia que ao nosso paiz o ligam com a Fran-ça e a Inglaterra.

A consideração, porém, da França traz consigo



como forçoso corollario a consideração da Russia; e á consideração da Russia se prende immediatamente a do Japão. Assim tambem á consideração da Inglaterra se associa a do Transwaal.

Logo, reportando-nos a nós mesmos, é evidente que não podemos prescindir de uma attenção demorada na Hespanha. Mas pensar na Hespanha o mesmo importa a lembrança suggestionada e suggestionante dos Estados-Unidos e Cuba, por um aspecto das multiplas faces da questão; por outro lado por que ella se encare, de Marrocos, o que logo conduz a meditação reflexa para a Italia, para a Turquia, para o mundo todo.

Em 1830 e em Londres, Almeida Garrett correlacionou as suas ponderações com todo o desenvolvimento historico da civilisação geral desde Carlos v e a precedente descoberta da America até o primeiro quartel do seculo em que elle vivia. Em 1906 e no Porto, não abrangerei espaço d'ambito assim amplo; aqui tambem me reduzirei, limitando congeneremente o horizonte da inquirição.

A dupla-alliança (França-Russia) será o ponto de partida do ensino modesto, com a data tomada por baliza e com o facto escolhido por nucleo do debate concatenando datas proximamente anteriores e factos, precedentes ou posteriores, subsidiarios ou complementares indispensaveis á formação d'um juizo integral.

Este programma de investigação não é de hoje que em mente o bosquejo e já em 1899 cuidava eu

que tal deveria ser assim, para o thema a ventilar, o methodo de estudo que convinha que se empregasse.

Já então pensava que, primeiro que tudo, cumpria fixar a situação moral internacionalmente occupada pela França.

E, todavia, já então era vulgar ouvir dizer que a França tem decabido muito da superioridade mental que, entre os povos civilisados, a distinguiu durante mais de dois seculos. Abatida politicamente, e quasi que reduzida ás proporções d'uma potencia de segunda ordem, tambem se lhe contesta a hegemonia espiritual.

O facto, persistente, da diminuição da sua natalidade parece confirmar as presumpções d'aquelles que julgam estructural e como que irremediavel essa derogação collectiva. Na mesma França apparecem biologos, a conclamar, como o snr. Vacher de Lapouge, o motivo intrinseco, por selecção regressiva, de tão generica diminuição de vitalidade.

Mas de longa data essa supposta decadencia especifica vinha sendo assignalada, nas obras, mais ou menos mal humoradas, de escriptores, por varia razão dissidentes.

Até mesmo entre nós, já desde 1865 que o philosopho Pedro d'Amorim Vianna se baseava, para analogas asserções, nas tabellas, successivamente mais tolerantes, da isenção do serviço militar em França.

Geralmente, e nas altas expressões da mentali-

dade social, argumentava-se e argumentava-se com a diminuição do índice dos engenhos. Constatava-se o desaparecimento das grandes personalidades que encheram de assombro o mundo. Via-se que não succedera uma geração scientifica comparavel áquella, deslumbrantissima, que contara, em suas fileiras, capacidades taes que attingiram o ponto extremo que se conceba para o genio humano.

Na astronomia, um Laplace. Na analyse mathematica, um Lagrange. Na zoologia, Lamarck e Cuvier. Jámais se possa pensar em exemplares que excedam estes?

Depois, os creadores especiaes, os renovadores parcellares, aquelles que inventam e aquelles que descobrem, taes como na teratologia Isidoro Geoffroy Saint-Hilaire, na linguistica Emilio Burnouf.

As sciencias historicas fôram completamente renovadas pelo genio francez. Elle se manifestou pela solercia do impeto narrativo, mais quente e natural; pela glacial derivação dogmatica; pela profunda penetração psychologica. E nenhuma litteratura no mundo póde reivindicar-se d'uma tão vasta e alta gloria, interpretativa e critica, como a que fique definida pela simples enumeração dos tres nômes de Thierry, Guizot e Michelet.

As sciencias sociaes renovaram, generalisadas e humanisadas, o criterio, exclusivo e secco, da economia classica ingleza; Fourier enxergou os horizontes futuros pela critica do commercio, como Saint-Simon os descobriu pela critica da industria.

As aspirações de ideal justiça encontravam nos dominios da arte a representação mais flagrante e incisiva; e o entendimento da crise moral, subjacente no mercantilismo hodierno da sociedade burguesa, era levado até ao mais recondito de sua emaranhada trama.

É curioso que fôsse uma mulher aristocrata, e oriunda, morganaticamente, de casas realengas quem creasse o modelo primario da novella socialista, George Sand. E, concordantemente, interessante é tambem que a comedia-drama do capitalismo tivesse a sua expressão philosophica n'um fidalgote provinciano, catholico e realista, Honoré de Balzac.

A' confusa anarchia de todas estas suggestões e de todas estas comprehensões, dominou-a, com mão de ferro, organisando em conjuncto o disperso, uma das mais poderosas cabeças syntheticas que assombram no desenvolvimento critico da humanidade. Tem-se dito até que, desde que o homem é homem, só dois genios assim appareceram no conflicto da vida e no combate das ideias. Um fôra o grego Aristoteles; o outro seria este francez, Augusto Comte.

Se a França, porém, não nos apresenta hoje senão uma galeria de pequenos retratos; tudo, politicos, historiadores, poetas, musicos, estatuarios, pintores: *minores*, o que passa despercebido é que essa evidente decadencia não é peculiar da França. O que, ainda uma vez, mesmo no infortunio, da França faz a grandeza é que só n'ella se attenta. Porquanto, a decadencia em que se repara não é exclusiva da

França; antes, feliz ou infelizmente, é geral, da Europa; até, de todo o mundo civilizado.

A raça eugénica extinguiu-se por toda a parte: os grandes felinos, como Bismark ou Napoleão; os ursos das cavernas, como Nicolau II, Mehemet-Ali; as aguias e os abutres, desde os que pairam no azul das utopias até os que esgaravatam no esterco das superstições, desde o padre Lamennais até ao cardeal Antonelli. Se na França não ha já hoje chimicos como Lavoisier, tambem na Allemanha não apparecem philosophos como Kant; e, atraz de seu feretro, não seguiu em Londres discipulo algum que sequer tentasse equiparar-se, na abundancia dos factos e na perspicacia da analyse, a Carlos Darwin.

A estirpe dos heroes findou. Se, por suspeições de ordem economica, um Abraham Lincoln, emancipando os escravos, ainda é intelligivel á mediocridade do sentimento moral contemporaneo, já um José Garibaldi, abalançando-se com seu punhado de voluntarios a atacar o Summo Pontificado, defendido mais do que pelas bayonetas francezas pelos seculares fanatismos, resulta coisa quasi inconcebivel; parece mytho, radiante e chimerico.

Ora, aqui é que poderia marcar-se, em alguma maneira, certo traço especifico da decadencia franceza.

Por especial snobismo das altas classes sociaes alli, creou-se um genero especial de neo-catholicismo, elegante e amaneirado, que alastrou pela Europa latina.

Uma reacção de jesuitismo se espalhou, primeiro pela Hespanha, mercê do accidente politico da restauração de Sagunto. Depois, em nossos modernos dias, por Portugal, graças a um motivo individualista, cuja alta suggestão é do conhecimento de todos.

A este respeito, das nações latinas, aquella que manteve — exclusivamente, até ha pouco — firme e alto, os lemmas da autonomia da consciencia e da preponderancia da sociedade civil foi a Italia, pois que a sua monarchia não pôde permanecer em Roma, feita capital, sem estar em cheque, de todo o momento, com o chefe da catholicidade, cujo poder temporal essa monarchia aboliu, conquistando Roma a tiros de metralha.

De maneira que succede esta coisa inesperada: que a França da *Encyclopedia* foi até agora o baluarte do ultramontanismo, e que a Italia do *Syllabus* se tornou, até á separação da Igreja do Estado em França, o Estado regalista por excellencia.

Este fôra, na verdade, o triste defeito moral da França contemporanea; o clericalismo corrompeu de tal maneira o espirito de certa mocidade franceza que se tornou possivel esta monstruosidade: de, a quando do caso Dreyfus, se poderem produzir, com plausibilidade, receios de que, á hora menos pensada, a sineta de prata de Saint-Germain-l'Auxerrois voltasse a badalar, pelo calado da noite, chamando os fieis catholicos a uma nova Saint-Barthélemy... de judeus, então.

Um minuto, que deveria ser culminante, solenne e consciente nos fastos da democracia republicana franceza contemporanea, foi, pelo contrario — e tipicamente — um minuto baço e pardo. Se algum relevo demonstrou, foi no reverso, anfractuoso e hostil. Queremos fallar da commemoração da grande Revolução, em 1889.

Deveria ser uma ampla manifestação das liberdades novas contra os velhos abusos; o protesto da plebe cosmopolita contra as cosmopolitas aristocracias; a revindicação moral da liberdade oppressa em contra da tyrannia dominante.

Não foi nada d'isso; não teve sentido nem caracter: não passou d'uma festarola, grandiosa e mesquinha, banal, um bazar, uma feira. Alli onde, no mesmo Campo de Março; onde o entusiasmo augusto da burguezia, generosa, dos primeiros tempos realisara esse magestoso jubileu da Grande-Federação: alli o chatinismo da burguezia capitalista dos ultimos tempos não concebeu mais do que um mercado internacional, uma exposição de machinaria, um conglomerado de restaurantes e de cosinhas exóticas.

Se um Estado imaginara, illudindo-se, qualquer sentido critico a essa festa de 1889, esse Estado foi a cesarista e feudal Allemanha, que se recusou, officialmente, a tomar parte na exposição, por isso que ella era o contraponto moderno da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Mas o Estado francez, esse, procedeu com uma inintelligencia rara da

situação historica; e, assim, tendo-a recusado tantas vezes, foi, desastadamente, escolher e aproveitar esse ensejo, que devia ser meticulosamente puro, para permittir licença á introdução em Paris do espectáculo, grosseiro e inferior, das corridas de touros.

D'est'arte se vingou a Hespanha, sem dar fé, aliás, d'outra e mais grave inconsciencia franceza, que se produzira já na anterior exposição de 1878, a qual marca, comtudo, o decisivo radicamento da republica em França.

Essas exposições realisam-se no Palacio chamado das Nações, elegante americanismo, de tijolo, ferro e vidro, que se construiu em 1877, nas alturas de Passy, precisamente no ponto a que foi dado o nome de Trocadéro. Ao palacio costuma chamar-se tambem o palacio do Trocadéro.

Ora, que nome é este de Trocadero? E' o nome, hespanhol, d'um forte da bahia de Cadiz.

E, por que foi elle applicado a esse monticulo de Paris? Para commemorar a victoria, ganha pelos francezes, sobre os hespanhoes, em 1823. Fôra quando Châteaubriand commetteu o seu grande attentado liberticida, a favor do ignobil rei Fernando VII; e, ainda para aggravar a sua situação moral, sustentou que a guerra da Hespanha não fôra imposta á França; que ella era necessaria á sua honra e á sua independencia; que cumpria dar á bandeira branca o lustre militar que lhe faltava. Para isso, commandados pelo duque d'Angoulême, invadiram a

hespanha os *100:000 filhos de S. Luiz*. A liberdade castelhana cahiu definitivamente no Trocadero, defendido por 14 ou 15 mil dos liberaes andaluzes.

A Portugal chegou o recochete d'esse enorme crime da «Santa Alliança»; houve a campanha da poeira; o snr. D. João vi partiu para Villa Franca; as côrtes foram expulsas; e os maiores nômes da aristocracia portugueza reclamaram durante dias, nas columnas da folha official, a honra de se haverem atrelado aos varaes do coche do monarcha, cujos *inauferiveis direitos* esses timbravam em manter.

Não ficou só a inconsciencia da designação d'esse palacio de Passy. Perto se fez a reproducção, em cimento, da prisão do Templo, com seus minaretes e torreões; e aos visitantes se explicava, pormenorizada e ao vivo, a lenta agonia do «bom» rei Luiz xvi. No *boulevard*, installara-se uma exposição de figuras de cêra, que ficou celebre, o Museu Grévin; e deu-se a preferencia a representações de conjuncto das scenas lancinantes do drama revolucionario, a marcha da rainha para a guilhotina, o passeio atroz da cabeça romanesca da princeza de Lamballe, espetada da ponta d'um chugo, na lucilante aureola da sua loura côma.

Estas contradicções demonstram a exacção do asserto que aventamos então. A nosso parecer, derivaram da causa geral que deixámos apontada; e é ainda essa causa, que se nos perfigurou proporcionar uma situação constrangida, pelo menos, ao Es-

tado republicano francez na magna questão, de complexo interesse humano, que se ventilava á data.

Exporemos as razões que nos conduziram a conjectura semelhante.

A systematica depravação do criterio, politico e social, da mocidade franceza, proseguida e quasi que levada a cabo pelo ensino congregacionista, tornara-se, mesmo, tão flagrante e evidente que acabou por alarmar as quietas tranquillidades dos homens-de-Estado, ainda os mais repousados e conservantistas.

Depois que Gambetta deitou o seu pregão famoso de que: — *O clericalismo, eis o inimigo*, — um dos mais eminentes cultôres da sciencia positiva em França, o mallogrado Paulo Bert, deu-se a reproduzir e fundamentar os agravos classicos contra a moral e a educação dos jesuitas. Veio a organizar-se um corpo de lei tendente a salvar os espiritos do enleio dos maldosos sortilegios d'uma educação supersticiosa e fanatica; mas a reacção foi não só violenta como constante, e em 1899 o ruidoso artigo 7.º das leis Ferry era, em todo o percurso do paiz, letra extincta e morta.

Entrara nos costumes, afinal, o scepticismo pelas possiveis conquistas do progresso moral. Uma galhofa commum apoderara-se de verdades longamen-

te respeitadas. Exercia-se o *espírito* sobre as aspirações da justiça. A litteratura ricanava, como na comedia onde, com jubilo, se qualifica o republicanismo de inevitavel e passageiro sarampo. A chacota generalisou-se; varios cynicos a transportaram para Portugal, por exemplo. Assim, tornou-se moda a jogralidade de grifar na imprensa os «inmortaes principios». E, todavia, esses *immortaes principios* eram precisamente o que dava character e personalidade á França. Abdicando dos *immortaes principios*, a França moderna faria esta simples coisa: renegar-se-hia.

Se isto não aconteceu, por honra da democracia franceza, é certo que, infelizmente, o mal alastrou, sobretudo pelas classes burguezas, que dominam e imprimem o tom na sociedade capitalista em via de integral desenvolvimento. De modo que esta lacuna tornou-se sensível a todos os espiritos que se occupam a sério dos problemas sociaes. O mais slavo de todos os romancistas russos, o poderoso Dostoiewsky, desde as paginas da sua novella de *Podrostok* (A creança), descobre esta que chama a chaga da França; e, observando que «a nação genial», como elle a designa, principiou, desde os seus grandes desastres militares de 1870, uma «vida para a desforra», concordante e persistente, acaba Dostoiewsky por perguntar se esta palavra de «desforra», a qual re-tumba d'um extremo da França a outro, será bella de per-si-mesma?

Claramente que a resposta vae já contida na per-

gunta; e occasião tinha de surgir em que essa replica negativa haveria de adquirir relevo e destaque.

Apparecera n'esse anno com a inopinada proposta, feita pelo tzar Nicolau II, para a reunião d'uma conferencia internacional destinada a realisar finalmente a utopia da paz perpetua.

Como preliminar indispensavel para a extincção das guerras, impunha-se desde logo a necessidade immediata do desarmamento geral.

Mas o que significaria para a França o desarmamento n'esse instante historico? Significaria, claro é, o abandono, por completo, de toda e qualquer ideia de desforra. E isto destruiria, de manifesto, a unica ideia collectiva que preside, de conjuncto, à vida moral da nação franceza.

D'aqui derivaram as tergiversações, as evasivas, os tristes sophismas em que abundou a imprensa periodica de França, desde que appareceu essa mystificante surpresa do alvitre do tzar. Porque, por outro lado, seria abusivo, no inverosimil, que a democracia franceza desfechasse a ridicularisar a utopia da paz perpetua, a fazer a apotheose da guerra, ella que tão grande celeuma levantou e levanta contra a phrase em francez com que o principe de Bismarck synthetisou a brutalidade da sua politica: *La force prime le droit*.

A França está, a este respeito, dissemol-o com sinceridade, n'uma posição falsa, mesmo n'uma das posições mais singularmente falsas que o absurdo

das manigancias diplomaticas jámais lograra determinar para uma sociedade politica.

Um dos brilhantes redactores da imprensa republicana de Paris sentiu o constrangimento em que a França se encontrava. Declarou que ella estava, perante a proposta russa, na situação do burro de Buridan, entre dois feixes de palha. Escreveu assim:

A França consentirá ou não consentirá? Se consente, isto é, se abandona, para sempre e definitivamente, a Alsacia e a Lorena, deshonra-se, avilta-se, e a Allemanha fia dias do ouro e seda. Se recusa, subordinando o seu consentimento á restituição pelo ladrão dos bens roubados, Guilherme mandará eserever, por canto e quina: «Ora vejam bem que é a França quem quer a guerra. Similhante povo é incorrigivel. Unamo-nos, pois, todos contra elle».

Por mais que se faça, não se póde, em boa logica, ainda hoje em dia, sahir das garras d'este dilemma, que um propagandista popular, o snr. Amédée Saint-Ferréol, qualificou então de «ganchudo». Mas elle comprehendia ainda uma maior extensividade.

Pouco importava o que da França pensasse ou dissesse Guilherme; o que importa, essencialmente, para o conceito hegemonico da França, é o que, das suas contradicções, aquilatem, no juizo d'ella, aquelles pensadores que, no presente e no futuro, interpretam a consciencia livre da humanidade.

Regeitando o desarmamento, oppunha-se a França ao projecto da paz perpetua; e a paz perpetua é

a conclusão ultima dos principios fundamentaes da Revolução franceza, é o corollario legitimo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Quando a Assembleia Nacional resolveu a guerra contra a Austria, ella votou o decreto apresentado por Gensonné, em que declarou que a nação franceza, «fiel aos principios consagrados pela sua Constituição», não pôde reprehender guerra alguma de nação contra nação. Mas o pensamento da Assembleia, o verdadeiro e profundo pensamento da França de então, isto é da França da Revolução, mórmente da França da Republica, Merlin de Thionville acabava de o exprimir n'aquellas palavras celebres, que o historiador Luiz Blanc põe em versaletes, como eminentemente, diz elle, bellas: «Votemos a guerra aos reis e a paz ás nações».

Comprehende-se que se não exigisse já da França d'esse 1899, alliada do autocrata de todas as Russias, que ella votasse a guerra aos reis; mas seria demasiado que ella contrariasse a paz das nações.

Com o feitio, aliás positivo e relativista do espirito moderno, destôa, não obstante, a ironia, ainda mesmo discreta, para com quaesquer tentamens de paz perpetua, quando tal ironia proceda de publicistas ou polemistas francezes. A' França pertence a honra do projecto preliminar que organisou e regularisou essa aspiração da generosidade de todos os tempos.

Na publicistica contemporanea, em geral, não se encontra referencia senão, pelo grande nôme que o

subscreve, ao projecto de paz perpetua elaborado pelo philosopho allemão Manuel Kant. Seria curioso que a França demonstrasse, por uma singular aberração, que o philosopho se illudira quando ensinara que a primeira condição pratica para o estabelecimento definitivo da paz perpetua seria que a constituição civil de cada Estado devesse ser republicana.

Isto ainda mesmo que ao conceito republicano se attribua a restricção constitucional feita por Kant. A Russia despotica propria a paz; a França representativa rejeital-a-hia.

Rejeital-a-hia, mesmo com simplesmente embaraçar as deliberações praticas e uteis d'uma conferencia que, a ser sincera, teria de resolver-se n'um tribunal permanente de mediação e arbitragem.

Ora, como apontamos, a ideia da constituição d'esse tribunal foi, na historia da publicistica classica moderna, definitivamente firmada por um francez.

Em 1713 publicava, em Utrecht, o abbade de Saint-Pierre o seu archi-famoso *Projecto de paz perpetua*. Commentando-o, Jean-Jacques Rousseau recorda que a ideia da formação d'uma liga federativa das nações para decidirem em commum e à bôamente os seus litigios respectivos constituiria a trama da alta politica do Estado francez, quando fôra do projecto da republica christã, concebido pelo rei Henrique IV e pelo seu ministro Sully.

Dada a nobre influencia das ideias francezas por todo o mundo culto, tambem a este canto de Portu-

gal chegou a freima de acabar com as guerras a golpes de disposições legislativas.

Na llaya o delegado portuguez poderia apresentar então um trabalho completo para a formação do que o seu auctor chamava um «Pacto Imperial» entre as potencias confederadas. São 43 artigos, estabelecendo a maneira da constituição do «Conselho Supremo de Justiça», que haveria de a distribuir entre as nações em conflicto. Chega-se à minuciosa perfeição de estabelecer até o «Regulamento» interior d'esse Conselho Supremo de Justiça. Isto tudo tem esta data: «Portugal, 20 de janeiro de 1821». E intitula-se *Projecto de guerra contra as guerras, ou de paz permanente, off-recido aos chefes das nações europeias.*

Os chefes das nações europeias não prezaram, ao tempo, muito, a candura da offerta. Em 1899 é que seria lance de renovar o mimo do brinde.

Com certeza que a conferencia da llaya não haveria de chegar a melhor redacção, sem embargo da ingenuidade do redactor. Se lhe adoptassem o projecto, cuidava que maravilhosos horisontes se desdobrariam deante da humanidade. Exclama:

Então, em torno dos Thronos, e bordando os Imperios, offerecerão aos Povos deliciosa sombra Oliveiras e Loureiros. Quando, além dos empregos uteis ordinarios, necessitem as Nações entreter alguma parte dos seus habitantes: occupem-os em abrir as portas de novos Mundos; não para cortar ali vidas sem culpa; sim para plantar proveitosos costumes, aineua civilidade; para converter em laboriosas povoações os desertos incultos; em sociedades polidas o esquivo Gentilismo.

Na emphatica puerilidade d'este estylo, que era aliás o da epocha por toda a parte, o facto é que a obra é séria. Seu auctor só a rubricou com as iniciaes seguintes: «M.—J. M. P. F. R.», que significam Major José Maximo Pinto Fonseca Rangel.

Era um homem de espirito moderno, avançado nas ideias e firme na fidelidade. Foi natural da provincia de Traz-os-Montes e primo de José Ribeiro Pinto, alferes de infantaria n.º 16, justicado em 1817 como um dos principaes cabeças da conspiração chamada vulgarmente de Gomes Freire, á qual José Maximo estava bem longe de ser extranho, posto que por esse motivo se não procedesse regularmente contra elle.

Morreu em Lisboa, contando então 70 annos de idade ou pouco menos e andando homisiado, fugido ás perseguições do bestial governo de D. Miguel.

Não teria porventura cabida no congresso da Haya o programma do major Rangel; mas mais triste seria que a nenhum resultado effectivo conduzisse (consoante occorreu) qualquer outro projecto, elaborado ou elaborendo. E, então, completamente doloroso resultaria para os animos liberaes a decepção que adviesse da connivencia ou ainda mais da responsabilidade exclusiva da França, responsabilidade clara ou occulta, no insuccesso que desde então quasi toda a gente presagiava.

Se tal acontecesse, ou mesmo para explicar a presumpção de que aconteceria, cumpria, outrosim

desde então, inquirir do motivo, pelo menos, exterior e formal, d'essa culpa da França.

Procede, originariamente, consoante já dissemos, d'essa ideia, primaria e unica, da desforra. Mas mesmo com a ideia da desforra (em certa maneira legitima) ella, essa culpa, seria a consequencia lastimosa da politica dos estadistas francezes, a qual derogou das naturaes necessidades e das genuinas tradições da democracia republicana franceza.

Procuramos mostrar como assim.

*

Anna de Lenclos, mais conhecida pelo nôme, de mimo, de Ninon de Lenclos, foi uma das mulheres galantes entre as mais formosas e graciosas do seculo xvii; conta-se que ainda aos noventa annos de idade conseguira provocar paixões. Mas, das qualidades que a exornavam, a constancia e o lealismo entravam por uma pequena parcella. Um dos amantes que mais lhe quiz foi um marquez de La Châtre, que, ao receber ordem de partir para o exercito, exigiu da voluvel hetaira que lhe rubricasse um papel em que ella se compromettesse a guardar-lhe a fé jurada.

Ninon de Lenclos assignou a lettra e o marquez de La Châtre partiu em toda a segurança para o seu regimento. Poucos dias depois cahia Troia; e Ninon

de Lenclos, rindo-se como uma doida, no lance, exclamava sem cessar, batendo palmas: — *Oh! le beau billet qu'a La Châtre!*

Esta phrase tem servido para o typo da ingenuidade com que o interesse costuma acreditar nos compromissos que lhe fazem conta, mas que nunca houve, aliás, tenção de cumprir.

No proposito da revindicta que se lhe tornou a obsessão de todos os instantes, a França não fez caso dos maiores sacrificios, para se habilitar, em seu parecer, a inflingir um dia à Allemanha a derrota de desforra que libertaria o orgulho nacional da apprehensão dos desastres da campanha de 1870. Se Bismarck commettera o erro de, no tractado de paz, não fazer à França o que Napoleão fizera à Prussia, limitando-lhe o effectivo de seus quadros, o poderoso estadista resarcio-se conseguindo este effeito, que parecia absurdo após Sadowa, de ultimar uma alliança com a Austria. Facil lhe foi attrahir a esta colligação a Italia, pois que a politica chimerica de Napoleão III lograra, com as suas contradicções, alienar as sympathias de gratidão que a Italia deveria à França depois de Magenta e Solferino.

Mas, annexando Nice e a Saboya, tudo se prejudicara; e o resentimento aggravou-se com o deploravel recontro de Mentana, onde, para defender o poder temporal do papa, as tropas francezas fuzilaram os patriotas italianos.

Concluida a triplice alliança, era evidente que a França não poderia jámais abalançar-se, só e isolada,

à reconquista da Alsacia e Lorena. Desde logo poz os olhos na Russia, e todo o empenho dos diplomatas francezes consistiu, a partir da data, em oppôr à triplice alliança a dupla alliança. Ella ficou consummada e solemnemente proclamada, perante o mundo, com as visitas reciprocas do czar a Paris e do presidente Faure a Petersburgo.

Pór mais que a hypocrisia diplomatica e jornalística asseverasse que esta dupla alliança tinha um character méramente pacífico, isto era contrariar a evidência da situação. Claro estava e está que a dupla alliança ou não era nada ou, a ser alguma coisa, não podia deixar de ser uma ameaça eventual para a paz da Europa. Se a França se alliava à Russia, realisando o connubio, monstruoso e hybrid, da democracia com o absolutismo, fôra na esperança de vir a servir-se das armas moscovitas n'uma guerra de desforra contra a Allemanha. Nunca a França póde acceitar que a Alsacia e Lorena façam parte integrante do imperio tudesco. E, na verdade, é uma insensatez (observa finamente o socialista allemão Frederico Engels) que seja uma cidade imperial allemã Strasburgo, a patria da *Marselheza*. Porém, Engels poderia accrescentar que é outra insensatez que seja uma cidade franceza Nice, a patria de Garibaldi.

Dado o character ameaçador da dupla alliança, os seus effeitos moraes subjacentes principiaram logo a manifestar-se. Desde 1870 que a França tem feito *la patte de velours*. O legitimo, mas immenso, orgulho d'essa raça, militar por excellencia, escondeu-se

sob uma mascara de circumspecção e boas maneiras. Porém então com o apoio da Russia, logo a França deu mostras inequivocas de desapertar essa mascara, que a opprime e lhe peza como as de bronze da tragedia grega. Tendia a reaparecer o verdadeiro character da nação, pois é curioso como, na immensa superposição das camadas historicas que se vão succedendo, o espirito originario dos povos se conserva e perpetua.

O hollandez ainda é o batavo dos romanos : ávido de liberdade; e o gaulez de Julio Cesar, inebriado da furia dos combates, reaparece no modelo valoroso dos combatentes intrepidos que só com impaciencia aguardam o appetecido instante da desforra. A força invencivel do character verdadeiro encontra-se fixada em um verso celebre da scena v do acto III do *Glorieux*, comedia de Destouches. Esse verso diz :

Chassez le naturel, il revient au galop;

e o francez Du Cange commenta dizendo: «lámais povo algum justificou melhor do que o povo francez este proverbio».

A linguagem da diplomacia franceza depois da dupla alliança tornou-se mais firme; a attitude dos governos de Paris passou a ser mais determinada. Basta considerar um facto, mas esse d'uma importancia extraordinaria, decisiva, interpretativamente considerado. Foi o episodio do major Marchand.

llouve um momento em que se receou esta pavorosa catastrophe: da declaração da guerra, pela França, à Inglaterra; e o ministro da marinha, Lockroy, foi proceder a uma revista preliminar aos estaleiros e arsenaes.

Embaraçada a França nas tremendas aventuras d'uma guerra, a sua alliada, a Russia, haveria de acompanhal-a, ou teria então de passar pelo desaire historico da felonía e da cobardia, retirando-se do pleito. A situação tornou-se melindrosa para a Russia. Uma leviandade, uma precipitação do gabinete de Paris poderia comprometter, á hora menos pensada, a estabilidade dos lentos progressos effectuados e a effectuar no vasto imperio semi-asiatico. Posta assim a conjuntura, foi admiravel o engenho com que os estadistas de Petersburgo se sahiram da difficuldade. Propondo o czar a conferencia do desarmamento, elle declarou, implicitamente, mas por uma fórma categorica e irremissivel, que não acompanharia a França nos azares d'uma politica aggressiva. Elle, sem melindrar as suas susceptibilidades francezas, retirou á dupla alliança todas as vantagens que d'ella poderiam advir para a França. Fazendo-a pacifica, apagou-lhe todo o character. Assim, não presta para nada. Com as idas e vindas de Paris para Petersburgo, acabou por apurar-se que a França estava tão só como sempre esteve. Deu á Russia o que deu, e não recebeu nada em troca. Ora, pela tradição dos principios, a França republicana não podia oppôr-se, no Congresso, sob pena de fazer

uma pessima figura, ás deliberações aquietadoras da famosa conferencia; mas, d'ess'arte, não podia tambem exigir do seu alliado que a acompanhasse, se intentasse uma aggressão á Allemanha.

Pederia a Russia dizer que acompanharia a França, se a aggressão partisse da triplíce alliança. Mas isto chama-se caçoar com o publico, porque quem tem a reconquistar o perdido é precisamente a França, e a triplíce não pôde deixar de ser, pela simples logica das coisas, um conluio pacifico, para méramente manter o *statu quo*.

Conclusão:— ao cabo de tantos artificios, a diplomacia franceza não conseguira coisa nenhuma. A alliança da Russia só valia para declarar a guerra. Mesmo que a Allemanha quizesse tomar a iniciativa de aggreir a França, as necessidades do equilibrio europeu obrigariam a Russia a interferir, sem haver precisão alguma d'um tractado previo. Foi o que aconteceu em 1878, quando o czar Alexandre II prohibiu Bismarck de entrar em nova campanha. Espontaneamente as coisas se fariam; e a França ter-se-hia esquivado a essa contradicção da alliança com o despotismo asiatico de Petersburgo.

Não foi tal contradicção o unico prejuizo que adveio á França da sua approximação official da Russia. A Russia ganhou tudo o que pretendeu ganhar; e a dissimulação dos seus estadistas foi uma obra-prima de politica machiavelica. Os estadistas francezes, esses, deixaram-se inteiramente ludibriar.

Fôram victimas da mais espantosa mystifi-

cação da historia politica e diplomatica contemporanea.

Procurariamos mostrar o processo d'esta comedia.

Estava-nos ali occorrendo aquillo do russo Turguenéff com o parisiense Daudet.

Durante annos o «bom slavo» affectou uma visagem amiga. Escreveu cartas cordeaes, deliciosas; e o que havia por debaixo d'aquelle «bom sorriso» appareceu, a preceito, no livro posthumo das *Recordações* do nihilista. «Meu Deus», exclama o desilludido Daudet, em tres linhas, quintessenciadas, cristallisadas, resignadas, «como a vida é, pois, singular e como é lindo aquelle lindo vocabulo do idioma grego: *Eiróneia!*»

Tambem em Petersburgo, quando ao parisiense Faure o slavo Nicolau Alexandrovitch o brindou com o protocollo d'um convenio esteril, elle talvez se reservasse a restricção mental de vir, com identica infidelidade, a casquinar tambem:— *Oh! le beau traité qu'a la France!*

*

O mais interessante de toda esta complicada historia da alliança franco-russa é que, se remontarmos a agua turva dos successos, encontramos como promotor occulto da approximação entre os dois gran-

des Estados: quem? E' espantoso: o snr. de Bismarck.

Ora, se assim foi, claro está que distinguir uma manobra hostil para a Russia nos procedimentos politicos do sr. de Bismarck devia ser, para os estadistas de Paris, uma contra-indicação preciosa, por cujo lume elles nada mais tinham a fazer do que orientar, sem outra reflexão, a sua conducta na conjunctura.

Na verdade, se o snr. de Bismarck hostilisava a Russia, seria temerario suppôr que elle, tornado idiota, não tinha já nem sequer a perspicacia bastante para presumir que, procedendo assim, incitava naturalmente os diplomatas do Neva a lembrarem-se do apoio dos seus collegas do Sena.

Quaesquer que fôssem as causas determinantes — o que para a discussão concreta em que estavamos importa pouco, — o facto é que o chanceller allemão abandonou, a breve trecho, as velleidades da politica livre-cambista a que se confiára após a guerra; e, retrocedendo com furia analoga, lançou-se nas violencias d'uma protecção quasi prohibitiva. Reformou as pautas no sentido de atalhar a introdução no imperio allemão dos productos agricolas da Russia; á Russia vedou os mercados allemães para o seu cereal; quasi se não vendeu mais, em terra tudesca, uma fanga de trigo russo.

Não se contentou com isto Bismarck. Procurou impedir por todas as fórmulas o desenvolvimento industrial da Russia, a ponto de coarctar e tolher a

emigração dos operarios allemães para a mestrança das fabricas recém-creadas no imperio moscovita.

De par e passo com esta feroz guerra commercial e industrial, Bismarck abriu contra a Russia uma outra campanha, não menos cruel e funesta, nos domínios do puro mercado dos capitaes.

O titulo russo foi descendo na escala das cotações até correr o lance da pura expulsão da Bolsa; e a sanha implacavel do chanceller de Berlim tocou o auge quando o Banco Imperial Allemão, sob sua alta e suprema direcção, tornou publica a declaração fulminante de que o papel russo não seria accete nem mesmo com o desconto de 50 por cento.

Chegadas as coisas a este extremo, uma ruptura formal nas reciprocas relações economicas e financeiras licito era legitimamente conjecturar-se e temer-se a todo o momento.

Dadas estas circumstancias, só absoluta cegueira, determinada pela obsessão d'um pensamento unico, é que poderia impedir os francezes de perceberem que o empenho do snr. de Bismarck consistia em os fazer entrar em relações com os russos.

Porque e para que queria isto o snr. de Bismarck?

De longa data, com uma persistencia regular e fixa, com um tino systematico invejavel os homens-de-Estado na Russia tinham vindo proseguindo n'uma tarefa de absoluta indispensabilidade para a civilização interior e para o alastramento no exterior do poderio politico do seu paiz. Fallamos do trabalho, continuado

durante successivas gerações, para consolidar o mercado financeiro do imperio, furtando-o á contingencia das fluctuações cambiaes. A condição fundamental para que a Russia podesse exercer o seu papel internacional residia, a lucido parecer de seus governantes, em substituir á circulação fiduciaria a circulação monetaria. Cumpria consolidar o rublo papel; e os esforços de tres grandes ministros das finanças acabaram por ser coroados de um exito deslumbrante, adoptando a Russia o monometalismo de padrão ouro.

Como se conseguiu este resultado inverosimil? Como se formou a grande reserva d'ouro de que o imperio se encontrava em posse já pelo balanço publicado no 1.º de janeiro de 1897? Como é que se tornou uma realidade a velha utopia da volta aos pagamentos em metallico?

Estudando a formação do stock de ouro na Russia, em uma monographia feita por ordem do ministerio do Thesouro de Italia, o snr. Eteocles Lorini, professor na Universidade de Roma, discrimina como as quatro fontes principaes d'aquella accumulção prodigiosa do metal precioso: a producção indigena; o pagamento em ouro dos direitos aduaneiros na fronteira; um concurso do que elle chama *as mais propicias circumstancias*; finalmente, os *emprestimos em ouro*, contrahidos no estrangeiro pelo Estado, pelas compaubias de caminhos de ferro, pelas sociedades industriaes e commerciaes etc.

Ora, aqui é que bate o ponto..

O snr. Lorini registra que este ultimo foi um manancial de ouro «particularmente fecundo»; mas, com a sua antipathia de italiano pelos francezes, dissimula, o mais que póde, a procedencia d'este ouro dos emprestimos estrangeiros. Para não pôr em evidencia a immensa riqueza monetaria da França, propositadamente se esquece de frisar que, no fim de contas, o famoso ouro russo não passa de ouro francez.

E, todavia, elle mesmo, quando anteriormente estudara a ordenança de 17 de dezembro de 1885, esclarecera que: com esse regulamento (que é strictamente a palavra, *privilegio*) do systema monetario do seu paiz, o ministro russo Bunge o que tivera em vista fôra familiarisar a Bolsa de Paris com o mercado monetario russo e especialmente com os seus titulos. Sob o dissimulo de candura suspeita, explica que ninguem mais do que Bunge podia tolerar a autocracia allemã sobre o seu proprio mercado. Mas quem conhece a obra do principe de Bismarck em materia fiscal e financeira abate seu pouco nas pretensões dos sentimentos de independencia do estadista de Petersburgo. Dado mesmo que a Allemanha, mais do que a essa politica bismarckiana, devesse a sua prosperidade commercial, industrial, de navegação e transportes, *alla speciale struttura del suo popolo ed agli eventi fortunati che la condussero alla redenzione politica*, consoante o professa, no seu estudo especial recente, outro italiano, o snr. Luiz Fontana-Russo, —nem por isso

deixa de ser frisante realidade historica que, em certa hora, as portas do mercado dos capitaes, por ordem de Bismarck, se fecharam na Allemanha à Russia.

Não podendo a Russia encontrar o menor auxilio no mercado maximo da Inglaterra, sua inimiga natural e antagonista indefectivel, é ostensivo que, indirectamente, o snr. de Bismarck remettia os estadistas de Petersburgo para Paris. Elle bem sabia que, deslumbrada pela perspectiva da desforra, a França daria à Russia quanto dinheiro esta muito bem quizesse e lhe pedisse.

Foi o que aconteceu.

Em 2 de fevereiro de 1898 realisou-se no Instituto dos Banqueiros de Londres nma conferencia, que foi notavel. O prelector, o snr. C. Rozenraad, teve um exito extraordinario, de ovação e concordancia das maiores personalidades do alto commercio e da alta finança ingezas, que constituiam seu selecto auditorio.

Ahi, elle disse em resumo:

Póde affoutamente asseverar-se que, se a Russia conseguiu reorganisar as suas finanças e o seu systema monetario, dando-lhes una base solida, deve-se isto á *haute-banque* franceza, secundada pelo publico.

Fallar-se-ha, em contra, do factor da producção indigena do ouro bruto das minas moscovitas?

Não queremos alludir já ao desfalque de essa producção pela afinacão na amoedacão, nem mes-

mo á percentagem na riqueza economica das nações e da particular que a producção recente das minas do metal precioso, até no typo fabulado das do Transvaal, representa e significa.

Se o simples facto do recurso ao emprestimo no estrangeiro não bastasse para nos elucidar sobre a real effectividade d'essa producção indigena, o exame das tabellas idoneas nos determinaria a conclusões seguras. Chega-se ao picaresco anedoctico.

Como a boa-fé dos estadistas russos, de todo o tempo, foi litigiosa e sua palavra jámais constituiu Evangelho sobre que se jurasse a olhos fechados, houve mesmo quem, em grande mysterio, duvidasse sobre se essa fallada massa d'ouro existiria realmente.

O professor Lorini tem, a proposito, uma simplicidade que toca as raias da simpleza. Elle escreve as seguintes linhas mezurêiras:

Se a minha palavra póde dissipar quaesquer duvidas, posso assegurar que, graças á extrema cortezia de s. exc.^a o sr. Jakowski, eu visitei em pessoa, na companhia dos directores dos principaes bancos locais, os subterraneos do Banco, examiando á vontade aquella magnifica collecção de barras e moedas d'ouro.

O que, sem embargo, póde suggerir a reminiscencia das mais elementares farças, como quando n'esta nossa terra do Porto durante o cêrco, para as linhas os generaes, afim de manter a confiança das tropas, remetiam barricadas que, por cima, de

polvora só tinham uma mão travessa. E não vá o snr. Lorini sem resposta, porque o seu traductor francez, o snr. Raphael Ledos de Beaufort no folheto que fez seguir como complemento da sua precedente versão e tractando do acabamento e applicação da reforma monetaria da Russia, nos deixa, com suas revelações estupefactos.

Baseia-se, tractando em seu capitulo vii da producção do ouro e da prata na Russia, no *Boletim russo de estatistica financeira e de legislação*, lãõ habilmente dirigido pelo francez Barbet de Vaux e que constitue uma publicação quasi official, do mais alto valor.

Ora, recapitulando os dados do *Boletim russo*, chega-se a verificar que a producção do ouro, a qual progride nos outros paizes, marca passo na Russia. Mas, o que é mais, o que tem um significado excessivo: isto acontece assim *ha vinte e cinco annos a esta parte!*

Logicamente, pois, o snr. Ledos de Beaufort remata com a melancholica conclusão seguinte:

Não se poderia, portanto, dizer que a reforma monetaria da Russia teve em mira utilizar uma sobre-producção de metaes preciosos, visto como esses productos do sólo russo vão em decrescimo constante, de maneira que o ministerio das Finanças, á medida da diminuição das notas em giro, ha-de vêr-se obrigado a comprar uma parte, pelo menos, no estrangeiro dos metaes preciosos necessarios para reforçar a circulação metallica.

Tudo o que dissessemos após estas palavras decisivas seria pleonasmo pedante e intolerável. Mas convem não exaggerar o alcance de quasquer conjecturas. E, sendo incontestável então a existencia em sêr do ouro da sua reserva, o que então cumpria era não perder de vista que a condição, absolutamente irreductível, para que os maravilhosos resultados da politica financeira da Russia se houvessem obtido e se conservassem, fôra e era a stricta observancia de uma parcimonia orçamental, só possível com a ordem no interior e a paz no exterior.

Quando Lorini fallou, como atraz disseimos, no concurso das mais propicias circumstancias que permittiram a constituição d'aquelle fundo de accumulção, elle houve de referir-se, primacialmente, aos grandes excedentes no activo orçamental. Para isto contribuiu a administração meticulosa de Vichnegradsky, reduzindo os gastos ao strictamente necessario e equilibrando as receitas com as despezas.

Nada se conseguiria se a politica internacional da Russia houvesse de a conduzir, proxima ou remotamente, à guerra. Mas, comprehendendo nitidamente a situação, o fallecido czar Alexandre II trimbrara no rigor d'uma politica inteiramente pacifica. Seguir-lhe até então na esteira seu filho Nicolau II.

De fórma que o seu humanitarismo de 1899 derivou da força maior das circumstancias. Outra vez se confirmara o conceito materialista da historia, formulado por Karl Marx, isto é que os apparentemente mais puros idealismos, ainda os das religiões,

têm por base a economia politica. Tambem por isso o nihilista Bakunine costumava dizer que adubo eram as raizes das rosas.

O snr. de Witte, esse, não é nihilista; era o ministro das finanças na Russia, famoso e glorioso.

Foi elle que poz a pedra de fecho na abobada do edificio da reconstituição monetaria e financeira do seu paiz.

Ora, no relatorio final que apresentou a este imperador Nicolau II em data do 1.º de janeiro de 1898 sobre essa importante questão, o snr. de Witte ponderava assizadamente que a conservação d'um bom regimen monetario não depende sómente da maneira como são geridas as finanças mas tambem do conjuncto de medidas que tenham por objecto defender a estabilidade inabalavel dos melhoramentos effectuados.

Explanando a sua ideia, elle escrevia as seguintes linhas typicas e capitaes:

Entre essas medidas, as concernentes á politica estrangeira exercem a influencia mais consideravel sobre a vida economica do paiz e a sua circulação monetaria. A este respeito, o principal sustentaculo da prosperidade economica e financeira da Russia consiste na politica tradicionalmente pacifica e justa dos seus soberanos. Os principios legados pelo fallecido Imperador Alexandre III e o sincero espirito de paz que anima Vossa Magestade são segura garantia de que, no futuro como no passado, a politica estrangeira da Russia será isenta de toda a tendencia aggressiva para com os outros Estados, em bem da nossa patria, não quedando, por esta banda, a nossa situação economica e financeira ameaçada de perigo algum.

Nesta conformidade, comprehende-se a circular do ministro do interior, o conde de Muravieff, collega d'este financeiro, convidando as chancellarias para a Conferencia da paz. E tambem se entendia o motivo ultimo e recondito das ironias tardigradas, pois que a Russia seja paiz de ursos, com^o que os publicistas moscovitas saudavam as pretensões da França em acompanhar a Russia na sua faina de messianismo oriental.

O principe Esper Ukhtomsky era à data o presidente do banco russo-chinez, fundado em Petersburgo para facilitar as relações commerciaes entre os dois imperios e que, graças á 'garantia russa concedida ao então recente emprestimo chinez, emittido para solver a indemnisação de guerra ao Japão, fizera da China um cliente financeiro da Russia.

Esse principe mereceu a confiança de Alexandre III para o collocar junto de seu filho, o césarevitch hoje imperador, quando da digressão d'este pelo Oriente. Publicara, havia um anno, as suas impressões de viagem. E' um lindo livro, onde abundam os sarcasmos contra os occidentaes, os românicos, os *fin-de-siècle*, «o Parisiense, sobretudo»: — O parisiense é absolutamente incapaz de entender coisa alguma attinente á Asia. — Com um sorriso amarello, o parisiense, aliás russophilo, Rambaud contesta relembrando os nomes dos francezes Duplex e Bussy. Quer dizer, a espaços, parecia que iam cahindo as cataratas.

Quando de todo tivessem cahido, então descor-

• tinar-se-hia, integro, o machiavelismo de Bismarck. Lançando-lhe aos braços a Russia, Bismarck pretendeu sangrar monetariamente a França.

Mas teve em mira outro effeito, mais acre. Foi o de á França suggerir, por modo flagrante, que ella não poderia contar jámais com um alliado effectivo na Russia. A alliança com a Russia teria tão só por consequencia o accrescentar aos tres inimigos da França (a Allemanha, a Italia e a Austria) um novo, e esse formidavelmente decisivo: a Inglaterra. Tal a suggestão bismarckiana.

Mas uma guerra n'estas condições era materialmente impossivel, por honra e para vantagem da humanidade contemporanea. Porém, a dar-se, o seu desfecho não podia offerecer duvidas. A França ficaria pulverisada; a Russia perderia todos os seus avances no Oriente. Mesmo que a guerra se localisasse, seria chimerico que a Russia prejudicasse a sua obra lenta, todavia segura, para, pura e simplesmente pelos lindos olhos da França, se abalar a ir restituir-lhe a Alsacia-Lorena.

A diplomacia de Paris fôra, mais uma vez, juguete do genio de Bismarck. Lembrando-se da Russia, esqueceu-se da Inglaterra. E, lembrando-se da Russia e esquecendo-se da Inglaterra, esquecera-se — e n'isto é que está a deploravel derogação do republicanismo contemporaneo francez — ou, se se lembrou, não fez caso da raça latina, que, aliás, á França cumpria representar e que da republica legitimamente tinha o direito de esperar o que na tradição

da França e da republica substancialmente estava contido.

Havendo examinado o que os estadistas francezes fizeram sem nenhum proveito, antes quiçá em detrimento do seu paiz, restava-nos tecer filandrosas presumpções sobre o que porventura tambem a outros se antolhe mais racionalmente consentaneo com os progressos da sociabilidade democratica, não só especialmente da nossa raça mas ainda do mundo civilisado.

Eis o que então dissemos tentariamos fazer na prosecução d'esse perfunctorio estudo então esboçado.

*

Dado me não foi na occasião cumprir o promettido. Nem ainda proximamente.

Pouco se perdeu, de resto, se é que algo com isso se perdesse.

Mesmo porque a situação moral da nação analysada, no ponto-de-vista internacional, fixamente se conservara.

Identica era dois annos volvidos, em 1901. E pelos fins d'esse anno à imprensa cosmopolita começaram a sombreal-a apprehensões de uma collisão vasta, se não geral mesmo; o debate firmava-se então no conspecto França-Turquia.

A prodigiosa eventualidade da guerra geral, os

espiritos attentos e entristecidamente pessimistas arreceiam-a, segundo o escripto, do momento da morte do imperador da Austria, prologo possivel da terminação d'aquelle Estado artificial e heteroclitico. A repartição da parte allemã e da parte slava de sua população, com as solidarias contingencias do minaz e complexo caso, offerece, de facto, margem aos que da licção do passado buscam o entendimento das probabilidades futuras, para que se alarmem e inquietem.

Comtudo, um accidente de si minimo pôde intervir na fatalidade que vae seguindo seus temerosos tramites. Uma questão diversa pôde apparecer bruscamente, transtornando todas as conjecturas ou precipitando todas as catastrophes. Assim essa surpresa d'então, do conflicto franco-turco, contenda cheia de perigos, de mysterios e de assombros, dos quaes o não menor era o inicial, na desproporção entre as origens sabidas e as possiveis consequencias que não podiam adivinhar-se.

Na verdade, tinha razão incontestavel a *Correspondencia de Berlím*, quando em Novembro d'esse anno confrontava a reabertura, no estado agudo, da grave questão do Oriente com uma miseravel questão de dinheiro, que crédores usurarios reclamavam mais ou menos legitimamente. «Mais ou menos legitimamente» é a maneira attenuada e attenuante como se expressava a folha tudesca; mas Portugal, que entre os dos reclamantes encontrava nômes aqui de má nota e precedente mau, rememorar-se-hia e

applicaria á hypothese o seu anexam que ao cesteiro que faz um cesto o julga habilitado e disposto a fazer um cento, desde que se encontre nas circumstancias afeiçoadas e idoneas, de verga e tempo.

Como quer que fôsse, as inquietações dos espiritos pessimistas não seria equitativo taxal-as de inoppoturnas e inadequadas, então como hoje que uma bella scentellia descuidada póde fazer rebentar um grande incendio. Já uma informação de origem viennense correrá a imprensa europaica, asseverando que a Sublime Porta pedira á Inglaterra que lhe assegurasse a integridade das suas possessões na Asia Menor, conforme estipula a convenção de 1878. Mas de Londres communicavam que um telegramma de Constantinopla desmentia essa informação. E a apprehensão esbateu-se com se dizer que nos circulos de Roma se affirmava que a França, antes de dar ordem á sua divisão naval de ir ás aguas turcas, fizera declarações precisas e categoricas a todos os governos interessados, promettendo limitar a sua acção ao strictamente necessario para defender os seus direitos sem se intrometter nos interesses das outras potencias.

Na verdade, o presidente então do conselho de ministros em França tinha dado tam abundantes e constantes provas de perspicacia, firmeza e prudencia que era legitimo esperar-se que nenhuma precipitação emanasse de sua iniciativa. O patriotismo do presidente da Republica era incontestavel, como incontestaveis eram a sua circumspecção e o seu bom

aviso. Da disciplina e cauta obediencia dos mandatarios havia que fiar que não prejudicassem com excessos de zelo os intuitos e os propositos dos mandantes. De modo que, sem embargo de melindrosissimo, era bem aguardar-se que o litigio se resolvesse sem extremos sobresaltos, resultando em prestigio para a diplomacia franceza coeva, que conquistara lóros de habil em mais de una pendencia embaraçosa e em frequentes lances difficéis. Todavia, atravessava a França um d'estes momentos mais que melindrosos, afflictivos, dos quaes cumpria que ella retirasse o aproveitamento, no pleito implicitamente contido. E não só a França como o mundo todo, suspenso e alvoroçado, visto como uma guerra da França com a Turquia seria a guerra geral.

A Turquia teria a seu lado immediatamente a Inglaterra e a Allemanha, potencias estas ambas às quaes não é toleravel que a Russia realise o seu sonho de ir fixar o throno moscovita em Constantinopla. A França, se a Russia a não trahisse, teria por si a Russia.

A Allemanha arrastaria com ella ao espantoso certamen sanguinario a Italia e a Austria. A França talvez conseguisse que por ella terçasse armas a Hespanha. Como? Invadindo Portugal, para que Lisboa constituisse apoio das esquadras russas e francezas e não da frota britannica.

Se a França fôsse esmagada n'esta peleja formidolosa, mal para a civilisação e para o progresso! Se fôsse esmagada a Inglaterra, mal para a civilisação e para o progresso, egualmente!

Era, pois, uma situação detestavel, que obrigava os homens pensadores do mundo todo a concertarem-se n'um plano internacional de pacificação. Era hora de retomar a obra dos Congressos da Paz, mas com um plano positivo e um fito concreto. com um methodo pratico e largamente exequivel. Por hora, lustre e proveito da humanidade, não surgiria lá-fóra, esta ideia, necessaria e irremissivel?

Por então, a comedia dos fornecedôres aladroados e do fornecido, aladroado tambem, desliava os seus perigosissimos episodios; e já isso era e é ainda uma monstruosa vergonha que o socego e o desenvolvimento da civilização contemporanea estejam, a todo o instante, á mercê das fluctuações e dos caprichos de politicos profissionaes, a seu turno dominados, uns de bôa-intenção outros de má-fé, pelas alicantinas e pelas trapaças d'uns tantos especuladores millionarios, para garantir os interesses dos quaes bruscamente é posto em cheque todo o regular meueio da sociabilidade contemporanea.

A propria vantagem das potencias interessadas, incluindo a França, estava em desatar tranquillamente o nó em que arditosamente as envolveram, directa ou indirecta, proxima ou remotamente, os especuladores, nada sympathicos, que promovido haviam toda esta confusão e urdiram essa têa toda. Mas a situação moral permanecia a mesma e a instabilidade do socego cosmopolita não se modificara para uma salutar segurança.

Ora, é affrontoso para a cultura moderna que

assim seja. Os altos representantes do pensamento europeu tinham o direito e o dever de intercalar o seu protesto. Demasiado haviam fallado os estadistas. Urgia que chegasse a vez aos philosophos. Urgia que se generalisasse o que occorrera em Inglaterra, então que depois de Chamberlain se pronunciara Herbert Spencer.

Assim fôsse, para honra e para bem da humanidade!

*

Assim não foi; mas, felizmente, a tempestade amainou. Sem embargo, melancolica impressão quedara nos espiritos, mórmente pelo contraste entre a sonhada aspiração da França radicalmente democratica e a parda realidade da republica franceza vigente.

Republica? Até lá-mesmo o nôme lhe contestaram.

Era então uma edição recente da casa parisiense de «Plon & Companhia» um volume que tem o suggestivo titulo de *A Semi-Republica*. Não lera então e não li até hoje o livro, que conheço, tão só, de citações. Deve ser concebido e escripto n'um ponto-de-vista reaccionario, a presumir do character da livraria editora, clerical e bonapartista. O nome do auctor (Léouzon-le-Duc) não me é estranho, de longa data e, se se não tracta de filho ou parente do a quem me reporto, que á data, a ser o mesmo, devia estar mui

idoso, de Léou-zon-le-Duc comprei eu, em Paris, no exilio, da versão que fez do prodigioso poema finnico, *Kalevala*, o ultimo exemplar que ainda restava no armazem, ao que me communicou o livreiro, com aquelle sorriso de negociante francez, que é tambem um poema, d'outro genero. Seja como fôr e o que fôr. O que é é que esta locução designativa de «Semi-Republica» é um verdadeiro achado. Com effeito, a Republica Franceza tem sido (se chegasse até mesmo já ahí) uma semi-republica. Mas nem por isso devemos desinteressar-nos d'ella, porque lá diz o proverbio que mais vale pouco do que nada. De cá se vae a lá e de vagar se chega ao longe, se bem que os vagares da republica franceza principiam a ser demasiado morosos. Uma passada — e boa — deu com a separação da Igreja do Estado.

No que a Semi Republica não soffria senão a muito custo delongas e addiamentos era na sua idéa occulta da desforra e para a reconquista da Alsacia-Lorena é que eram as impaciencias. Afim de o conseguir, estribava-se na famosa alliança russa e, para pôr á prova a solidez da amizade da Russia, deitava-se, de quando em quando, a aventuras perigosas, como essa então da remessa d'uma esquadra em tom de guerra ás aguas turcas.

Ridiculo triumpho o alcançado; e elle mais ridiculo se patenteara, quando, á mesma hora, a Turquia concedia largamente á Austria, sem que esta precisasse de recorrer a ameaças de couraçados e bombardeamentos, desembarques e occupações. No en-

tretanto, a Republica franceza obtinha a nomeação de conegos, a installação de aulas congreganistas e a alta honra de determinar no que toca ao patriarcha chaldeu. Por isso, o Papa, de Roma, enviava para Paris, ao Presidente da Republica, as suas saudações e os seus agradecimentos. Fraternalisava o Sacerdocio com o Imperio, e o snr. Loubet regalava-se com uma benção pontifical.

Esta concordancia dos interesses do catholicismo com os do republicanismo não surprehendia, de resto, desde que se reparasse que estava nas tradições das semi-republicas francezas. Quando a republica de 1848 passou a ser tambem uma semi-republica, deu-se a façanha inacreditavel de ser a republica franceza quem destruiu a republica romana. A França, semi-republicana, mandou para a Italia, ás ordens do general Oudinot, duque de Reggio, sete mil homens, que Garibaldi deteve em frente das muralhas de Roma, cuja defeza lhe fôra confiada. Mas vieram reforços ás tropas semi-republicanas, elevando-se a vinte-e-cinco mil homens o corpo expedicionario. Houve um cerco em regra, dirigido pelo general de engenharia Vaillant. A 29 de Junho de 1849 deu-se o assalto e a 2 de Julho foi a praça occupada pelos soldados sitiantes. O governo republicano cessou de existir em Roma e a semi-republica franceza de 1848 coube a immensa gloria do restabelecimento do poder temporal do Papa. Era Pio ix, que andava fugido de seus rebeldes vassallos; mas que, protegido pelas bayonetas semi-republicanas, reentrou, emfim, na sua capital, a 4 de Abril de 1850.

Tambem então a «Semi-Republica» de 1901, pela immarcessivel honra de nomear o patriarcha chaldeu, recebia de Roma os parabens e os emboras.

Ninguem diria á data que ainda havia de assistir a esta incongruencia: de ser o presidente da Republica franceza *persona grata* ao Vaticano; mas nada é mais falso do que aquella velha sentença de que debaixo da roda do sol não ha logar para novidades. Pelo contrario; cada dia traz a sua, e qual mais espaventosa.

De par e passo, o alliado moscovita gemia e resingava; e uma folha official de Petersburgo (na Russia haverá já bem outras?) declarava azedamente que se não fizesse a França importuna e impertinente. Que se contentasse com o apoio que a Russia lhe prestara na China; e vá, que estava com sorte. Podia haver mais desfaçado escarneo?

Comtudo, a França, a persistir na sua ideia desastrosa da guerra da desforra, não precisava de fazer a côrte á Russia; bastava que soubesse esperar, porque a Russia tem, forçosamente, de se encostar á França, desde que entenda chegada a hora de se abalançar ao seu rompimento com a Allemanha. Sómente, a França nacionalista e *revancharde* não podia esperar e queria ainda forçar a mão ao czar, quando a Russia não se sahirá jámais senão na sua hora d'ella e não na da França. Os empréstimos que a França malbaratava; as tristes saudações d'um imperador absoluto, gritadas por cidadãos livres: tudo isso era feio, escusado e inutil.

Appareceu em França um homem de raro bom senso e de exacto e proveitoso patriotismo, cujo singular destino foi o de não o escutarem nem reis nem povos. Addido militar á embaixada de Berlim, fartou-se de prevenir o imperador Napoleão III dos planos de Bismarck e dos formidaveis recursos militares da Prussia. Ninguem o attendeu. Dez annos havia que escrevera um artigo no *Figaro* e depois um opusculo mostrando como a alliança russa haveria de ser proposta pela Russia á França, se a França não commettesse o erro de se precipitar a sollicital-a, o que a collocaria em plano subalterno perante o alliado e perante a Europa. Ninguem fez caso do folheto, a não ser para pôr em duvida a lealdade do auctor, que é o coronel Stoffel.

Mas a França que nomeava patriarchas, a França da Semi-Republica não era a França verdadeira, aquella França, que é a nobre, a grande, a generosa, a civilisadora França da Encyclopedia, a França da Revolução, a França da Republica, que começou de succeder e ha-de succeder por inteiro á Semi-Republica. Essa França enorme e sublime ganhou a sua grande batalha preliminar na questão tremenda contra o anti-semitismo e contra o jesuitismo. E grandissima batalha subsequente ganhou com a separação da Igreja do Estado.

O momento que passava passaria. E n'um futuro proximo seria como que um pezadello absurdo esta farça macabra: — o Papa a mandar a Rosa-d'Ouro á Marianna. Já esse momento chegou.

*

Menos-avisados perguntariam, porém, então o que é que tinhamos nós que vêr com tudo isso? O que é que tinha que vêr Portugal com a alliança franco-russa?

O personalismo d'um qualquer individuo não nos occupa desde que nos não prejudique. Dizer-se de um homem que elle é activo e trabalhador não implica a captação da nossa sympathia, porque o que nos interessa em outrem não são as suas aptidões de permanencia mas sim a sua capacidade de relação. Por outras palavras, o que nos importa na individualidade alheia não é o seu egoismo, mas o seu altruismo. Assim, só de positivo se dirá d'um homem quando se diga que elle é honrado e que elle é bom. Honrado, não me lesará. Bom, poderá ajudar-me. Porém, se elle é só activo e trabalhador, é possível que se produzam circumstancias em que essas qualidades, uteis para elle, redundem em nocivas para mim. Esse homem far-me-ha concorrência. As suas mesmas virtudes redundarão em meu detrimento. Ellas passarão, pois, a ser odiosas a meus olhos.

Analoga alternancia se dá para com o patriotismo d'um povo qualquer considerado. E' o mesmo phenomeno moral, tão só na amplitude do campo, de maior producção e observação maior; todavia, estrictamente identico na essencia.

O patriotismo do povo norueguez é indifferente ao povo chileno ; e o patriotismo do povo mexicano em nada importa ao povo sueco. Mas o patriotismo do povo francez é odioso ao povo allemão ; como o patriotismo do povo allemão é odioso ao povo francez. O que importa, consequentemente, às nações não é o patriotismo das nações mas sim o cosmopolitismo d'ellas. Um paiz será tanto mais humano quanto mais internacionalista ; e logrará as honras da historia o que conseguir emancipar-se mais perfeitamente dos preconceitos e dos rancôres herdados da tradição, sem que por isso — claro está — se negue a si-mesmo e de si-proprio se esqueça, tal qual como o homem honrado e bondoso se não nega a si-mesmo e de si-proprio se não esquece quando respeita o direito alheio e quando auxilia o seu semelhante.

A' luz d'este criterio, começamos por nos reconhecer o direito de meditar sobre a questão da alliança franco-russa e de fixar ideias a proposito de assumpto de tamanha magnitude e de tam fructuoso porte.

Consoante o frisamos já, algum irreflectido acudirá, aqui, surprezo de que a pequenez lusitana se atreva a conjecturas d'essas ; e inquirirá d'est'arte : — Mas que temos nós, miseros portuguezes, que vêr com a alliança franco-russa ?

Que temos nós que vêr?! Vejamos.

Pondo de lado os embustes diplomaticos e jornalisticos (os quaes não passam de formulas de decôro),

tornava-se evidente que a alliança franco-russa não era uma alliança para a paz, mas, pelo contrario, uma alliança para a guerra.

Guerra de quem, contra quem, por quê e para quê? Guerra da França, contra a Allemanha, por a perda da Alsacia-Lorena, para a reconquista da Alsacia-Lorena... e para a conquista, em prol do territorio francez, de parte do actual territorio allemão.

Está muito bem. Mas, cooperando n'este engrandecimento da França com tomar parte na campanha ao lado d'ella, o que é que receberia a Russia em paga?

Receberia os despojos da Austria e ganharia Constantinopla.

Aqui começa a distinguir-se como é que a opinião illustrada em Portugal tem a obrigação de meditar sobre este assumpto da alliança franco-russa.

Porquê?

Porque surge no problema um elemento novo; apparece bruscamente um factor com que se não contava. Com elle não contou o aliás perspicacissimo coronel Stoffel, no seu notavel opusculo publicado em Paris em 1901.

Porquê?

Porque a Inglaterra nunca permittirá, senão vencida, já se vê, que a Russia se aposse dos despojos do imperio austriaco; nunca permittirá, senão completamente derrotada, que a Russia se installe em Constantinopla.

O erro da França na sua alliança com a Russia

consistiu, portanto, n'isto: — em que a alliança da Russia transforma a guerra da França com a Allemanha em uma guerra da França com a Allemanha e com a Inglaterra.

Sendo com a Inglaterra a guerra, fica manifesto que a neutralidade de Portugal resulta impossivel, por motivo e como consequencia de que é impossivel a neutralidade do porto de Lisboa.

Eis como nos interessa profundamente a questão da alliança franco-russa. Reapparece a situação, exactissima, em que estivemos no principio do seculo que acabou. Os effeitos das nossas indecisões d'então admoestam-nos e previnem-nos para a nova epocha. Se essa espantosa calamidade da guerra se dêsse (o que Deus affaste para bem longe!), teriamos de tomar partido.

No seculo que findou, a Hespanha, alliada da França, invadiu-nos; a França por tres vezes nos invadiu tambem, com tropas, que as fizeram por cá frescas, commandadas respectivamente por Junot, Sault e Masséna; nas aguas do Tejo o almirante inglez Cotton prezou a esquadra russa do commando do almirante Siniavin, para o que se içou a bandeira ingleza nas nossas fortalezas, pois o moscovita insistiu em querer reconhecer o porto de Lisboa como um porto de sua magestade britannica.

N'estas circumstancias, a alliança franco-russa, no pé das coisas em 1901, ameaçava-nos, para o futuro, com as catastrophes da guerra. Se fôssemos pela Inglaterra, Lisboa seria bombardeada pelas es-

quadras franceza e russa; Portugal, por terra, seria invadido pela Hespanha, novamente e pela força das coisas, a alliada natural da França. Se fôssemos pela França, dos canhões britannicos é que teríamos de esperar a morte.

Haveríamos de escolher, como o coelho, quando o cosinheiro lhe perguntou o que preferia: se ser ensopado com vagens, se ser ensopado com macarrão.

A alliança da Inglaterra com a Allemanha contra a França e a Russia seria secundada pela entrada em fogo, naturalmente, dos já alliados da Allemanha, isto é da Auêtria e da Italia. Acudiria à chamada da Inglaterra contra a Russia a Turquia, que estaria perdida no dia da victoria da Russia na Europa. E era possível conjecturar então que, n'esse instante decisivo, contra a Russia apparecesse outro inesperado personagem, o qual seria o Japão. Era possível, finalmente, presumir então também já que n'essa crise prodigiosa fizessem a sua definitiva entrada na politica da Europa, alliados da Inglaterra, os Estados-Unidos da America do Norte, que iniciaram a marcha, começando pela Hespanha, a alliada futura da França, na hypothese.

A propria monstruosidade da batalha enorme arredava, comtudo, a plausibilidade de que ella viesse proximamente a ferir-se. Mas o exame da questão foi util, porque elle nos demonstrou o quanto tinha tido de erronea a direcção official da França, na relação d'aquelle paiz com o exterior.

Se a França não prescinde da guerra de desforra,

não deveria jámais, caso careça de aliados, ir buscar um aliado tal que, em vez de lhe simplificar o problema, lh'o complicasse.

Ora, a Russia encontra-se, precisa e rigorosamente, n'essa condição. Por isso para aliado para a effectividade da guerra não serve. Visto como o czar traz a favôr da França a Russia, é certo. Mas traz, concomitantemente, contra a França a Inglaterra.

Só por só, a França teria de bater-se contra a Allemanha.

Com a Russia, ella tem de bater-se em duas guerras simultaneas:— uma contra a Allemanha; a outra contra a Inglaterra.

A conclusão derradeira será que, longe de approximar a reentrada em posse pela França da Alsacia-Lorena, a alliança com a Russia affasta a França d'essa aspiração collectiva.

A guerra, nas condições para que a modificou a alliança franco-russa, patentea-se como uma catastrophe tal que ella se torna quasi que proxivamente irrealisavel. Portanto, mantem-se o *statu-quo*; e a Alsacia-Lorena vae ficando indefinidamente no poder da Allemanha.

Em 1890, mesmo sem considerar o problema por estes aspectos, já, ainda assim, o coronel Stoffel reputava uma guerra de retrocessão dos territorios perdidos como quasi inexequivel. Esta analyse corrobora a do coronel francez, homem de recto bom-senso, de percuciente finura e de solido patriotismo.

*

Prosegui, com os dados da occasião, na analyse do problema que começara ventilando nas linhas anteriores.

N'essas linhas vimos que a consequencia provavel da alliança franco-russa, consequencia imprevisita pelos estadistas francezes, era a manutenção por tempo indefinido do *statu quo* da paz armada actual.

Só nos ultimos tempos é que em França se attingira este corollario irremissivel:— que a alliança com a Russia, em vez de approximar a solução appetecida pelo patriotismo francez, offendido em 1870, a affasta, pelo contrario. O ministro Millerand reconheceu, com franqueza, na tribuna da camara dos deputados, esta singular decepção. Mas o publicista Alcide d'E'bray entende que, mesmo de caracter estrictamente pacifico, a alliança franco-russa traz grandes vantagens á França.

Quaes são essas vantagens?

São, dizia o snr. d'E'bray, tornar segura a paz e livrar a França do perigo d'um subito golpe-de-mão por parte da Triplice. Para fundamentar esta sua argumentação de consolação, o snr. d'E'bray insiste em attribuir um proposito constante de aggressão por parte da Allemanha e justifica este seu modo de vêr relembrando que depois de 1870 por duas vezes tentou a Allemanha declarar a guerra á França, uma

quando se accentuaram os progressos da reorganização militar da Republica, a outra com pretexto do episodio Schnaebelé.

Mas o snr. d'E'bray não reparava em que a sua argumentação provava precisamente contra elle. A conclusão que havia a tirar d'aquelles factos innegaveis é exactamente a opposta á do jornalista parisiense.

Se d'essas duas vezes a Allemanha não declarou a guerra á França, apesar de a França estar então isolada e sem alliança alguma, isso mostra bem flagrantemente que a França não precisava de alliança alguma para não ser atacada. A opposição que a Allemanha encontrou então nas demais potencias enconral-a-hia novamente sempre que renovasse um proposito que não pôde já levar a cabo, sem embargo da sua predominancia, militar e diplomatica, no mundo.

Não convem á Russia que a Allemanha esmague de vez a França; pelo contrario, á Russia convem por agora uma França augmentada. Por isso, o czar ha-de sempre prohibir ao kaiser uma guerra offensiva contra a França.

Não convem á Inglaterra que a Allemanha esmague de vez a França; á Inglaterra convém uma França diminuida, mas não destruida. Por isso, a Inglaterra associar-se-ha á Russia n'essa injuncção diplomatica á Allemanha.

Esta permanecerá coacta para o alvitre da iniciativa do rompimento com a França; e a França não

tem, nas condições tradicionaes genericas do problema, que ter receios de uma guerra que a Allemanha lhe declare.

Aquelles que não são francezes nem allemães podem examinar a questão com relativo desapaixonamento; e, assim fazendo, teem de reconhecer com lealdade que parece infinitamente mais provavel que seja a França quem declare a guerra, apesar das ameaças encapotadas e das insolencias claras da Allemanha para com a França, intermittenemente.

Rotas as hostilidades, de quem é a probabilidade da victoria, limitado mesmo o combate a estas proporções: d'um lado a França e a Russia; do outro, a Italia, a Austria e a Allemanha?

Admittamos que se abstenham a Inglaterra e a Turquia; e não attendamos, por enquanto, senão a um dos dois aspectos por que haja de discutir-se o caso.

Consideremos, pois, o choque entre a França e a Allemanha e reputemos eguaes de parte a parte os elementos de combate que representam os dois belligerantes.

Nesses termos, o que ha que presumir? Quem se encontra em preferivel situação? E' a França? E' a Allemanha?

Aqui cedamos a palavra a um tecnico, que é um francez e um francez de previsôr patriotismo, como o testemunhou desde os seus tempos de embaixada.

São estas as palavras do coronel Stoffel:

Após as victorias dos exercitos allemães, os conselheiros do imperador Guilherme entregaram-se ao cuidado de fortificar o novo imperio contra as aggressões da França e exigiram, n'esse fito, a cessão da Alsacia e d'uma parte da Lorena. Se a França não honvesse perdido, por essa cessão, senão duas provincias, ella não soffreria aliás senão no seu amor proprio e na sua dignidade; mas o prejuizo que lhe causa o abandono da Alsacia-Lorena é, em outra maneira, grave: *arrebatará-lhe a sua segurança.*

Esse facto tem uma tal importancia para a nossa patria que elle domina todas as outras considerações, quaesquer que ellas sejam; porque para um povo a necessidade da segurança prevalece sobre qualquer outra que seja. Vae-se vêr em que situação perigosa a França está hoje collocada.

A Allemanha, apoderando-se da Alsacia-Lorena, levou a sua fronteira até á crista dos Vosgos e para lá de Thionville e de Metz. Entre essa fronteira e Paris, que só lhe dista de doze jornadas de marcha, não existe obstaculo algum natural, nem rio, nem cordilheiras de montanhas, capazes de deterem um exercito. Pelo contrario, Berlin, capital do imperio allemão, está a perto de quarenta marchas dos Vosgos, e encontra-se coberta por linhas de defeza formidaveis, para não citar senão o Rheno e o Elba. Note-se agora que em uma guerra com a Allemanha a primeira grande batalha dar-se-hia na fronteira e reconhecer-se-hia que não ha comparação alguma a estabelecer entre os perigos que correriam as duas nações: porque, se a França viesse a soffrer a primeira grande derrota, os exercitos allemães chegariam em menos de quinze dias até debaixo das muralhas de Paris sem que os exercitos francezes tivessem o tempo preciso para se reconstituirem, emquanto que, no caso contrario, em que a França fôsse victoriosa ao começo, os seus exercitos nem por isso deixariam de estar a menos de quarenta jornadas de marcha de Berlin e obrigados, para lá chegarem, a forçar as linhas do Rheno e do Elba, a cujo abrigo a Allemanha teria o tempo necessario para reorganisar as suas forças.

Encontram-se pessoas, mesmo reputadas pela sua intelligencia, as quaes, extranhas ás coisas da guerra, não dão conta do perigo a que está exposta a França em consequencia do fraco affastamento de Paris á fronteira allemã. Dizem assim: «Mas onde quer que seja a fronteira, no Rheno, nos Vosgos ou em Metz, a França, após uma batalha perdida, encontrar-se-hia, por egual, em uma situação critica.» Esclarecer-se-hia a essas pessoas com suporem o caso em que o tractado de 1871 houvesse obrigado a França a ceder á Allemanha todo o paiz até Compiègne, Senlis e Meaux. Figura-se, n'essa hypothese, o effeito que produziria a noticia d'uma batalha perdida na fronteira? E imagine-se Paris investido alguns dias depois, todas as communicações com a provincia cortadas, a capital isolada da nação!

Importa que todos os francezes competentes n'estas materias e cuidados da independencia da sua patria insistam, pelos seus discursos, pelos seus escriptos e por todos os outros meios, sobre a situação perigosa em que o tractado de 1871 collocou a França. Esses francezes não pintarão jámais com energia demasiada os perigos que nos faz correr a Allemanha, formidavelmente armada, acampada sobre a crista dos Vosgos e até para lá de Metz, a algumas marchas de Paris. Que coisa alguma os entibie em sua propaganda; que não se fatiguem de espalhar a verdade, de soltar o grito d'alarme, de esclarecer a opinião, de explicar ao publico que antes de 1870 a França estava protegida ao este por uma dupla linha de defeza, o Rheno e os Vosgos, que hoje ella está *aberta á invasão*, que no ponto-de-vista militar não ha differença alguma para a sua segurança em que a Allemanha possa concentrar os seus exercitos em Metz, sobre o Mosella, ou em Châlons-sur-Marne, ou em Château Thierry e Meaux sobre o Sena, e que *a sorte do nosso paiz depende d'uma unica batalha perdida na fronteira.*

O italico com que se deparam as passagens gritadas d'este memoravel trecho pertence ao seu auctor.

*

Vimos que a opinião do coronel Stoffel não se inclinava a suppôr um desfecho favoravel á França e, pelo contrario, reputava muito aleatorio o triumpho das armas do seu paiz. Se a victoria da França era pouco de conjecturar na hypothese de uma guerra entre a França e a Allemanha, sós por sós: — a alliança da Russia não melhora a situação. A Allemanha dividiria os seus exercitos. Metade, com os da Austria, immobilisaria os russos o tempo sufficiente para que a outra metade, com as tropas italianas, completasse a sanguinolenta tarefa de esmagar os exercitos francezes e para que a invasão da França e o investimento de Paris reduzissem a Russia ás proprias, enormes mas descoordenadas forças, hoje desacreditadas. No ponto-de-vista da guerra, a França tem um mau alliado na Russia e a Russia tem um mau alliado na França. Se a Inglaterra interviesse na baralha, como não podia deixar de acontecer, e trouxesse consigo a Turqnia, como tinha fatalmente de dar-se: — a derrota da dupla alliança era infinitamente provavel.

Porém, a Russia é um collosso tal que um desastre militar traz para ella relativamente insignificantes consequencias, no ponto-de-vista externo. E' um periodo de descanso relativo que se lhe impõe á sua marcha invasora té então incessante, conforme após a guerra da Crimea e o tractado de Paris, consoante

depois da crise turca, do convenio de San-Stefano e da conferencia de Berlim. Mas a propria descommunal pujança a põe a coberto de prejuizos amplos, fundamentaes e duradouros. A sua grandeza crescente figurava-se uma fatalidade incomprimivel, que resulta, no seu peculiarismo e até seus limites, do mesmo destino das raças e do jogo logico das vastas leis genericas que presidem á evolução con-nexa e solidaria da humanidade.

Mas para a França uma derrota então seria uma desgraça enorme. A França perderia em territorio, cerceado pela Allemanha, pela Italia e pela Hespanha, se esta se não associasse aos seus destinos. Perderia militarmente, porque a Allemanha fixar-lhe-hia o effectivo do seu pé-de-guerra e encontraria processos de impedir a sophisticação d'esta dura clausula, embargando os recrutamentos annuaes e determinando o tempo de serviço na fileira. Assim, uma idéa ainda de desforra no ulterior estaria, desde logo, extincta e eliminada. A França perderia o seu imperio colò-nial, que é vastissimo e importantissimo hoje; perderia a sua marinha militar, e a mercante definharia, na tremenda reprezalia aduaneira que os vencedores inflingiriam á industria franceza e ao commercio de exportação da França. O coronel Stoffel no seu opusculo frisava tambem este novo character da França depois de 1870:—o character colonial, que lhe modifica, de recochete, a politica continental, caso ella seja pensada com sizudez e proseguida com logica. Eguale-mente não lhe escapou o que ha de grave na posse

pela Italia de uma esquadra magnifica, á compita com a armada franceza.

Aspecto bem difficil da situação encontrava-se na quasi irreductibilidade do ciume italiano. Na Italia o misogallismo é traço caracteristico e a collisão moral aggravou-se com as acquisições de 1860, que desgostaram os italianos profundamente e os tornaram ingratos para com os serviços da França, no conflicto tradicional contra os austriacos. Porém o dissentimento vem de mais fundo; deita raizes para mui longe. A Italia não se resigna a ceder a hegemonia moral da gente latina á França. Com a victoria militar, ella procura o triumpho pelo pensamento e pela cultura. D'ahi desde já o seu afan na acquisição assimilante da sciencia germanica; d'ahi o seu empenho na tarefa educativa das novas gerações. Os livros d'aula italianos são hoje, em regra, muito superiores aos francezes e dos melhores do mundo.

Por outro lado, o ponto-d'apoiio da França na Russia autocratica não tem character moral. Começa porque assim não ha alliança entre a França e a Russia. Ha alliança entre a França e o czar; e, se bem que, nas coisas fundamentaes da vida collectiva, todos os governos, ainda os mais despoticos, sejam, intrinsecamente, representativos, nem por isso o accidente de occasião deixa de estar á mercê dos caprichos, da existencia, da saude, das paixões e das illusões d'um homem só! Ora, o accidente de occasião é, n'este problema, da mais transcendente im-

portancia, pois que se tracta nada menos do que da paz e da guerra das nações. Se na Russia entre o povo fôra legitimo o presumir opinião a proposito, essa opinião não podia deixar de ser hostil á França, pois que na memoria das camadas profundas não se deliu ainda o resentimento da invasão napoleonica; o incendio do santo Kremlin, como nos preconceitos e soberbias das classes superiores não se apagou o resabio da humilhação da Crimea e da queda da famosa Malakoff, com o desdouro (ainda para mais) de ter o seu tanto de irrisoria. Na sua lealdade, em momento caracteristico, o conde Leão Tolstoi afirmou a um jornalista parisiense que as sympathias do povo russo pelo povo francez não passavam d'uma phantasia do *boulevard*, entusiasta e frivolo.

Suppondo, pois, o desenlace da intriga diplomatica na calamidade d'um conflicto armado, parece que a victoria da França era muitissimo pouco provavel. E escusado seria accentuar o character de immensa catastrophe para a civilisação moral do mundo que derivaria da derrota da França. A Allemanha feudal e aristocratica mais aspera e dura se fará. A Inglaterra assumiria de vez um feitio imperialista e militar. Para cumulo de infortunio, até os Estados-Unidos da America do Norte perderiam o seu timbre de paz pacifico e progressivo. O que seria então dos povos pequenos nos dois continentes civilizados?

Ha em Berlim um historiador notavel, entre tantos, que representa o feitio especifico da Allemanha guerreira, nacionalista e aggressora. Esse homem,

Treitschke, reclama, a crueis gritos, o que chama a *terceira guerra punica*.

Mas o que seria o arrazamento da Carthago d'este odiento personagem? O que importaria para a vida mental e moral do mundo essa monstruosidade, felizmente que impossivel quiçá, ainda na hora absurda da loucura universal? O que seria e o que viria d'esse horror estupendo: — o arrazamento de Paris?

*

Dizia Voltaire que aquelle escriptor que esgotava o seu assumpto era um mau escriptor. Convem que o leitor fique com o seu tanto de congeminção livre, para que imagine de-per-si e collabore, assim, na ideação do auctor.

Não nos tendo nós na conta de um escriptor mau, mas na de um escriptor pessimo, — ainda discorreremos mais um pouco sobre o thema que se nos offereceu ás indiscretas considerações. De resto, longe ficaremos sempre de exhaurir o assumpto, não só pela insufficiencia nossa como pela sufficiencia d'elle, que é prolixa e abudantissima.

Ora, nas considerações anteriores discutiramos nós a hypothese da derrota da França na guerra possivel futura com a Allemanha, em revindicta do destroço de 1870. E concluíramos que para a causa da civilisação da humanidade a derrota da França

seria uma immensa desgraça. O que, pois, nos levava (na hypothese da derrota da França) a fazer fervorosos votos contra a guerra e em prol da paz.

Agora cumpria discutir a hypothese contraria, a da victoria da França. Mas concluiríamos, egualmente, que para a causa da civilisação da humanidade a victoria da França seria uma immensa desgraça tambem. O que, pois, nos levava (na hypothese da victoria da França) a fazer ainda fervorosos votos contra a guerra e em prol da paz.

O exame d'este problema da alliança franco-russa não deriva d'um futil pavoneamento de snobismo nem se fundamenta em pusillanidades ou esquivanças. Elle procede do profundo interesse que tem para todos os amantes do progresso social um factor, como é essa alliança, de tão vasto, de excepcionalissimo alcance. Consideradas assim as coisas e reconhecendo-se a solidariedade das nações e a interdependencia dos povos, evidentissimo se torna que não ha questões francezas, russas, germanicas, slavas, mas sim questões humanas, as quaes tanto devem preoccupar as mentes esclarecidas nas margens do Sena e do Danubio como á beira do Tejo ou do Tamisa.

D'est'arte é que a politica deixa de ser politiquice e a historia deixa de ser *historias*.

Ao primeiro relance, quiçá se affigure estranho que um latino menospreze o triumpho do povo que representa hoje a mais alta culminancia da raça latina

e que um republicano considere como uma calamidade universal a victoria da França.

Mas é que ha França e França. E cumpre não esquecer aquellas palavras solemnes do grande poeta Schiller, na *Carta a Koerner*, em 1789. Schiller diz assim :

Um espirito philosophico não póde particularmente interessar-se por uma nação senão quando ella lhe apparece como condição do progresso da humanidade inteira.

Eis o caso.

Não já a um espirito philosophico (votado ao adjectivo o sentido superior que litterariamente comporta), mas attribuindo-se-lhe meramente o seu sentido originario e etymologico, a um espirito cioso da verdade, a victoria da França, na guerra projectada e nas condições coevas do debate, appareceria acaso como «condição do progresso da humanidade inteira»?

A esta pergunta a resposta encontrava-se contida na simples observação de que a victoria da França não seria a victoria da França só, mas da França e da Russia. E da França e da Russia contra a Allemanha, a Italia, a Austria, a Turquia e a Inglaterra.

Esmagadas a Allemanha, a Austria, a Italia, a Turquia e a Inglaterra: — de quem era a victoria?

Da França?

Que loucura!

A victoria era... da Russia; e a França, isolada

no seu triumpho apparente, teria perante ella para a submeter ou para a esmigalhar, se reagisse, o seu alliado, immediatamente volvido em seu inimigo.

E então contra a Russia em quem se appoiaria a França, que houvesse conseguido destruir todas as grandes potencias europeas?

Nas condições em que o problema se offerece agora para que o encaremos, temos que a victoria da França seria, no apuro de contas, o quê? A derrota da França. Mas a derrota completa, absoluta, irremissivel, irreparavel. Porque seria a derrota moral, sobre a derrota material. Seria a derrota mental, sobre a derrota sentimental. Seria a derrota politica, commercial, economica; seria uma catastrophie sem nôme e sem exemplo, porque seria a conquista da Civilisação pela Barbarie, trazida a Barbarie pela mão imprudente e pelo espirito irreflectido da mesma Civilisação, representada calamitosamente pela França.

No seu desterro da ilha de Santa-Ilлена, Napoleão I dictou a sua famosa prophecia:

Dentro em cem annos a Europa ha-de ser, de duas cousas, uma: — ou republicana ou cossaca.

Porém o que Napoleão I não poderia presumir, nem nos delirios do mais desvairado pezadello, era que dentro dos cem annos do seu vaticinio a Europa corresse o perigo de ser cossaca... pelo concurso e, o que mais abominavel é ainda, pela inicia-

tiva da França... republicana. Concebe-se sarcasmo d'uma atrocidade mais infernal?

Em França os bons espiritos e as almas altas principiavam então em 1901 a levantar os diques do são patriotismo e da recta philosophia contra a torrente d'um chauvinismo pouco attento e de mediocre pensar.

Apparecera, por exemplo, em Paris editada pelo livreiro Stock uma obra intitulada: *A Humanidade e a Patria*. O capitulo v do livro segundo d'este volume dedica-se à «Politica Internacional». E, na segunda secção d'esse capitulo, o auctor, que é o notavel chimico e publicista abalizado Alfred Naquet, contra o perigo russo escrevia n'este tom:

A Russia conta na hora presente mais de cento-e-vinte milhões de habitantes. O seu territorio europen estende-se do Baltico e do Oceano Glacial ao mar Negro, e engloba na sua esphera de influencia as pequenas nacionalidades balticas. O seu territorio asiatico comprehende toda a Siberia, começa a encetar pela Mandchuria e por ali confina com a China, como por outros pontos confina com a Persia e com o Afghanistan. Dentro em um seculo ou dois, esse immenso imperio póde conter mais de seiscentos milhões de seres humanos, de raças diversas. E' evidente que n'esse momento, se o occidente não lhe oppõe uma barreira confederando-se, será submergido por elle mais facilmente ainda do que outr'ora a Grecia foi subjugada pela Macedonia. Vêr despontar um colosso semelhante e, por contendias intestinas, facilitar o seu desenvolvimento, é preparar a ruina da Europa occidental, como outr'ora a lucta das cidades hellenicis umas contra as outras preparou os triumphos de Philippe e d'Alexandre.

Quem lêr nas entrelinhas d'este trecho repara que elle é tímido e receoso. O politico francez temia-se de melindrar certo publico e de susceptibilisar o alliado d'esse publico. Assim, affastava o perigo moscovita para d'ahi a dois seculos, quando elle era, aliás, instante. Deitar os olhos para um mappa dos progressos da Russia n'estes trinta annos ultimos decorridos (como facilmente se pôde fazer aproveitando uma estampa do *Almanach Hachette* simplesmente) — resolve as possiveis duvidas.

Tambem o publicista attenuava as responsabilidades comparando a Russia com a Macedonia e o czar da Russia com os reis da Macedonia. Mas seria com a Persia que a comparação deveria fazer-se. Com Xerxes se poderia cotejar Ivan o *Terrivel*, a esboçarem-se (o que é sempre absurdo) parallellos, genero historico detestavel. Mas com Alexandre I Com o typo do heroe civilizador consciente o paradigma da civilisação inconsciente, fatal, rompendo a custo da oppressão systematica e corrompida, militarmente cruel e administrativamente rapace! Alexandre, servido pelo tchinu e brandindo o knut! E' visão de realidade essa, acaso?

Mas Alfred Naquet prestes recupera a sua autonomia independencia de escriptor. Concluia as suas observações por estes memoraveis conselhos:

A aliança russa contrahida pela França deve, pois, ser tam claramente condemnada como a da Italia com a Alemanha. Ella é, nos nossos dias, o que para o Peloponeso e para

a Attica foi a alliança macedonica. Ella prepara a cunha formidavel que se introduz entre os diversos povos occidentaes para lhes impedir que se reunam e para lhes despedaçar a resistencia.

Nada mais exacto. E de longe se poderiam prever estas consequencias deleterias em que só á ultima hora — é espantoso — se principiava a meditar.

Assim, em 1890 o coronel Stoffel, havia onze annos, já desenvolvia com rigôr e nitidez o essencial d'estes reparos criticos.

Que dizia elle? Dizia :

Não é necessario, com effeito, haver ineditado muito ácerca da Europa para reconhecer que o perigo que ameaça as nações civilisadas está a Este, onde cresce sem cessar, lenta mas certamente. Póde-se affirmar que, graças ás divisões que desunem os povos, a Russia apoderar-se-ha das provincias do Danubio um dia ou outro. N'esse-dia, ella constringirá a Europa desde o Baltico até o Archipelago, protegida nos flancos por esses dois mares o não podendo ser nem torneada nem tomada pela rectaguarda. Dispondo dos numerosos marinheiros das ilhas do Archipelago, ella estender-se-ha pouco a pouco, semelhante a uma nodoa de azeite, e breve attingirá as costas do Adriatico e Trieste.

E' extremo que os estadistas e os generaes francezes não repensassem o pensado, antes desdenhassem da tradição politica e militar da França. Pois que auctoridade sequer tam competente podiam elles deffrontar no thema com a de Napoleão 1?

Ora, o imperador, considerando a situação admi-

ravel da Russia contra o resto da Europa e a immensidade da sua massa d'invasão, pintava aquella potencia como que assentada sob o polo, encostada a gelos eternos, que, quando preciso, a tornavam inabordable. Ella não era atacavel, dizia elle, senão trez ou quatro mezes ou uma quarta parte do anno, de par e passo que tinha o anno todo, completo e inteiro, ou sejam os doze mezes, contra nós-outros. Ella não offerecia aos assaltantes senão os rigôres, os soffrimentos, as privações d'um solo deserto, d'uma natureza morta ou entorpecida, emquanto que seus povos era com attracção que se lançavam às delicias do nosso meio-dia.

A estas circumstancias phisicas, proseguia o Imperador, juntava-se uma população immensa, valente, endurecida, dedicada, passiva, e uma enorme turba-multa de tribus, entre as quaes a nudez e a vagabundagem são o estado natural. Elle perorava por este teor :

Não é possivel pensar sem se estremecer em uma massa similhante, massa tal que não é possivel ataca-la nem pelos lados nem pela rectaguarda; que impunemente desborda para de cima do competidor, inundando tudo, se triumpho, ou retirando-se para o interior dos gelos, para o seio da desolação e da morte, tornadas suas reservas, se é destroçada; tudo isto com a facilidade de reaparecer immediatamente, se o caso o exigir.

O Imperador assegurava que, em idonea combinação politica da Europa, a sorte d'esta parte do

mundo dependia, só e exclusivamente, da capacidade das disposições d'um só e unico homem. Elle exclamava :

Que surja um imperador da Russia valente, impetuoso, capaz, n'uma palavra; um czar que tenha os pellos nas ventas, e a Europa pertence-lhe... Com toda a certeza, eu, em uma situação assim, chegaria a Calais em data fixa e por jornadas d'étape e alli encontrar-me-hia sendo o senhor e o arbitro da Europa.

As expressões do genial soldadão eram, em certo lance supra, mais pittorescas e energicas; adivinham-se.

Napoleão I dizia, em outra palestra, em 1816 :

Com o diluvio de tartaros de que dispõe a Russia, a crise é grande e permanente para o continente europeu, sobretudo para Constantinopla. Muito desejou o imperador da Russia que de mim obtivesse Constantinopla. Muito me namorou elle a tal respeito. Mas eu fiz constantemente ouvidos de mercador. Esse imperio da Turquia, por desmantelado que parecesse, devia permanecer sempre como o nosso ponto-de-separação para entre-ambos: era *o charco que tolhia ao czar tornear-me a direita*.

O coronel Stoffel annotou assim :

Será *o charco* quem ha-de impedir o tornear-se a esquadra do czar quando a Russia estiver senhõra das provincias do Danubio, do Bosphoro e do Archipelago.

Desde que o czar houvesse mudado seu imperial paço para Constantinopla, quando a Turquia tivesse

desapparecido da lista das nações europeias e quando a França houvesse, com a Russia, desbaratado a Inglaterra, a Austria, a Allemanha e a Italia: — como se haveria a França com a Russia?

E, se o mundo perguntasse á França com que direito ella o sacrificara á revindicta da Alsacia-Lorena, que contas do seu procedimento prestaria a França?

Orgulhar-se-hia da sua victoria? Julgaria que triumphara? Cuidaria que a historia lhe reservasse palmas e galardões? Entenderia que prestara um serviço á humanidade?

Mal da França, se tal acontecesse! A França acabaria então. Acabaria no odio e na reprovação universal. No odio, ainda, da propria Russia civilisada. Na reprovação, até, da sua propria consciencia, d'ella França.

*

Nas linhas antecedentes mostramos como o escriptor francez Alfred Naquet condemnara a alliança franco-russa, com o motivo e sobre o fundamento de ser a Russia a mais formidanda expressão do Despotismo.

Alfred Naquet restringia a sua condemnação em uma nota, a qual diz assim:

E' claro que as coisas mudariam completamente de face, se uma revolução substituísse á dictadura czariana uma republica democratica na Russia.

Estaria então para proximo esta transformação?

À hora em que Alfred Naquet escrevia aquellas linhas estrepitavam na Russia os motins, de estudantes e operarios, que a policia imperial reprimiu com a sua ferocidade, monotona, o knut, e monochromica, o sangue.

Apezar d'essa agitação, Alfred Naquet accrescentava que, infelizmente, na monarchia moscovita nada fazia prevêr por então que podessemos contar para breve com transformação semelhante.

Seria assim? Que sabemos nós da Russia?

Na França pouco se sabia. Em Portugal não se sabia nada.

Nunca se soube.

Classica, a litteratura geographica portugueza, que destaca opulenta em informes ácerca de nações tão affastadas e remotas na correlação do nosso paiz, é, comtudo, pobre pelo que concerne aos povos europeus; e d'aqui vem que escassamente os nossos antigos tiveram noticia da

..... estranha
Gente, Ruthenos, Moscos, e Livonios,
Sarmatas outro tempo; e, na montanha
Hircinia, os Marcomanos são Polonios.

De fracção do respeitante á gente capitulada por Camões de *estranha* occupou-se Achilles Estaço quando ocorreu a eleição de Henrique de França para rei da Polonia; e (no fito de elucidar os seus coevos) do latim consta que traduzira para nosso vernaculo Diogo Gomes Carneiro uma historia chôcha de tartarica furia.

Só os accidentes militares do conflicto constante da Russia com a Turquia é que chamaram a attenção dos portuguezes para as coisas russas; mas a vida interna da Russia, seus costumes, sua arte, sua litteratura não nos mereceram escrupulos nem cuidados. Assim, um distincto moscovita, o snr. Plató Luovitch Vakeel, queixava-se em 1868 d'este nosso desleixado indifferentismo e, para nos dar uma ideia do que era o seu paiz, publicava no Funchal o volume, repleto de factos e de apreciações, qualificado de *Quadros da litteratura, das sciencias e artes na Russia*.

Quando, porém, o romanesco dos successivos attentados nihilistas contra o czar Alexandre II feriu nossas imaginações episodicas, appareceu em Lisboa, trasladado do italiano, um volume, muito interessantemente redigido, sob a etiqueta de *Russia subterranea* e ostentando um prefacio do cathedratico e agitador P. Lavroff.

Cahindo a agitação nihilista, novamente o publico lusitano se desinteressou; e mal apenas até á data os acontecimentos tumultuosos das universidades moscovitas haviam logrado provocar a curiosidade d'uma população, ai de nós!, preguiçosa de espirito e, de feição, desattenta. Todavia, difficilmente se conceberia thema tão interessante e tão cheio de ensinamentos como seja esse do movimento nihilista, desde seus inicios até essa data presente onde nos encontravamos.

Em Portugal, em regra, ignora-se que a propria

expressão de *nihilismo* é obsoleta hoje e que nunca foi adequada. Os revolucionarios russos jámais se déram como *nihilistas*. Este termo philosophante foi um apodo sarcastico do romancista parisienso Turguenéff. Em uma novella idonea, procurou elle d'est'arte caracterisar certo typo da juventude positivista e materialista de Moscow e Petersburgo, que apparecera quando, concomitantemente, surgiu o fremito da emancipação feminina, tão assignaladamente typico na historia moderna da Russia culta. Mas nihilistas... como? Quê?

Os nihilistas russos não procuravam mais do que obter para o seu paiz o conjuncto de reformas constitucionalistas que fundaram na Europa Occidental o regimen parlamentar e o systema representativo. Elles queriam e querem a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião e associação, a segurança pessoal e o suffragio das populações, até então absolutistamente administradas.

A esse esforço dá as suas raizes historicas a mallograda tentativa dos conspiradores que se congregaram, no regresso da campanha de França, á data dos ultimos tempos do reinado do czar Alexandre I. N'essa epocha o espirito revolucionario limitava-se á officialidade do exercito; e os conspiradores não pensavam em outro processo que não fôsse o de apoderarem-se, por um golpe-de-mão, audaz e subito, do poder politico. Entre elles, e dirigindo-os superiormente, contava-se um homem de altissimo valor politico, personagem excepcional que não encontrou

a sua hora, o coronel Pestel. Porém, os successos precipitaram-se com a morte inesperada de Alexandre e com o advento, ao solio, de Nicolau, a quem o throno não cabia e de cujo espirito reaccionario não havia senão a temer e a temer grandemente. Explodiu a revolta militar de Petersburgo, afogada em sangue; e, por vasto lapso, o tentamen dos dekabristas não conseguiu despertar novas iniciativas, estranguladas em um regimen de desespero e terror.

Uma geração tardia comprehendeu a irrefragavel urgencia de uma propaganda systematica; e n'este empenho se consagrou dedicadamente um litterato de relevantes meritos, Alexandre Herzen, que foi um dos eminentes pamphletarios do seculo. Fundou em Londres uma typographia russa e creou um jornal que clandestinamente era introduzido, aos milhares, no imperio, o famoso *Kolokol*.

Alexandre Herzen retomou uma ideia do conspirador Pestel, a qual se substanciava em attrahir ao movimento revolucionario a infinda multidão dos camponezes dissidentes religiosos que constituem o que se chama (nas suas multiformes variedades) o *raskol*. Adeante o esmiuçaremos, a esse aberrativo *raskol*.

O movimento convergente de propaganda e dissociação foi, entremettes, atravessado pela catastrophe da guerra da Crimeia, que levou o terrivel Nicolau a um suicidio, occulto e dissimulado, ao que se cochicha no bastidor da chronica.

Havendo fracassado n'uma derrota assim desastrosa o absolutismo czarista, levantou-se, quasi que

voz em grita, por toda a Russia um murmurio unanime de reformas.

Com indignação e repulsa se attentou no canero tradicional da servidão de gleba, a que estava adstricto o mujik, «propriedade baptisada», coisa anonyma e neutra, sujeita ao knut, *alma morta*.

O novo czar era um principe de coração bondoso e de animo docil. Seguiu na corrente das aspirações das classes instruidas e generosas da sua nação. Adrega que encontrou para realisar a grande obra da emancipação dos servos a capacidade extrema e a extrema laboriosidade d'um estadista insigne, Milutine.

Por largo espaço tudo se absorveu n'esta faina immensa da emancipação. Sobreveio um episodio lastimoso, que prejudicou ainda o desenvolvimento das aspirações politicas. Esse foi a inesperada e chimerica insurreição dos polacos.

Quando os nihilistas, assim chamados na Europa Occidental, puderam alfim regressar ao seu proposito de libertação constitucional, um exame do peculiarismo do seu paiz lhes mostrou então, com assombro e horror, que na Russia não havia povo, no sentido que a palavra tem no mundo civilisado. A Russia era, com effeito, um enorme imperio rural, onde as cidades entram na quota da população geral por uma desproporção de insignificancia espantosa. O mujik possuia pelo czar uma adoração fetichista, consagrava-lhe um culto como á divindade, idolatrava-o. De modo que o russo parisiensê, littreista, snr. Wy-

ruboff, pôde dizer com amargura que a lucta entre o nihilismo e o autocratismo era o louco combate de um anão com uma espada de cortiça contra um gigante em uma armadura de ferro.

Um pouco pretenciosamente, a gente illustrada na Russia denomina-se a «intelliguentia». Mas com um ardor sublime, que lembra os primeiros seculos da evangelisação christã, a parte mais altruista d'essa «intelliguentia» deitou-se á faina do que se chamou a «descida ao povo», para o avocar á consciencia.

Meninas da aristocracia fôram trabalhar para as fabricas, e um principe aparentado com a casa-real (Kropotkine, geographo, publicista, ao deante famosissimo na agitação mental occidental) fazia prelecções aos operarios pelos bairros exoticos da capital do imperio.

Sem embargo, os effeitos d'esta propaganda demonstravam-se (como aliás era de prevêr) lentos e morosos. Então despontou, em uma minoria, o relampago da ideia terrorista. Pela primeira vez ella se manifestou, em publico attentado, pela vindicta de uma mulher de ideal punindo um homem de policia. Sobre o commissario Trépoff a estudanta Vera Zassulitch desfechou o seu rewólver. Logo, nas successivas e mysteriosas temeridadés dirigidas contra a vida do czar, sempre mulheres tiveram participacão, sendo a ultima d'essas emprezas guiada e conduzida por uma joven dama da melhor aristocracia petersburguezã, Sophia Perowskaya, sacudindo o lenço branco, em signal á bomba de vidro, recoberta

de fiapos de algodão, para que com a geada dissesse e com a geada se confundisse.

Concorrentemente, a Russia transformava-se. E, libertando-se financeiramente da pressão do curso forçado do papel, pela pauta ella alcançava fomentar a dentro de fronteiras a grande industria. Assim, apparecia caracteristicamente na Russia o que na Russia até então não houvera: isto é uma burguezia urbana e um proletariado fabril.

D'est'arte, o autocratismo creava, elle proprio, as condições da sua futura eliminação, dando (sem congeminar futuro) origem ás classes com as quaes aliás sua vida é inteiramente incompativel. O mujik era attrahido progressivamente do campo para as cidades; e no campo a vida patriarchal dissociava-se, adquirindo a familia individualidade e a dentro d'ella cada um de seus membros revindicando-se autonomisticamente. Tudo se modificara.

E' certo que a instituição tradicional do *mir* e o condicionalismo da emancipação (que ligou o campo-nez até o resgate integral da terra) poem obstaculos e alevantam impedimentos a esta parcellarisação dos aldeãos russos. Mas a fatalidade do modo de producção capitalista ha de vencer todos esses attrictos e terminar por constituir grandes agrupações proletarias salarizadas. Consequentemente, de essencia, revolucionarias.

Até ha pouco, o esforço dos revolucionarios politicos russos resultara inane, porque contra elles e pelo czar estava o mujik. A transformação economi-

ca da Russia havia de ter, porém, como consequencia politica a inversão symetrica d'esta situação.

Um publicista francez conservantista mas d'uma notavel penetração psychologica, e que conhece perfeitamente bem a Russia, o snr. Anatole Leroy-Beaulieu, estampou, aqui ha cinco para seis annos, na *Revue des Deux-Mondes*, um excellente artigo descrevendo essa rapida transformação economica da Russia; e n'elle teceu previsões politicas analogas ás que deixamos exaradas. Ellas se confirmaram, de resto, por completo. Assim é que no n.º de Junho, d'esse anno agora do debate, da revista norte-americana *The Forum* apparecera um artigo do antigo nihilista snr. Abraham Cahan (*Russian Nihilism of to-day*) em cujas laudas o escriptor marcava precisamente o caracter operario e popular do nihilismo coevo.

Este peculiarismo mostrava que a transformação politica, quando se dêsse, seria possivelmente acompanhada na Russia de reformas sociaes. Ora, o typo d'essas reformas deprehendia-se do mesmo feittio subjectivo da gente russa, a qual é eminentemente sociavel, inimiga da hierarchisação, tendo em alto grau o espirito de companheirismo, mas nunca, como os allemães, o geito corporativo. O *artel* dos operarios russos indica significativamente as tendencias da massa generica.

Era, infelizmente, de presumir, já se vê, consoante sempre, a resistencia das gentes interessadas em manter o *statu quo*. Mas havia a considerar que na

Russia não existe (ao invéz do que se imagina na Europa) uma verdadeira aristocracia. Cumpria não esquecer que a grande propriedade fundiaria rural, depois da emancipação dos servos, perdeu alli o influxo social que lhe advinha da consuetudinaria situação privilegiada. Quanto á fidalguia cortezanesca, essa constitue, em larga escala, o estado maior do occulto exercito revolucionario.

Mas ao exercito official recorreria o autocratismo, desde que em perigo. Aqui tambem elle se encontrava já relativamente mal. Na verdade, havendo as reformas governativas russas feito perder ao exercito o seu antigo character de classe á parte e fixa, pois que estabeleceram a transitoriedade do serviço e o recrutamento geral e obrigatorio, o exercito veiu a constituir-se em uma grande eschola de disciplina social e em um club de propaganda politica.

Todas as condições parecia, pois, estarem afeiçoando-se para um ulterior remodelamento politico da Russia, o qual não encontra objecção verdadeira e grave senão na mescla obstructiva de populações selvaticas e de raças inferiores. Mas, com excluir a Russia asiatica d'uma proxima transformação, as difficuldades achavam-se sobrepujadas e resultavam vencidas.

Confirmar-se-hiam, ainda uma vez, as grandes leis historicas, que são homogeneas e não divergem, mesmo nos casos que mais heterogeneos parecem. Assim, enganaram-se aquelles slavophilos facciosos que, julgando arbitrariamente a Russia uma excepção na civilisação, condemnavam fanaticamente a obra

de Pedro o Grande, suppondo no *mir* o testemunho e o indice d'um desenvolvimento proprio e exclusivo do seu paiz. Elle, tarde ou cedo, haveria de vir a ser, conforme os demais paizes da Europa, uma democracia representativa.

Talvez, comtudo, à Russia fôsse dado o iniciar conjunctamente amplas reformas sociaes. Talvez o mysticismo da gente russa, tão singularmente alliado ao seu realismo, introduzisse na civilisação geral europea um factor especifico e proprio. Talvez...

Quaesquer conjecturas, porém, sobre a maneira de realisação e sobre as minucias da ulterior organisação (unitarista, federalista, etc.), eram então temerarias e mesmo inuteis. O que importava era, fundadamente, estabelecer desde então a previsão da remodelação politica eventual da Russia, quer ella procedesse d'um acto violento quer derivasse de uma outhorga suppositicia.

A hora approximava-se porventura. Porventura que os entraves d'uma burocracia corrompida contribuissem para tornar as reformas mais radicaes e completas, eliminando (com o poder pessoal) essa organisação hierarchica, mongolica, do *tchinn* e fazendo circular um espirito de liberdade e de responsabilidade, fiadores progressivos da ordem verdadeira, porque é a unica digna.

Quando, porém, seria isso? E, no entretanto, com que Russia estava alliada a França? Que Russia venceria, vencendo então a França? Seria a Russia dos nihilistas ou seria a Russia do czar?

*

Nas linhas anteriores collocando-nos no ponto-de-vista da victoria da França, deixavamos entrever a possibilidade d'um effeito de democratisação das instituições da Russia; e esta hypothese a discutiramos já com tal qual amplitude em um dos capitulos do nosso volume *Notas do exilio*. Mas cumpria, n'uma consoladora esperança, não esquecer a perspectiva opposta, que, por ominosa, era tambem possivel. E era que, pelo contrario, o triumpho das armas da França alliadas ás da Russia trouxesse como corollario não a imitação da França pela Russia mas sim a imitação da Russia pela França, quer dizer que, em vez da Russia avançar, fôsse a França que retrograda-se.

E' bem de vêr que uma guerra victoriosa depende, em alto grau, da concentração, da rigidez, da firmeza da disciplina das tropas combatentes. Uma campanha recorda os instinctos apagados da tyrannia e da sujeição; ella reorganisa a hierarchia e fomenta, em intensissima escala, o espirito da obediencia.

Assim pensando, criamos não exaggerar perigos, temendo que, na eventualidade da victoria, o general francez que entrasse (de volta de Berlim, sujeita) triumphante em Paris se proclamasse Imperador. Só o não fará se o não quizer; se tiver a abnegação d'um Washington ou se possuir o stoicismo d'um Hoche. Mas a massa de que se fazem os Bonaparte

é mais commum; e a ambição do governo absoluto comprehende-se que seja o sentimento natural e permanente de quem está habituado a mandar sem discussão milhares de milhares de homens e a ser obedecido por elles passivamente.

Ainda que o edificio republicano esteja já hoje na aquisição de um largo fundamento estavel, essas bases não abastarão; as instituições republicanas, dirigidas por burguezes de casaca (advogados, medicos, jornalistas, commerciantes) serão odiosas, in-supportaveis, ridiculas a um exercito victorioso; a republica equivalerá a *paisanada*; os *vieux-grognards* não poderão tolerar mais os *pékins* verbosos e argumentadores.

Para se chegar a uma idéa nitida da situação, é preciso ter sempre em vista o que facilmente se esquece. Toda a gente está habituada a cousiderar a França como o paiz da Revolução. Por isso, não dá conta de que a França é, tambem, o paiz da Reacção. Paris manchou a Revolução com o crime das matanças de Setembro; mas foi Paris tambem quem commetteu o crime catholico das matanças da San-Bartholomeu. Paris é a cidade que estabeleceu o Encyclopedismo, mas foi a cidade, egualmente, que fundou o Jesuitismo. O clericalismo protestante é escossez; mas o clericalismo catholico é francez. A montanha de Montmartre foi o reducto da Communa; mas no topo da montanha o que é que pompea, hoje, dominando a cidade? E' um sobranceiro, assombroso, provocador, triumphal monumento reacciona-

rio: a formidável basilica do *Sacré Cœur*, a igreja de San-Pedro do Jesuitismo, o Vaticano do Papa Negro.

O esforço reaccionario escolheu a patria da Revolução para campo de batalha. Os grandes nômes da Reacção no seculo XIX (os seus grandes philosophos, publicistas, oradores, jornalistas): quaes são? São José de Maistre, Chateaubriand, de Bonald, Lamennais, Lacordaire, Montalembert, Gaume, Veuillot. Até os crentes liberaes retrogradam em França, os Ballanche, os Borda-Demoulin. O leitor curioso que se não contenta com as simples indicações de linhas fugitivas consulte, se quizer, o volume de Ferraz sobre o tradicionalismo francez e forme juizo subseqüentemente.

Por isso, apesar de tudo, sem embargo dos seus trinta e tantos annos de republica, as classes elevadas em França, não perderam para com a democracia a sua rancorosa má-vontade. Ellas não consideram as instituições republicanas senão como um *pis-aller* imprescindivel. A republica foi a consequencia, pensam ellas, de não haver em França em 1870 príncipe á altura. O conde de Chambord estava velho, rabugento; era um caturra que tomou o pretexto das flôres de-liz e da côr da bandeira para recusar um throno que o tirava do seu socego. O conde de Paris não era sympathico, pelo seu americanismo, pelo seu utilitarismo, pela sua apologia do operariado inglez e pela sua habilidade financial de banqueiro e homem-de-negocios. Os Bonapartes en-

contravam-se desacreditados por causa de Sédan. Aceite-se, pois, (conveio-se então) provisoriamente a Republica. Ella é o terreno neutro em que todos cabemos. Ella é o governo que nos divide menos, dizia o astuto, patriótico Thiers, para justificar — suppunha-se — a sua defeção do orleanismo. Mas esperemos sempre a hora abençoada em que restabeleçamos uma bôa, solida, poderosa monarchia, apoiada no militarismo e no clericalismo. Que os gendarmes espadeirem os operarios e que os jesuitas eduquem os filhos dos burguezes. Reintegre-se a desigualdade, sob todas as formas e por todos os aspectos. Regresse-se ao systema do privilegio. Volte-se prestes ao regimen do *bon vieux temps*.

Assim se explica o prodigioso alastramento do jesuitismo em França durante a primeira vigencia d'esta terceira republica, a tal «semi-republica» de Léouzon-Le-Duc. E' que as altas classes em França são insociaveis, soberbas, orgulhosas, avidas de distincções, desprezando o pobre. A expressão, reservada e fria, de taes almas depara-se na psychologia d'essas duas publicações typicas: *La Revue des Deux-Mondes* e *Le Journal des Économistes*. E' d'essa gente que derivou, penetrando quasi nos costumes, que a maior injuria que exista alli no vocabulario das paixões hostis seja a de chamar a alguém *mendiant* (mendigo). A vaidade mostra-se na soffrega appetencia de fitas e condecorações, veneras e titulos, mania que vae ao extremo de prezar como marca de distincção a simples particula *de*. Essa fidalgaria testemunhou-se

no processo Zola. Por pouco que o não atira ao Sena. E' o mesmo temperamento que estendeu, trespassado, cerce do mesmo local, o almirante Coligny. E' o catholicismo sem christianismo: — philosophia e moral a que, syntheticamente, se chama o «Jesuitismo», dominando e prevalecendo até então com essa terceira-republica. No então recente livro do snr. José Caldas (*Os Jesuitas*) deparavamos a seguinte nota, característica:

Antes da Revolução de 1789, havia em França 60:000 religiosos de ambos os sexos. Em 1866, durante o segundo imperio, este numero subia já a 94:800. Comprehende-se. O que não se comprehende é que, em 1878, sob o regimen da actual republica, estes 94:800 estivessem em 158:000, e estejam hoje em 197:000, a fóra o clero secular. Em 1898, só jesuitas francezes, havia 2:464. Quanto a congregações femininas, devoções, archi-confrarias, noviciados, sob todas as rubricas, desde as mais imbecis até ás mais hereticas, é um diluvio.

Ora bem.

Suppanhamos agora a França victoriosa da Inglaterra (protestante), da Allemanha (protestante), da Austria (grandemente emancipada hoje) e da Italia (anti-papista). Supponhamos, como consequencia, a queda da republica em França e a proclamação do Imperio alli.

Qual seria o primeiro acto do novo Imperador?

Em 1870, o coronel Villot publicou um folheto de resposta ao do coronel Stoffel, a quem por vezes, n'esta serie de considerandos nos temos reportado.

O opusculo do coronel Villot preconisa a alliança russa; e appella, já se vê, para a guerra, a qual será triumphante, é claro. Que sorte destina á Italia derrotada o coronel Villot? Ella se deprehende de varios trechos seus, de animadversão e acrimonia, de despeito e vindicativa esperança.

Por exemplo:

Uma Italia confederada podia e devia viver em paz com a França *catholica*, mas a Italia, *expulsando o papa de Roma* etc.

Outro:

No dia em que a Italia *destruiu o poder temporal do papa e usurpou ao papado a Cidade Eterna*, ella banii-se da communião da *catholicidade* inteira do mundo todo e etc.

Outro ainda:

O povo italiano abusou da culposa indulgencia de que usara para com elle o infeliz soberano que succumbiu em Sêdan. O povo italiano, que lhe devia tudo, não se importou nem com os seus conselhos, nem com os interesses da França, nem com a consciencia de duzentos milhões de *catholicos* espalhados pelo universo inteiro.

Outro, finalmente:

Diga-se, todavia, para gloria de Napoleão m, que, apesar dos contrarios destinos e intinado a abandonar o *principio do poder temporal do papado* em paga do soccorro da Italia,

elle rejeitou para bem longe de si *similhante traição aos interesses catholicos*. Trahido por alliados sem fé nem lei, o Imperador não reneou a *santa* causa que tomara sob sua guarda, e a França saberá agradecer por isso aos seus successores.

Eis a resposta á nossa pergunta.

O primeiro acto da França victoriosa e feita Imperio seria: *restabelecer o poder temporal do papa em Roma*.

Assim categoricamente o proclamou ao mundo, em 1870, replicando ao coronel Stoffel, o coronel Villot, em um opusculo editado pela Imprensa e Livraria *Militares*, de Paris e Limoges.

Para que encerrassemos adequadamente nossas considerações, ainda faltariam dois pontos. Um voltaria a tractar de Portugal perante a hypothese da guerra. O outro tractaria de qual devera ter sido a politica internacional da França republicana até então.

*

Não ha entendimentos sobre os quaes tenha melhor preza a apaixonada imaginação do que os entendimentos praticos e positivos, quando de bons quilates sejam e desde que se não considere o espirito positivo como sendo o equivalente da materia-leira ardilosa e da rotinice perfida.

O coronel Stoffel havia, consequentemente, de

embaraçar-se nas seductoras malhas d'uma chimera. Elle não escapou á regra geral.

A chimera do coronel Stoffel consiste em, repudiando a esperança barbara d'uma guerra entre a França e a Allemanha e substituindo-lhe o generoso anhelo, pelo contrario, d'uma alliança entre a França e a Allemanha, suppôr possivel esta alliança allemã mediante uma prévia retrocessão, pela Allemanha espontaneamente feita á França, das provincias conquistadas em 1870 e annexadas em 1871.

N'este lance, o coronel Villot facilmente refuta o coronel Stoffel; e o proprio coronel Stoffel se desmente a si-mesmo. Começa por não suppôr possivel a retrocessão da Alsacia Lorena á França enquanto existente fôsse a geração conquistadora ou, pelo menos, as suas grandes personalidades. Com effeito, vivo o rei da Prussia, depois imperador da Allemanha; vivos os principes combatentes, entre os quaes o aspero Frederico Carlos; vivos os generaes da campanha, vivos Moltke, Blumenthal, Werder, Steinmetz; vivo o organisador dos exercitos, de Roon; vivo, mesmo, o tecedôr da meada diplomatica, vivo Bismark:—seria phantasmagorico pensar n'uma espontanea retrocessão da Alsacia-Lorena á França por banda da Allemanha. Porém, o coronel Stoffel julga que já não seria chimerico o cuidar em tal desde que essa geração houvesse desaparecido e logo que entrasse na scena politica uma camada que não tivesse passado pessoalmente pelos terrôres, pelas fadigas e pelos perigos da campanha vencida.

Mas o proprio coronel Stoffel, de passagem, dá conta do effeito do ensino ministrado á nova geração, á qual a educaram no odio contra a França, expoliadora e aggressora. Desde idade de razão, a nova gente tudesca foi persuadida systematicamente de que as provincias adquiridas em 1871 eram allemãs e de que só por um esbulho da França é que indevidamente se encontravam em mãos de governantes gaulezes.

O coronel Stoffel é, pois, chimerico congeminando uma retrocessão espontanea (feita pela Allemanha á França) da Alsacia-Lorena. Mesmo, dado o character militar do imperio allemão, tal idéa, ainda que, por absurdo, brotasse no cerebro d'um estadista germanico, seria absolutamente inexequivel.

Quando falleceu o imperador Guilherme I e occupou o solio imperial seu filho, o principe real da Prussia, cujos sentimentos humanitarios eram elogiados, houve quem imaginasse resolver, em idéa, o problema difficilimo, descobrindo meio consentaneo de dissipar de sobre a Europa a angustiosa nuvem que paira na consciencia das nações depois do tractado de Francfort. Ponto estava em que Frederico III levasse á effectividade uma solução intermediaria, que parece, na realidade, um achado excellente, como plano e projecto.

Com effeito, partir-se-hia a questão ao meio. A Alsacia-Lorena não seria nem da França nem da Allemanha. Constituiria um Estado independente, uma nação autonoma, sobre si. A sua fôrma de governo seria monarchica, para que a Allemanha monarchica

estivesse garantida d'uma federação com a França republicana. Todavia, a casa reinante não seria tirada da allemã. O principe da Alsacia-Lorena pertenceria a familia principesca diversa e o mais affastada possível. Fundaria dynastia propria, ciosa da sua futura personalidade e do seu permanente separatismo. D'est'arte se garantiria a França republicana, por seu lado, tambem, contra a Allemanha monarchica. Finalmente, o novo Estado seria neutralizado por todas as potencias do mundo civilizado, a começar pela França e pela Allemanha. Elle seria inatacavel e inadquirivel. Estava perfeitamente.

Porém esta esperanza subjectiva, ella-mesmo, prestes se esboroou, com o obito brusco do novo imperador, victimado em curto lapso por uma doença inexoravel.

O monarcha que lhe succedeu não possui as tendencias pacificas que se attribuiram a seu sympathico progenitor, de modo que a questão voltou ao seu rude aspecto precedente.

N'estes tristes termos, parece que: ou a França tem de resignar-se á idéa, que reputa deprimente, do facto consummado, habituando-se a considerar a Alsacia e a Lorena como definitivamente perdidas; ou então ha-de persistir no reservado proposito, que lhe é afflictivo aliás, de uma guerra ulterior de revindicta.

Eis as consequencias da errada politica internacional da França republicana, ou antes da França semi-republicana.

Quer isto dizer que o mal da França não vem de a França ser republica, mas sim de a França só insufficientemente o ser.

E' porque a França, aparentemente republicana, ainda é, na essencia, a certos aspectos, uma monarchia; é por isso que a França está ameaçada d'essa immensa catastrophe d'uma guerra perdida e d'essa não maior calamidade d'uma guerra ganha.

Se, porém, a França tivesse sido até aqui, de todo em todo, uma republica republica, uma republica a valer, não uma semi-republica — então a sua gloria seria refulgente, porque o seu triumpho seria completo.

Como assim ?

*

Depois de consummado o desastre pela paz de Bordeus e pelo tractado de Francfort, uma politica republicana de alcance, a fazer pela França, deveria operar simultaneamente sobre dois campos de acção, tendo por alvo um fito commum e solidario.

Em vez de pensar na Russia, a França prenderia todas as suas atenções sobre a Allemanha e sobre os paizes latinos, não perdendo, é claro, de vista jámais a Inglaterra. Mas da Russia é que, pelo momento, nada se lhe daria.

E' uma chimera congeminar, como o fez o barão Stoffel, uma retrocessão da Alsacia-Lorena pelo Imperio allemão. Mas não seria uma chimera já ima-

ginar essa retrocessão pela Republica allemã. Assim como o ponto-de-honra da aristocracia militar germanica está em nunca restituir o conquistado, assim os principios da democracia pacifica não permitem á Allemanha democratica a conservação de fructos de conquista.

Era preciso que, arrastados pelos preconceitos e pelos melindres, dominados pela amargura e pelo soffrimento do brio da patria, os republicanos francezes não esquecessem o que infelizmente esqueceram, aquelles dois factos importantes que marcam gravemente na evolução sentimental e moral do seculo. E fôram elles: primeiro, o manifesto endereçado pelos operarios allemães aos operarios francezes quando se deu a declaração de guerra entre as duas nações, protestando contra ella e affirmando a fraternidade dos dois povos; segundo, a declaração do partido socialista allemão após a guerra, protestando contra a annexação da Alsacia-Lorena, rejeitando a responsabilidade d'esse acto, repudiando-o.

Quebrada e rôta assim a solidariedade entre governantes e parte dos governados, o que cumpria era, secretamente, fomentar esta discordia, de modo a leval-a ao maximo grau de tensão, promovendo um irremediavel dilaceramento. O prodigioso alastrar da democracia socialista na Allemanha em seguida á guerra favorecia por modo extraordinario a acção secreta da França n'este sentido. Considere-se que foi preciso fazer draconianas leis de excepção, reno-

vando-se-lhes successivamente o prazo de execução e que toda a ferrea energia de Bismark se malbaratou no esforço. Comtudo, a França deixou passar sem o menor tentamen esta espantosa crise e permittiu que se dêsse tempo, amplissimo aliás, para se reconstituir uma relativa normalidade. Foi um erro enorme.

Pelo contrario: — a França deveria começar por declarar após a guerra que, sendo uma patria, definida pela tradição, nunca poderia renunciar á Alsacia-Lorena, que d'ella faziam parte integrante e inalienavel; mas que, sendo agora uma republica, definida pelos principios, tambem nunca tentaria readquirir a Alsacia-Lorena pela força das armas. Da justiça do povo allemão e do progresso moral da humanidade fiava sua causa.

Entretanto, a acção secreta da França procuraria exercer-se sem descanso no interior do imperio, empenhando-se em tornar instavel uma situação precaria, por isso que recente, creando scisões novas e desenvolvendo as já existentes. Convém não esquecer egualmente, que, sendo o imperio uma federação de reinos sobre si, o caminho para uma diplomacia enredadôra estava aberto. Assim, á agitação popular e socialista era possivel additar uma inquietação alta, de character essencialmente politico. Mas tambem d'isto se não cuidou.

lloje seria tarde para encetar tarefa em proposito analogo; as condições internas do imperio mudaram consideravelmente e a acção da França, na

quadra adequada, restringiu-se n'uma exclusiva faina militar, reformando armamentos e consumindo milhares de milhões em despezas cuja virtude sarcástica resultá em que não sejam aproveitáveis. A sua utilização seria a catastrophe.

Passou o momento; e depois uma politica pacifica teria de buscar outros alvitres, esforçando-se por obter outras soluções.

Mas assim havia de acontecer, desde que a terceira republica franceza foi uma criação dos monarchicos, por incompatibilidades entre seus diversos grupos componentes. E' o que torna flagrante a persistencia da hybrida constituição Wallon e o que explica a incapacidade da França actual em abalançar-se ás vastas refórmãs democraticas, exigidas aliás pela opinião radical alli, mas sem successo até então.

Não se comprehende como a perspicacia de Gambetta se deixasse illudir pela obsecada pertinacia do tradicionalismo, então justamente susceptibilizado. Porém, proclamando a guerra *à outrance*, ainda após a rendição de Paris, Gambetta censubstanciou a Republica com a Desforra; e, como a França queria a paz, ella elegeu uma maioria de monarchicos, que promettiam essa paz. Foi um desconchavo assombroso, esse, de Gambetta; d'elle derivou, em parte, o desastre da Communa e d'elle procedeu a situação, absurda e insoffrivel, largamente subsequente.

Dissemos que a politica republicana da França deveria visar a Allemanha e as nações latinas. Assim cumpriria que fôsse. Convinha e era indispensavel

que o trabalho de sapa na Allemanha fôsse simultaneo com outro, ás escancararas feito na Hespanha e quasi ás escancararas realisado, conjunctamente, na Italia.

Mesmo que o esforço sobre a Allemanha resultasse nullo e a acção occulta fôsse esteril: — o que nunca se perderia seria esse outro ponto do jogo. E, ganho elle, a partida estava ganha, na mesma. Mais morosamente. Mas ganha.

*

Nas considerações precedentes frisamos o delineamento da politica republicana que, a nosso vêr, cumpriria houvesse sido seguida pela França após a ratificação dos preliminares da paz desastrosa que fechou o cyclo dos desatinos do segundo Bonaparte. Baseamo-nos na supposição de que o reapossamento da Alsacia-Lorena constituiria de 1871 em diante o nodulo do pensamento politico francez e não nos illudimos na presumpção alvitrada. Pouco após, a publicação successiva da correspondencia de Bismark, demonstrando as tentativas pelo chanceller tudesco feitas para conseguir uma entrevista com Gambetta, veio corroborar nosso sentir. Porquanto essa publicação deu margem ás indiscripções do espalhafatoso jornalista cosmopolita snr. de Blowitz, o qual sahio-se a contar como, encarregado por Bismark de conseguir

essa entrevista, ella falhara, por isso que Bismarck punha como clausula fundamental que n'ella se não fallasse da Alsacia-Lorena e exactamente o fallar-se da Alsacia-Lorena foi a condição imprescindivel que Gambetta requereu para aquiescer a esse melindroso encontro.

As hypocrisias não quadram até mesmo em politica quando as situações são irreductiveis, assim como na guerra não ha maneira de proseguir em dilações quando a estrategia do general habil tornou inevitavel a batalha que desejou e preparou a bem da sequencia de seus planos.

Portanto, a republica franceza deveria abordar as questões com firmeza e impeto. Assim, concretizando, convir-lhe-hia, em extremo, fomentar a republicanição da Hespanha e a republicanisação da Italia.

Na Hespanha, a curto trecho, estabelecia-se a republica, mercê da desistencia que fez do throno o cavalheiresco Amadeu de Saboya. Os republicanos hespanhoes commetteram o erro de não ligar ás novas instituições as responsabilidades e os interesses dos partidos monarchicos, fazendo-os partilhar do poder na republica. E a França cooperou furiosamente na trama contra as instituições republicanas em Hespanha e na conspiração a favor do restabelecimento da monarchia proscripta dos Bourbous.

Foi uma triste epocha essa, em que os carlistas em armas recebiam da França republicana toda a guarida e protecção, tornando-se impossivel ao governo de Madrid acabar com a guerra civil, porque,

após uma derrota, os cabecilhas dos insurrectos recolhiam-se a França, a recompôr e a reorganizar as suas tropas, regressando impunemente a mover a sua despiadada e esteril guerra. E' certo que o governo da França republicana estava então em mãos de monarchicos intransigentes e implaçaveis; mas é útil mostrar como a França permaneceu depois n'uma situação falsa, deprimente e perigosa, por isso que nunca fôra decididamente uma verdadeira republica e se conservou, pelo contrario, pelo que toca á politica externa, sempre sob o influxo do mais estricto criterio monarchico. Finalmente, a republica cahiu em Hespanha, restituiram-se os Bourbons ao throno de seus antepassados: mas que lucrou a França com isso? Que auxilio effectivo pôde dar a Hespanha á França no caso d'uma guerra d'esta contra a Alemanha? E' evidente que, entrada a Inglaterra na contenda, a Inglaterra immobilizará, por meio de Portugal, a Hespanha na peninsula. Os soldados hespanhoes não poderão transpôr os Pyreneus para se irem bater contra os inimigos da França; e com que entusiasmo poderão hespanhoes marchar contra italianos e contra portuguezes, em prol da França de Murat, de Saragoça, de Gerona? Que triste papel reserva para uma nação latina, briosa como é a Hespanha, aquella das nações latinas que é seu chefe e guia de todas, quer dizer a França!

Quanto á Italia, era preciso ferir um grande golpe. Ahi é que era mostrar ao mundo maravilhado a altura moral do principio republicano. Cumpria que

a França republicana fizesse uma coisa que seria um fulminante assombro e de chofre equivaleria a metade do caminho ganho para a reacquirição da Alsacia-Lorena. Cumpria que, espontaneamente, a França restituisse à Italia a Saboya e Nice.

O socialista allemão Frederico Engels escreveu, já o vimos, que havia duas coisas insanavelmente absurdas na constituição das nacionalidades contemporaneas. Uma era que pertencesse à Allemanha Strasburgo, a patria da *Marselheza*. A outra era que pertencesse à França Nice, a patria de Garibaldi. Phrase sarcastica e magnifica! Assim é, com effeito. Se causa dôr que a cidade onde Rouget-de-l'Isle compôz o seu hymno para os voluntarios do exercito do Rheno ouça o rufar dos tambores pomeranios, assim causa riso que a estatua de Garibaldi seja inaugurada, como foi, por um ministro francez.

Tem sido accusada de ingratição a Italia por isso que esqueceu depressa os serviços que, em bem de sua independencia do jugo austriaco, lhe prestou a França; mas os que censuram a Italia esquecem tambem, por seu lado, que a França se pagou avaramente, tomando para si a Saboya e essa bella terra de Nice, por cuja magoa o conde de Cavour, ministro illustre de Victor Manuel, exclamou, com desesperação, amarfanhando o telegramma que lhe ratificava a perda d'ella, em prol da cupidez de Napoleão III: «Que mal faria esta pobre cidade a esse mau homem?»

A decepção que soffreu para com a França a

Italia com o imperio, era a republica franceza que cumpria e que convinha dissipal-a e substituil-a. D'ess'arte os patriotas italianos olvidariam mesmo a matança dos voluntarios garibaldinos no recontro de Mentana, onde os francezes sustentaram o poder temporal do papa, graças a efficacia da sua espingarda Chassepot. Cruelmente, a França catholica e monarchica fez alli correr o sangue democratico italiano e o general beato de Failly participou para Paris a carnificina com o despacho barbaro que ficou celebre e que os italianos nunca esqueceram: «*les chassepots ont fait merveille*», «as nossas espingardas portaram-se maravilhosamente».

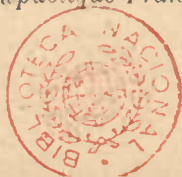
Poderia a republica franceza passar um traço sobre este detestavel misogallismo dos italianos, fomentando a republicanisação da Italia, adrede e consequentemente. Com a sua politica exterior de tom monarchico, porém, a França republicana consolidou a monarchia na Italia, monarchia fatalmente alliada da monarchia allemã, consoante a republica italiana o seria da republica franceza. Por esta fórmula se isolou a França; e tanto e tam completamente se isolou que chegara a data a este fabuloso resultado:— que tinha a seu favôr (se é que tinha) a Russia e, compensando, contra ella... o quê? O mundo todo.

*

Estando as idéas e os factos n'esta indecisão, eis que nos começos de 1904 reaparece a questão do Oriente, por seu extremo e novo aspecto; logo em Fevereiro d'esse anno a ameaça atroz surge ineluctavel, da guerra inevitanda e proxima.

Deante das noticias concernentes ao Japão e á Russia vinha a dizer que se consterna o espirito, pela esterilidade da propaganda em prol do principio da paz, propaganda aliás conduzida com vigor durante todo esse romantico seculo xix pelos pensadores democraticos, que constituiram ligas de acção constante e organisaram Congressos de oratoria intermitente. Como os philosophos tem divagado e quanto desmentiram os poetas o asserto, mais ou menos ironico, que os qualifica de prophetas, com vaticinarem em estrophes generosas o regimen da paz perpetua, que succederia allim á odiosa norma das guerras periodicas!

Assim as coisas, o que havia de melhor a desejar era que se confirmassem aquellas presumpções que dimanavam das noticias que nos remettiam, de New-York, dizendo que, segundo constava ao *Sun*, logo que fôsse declarada a guerra no Extremo-Oriente, o presidente da Republica proclamaria a neutralidade dos Estados Unidos da America do Norte; e de Paris, informando que a *République Française* corro-



borava que a França e a Inglaterra haviam tomado o compromisso reciproco de neutralidade a respeito do Extremo-Oriente. A França haveria procedido assim com o assentimento da Russia. O *Gaulois* affirmava que seria dirigida ao Japão uma nota collectiva da França, Inglaterra, Allemanha e talvez dos Estados-Unidos, declarando a neutralidade das potencias, acontecesse o que acontecesse. Tambem de Londres, na data, nos telegraphavam que o desejo unanime d'aquella capital, em todas as classes da população, particularmente na gente de negocios da *city*, era o de que o conflicto russo-japonez fôsse localisado e se limitasse às duas potencias. Assegurava-se, e dizia-se que de maneira auctorisada, que o mesmo desejo existia sem discrepancia nos centros politicos e olli-ciaes de Londres.

Sem embargo, circumscripto o incendio, elle não deixava de ser pavoroso e seu spectaculo nos revelava a inanidade das iniciativas pacificas, partindo das mais altas regiões, suppondo-as com sinceridade bem intencionadas, após o contraste da reunião promovida para a Haya.

Estamos ainda longe da effectivação historica do tribunal das nações ideado pelos metaphysicos, e os povos parece que se encontram ainda por lapso largo dispostos a obedecer incondicionalmente, pelejando e morrendo por motivos que não conhecem sufficientemente e em prol de interesses que não estão habilitados a discutir.

Assim, quando olhamos para traz no evolutir do

pensamento humanitario e fixamos a vista da mente na vasta bibliotheca que ha elaborada contra a guerra e em desfavôr dos exercitos permanentes, um sorriso entristecido de dó pela magnanima chimera dos philosophos nos allora, estiolado e murcho, como brinde da resignação moral ás acres decepções do espirito!

Quando se pensa no que se tem escripto, sobre a questão, desde o candido padre de Saint-Pierre até ao turvo antitheista Proudhon, uma ira idealista contra a fatalidade do destino se apossa da intelligencia critica e sômos quasi que levados na corrente lodosa de uma desesperança irremediavel.

O *Esboço philosophico d'um projecto de paz perpetua*, em 1795 devido ao grande philosopho allemão Kant, tinha como distico de preambulo *A' Paz Eterna*, tomado d'essa inscripção satyrica, gravada por um estalajadeiro hollandez em sua taboleta, onde fizera pintar um cemiterio. E Kant inquiria se acaso esse sarcasmo teria por objecto os homens em geral ou particularmente os soberanos, insaciaveis de guerra, ou então os philosophos que se entregam ao bello sonho d'uma paz perpetua. Confessava Kant que elle o não saberia decidir; mas, como quer que seja, o avance crescente da civilisação geral não teve por effeito eliminar essas chacinas monstruosas que parecem pezadellos de reminiscencias de selvageria febril.

Por mim, quando comecei a chegar á idade da razão, dava-se essa catastrophe espantosa da guerra franco-allemã, cujas consequencias funestissimas de ordem moral toda a Europa civilisada soffre ainda;

e, quando os annos vão descendo e já para mim do Estio ha pouco que passar até o Outomno, eis que espectador era, outrosim, d'esse conflicto semi-barbaro, cujos corollarios civilisados se antolhava serem medonhos.

Aquella desgraça era, de resto, de recear e, assim, no fito de instruir aquelles dos leitores que o ignorassem, pouco tempo antes, em artigos soltos, na folha onde habitualmente collaboro buscara dar tal qual informe ácerca das remotas relações que houve entre Portugal e o Japão, thema interessante de que me não despedi de todo ainda, pois relativamente assás tem a desbravar.

Mais conhecida de nós-outros é, em certa maneira, a Russia e por minha meninice chegaram ainda os echos affastados do interesse que a nossos paes suscitou a guérrea da Crimeia; mas n'essa crise a homogeneidade da civilização geral europeia estava garantida, na subalterneidade prussiana e austriaca e na insignificancia concordante italiana, pelo accordo anglo-francez, com que se assignalou a divergencia do 2.º imperio para com a tradição napoleonica.

A' data, todavia, em França, a imprensa parisiense conservava ainda (ao que nos dizia um despacho telegraphico vindo da capital da republica) ligeira esperanza de que uma mediação das potencias podesse evitar a catastrophe no Extremo-Oriente.

Mas em Londres, n'essa data, os jornaes consideravam então as hostilidades inevitaveis e attribuiam a responsabilidade da guerra á ambição excessiva da

Russia. No mesmo dia, o governo britannico publicava os documentos relativos á missão do Thibet ! Em 1903 haviam-se trocado notas muito energicas entre a Russia e a Inglaterra, affirmando ambas as potencias o desejo de manter o *statu-quo* mas protestando a Russia contra a missão ingleza. De sua banda, o marquez de Lansdowne, ministro dos negocios estrangeiros, perguntava que linguagem devia a Inglaterra empregar a respeito das invasões da Russia na Mandchuria, Turkestan e Persia...

Era tudo edificante.

*

Naturalmente, como sempre, a situação da opinião individual definiu-se com esta pergunta: *Por qual dos dois?*

De facto, sempre que rompe a guerra entre Estados competidores, nos paizes que, extranhos ao conflicto, assistem ao desenrolar das peripecias episodicas, as opiniões repartem-se e uns são por estes, outros são por aquelles. Na ociosidade pedinte da sociedade portugueza do seculo XVIII os jarretas ajuntavam-se a discutir as probabilidades das victorias e dos desastres e a professar na roda amiga as sympathias e as antipathias; testemunho ficou em nossas lettras pelos graciosos versos satyricos de Nicolau Tolentino.

Na questão mesma da probabilidade do triumpho enxerta-se outra, qual seja a da justiça da causa e, assim, pôdem as nossas sympathias dirigir-se para um dos belligerantes, se bem que as nossas presumpções do exito acudam para o lado do outro. Foi o caso da campanha entre boers e inglezes, lucta onde as sympathias da Europa cobriram d'um favor moral impotente os transwaalianos, emquanto que, de par e passo, as inducções da critica aconselhavam a certos a prevêr de inicio a victoria final das armas britannicas.

O conceito que surge immediatamente no espirito é aquelle que deriva da avaliação e contagem do montante numerico dos exercitos de terra e mar possuidos pelos contendores, na aquilatação e inferencia das suas populações respectivas.

Elementaristamente julgando, parece que toda a questão que envolva a Russia está desde logo decidida para o lado do imperio moscovita e que a Russia é, consequentemente, invencível.

Mas aqui ha uma confusão, que cumpria discriminar com escrupulo. A Russia é, decerto, *inconquistavel*; mas não é, seguramente, *invencível*. Bem longe d'isso.

Assim, voltando a questão do Oriente a ser posta no xadrez da politica internacional por aquelle czar Nicolau I de que atraz já discorremos, cabe dizer que realmente a occasião escolhida por elle não podia ser mais favoravel. A revolução de 48 não havia recochetado na Russia. A Austria sollicitara e obti-

vera o seu apoio para suffocar a rebellião hungara. A Prussia era sua amiga e alliada, e elle contava com as sympathias de todos os soberanos da Confederação germanica. Tão só a Inglaterra e a França é que podiam oppôr-se aos seus planos; porém o czar, julgando que a escassa sympathia pessoal que Napoleão III inspirava por então à rainha Victoria e ao principe-consorte tornara impossivel a alliança das duas nações, tractou de attrahir ao seu jogo a Grã-Bretanha, e para isto, em repetidas conversas confidenciaes com o embaixador inglez em Petersburgo, sir George Hamilton Seymour, a este deu a entender o czar que a Inglaterra obteria como preço de sua alliança o Egypto e a ilha de Candia, devendo consentir em que a Russia collocasse sob sua dependencia a Moldavia, a Valachia, a Servia e a Bulgaria. Do lance procedeu uma phrase celebre, que ficou:

«Nós-outros (dizia Nicolau I) temos entre braços um homem doente, gravemente doente; grandissima desgraça seria que um d'estes dias elle se nos morresse, sobretudo antes de haver tomado as disposições necessarias.»

Mas primeiramente Russell e logo depois Clarendon, que àquelle succedeu no ministerio dos negocios estrangeiros em Fevereiro de 1853, redarguiram que, se o homem estava doente, se devia trabalhar lealmente por cural-o.

Encurtando narrativa, tam lealmente uns e outros trabalharam por salvar esse enfermo que a guerra se tornou inevitavel e todo o empenho em contrario

se manifestou inutil, depois do sanguinolento incidente de Sinope, isto é desde que o almirante russo Nachim atacou e destruiu completamente a esquadra turca que se encontrava n'aquelle porto (30 de Novembro). Este combate desigual, em que os russos luctaram com grandes vantagens e os turcos se fizeram admirar pelo seu heroismo, produziu (consoante o rememora Becker) em Inglaterra um grande movimento de opinião a favor da Turquia e irritou grandemente o czar, acaso porque deparava com maior resistencia do que a que havia supposto.

Circumscripta a lucta em seus começos á Turquia e á Russia, não foi mui favorável a esta, cujos exercitos retrocederam perante Kalafat e fôram surprehendidos e derrotados cerca de Cetate. Em Março de 1854 os russos passaram o Danubio, não longe da desembocadura do Pruth, sem guardar respeito ás promessas anteriormente feitas á Austria.

Então um exercito inglez de 20:000 homens e outro francez de 40:000 desembarcaram em Gallipoli e bombardearam Odessa (22 de Abril), a tempo que os austriacos avançavam pela Valachia e pela Moldavia. Os alliados levaram a guerra á peninsula da Criméa e propuzeram-se destruir o poder maritimo da Russia no Mar Negro. Em Alma os moscovitas fizeram pagar mui cara aos alliados a sua victoria, e após esta sangrenta batalha o exercito anglo-francez poz cerco a Sebastopol. O exercito russo viu-se obrigado tambem a abandonar o sitio de Silistria, defendida por Omer-Pachá, e a repassar o Pruth.

Todo o interesse da guerra e todos os esforços dos alliados, cujo numero engrossara o Piemonte, concentraram-se em Sebastopol, perante cujos muros se deu a terrivel batalha de Inkermann, a qual rematou, ao cabo de pelejas e esforços inauditos, com a victoria dos anglo-francezes. A campanha de inverno foi penosissima e os alliados soffreram enormes baixas; uma maior perda Becker nota que experimentaram por então os russos com a morte quasi repentina do imperador Nicolau, que elle não revela que, n'um desespero em face da catastrophe, se suicidou, segundo mais tarde se referiu. Succedeu-lhe seu filho Alexandre II. Sebastopol foi tomada, após sanguinolentissimo assalto, a 8 de Setembro de 1855, mas os russos apoderaram-se pela fome da fortaleza turca de Kars (27 de Novembro).

Julgou então a Austria que tinha chegado o momento de intervir, e após um accordo prévio entre o plenipotenciario austriaco, principe Esterhazy, e o ministro russo, conde de Nesselrode, sobre varios pontos que podiam servir de bases para a paz, decidiu-se a celebração d'um Congresso em Paris, onde se inauguraram as conferencias no dia 25 de Fevereiro de 1856. Assistiram os representantes da França, Inglaterra, Austria, Russia, Turquia e Sardenha e ao deante (18 de Março) concorreram os da Prussia, que fôram Manteuffel e Hatzfeld.

Se se expuzesse então especificadamente os trabalhos d'este Congresso de Paris, deduzir-se-hia facilmente quam grande foi sua importancia; mas pelo

momento o que eu pretendera consistira méramente em fixar como nos modernos tempos a Russia nos demonstrara que a sua força immensa póde, comtudo, soffrer embargos.

E outro exemplo (esse nos nossos dias) convinha relembrar ainda.

*

Tem a data de 29 de julho de 1879 o manifesto em que a Bosnia e a Herzegovina, que contra o Turco tomaram das armas, protestaram contra a arbitrariedade e a violencia a que estavam submettidas pela Porta. Postos de accordo rapidamente os governos de Petersburgo, Vienna e Berlim, e contando com a acquiescencia do Sultão, os consules d'aquelles governos chamaram a si as petições de reforma formuladas pelos chefes rebéldes e submetteram-as a um commissario especial designado por Abd-ul-Azis. Aconselhado este por Disraeli, annunciou a 2 de Outubro um plano de réformas, em virtude do qual todas as populações christãs do imperio obteriam uma importante redução nos impostos, nomeariam os encarregados da cobrança, veriam augmentadas as suas liberdades locaes e elegeriam delegados encarregados de sustentar seus direitos em Constantinopla.

Ninguem, lembra-o Becker, acreditou na siuecidade de taes promessas; e, como os insurretos não depuzessem as armas e como as Potencias não ti-

nham confiança em Abd-ul-Aziz, a este se endereçou uma nota, datada de 30 de Janeiro de 1876, firmada pela Austria, Russia, Allemanha, França, Italia e Inglaterra, pedindo consideraveis melhorias na gravosa situação, condições que accitou o Sultão, consagrando o programma de Andrassy (13 de Fevereiro).

Os chefes insurrectos decidiram, sem embargo, proseguir na lucta; a Servia armou-se e pactuou com o Montenegro uma alliança contra a Turquia; esta concentrou as suas tropas na fronteira dos dois Principados; estalou a insurreição na Bulgaria, e os consules francez e allemão fòram assassinados em Salonica.

Entrementes, e nos passos ulteriores, como quer que descontente se encontrasse o partido musulmano intransigente, que de debil taxava Abd-ul-Aziz, insurreccionou-se na noite de 29 para 30 de Maio, depondo os rebeldes o Sultão, que quatro dias depois morreu assassinado, e acclamaram Murad v, o qual pediu categoricas explicações á Servia (9 de Junho), retorquindo esta com a exigencia de que os turcos evacuassem a Bosnia e a Herzegovina. A terminante negativa da Porta deu origem á declaração de guerra por parte da Servia e do Montenegro (30 de Junho e 2 de Julho).

A campanha foi tam rapida como desastrosa para os povos christãos, porquanto, se bem que os montenegrinos lograram pequenos exitos, a Servia tão só soffreu desastres. A Bosnia e a Herzegovina fòram tractadas a ferro e a fogo, e a Bulgaria, agitada

tambem por pequenos movimentos insurreccionaes, foi victima de actos de vandalismo, que produziram geral indignação. A Servia pediu a mediação das Potencias (28 de Agosto) e estas, julgando inacceptaveis as condições de paz que, a sua instancia, formulara a Porta, encarregaram a Inglaterra de propôr outras, como o effectuou Disraeli (nomeado pouco depois conde de Beaconsfield) pedindo o *statu quo ante bellum* para a Servia e reformas administrativas para as provincias: porém, como os servios não se conformaram com isto, proseguiu a guerra.

Nova revolução estalou em Constantinopla, sendo deposto Murad e substituido por seu irmão Abd-ul-Hamid (31 de Agosto); e a 5 de Outubro propunha a Russia à Porta a concessão de um armisticio de seis semanas e a reunião de uma conferencia das potencias signatarias dos tractados de Paris e de Londres. Como a Turquia respondeu exigindo que o armisticio durasse seis mezes e que durante este tempo as provincias rebeldes não podessem receber soccorro algum de fóra, a Russia enviou a Constantinopla o general Ignatieff com um *ultimatum*, cujas clausulas cumpria aceitar ou recusar dentro do prazo de 48 horas e sem reservas de especie alguma.

Ainda que um accordo não era de presumir, atenta a iniciativa da Russia, acudiram a Constantinopla representantes da Inglaterra, da Allemanha, da Austria, da França e da Italia, redigindo as Potencias uma especie de programma; mas, havendo sido este rellaçado pela Porta, as negociações terminaram sem

resultado a 20 de Janeiro de 1877. Então se pactuou secretamente em Vienna um accordo entre a Russia e a Austria, pelo qual esta ultima promettia, sob certas condições, a sua neutralidade no caso de re-bentar a guerra turco-russa; Gortchakoff dirigiu uma circular ás Potencias (31 de Janeiro), convidando-as a fazer conhecer as medidas que pensavam adoptar perante a attitude da Turquia; e a Inglaterra fez com que o Sultão firmasse a paz com a Servia (1.º de Março); todavia, a lucta proseguiu com o Montenegro.

Após a viagem que o general Ignatieff, por ordem do seu governo, realisou a Berlin, Vienna, Roma e Paris, concordou-se na reunião de uma nova conferencia em Londres. N'esta assignou-se o protocolo de 31 de Março, convidando a Porta a realisar finalmente o programma de reformas, tantissimas vezes por ella offerecido, a fazer a paz com o Montenegro e a em pé de paz collocar seu exercito. Este protocolo, porém, diz Becker que nasceu morto, sem valor e sem efficacia, porquanto, na verdade, no mesmo dia uma nota firmada por lord Derby e outra assignada pelo conde Schuvaloff, representante russo na conferencia, demonstraram que não existia accordo e que a guerra era imminente.

Com effeito, recusado o protocolo pela Turquia, e celebrado pela Russia um tractado com a Rumania que assegurava a passagem das tropas moscovitas, o imperador declarou a guerra à Turquia (24 de Abril).

A Porta invocou a clausula do tractado de 1856 que preceituava, para o caso de occorrer um conflicto entre duas das potencias signatarias, que as demais deviam exercer a função de mediadoras; mas semelhante clausula considerou-se no papel como lettra extincta e ninguem fez caso d'essa garantia platónica.

Porém agora estamos chegando á demonstração moderna de que a invencibilidade da Russia é susceptivel de soffrer embargos, consoante o frisamos em adequadas considerações preteritas, a corroborar em ulteriores.

*

Poucos dias depois de declarada a guerra pela Russia á Turquia, consoante rememoramos nas linhas precedentes, romperam as hostilidades dos russos. As suas principaes bases de operações eram o Caucaso e o Danubio. Na Asia, o exercito commandado por Melikoff dirigiu-se para a Armenia turca, tomou a praça forte de Ardahan e encaminhou-se para Erzerum. Na Europa, os russos passaram o Danubio em fins de Junho, avançaram rapidamente atravessando a Bulgaria septentrional, forçaram as passagens dos Balkans e chegaram a ameaçar as communicações entre Andrinopolis e Constantinopla. A victoria parecia acompanhar inseparavelmente as armas moscovitas, mas prestes se mudou a sorte da guerra, e

por tal modo que em fins de Julho os russos haviam sido batidos na Asia, tendo que levantar o assedio de Kars e de retroceder, e na Europa soffreram sangrentos revezes em frente de Plewna (Agosto-Setembro), heroicamente defendida por Osman-pachá. A Russia fez então um vigoroso esforço: Loris Melikoff voltou a sitiá Kars e após tremendos combates logrou apoderar-se da praça (Novembro) e marchou de novo sobre Erzerum sem que nada o podesse deter; Tottleben, o heroe de Sebastopol (recorda-o Becker), á frente do exercito da Europa, triumphou finalmente de Plewna (10 de Dezembro).

A Servia rompeu então a paz e entrou resolutamente em campanha. De novo forçados fôram os Balkans; o caminho de Andrinopolis quedou aberto aos vencedores e nenhum obstaculo serio parecia poder impedil-os de chegarem até o Bosphoro.

A Turquia estava, pois, perdida; tão só a intervenção immediata da Europa podia impedir sua total ruina; mas, como á mediação a tornou difficil a attitude de Bismark, que julgô conveniente deixar á Russia o tirar todo o partido possivel da sua victoria, a Porta viu-se precisada de declarar que estava disposta a tractar directamente com aquella (3 de Janeiro de 1878).

Sem embargo, a diplomacia ingleza não tardou em acudir, invocando os tractados de 1856 e 1871, em ajuda da Turquia, sustentando que todas as Potencias que firmaram aquelles tractados deviam ser chamadas a regularisar os negocios do Oriente (13-25 de

Janeiro); porém a Russia, redarguindo á Inglaterra em termos equívocos e dilatando as negociações com a Turquia, logrou ganhar tempo para que, proseguindo o avance de suas tropas, estas se encontrassem, a fins de Janeiro, ás portas de Constantinopla.

A Russia não quiz pactuar um armistício sem concluir ao mesmo tempo os preliminares da paz, e a Turquia teve de succumbir firmando ambas as cousas em Andrinopolis a 30 de Janeiro. Mas a noticia das condições estabelecidas irritou a Austria, que se apressou a mobilisar o seu exercito, e alarmou a Inglaterra, que mandou á sua esquadra passar os Dardanellos e situar-se á vista de Constantinopla. A Allemanha offereceu os seus bons officios para conseguir um accordo entre a Austria e a Russia, e propoz a reunião de um Congresso em Berlim; porém o governo russo, que não havia perdido o tempo, assignava então (3 de Março) a paz famosa pelo nome de San Stefano, que consagrava o seu triumpho total sobre a Porta.

Este tractado de San Stefano era o fim da Turquia; mas, como nem a Inglaterra nem a Austria dispostas estivessem a consentir em que a Russia adquirisse tam extraordinaria preponderancia, desde logo se oppuzeram á sua applicação.

A Inglaterra cria poder contar com a França, e a Austria com a Italia. Ora, como a Allemanha permanecia neutral, aspirando ao papel de arbitro supremo, porventura para se aproveitar das circumstancias, se acaso chegasse a estalar um conflicto geral,

a Russia houve de ceder. E então á arrogancia succedeu a docilidade. Para Londres pediu a Russia (7 de Abril) que concretasse a Inglaterra quaes as modificações que deviam introduzir-se no tractado que constituia o pomo da discordia.

Postos de accordo os dois governos, a 30 de Maio se subscreveu um *memorandum* secreto (anteriormente approved pela Allemanha) enumerando as alterações pedidas pela Inglaterra e accites pela Russia.

A Gran-Bretanha concertou com a Turquia uma convenção de alliança definitiva (4 de Junho de 1878), pela qual a Porta confiava áquella a defeza pelas armas, em caso de necessidade, das suas possessões da Asia Menor, promettendo ainda uma vez reformar a administração e consentindo na occupação da ilha de Chypre.

Convocado a 3 de Junho por Bismark, o congresso reuniu-se a 13 em Berlim, sob a presidencia do chanceller; durou elle até 13 de Julho, assignando-se o tractado no mesmo dia.

Da obra d'este congresso de Berlim, pondera Becker, ao fazer a historia politica e diplomatica desde a independencia dos Estados-Unidos até os nossos dias, os nossos dias de então (1776-1895), que elle sacrificou a Turquia sem satisfazer por completo as nacionalidades christãs dos Balkans e sem impedir que a Russia ficasse irritada contra a Inglaterra, a Austria e a Allemanha, a Inglaterra descontente e a Allemanha isolada.

Elle viaha a rematar sua narrativa com a pergunta: Terminará o seculo XIX sem que de novo se accenda a guerra?

Com a guerra se inaugurara esse debute do seculo XX, e guerra cujos corollarios possiveis futuros eram de tremer, como conflagração assim similhante não se houvesse jámais produzido nos fastos da humana historia desde que o mundo é mundo. O que Deus desviasse. Como, felizmente, por óra desviou.

Entretanto, para que com tal qual proposito se aquilatasse da situação, cumpria conhecer certos antecedentes, á data mais ou menos esquecidos por uns e ignorados, em completo, por outros.

De modo que me pareceu bem fugazmente desenhlar n'esses escriptos de então a chronica politica e diplomatica em que convinha reparar com attenção, afim de que se conjecturasse com adequada sciencia de idoneos factos.

*

Mesmo por motivo de elucidação generica.

Poisque, se em Portugal, por via de regra, se conhece insufficientemente bem o Japão, não nos podemos vangloriar de noticia possuirmos exacta e cabal da Russia, cuja litteratura apreciamos, comtudo, nas versões portuguezas que já existem de alguns dos livros de Dostoiewski e de Tolstoi.

Um russo, o snr. Platão Llvovitch Vackel, publi-

cou no Funchal, na Typographia da «Gazeta da Madeira», em 1868, um livro já memorado, *Quadros da litteratura, das sciencias e artes na Russia*, obra que apparecera primeiramente em uma serie de artigos estampados nas columnas d'aquella gazeta.

O snr. Platão de Vaxel no prefacio do volume diz :

Quando emprehendemos este trabalho, encontramos varios obstaculos, que nos foi muito difficil de vencer. Entre elles o primeiro foi o nosso conhecimento mais que insufficiente da lingua de que nos deviamos servir, o que, apesar dos preciosos conselhos de alguns amigos aos quaes nos vimos obrigados a recorrer, não nos permittiu tornar o nosso estylo tão correcto e tão claro como desejavamos.

Se este russo sabia portuguez, elle não pensava que portuguez houvesse que soubesse russo. «Em Portugal (escrevia) julgamos que o publico ignora até a origem da lingua russa.»

Em Lisboa, na *Revolução de Setembro*, o snr. José Silvestre Ribeiro entendeu dever inserir uns artigos, quatro fôram, chamando a attenção para os escriptos que apparecido haviam na *Gazeta da Madeira*. «Um ponto houve, sobre o qual (rememora o snr. Silvestre Ribeiro) tivemos por indispensavel protestar, em boa paz, contra a seguinte asserção do snr. de Vaxel: — *Em Portugal creio que se ignora mesmo até a origem da lingua russa.* — Fizemos sentir ao estimavel escriptor que entre os portuguezes cultos era já conhecida, havia quarenta annos, a obra de Adriano Balbi, dedicada ao imperador da Russia, Alexan-

dre 1, com o titulo de— *Introduction à l'Atlas Ethnographique du Globe*—, a qual dava uma noticia da lingua russa, mais desenvolvida do que a podia apresentar, por falta de espaço, o snr. de Vaxel nos seus *Quadros.*»

Mas o snr. Platão de Vaxel dos portuguezes cultos se encontrava resentido; pois com um ponto de admiração se espanta de que o nôme de Lomonossov fôsse omittido por Innocencio Francisco da Silva, o qual, no *Diccionario bibliographico portuguez*, não dera conta do titulo inteiro da *Oração á memoria de Pedro o Grande, imperador da Russia, recitada na Academia das Sciencias de Petersburgo no dia da coroação da imperatriz Isabel*, por Miguel Lomonosoff. Traduzida de lingua russa para a ingleza, e d'esta para a portugueza por Francisco Xavier Ribeiro de São Paio. Lisboa, na Imp. Reg., 1816, em 8.º de 74 pag.

De Platão Llovitch Vackel escreve Manuel Bernardes Branco que, viajante russo que residiu na Madeira por 4 annos, segundo dizem algumas pessoas que o conversaram, fallava o portuguez mui fluentemente; e, de sua iniciativa, em portuguez existe hoje traduzida em verso a celebre ode «Deus» de Derjavin.

A condescendencia de um joven litterato madeirense, o snr. João da Nobrega Soares, cujo talento reconhecido não temos que louvar, nos deu a possibilidade de enriquecer o nosso volume com a traducção, em verso portuguez, de uma ode celebre, que já pôde ser traduzida com exito em muitas linguas, por isso que o seu principal merito consiste na su-

blimidade das idéas. A fôrma da versão portugueza differe da fôrma do original, que é em decimas rimadas; mas podemos garantir a fidelidade da traducção, que é feita quasi verso por verso. Os leitores poderão, pois, fazer uma idéa quasi exacta do merito do original do grande Derjavin.

E em nota o snr. de Vaxel accrescentava:

A ode *Dzus* de Derjavin é, de todas as poesias d'este genero, a que tem obtido o mais brillante successo, pois que tem sido traduzida quinze vezes em francez, muitas em allemão, tambem em inglez, em italiano, em hespanhol, em polaco, em bohémio, em latim e em japonéz! Até hoje não havia traducção portugueza: é esta falta que o snr. Nobrega acaba de preencher.

Este livro dos *Quadros da litteratura, das sciencias e artes na Russia* nunca se vulgarisou muito no nosso paiz; e de nossa lavra não produzimos trabalho digno de especial menção com o objecto do vasto imperio. Quando foi das passadas guerras, traduzimos do francez volumes de facilitação, mas tambem de conta propria pouco escrevemos.

Lembrarei o livro quasi que recente de Antonio de Serpa Pimentel, no Porto publicado? Mas porque d'elle menção não faça Innocencio, mencionarei para a responsabilidade de F. L. Alvares de Andrade o volume *A Russia, a Turquia e a historia da actual guerra do Oriente*, que sahiu em Paris; e, já que estou com a mão na massa, apontado fique tambem *A Russia e a Europa, historia da guerra do Oriente*, mas este (unico publicado) em Lisboa.

Desde, porém, que para a Russia sobreveiu a crise romanesca do nihilismo, a nossa imaginativa romantica interessou-se, consóante aqui frisamos já; e é esmeradamente feita a traducção auctorisada do livro *A Russia subterranea, perfis e esboços revolucionarios*, que se publicou em Lisboa em 1882, n'uma edição elegante. As sympathias pelos russos eram, até esse movimento, menos de mediocres e o terror do *knut* como que chegava até nós; a indignação contra as prepotencias exercidas sobre os polacos transpira das poesias da nova geração, consoante n'uma composição notavel de Anthero de Quental nas *Odes modernas*. E quem se não recorda com admiração do *Urso branco*, de Guerra Junqueiro? Aos academicos de Coimbra de 1863 offerecia a sua poesia *Á Polonia*, de consolação e de esperança, Guilherme Braga (*Heras e violetas*). Adeante ao thema crêmos voltar.

A geração transacta relembra o momento poetico pavoroso, *Napoleão no Kremlin*, brilhante composição de Mendes Leal, dedicada a Antonio Feliciano de Castilho. A baixa litteratura das bibliothecas baratas, á aversão assignalada popularisava-a pelo concurso da caderneta a domicilio, enfeixando novellas tendencias, algumas interessantes, como *Serfs et boyards*, de Clémence Robert.

Não sabia eu á data para que banda pendia o favôr do publico portuguez no então actual conflicto entre o Japão e Russia e não inquirira ainda qual dos dois contendores alcançava a maioria dos votos lusitanos a bem do triumpho.

Mas, à quadra da devastação napoleonica, a victoria da Russia celebramol-a com illuminações, hymnos ao seu imperador, cantos a seus marechaes, qual essa *Ode ao principe Kutusow pela batalha de Berodino* em que o fecundo p.^e José Agostinho de Macedo deblaterava seu enthusiasmo. Depois a reacção universal depositou na Russia todas as suas esperanças; e a França empenhou-se, por sua parte, para com o seu hoje alliado, n'uma propaganda pertinaz de systematico descredito. Quem presumiria então?

Mas em Portugal o que é que se pensava á data a proposito? Algo se pensaria acaso a proposito?

Pois valeria a pena attender. Que assumpto era que interessava, e interessa, a Portugal bem mais do que o que á simples vista parecia e parece.

*

É pelo que ao Japão concernia?

As considerações preteritas reportavam-se de anteriores e todas vinham concatenando-se com est'outras seguintes, no conspecto episodico dos successos militares que se iam dando no Extremo-Oriente, não pelo character anedoctico de aventuras de guerra mas pelo ensino essencial que se continha e contem n'essa mesma guerra, a qual, como n'essas considerações apontei, nos devia e deve interessar mais do que o que á simples vista parecia e parece.

Succede, na solidariedade da civilização mundial, que acontecimentos quasi de ao pé da porta como que nos sejam indifferentes e em quasi nada nos affectem politica, economica, moralmente; emquanto que nos confins do globo occurrencias podem dar-se que, inesperadamente aos desattentos, venham a reflectir-se em nossa vida propria, quer por modo indirecto quer acaso de maneira patente e clara.

E' mesmo esta correlação geral que sollicita a curiosidade dos espiritos sizudos perante a fluctuação, apparentemente anarchica, dos successos historicos e das combinações politicas; ella impressiona as mentes esclarecidas e as obriga a conjecturas, consoante as que no periodismo europeu tiveram curso no tocante ao conflicto da Inglaterra com os boers e com respeito á guerra que acabou por desfechar entre a Hespanha e os Estados-Unidos, concernentemente á qual eu tambem me permittira, em certo tanto, vastas ponderações na occasião.

O positivista Augusto Comte, ao intuito humano marcando seu lemma famoso: *saber para prevér*, encontra-se com o scopo do jesuita nosso p.^o Antonio Vieira, quando este singularissimo homem, a quem illuminou um clarão vacillante de genio, proclama as virtudes e benemerencias da historia do futuro; mesmo estudando o passado, as fadigas melhórmente perseverantes dos rebuscadores mais pacientes outra mira não tiveram em fito do que habilitarmo-nos assim para conjecturar plausivelmente o contingente porvir. Lograriam o proposito? Era elle alcançavel? Fizeram-o, em summa; ao tentamen se abalançaram.

Todavia, nossa miseria psychica em grande percentagem nos tolhe os anhelos; aos directamente interessados nos humanos conflictos, a natural paixão os desvaira e elles avaliam e presumem desproporcionada e exorbitantemente. Assim como essa *jayl-fever*, contagiosa e fatal, que se propaga nos aljubes atulhados de gente, reconheceu-se que uma exaltação desnorteante se apodera rapida e fixamente dos paizes entregues ao azar da guerra, e a loucura obsidional, entre as gentes espavoridas das cidades sitiadas, constitue inquietante modalidade.

Até ao longe não é relativamente facil discriminar com sagaz miudeza os factores multiplos e as multiplas consequencias provaveis de successo tam complexo e determinante como o é uma grande guerra entre Estados caracteristicamente diferenciados, visto como se mettem de permeio, perturbando a serenidade do raciocinio imparcial, sympathias e antipathias, preconceitos e prevenções.

Tenho em minhas ponderações, por bastantes vezes e em diverso assumpto, recorrido á auctoridade mental d'aquelle eminente Herbert Spencer, philospho inglez recentemente fallecido; e, entrando em materia, não se me figurou descabido que mais uma vez lhe citasse o exemplo, mórmente porque pela incoherencia de seus assertos elle se nos significa como caso sendo representativo de quam difficil seja proceder com discernimento e segurança na aquilação das varias e successivas manifestações da civilisação geral, aferindo com rigoroso criterio o que,

de verdade, importe aos progressos humanos, effectivos e productivos.

Porém facto é que certo publicista a que já recorri, o snr. Henry D. Davray, ainda pouco havia informava o grande-publico culto europeu com objecto das relações mentaes entre Herbert Spencer e o Japão.

Pois, na verdade, quando abriram suas portas às nações occidentaes, os japonezes não se limitaram, tão só, a acceitar os productos materiaes da civilização europeia, antes sua curiosidade incidiu sobre nossa sciencia. As theorias scientificas de Darwin, Stuart Mill, Augusto Comte e Spencer mereceram suas preferencias; a principio, as obras de Carlos Darwin, de John Stuart Mill e dos demais sabios europeus d'este espirito fôram traduzidas para japonéz; mas prestes houve um publico inteiro capaz de lêr em seus textos originaes as obras d'esses sabios, e assim, portanto, cessaram as traducções.

Ora, d'entre os pensadores occidentaes, Herbert Spencer d'aquelles foi que exerceram no Japão uma influencia profunda, e contou entre os seus discipulos os homens mais eminentes do imperio japonéz. Por bastas vezes, personagens politicos lhe sollicitaram alvitres, e entre outros o barão Kentaro Kaneko, principal logar-tenente do marquez Yto, teve com Spencer, em Inglaterra, longas e amigaveis relações, continuadas ao deaute por larguissimo lapso, mediante uma correspondencia activa e seguida.

Desde logo da sua primeira visita, o Barão Kaneko verificou que Herbert Spencer estava extraor-

dinariamente bem informado sobre as coisas do Extremo-Oriente (e sobre as do Japão em particular) e que por muito e em muito se interessava pela politica japoneza. Mas ficou tambem extremamente surprehendido ao vêr que Spencer desaprovava a mór parte dos esforços que fazia o Japão para attingir bitola identica á das nações occidentaes e que especialmente reprehendia todas as concessões e liberdades concedidas aos europeus. O philosopho abo-nava seus pareceres e juizos com os apoiar em um longo estudo dos problemas ethnicos e historicos, e nem um só dos argumentos do diplomata vingou abalar-lhe as convicções. Finalmente, a pedido do barão Kaneko, consentiu em expôr deduzidamente suas opiniões, em uma extensa carta que ultimamente acabara de sahir a publico na famosa gazeta londrina dos *Times*.

Sem embargo, aquelles a quem Spencer dispensou seus conselhos permaneceram persuadidos de que elle estava em erro; mas a guerra superveniente desmentiria as presumpções optimistas do snr. Davray.

Cumpria, pois, que o problema se analysasse com attenção multipla e escrupulosa.

*

Aos japonezes custoso foi decidirem-se a acompanhar e acquiescer ás idéas europeisantes de seus innovadores. Resistiram e, assim como se vingaram

do estrangeiro commercialmente invasor, assim a seus nacionaes traidores á tradição os não pòuparam.

Um intelligente e illustrado amigo velho proporcionou-me certo numero antigo da *Revue des Deux-Mondes*, onde em 1870 o snr. Rodolpho Lindau nos dá impressiva noticia da execução em Yokohama de dois fanaticos assassinos dos forasteiros odiados; e na *Revue Encyclopédique* á data chegada se nos fazia o relato critico do volume recentemente em Paris dedicado áquelle estadista japonéz que pagou com a vida a sua pertinacia na europeisação do imperio.

Conhecer da historia transacta d'esse paiz extraordinario era então o grande interesse da curiosidade culta por esse mundo velhamente civilisado em fóra; e para suas respectivas nacionalidades os publicistas europeus revindicavam e reivindicam iniciativas na revelação de nós-outros áquelles irmãos nossos remotos.

Assim, ainda antes de rebentar a guerra, já nas laudas da *Ilustracion Española y Americana* um de seus collaboradores se soccorria de texto castelhano esquecido, para em dois artigos rememorar o que á Hespanha o Japão devia nos tempos idos; mas melhórmente para Portugal acabara de assignalar a primazia e prevalencia o snr. Antonio de Campos Junior no erudito artigo em francez escripto e publicado em passado numero de *La Revue*, de Paris.

N'essa Paris então era um diluvio de publicações, porém a amizade exotica da França para com a Russia não consentia, em regra, adequada justiça.

De resto, o proximo passado dos europeus para com os japonezes, em acção commum, não resulta de molde a promover satisfação no cotejo.

Com effeito, succedeu que, em consequencia d'um violento começo de revolução, fomentado por chinezes que sonhavam com uma diversa dynastia — porquanto a revolta politica dos Boxers em nada (proclama-o altamente o publicista francez snr. Henri Degron) em nada respeitava de começo os estrangeiros — e que desastamentos diplomaticos aggravaram, succedeu, ia-se dizendo, que todas as nações pretensas civilisadas, havendo visto o instante propicio de se crearem, cada uma d'ellas, na China espheras d'influencia, na espectativa do esmigalhamento definitivo futuro do colosso, se toparam em face do Japão, mui resolute e armado até aos dentes.

Sob pretexto de castigar a China, a Europa enviara um exercito ou antes uma salsada de exercitos, assás mal preparada para uma expedição d'esse genero. Exercito internacional, manobrava ás ordens de marechal allemão. Uma importante columna de europeus, commandada por lord Seymour, almirante inglez, encontrou-se mesmo bem prestes bloqueada, debatendo-se, por assim dizer, nas peores afflicções, em meio de pantanos e arrozaes immensos. Ora, essa guerra, que Degron qualifica de estúpida, foi assignalada por monstruosidades sem conta.

Assim, os russos começaram por afogar milhares de inoffensivos chinezes no rio Amor; os alleinães receberam ordem do seu imperador de massacrar

tudo; inglezes e francezes saquearam palacios e casas particulares e tranquillamente roubaram aos chinezes thesouros inestimaveis. Ainda lembrança haveria, ponderava Degron á data, dos famosissimos fardos do general Frey. E additava escarninhamente que cumpria não esquecer que em França lavrara concomitantemente honesta indignação pelos procedimentos dos inglezes para com os boers. . .

No curso d'essas depredações sanguinolentas e sem nôme, tão só os japonezes é que mantiveram uma attitude digna e correcta. O seu exercito, maravilhosamente apetrechado, organizado com serviços de intendencia e de ambulancia irreprehensíveis, comportou-se com uma intrepidez e uma valentia que espantaram os europeus. Os japonezes marchavam para o fogo, corriam ao assalto, sob uma sa-raivada de balas, com uma tranquillidade admiravel. Elles não roubaram nem trucidaram cobardemente pessoa alguma.

Bravos, leaes na batalha, tiveram a peito mostrar á Europa civilisada que nada lhe tinham a invejar como potencia militar e que eram superiores a seus nacionaes em generosidade, em força moral.

Perante a valia, subita e temerosa, do Japão, a Europa não pôde esquivar-se ao prospecto de formidaveis problemas; e a collisão superveniente com a Russia rapidamente transportou o debate para a zona tremenda dos factos realisados, antes que se esgotassem sequer as supposições theoricas.

Mas, n'esse momento da analyse do problema, a

conducta dos japonezes por então grandissimamente interessava para o juizo provavel da face moral do caso, que é a substancial, vasta, comprehensiva e duradoura. Esse aspecto gravissimo eis o que constituia a essencia da doutrina comprehendida na designação geral de «o perigo amarello.» Escrevia Degron que tal seja o motivo indispensavel, necessario, que ha-de decidir um dia a gulosa Europa a dividir entre si os bocados d'esse immenso bolo que é a China e a esmagar (?) do mesmo golpe a seu visinho, o Japão, decididamente demasiado incommodo.

Pois com que direito? Oh, a esse respeito o parisiense não se prendera. Na verdade, não se pergunte á Inglaterra com que direito se apossou do Egypto e do Transwaal; não se pergunte á França porque se apoderou ella do Tonkin e de Madagascar; assim tambem aos russos se lhes não fósse inquirir porque pousaram elles a mão sobre a Mandchuria.

Se a Europa entendeu que ao Japão convinha europeisar-se e se o Japão se europeizou, extravagante anomalia seria que a Europa se admirasse e assombrasse de que o Japão lhe quizesse, em tudo e por tudo, aproveitar as lições e seguir-lhe os exemplos.

As coisas dispuzeram-se, de resto, de modo que o conflicto do Japão com a Russia se tornaria inevitavel; elle estalou emfim. E era com attonito recolhimento que se lhe presumiam prodigiosas consequencias possiveis.

*

Em uma excellente correspondencia, de Yokohama endereçada ao *Commercio do Porto*, attribua-se a excepcional energia demonstrada na guerra com os russos pelos japonezes em parte ao effeito disciplinar da religião que elles professam; e, na verdade, é significativo observar que a europeisação do Japão se condiciona com a obliteração progressiva do budhismo anteriormente dominante.

Inutil resulta dizer que em parte alguma o budhismo se manteve puro; assim, no Japão, em 1262, um chamado Sin Ran fundou uma especie de religião mixta incorporando no culto de Gãutama uma grande parte das praticas Sin-toistas: a religião de Sin-tô, dama sãbia do seculo XII, outra coisa não era do que a velha religião naturalista do Japão.

Mas após a revolução de 1867 que reuniu todo o poder nas mãos do verdadeiro imperador, do *mikado*, o budhismo cahiu em desfavôr: muitos de seus templos fôram confiscados, sendo a mór-parte transformados em sanctuarios do *sinto*; fundiram-lhe os sinos para cunhar moeda. São bastantes os templos que servem concorrentemente aos dois cultos; chã, simples esteira separa, uma da outra, as partes reservadas ás duas religiões.

A partir de 1880 que a religião está separada do Estado no Japão; e, coisa notavel, esta reforma que

assustava todos os liberaes e assusta ainda alguns dos democratas da Europa consummou-se lá sem difficuldade; o snr. Julien Vinson, que assim o registra, pondera que ella foi a consequencia da revolução de 1867, que, todavia, déra a auctoridade official ao sintoismo.

O que vem a ser, pois, o *sintoismo*, a religião do *sin-tô*? Esta ultima palavra, que é chinesa, e que fôra, dizem, como se disse, o nôme da fundadôra d'essa religião, uma doutissima dama, designa o culto antigo do Japão, a verdadeira religião espontanea e original a que se chama, na lingua do paiz, *Kaminomitsi*, e que redunda ser, com effeito, uma religião naturalista, no culto das forças phisicas, das sombras ou almas dos mortos que sobrevivem ao nosso passamento.

A litteratura do *sin-tô* é assás pobre; o mais antigo livro, o *Vêda* d'esta religião é o *Ko-zi-ki* (nôme chinez), que os japonisantes preferem denominar pelo nôme japonéz de *Furu-koto-bumé*, e que vem a ser uma collecção de tradições, de crenças e de lendas historico-mythologicas.

Mas a mythologia do shintoismo está cheia de obscuridades e de mysterios. Ao contrario, a sua moral é d'uma simplicidade que Massu Akira Tonisi, doutor em direito e membro do seido-torishirabé-kioku (Commissão Legislativa do Japão) em 1887 qualificava de banal.

O que importa não esquecer, n'esta religião, como na mór parte das outras, é que o Creador nos deu não sómente um corpo mas ainda uma alma, que di-

rige o movimento d'esse corpo. Essa alma é uma emanção directa dos deuses; é, portanto, immortal e infinita, como os proprios deuses. Seu estadio no corpo é sómente transitorio. Após haver cumprido a sua missão n'este mundo, a alma volta para o Taka-manohara, afim de receber a suprema sanção dos actos d'esta vida.

O culto dos antepassados, eis dever imperiosissimo que peza sobre a alma crente. Nos dias em que se presta homenagem aos antepassados, estes descem do Taka-manohara para receber os testemunhos de respeito e de reconhecimento dos seus descendentes.

A religião preceitua tambem o amor da patria. O dever d'amar os deuses traz forçosamente consigo o dever d'amar a patria. Honrar os deuses, diz a religião, é o corpo; amar o seu paiz, é a acção. Os dois sentimentos são correlativos e não poderiam ser separados um do outro.

A Massu Akira Tonisi parece superfluo insistir sobre os deveres que nascem das relações reciprocas dos homens. Esses são os deveres que decorrem do proprio facto de que, differentemente das outras creaturas, nós temos uma alma, isto é uma parte da substancia divina. E' assim que os paes recebem dos proprios deuses o dever de alimentar e educar seus filhos, de os cercar d'affeição e de bons exemplos. Por seu lado, os filhos devem a seus paes o amor, o respeito e a gratidão. Eis aqui como nascem os deveres de piedade paterna e filial que constituem

a base da moral social, e, se elles são fielmente observados, tornam-se na garantia do cumprimento de todos os outros.

A religião proíbe particularissimamente prejudicar a outrem. Tanto quanto as boas acções são generosamente recompensadas, tanto quanto os actos culpados são severamente punidos.

Quer isto dizer que os culpados incorreram definitivamente na maldição dos deuses e que não podem jámais merecer o ceu?

Não. Em sua misericórdia infinita, os deuses concedem o perdão aos culpados que experimentam remorsos dos seus actos anteriores e que se esforçam por voltar ao caminho do bem.

Mas ha mais. E eis o lado original d'esta religião, observa Massu Akira Tonisi. Os descendentes podem pela sua conducta virtuosa reparar as faltas dos seus antepassados e arrancar-os assim aos tormentos do inferno.

D'est'arte, a vida presente e a vida futura encontram-se unidas por estreitissimo laço e uma pela outra se completam. A primeira não é mais do que uma passagem, um meio para chegar á segunda.

Politicamente, os doutores shintoistas não hesitam em professar que a dynastia japoneza não é, em ponto algum, assemelhavel ás dos paizes estrangeiros, as quaes são fundadas sobre a força, a fortuna ou uma simples convenção dos homens. Eis porque, segundo elles, apesar dos acontecimentos politicos que se tem succedido até os nossos dias, a dynas-

tia, em si-mesma, nunca foi abalada e os imperadores teem sempre governado com prestigio.

Sem embargo, Massu Akira Tonisi esquivava-se a apreciar o valor de semelhante pretensão. Attentos, porém, os primeiros cuidados dos deuses creadores, attentas as preocupações continuas que constantes são ainda no soberano que vela pelos destinos da nação, Massu Akira Tonisi exara que, exercendo honestamente as nossas profissões, esforçando-nos cada um na medida das suas forças e dos seus meios por contribuir para a felicidade e para a prosperidade do nosso paiz, «nada mais fazemos do que cumprir *um dever dos mais elementares.*»

A este japonês seria licito ensinar assás de portuguezes. Nas lições d'este asiático logriariam aprender copia de europeus.

Novamente o nosso padre João de Lucena, como no capitulo segundo do livro setimo da sua obra, poderia aqui discorrer *Do bom natural da gente do Japão*: «A gente é branca e de boas feições, bem apessoada e que igualmente preza a grandeza da estatura e a gentileza: os corpos fortes e robustos, soffredores sobremaneira do trabalho, fome, sede, calmas, frios, vigias». Etc.

*

Na sequencia d'essas ponderações motivados pela guerra entre a Russia e o Japão, procurei (antes de

me abalançar ás considerações geraes a que visava) exprimir perante mim proprio cada um dos elementos essenciaes do problema em litigio, marcando-o pela sua funcção substancial e definindo-o pelo seu factor caracteristico.

De ponderar attentamente era que, senhores os russos d'uma parte norte da China, eil-os por este facto visinhos pouco agradaveis para os japonezes. Estes que, pela sua guerra victoriosa com a China, podiam ter sobre ella direitos de primeira influencia, viam esses mesmos direitos desdenhados. E eis como uma questão de honra se trava. Entre a Russia e o Japão, ha, na verdade, o mar, mas tambem, attivamente á China, uma peninsula *sorte d'état-tampon*, lhe chamon o sr. Henri Degron. Ora, os russos, inquietos dos projectos bellicosos do Japão, e para reduzirem esses projectos ao nada, não é de espantar que congeminassem a idéa da conquista d'essa peninsula e que do reino quasi independente por completo da Coréa, cujos portos poderiam mais tarde volver-se em outros tantos Gibraltars minazes, appetecessem fazer provincia de seu vastissimo e tyrannissadissimo imperio. Golpe em cheio; seria o Japão degradado, para todo o sempre, á condição de nação essencialmente insular; seria o seu poderio, conquistado a preço de immensos sacrificios, destruido; seria a sua actividade commercial paralyzada.

A Coréa fôra, de resto, a secular cubiça do Japão, e no artigo do sr. Antonio de Campos Junior em *La Revue* se registra o tentamen historico de

apossamento que confina com nossa passada historia portugueza.

O snr. Degron consignara que, differenciando-se notavelmente dos chinezes por seus costumes, seus habitos, suas artes, seus trabalhos e sua linguagem, os japonezes consideram-se gravemente offendidos se os tractam por chinezes. Dizendo que chinezes e japonezes são inimigos seculares e que se semelliam uns aos outros tanto quanto o latino ao germano, o snr. Degron asseverava que os chinezes (que, a seu juizo, mongoes e mandchus, são ainda os descendentes dos antigos tartaros) nada teem que vêr com os japonezes, que affirma que derivam dos malaios.

Será, porém, exactamente assim? Occupando-se da raça boreal, já o erudito, agora antiquado, Alfred Maury pensava que, avançando para o sul, o ramo esquimó se houvera de encontrar no archipelago do Japão com a raça chinesa, e assertava que, discorrendo pelo aquilatamento do idioma, os japonezes haviam brotado do cruzamento das duas raças, mas com predominancia do sangue chinez.

O que mais nos quadra é que Leão Metchnikoff escreve que, se bem que seja difficil considerar o Nippon como um simples annexo da Asia continental, não pôde, comtudo, deixar de convir-se em que, se o Japão não houvesse tido a fortuna de accender seu facho ao potente foco do Celeste Imperio, elle quiçá permaneceria sendo o que são as Philippinas com os seus tagalos e não mais.

Mas, se da China recebeu o Japão a primitiva luz

e a trocou pela mais intensa da Europa moderna, avançando sempre: a seuavez, a China immobilisou-se e obstinadamente immobilisada quer conservar-se.

Será isto assim exactamente, consoante vem de longuissima data sendo affirmado no ensino europeu? Outrora escrevera Herder:

O imperio da China é uma mumia embalsamada sobre a qual se pintaram hieroglyphos e a quem entrouxaram de seda; a sua circulação interior é como a vida dos animaes hibernantes, no emquanto dormem.

E meio-seculo mais tarde Hegel explicava á sua maneira as causas da immobilidade da China:

Como do contraste entre o Existir objectivo e o movimento subjectivo para deante se carece ainda na China, toda a mudança é impossivel: e a immobilidade que se observa sempre nos chinezes constitue toda a sua historia.

Escarnece modernamente o snr. Luiz Gumplowicz (professor de sciencias politicas na Universidade de Graz) d'esta explicação, na qual parece que se topou grande prazer, porquanto, depois d'aquella epocha, a rigidez e a immobilidade chinesa, a ausencia de todo e qualquer desenvolvimento chinês são como que phantasmas que excessivamente a miude visitam todos os livros d'história e todas as historias da civilisação.

Para o snr. Gumplowicz, se se considerar objectivamente e a sangue-frio os factos da historia chi-

neza, ao contrario não se reconhece n'essa historia, não mais quanto no Estado chinez, coisa alguma que essencialmente diffira da historia e das composições politicas d'outras nações. *Eadem aliter*, porém sempre *eadem!* E como é que poderia ser d'outra fórma?, inquire o professor de sciencias politicas na Universidade de Graz. Insiste: «O sol, na China, segue acaso outra direcção do que nos outros paizes?» Mas este argumento astronomico não o satisfaz. Porque recorre a outra pergunta, de ordem botanica: «As plantas crescem lá d'outra maneira?»

A estabilidade chinesa não se lhe figura, pois, firmada em rocha eterna. O povo ainda não esqueceu a origem exotica dos mandchus; toda a gente sabe e sente, mau grado todas as tentativas de assimilação, que o governo é estrangeiro: isto póde servir facilmente de alavanca a um inimigo interno ou exterior, ou aos dois reunidos.

Era evidente, para Gumplowicz, que a dominação mandchu estava ameaçada d'um perigo d'esse genero por parte dos europeus. Todas as potencias maritimas da Europa (e, além d'isto, por lado da terra a Russia) cubiçavam de longa data os incommensuraveis thesouros do Celeste Imperio e esforçavam-se por fincar pé pouco a pouco n'aquelle paiz. «Não será, todavia, assim facil o «levar á China a civilização europeia», para nos servimos da phrase official, usada em casos semelhantes.»

Não pensava Gumplowicz no Japão sequer.

*

E a idéa japoneza era, não obstante, a civilisação européo-americana.

Paralelamente, a idéa russa? Existiria?

Existirá?

Em 92, a quando de meu exilio, encontrei eu n'um dos caixotes dos alfarrabistas dos caes do Sena precisamente um folheto com titulo suggestivo: *A idéa russa*; porém seu auctor, o snr. Vladimiro Soloviev, confesso que não brilha pela clareza; no cerebro slavo (dizia Turguenev, ao que nos relatam os irmãos Goncourt) ha sempre um nevoeiro.

Em compensação, a barbarie russa, essa, é innegavel, e ainda na occasião os periodicos portuguezes estampavam um informe, recente á data, tomado d'uma gazeta allemã, e que era d'uma atrocidade dolorosa.

Mas idéa russa?

A primeira palavra sizuda que na Russia haja sido pronunciada, o primeiro ensaio de solução do problema implicito, ensaio dando, de resto, uma resposta completamente negativa, relembra-nos Alexandre Ilerzen (*Iskander*) que fôra a carta celebre de Tchadaev.

A publicação d'essa carta constituiu um acontecimento dos mais graves. Foi um desafio, um signal de despertamento; rompeu o gelo após o 14 dezembro

(virei a explicar o que indica esta significativa referencia, a que já me referi outrosim). Finalmente, apparecera um homem cuja alma trasbordava d'amargura. Encontrou uma lingua terrivel para dizer em uma eloquencia funebre, com uma serenidade esmagante, tudo quanto se havia accumulado de acerbo durante dez annos no coração do russo civilisado. Essa carta fôra o testamento d'um homem que abdica de seus direitos, não por amor para com seus herdeiros mas por tedio. Severo e frio, o auctor pede contas á Russia de todos os soffrimentos de que ella embebe um homem que ousa sahir do estado de simples bruto animal.

Tenho-me reportado, n'estas linhas, de Alexandre Herzen; o grande pamphletario prosegue:

Elle quer saber o que é que nós compramos por tal preço, por que é que merecemos nós situação tal. Analysa-a, a essa situação, com uma profundeza desesperadora, inexoravel; e, depois de haver terminado essa viviseccão, desvia-se com horror, amaldiçoando o paiz no seu passado, no seu presente, no seu futuro.

Com effeito, essa sombria voz não se fez ouvir senão para clamar á Russia que ella nunca existiu humanamente; que ella não representava «senão uma lacuna da intelligencia humana, nada mais sendo do que um exemplo instructivo para a Europa.» Elle diz á Russia *que o seu passado foi inutil, que o seu presente é superfluo e que ella não tem futuro algum.*

A revista que inseriu essa carta celeberrima foi immediatamente supprimida (*O Telescopio*), o censor demittido, o redactor principal desterrado.

Herzen, porém, em Londres, em 1853, declara-se em desaccordo com Tchadaev; mas exara, de par e passo, que comprehende perfeitamente o caminho que áquelle o conduziu a similhante ponto-de-vista negro e desesperado.

Um grito de dôr e estupefacção acolhera esse artigo; elle assustara, elle melindrara até aquelles mesmos que lhe compartilhavam das sympathias. E, comtudo, Tchadaev nada mais fizera do que enunciar o que vagamente agitava a alma da mocidade moscovita por então. Herzen exclama:

Quem de nós-outros não tem tido d'esses momentos de colera, durante os quaes odiou este paiz, que não possui senão tormentos como resposta a todas as aspirações generosas do homem, que se açada em nos despertar para nos inflingir a tortura? Quem de nós não desejou arrancar-se para todo o sempre a esta prisão que occupa a quarta parte do globo terrestre; a este imperio monstro onde cada commissario de policia é um soberano e o soberano um commissario de policia coroado? Quem de nós se não abandonou a todos os desvarios para esquecer este inferno cunhado em gelo, para obter alguns momentos de embriaguez e de distração? Agora vêmos nós as coisas por uma outra face, encaramos na historia russa por outra maneira; mas não ha rasão para que nos retractemos ou para que nos arrependamos d'esses momentos de desespero; pagamol-os demasiado caros para que os cedamos; fôram o nosso direito, o nosso protesto; salvaram-nos.

Aos protestantes, moralmente, nos olhos das proprias consciencias, decerto; mas ao paiz mesmo?

Haveria motivo já então para que vissemos as coisas por diversa face? Razão haveria para que encarassemos na historia russa por outra maneira?

Herzen convinha, em Londres, em 1853, em que até então os factos fallavam por Tchadaev e não contra elle. Ora, acaso os factos haviam-se modificado sensivelmente desde 1853 para 1904 n'aquillo que substancialmente importa? Quer dizer: a Russia era já então uma nação livre? Ai dos russos! A Russia era ainda e sempre, em 1904 como em 1853, uma nação escrava.

E escrava além de toda a expressão, escrava como raras nações o teem sido no mundo, escrava como nenhum povo o foi, nenhum, das nossas raças que se ufanam de superiores.

Assim sendo, o que é que a Russia podia dar aos povos que comprehendesse em seu vastissimo imperio? A mesma lei em que vivia, ella. Isto é, a lei da tyrannia, da oppressão, do autocratismo, do functionalismo dominante e irresponsavel. A Russia é o cholera, bradava Michelet. O cholera moral, a asphyxia da consciencia. A Russia era, representativamente, a negação da liberdade. *O seu passado foi inutil, o seu presente é superfluo.* Não teria então, outrossim, futuro algum — como na maldição de Tchadaev?

O symbolo da Russia era o *knut*.

O que é o *knut*?

E' um chicote.

*

Em 1862, dedicados a seu muito querido pae, como penhor d'affeição filial, publicou o snr. Spyridião G. Zézas, doutor em direito, seus estudos historicos sobre a legislação russa, antiga e moderna; ahí no capitulo xx, que tracta da legislação penal moderna na Russia, annota elle que actualmente a pena do knut estava alli abolida; porém no texto força lhe é explicar que, sob o nòme de penas corporaes, no imperio moscovita se comprehendia: a fustigação.

E relativamente pouco antes um prosador russo, na mesma Paris, Ivan Golovine, increpava-se de já-mais poder attingir a energia do poeta russo outro-sim que dizia: «Na Russia, honorificam-se o tzar e o knut.»

Em 1845 Ivan Golovine observava que, feito o chicote ou knut de coiro entrançado e apresentando a fôrma triangular, estava sabido como esta era a que causa os ferimentos mais perigosos.

Em 1880, tambem em Paris o snr. Pierre Frédé pormenorizava. Quando a correia envolve o corpo do paciente por seus angulos, os musculos são litteralmente cortados em rodellas como com uma navalha de barba; se ella, porém, cahe no plano de duas arestas, então os ossos estalam, a carne fica picada, migada, esmagada, o sangue espirra; o paciente tornava-se verde e azul, como um cadaver putrefacto.

Mas o seu volume de 1880, o snr. Pierre Frédé pouco mais fez do que plagial-o, copiando-o rés-vés d'outro tomosito de 1853, escripto esse pelo snr. Germain de Lagny e que exhibe um rotulo representativo e synthetico. Tendo por sub-titulo «Costumes e organização da Russia», chama-se a obra: *O knut e os russos*.

O snr. Germain de Lagny chega à eloquencia, no fito de nos definir a situação moral. Exclama:

O knut! Não ha na lingua franceza nem na de povo algum civilisado vocabulo que, de per si só, resuma mais crueldades, mais soffrimentos atrozes e sobrehumanos. O knut! só á simples palavra essa, um russo é tomado de glacial estremeimento, sente frio no coração, o sangue coalha-se-lhe nas veias; essa palavra dá a febre; lança a turvação nos sentidos, o terror no espirito: ella só estupifica e entorpece um povo inteiro de sessenta milhões de almas. Mas acaso sabeis vós o que seja o knut? é a morte, ides responder. Não, não é a morte; é alguma coisa de peor mil vezes.

Porventura, o snr. Zézas não suppuzesse tam discriminativo progresso na abolição da pena do knut, se, no capitulo fustigação, se recordasse das palavras do snr. Frédéric Lacroix que, em 1854, asseverava que a principal differença entre o *plett* (o chicote) e o knut se resumia em que o knut era administrado em publico, emquanto que o *plett* o era entre as quatro paredes da residencia ou *séde* dos senhores da policia. De resto, o chicote era quasi tam pezado e tam mortifero como o knut, e, quando o algoz es-

tava para isso, um não resultava menos doloroso do que o outro.

O disfarce moscovita acabou por tornar-se celebre; assim, o supplicio do knut oficialmente fôra abolido em 1845 e substituido por um chicote simples, esse *plett*, que tambem virtualmente foi supprido em 1863, mas que continuou, de facto, a existir no regime do exercito e no systema penitenciario da Russia.

Teem os russos uma disposição especial para a pancadaria, que os habilita a serem eximios na applicação requintada e sábia das penas corporeas, como as varadas, as quaes inflingem a preceito e quasi que com amor. N'esse soturno livro magnifico *Recordações da casa dos mortos*, um dos capitulos tremendos é aquelle da «avenida verde», atravez da qual o genio litterario empolgante de Dostoiewski nos mostra a caminhada infernal sob as vergastas zumbindo no ar caliginoso e sangrento.

A nobreza é certo que tinha privilegio para o knut, o qual lhe não podia ser applicado; todavia, nem sempre esse privilegio lhe era acatado. Assim, o snr. Germain de Lagny relata-nos o feroz supplicio d'uma mulher fidalga, madame de Lapukin, retalhada sob o knut por haver trahido o segredo das ligações da imperatriz Isabel com o principe Razumowsky. Fiel na copia, o plagiario Pierre Frédé, sem a addenda que conviria para corrigir, limita-se a tornar a contar como foi que o carrasco lhe cortou as costas ás talhadas, arrancando-lhe, por obra de cem chicotadas

de knut, a carne às fitas rubras, desde as espaldas até ao fundo do dorso; terminada a excellente operação, à indiscreta dama arrancaram-lhe a lingua e remetteram-a, n'esse lindo preparo, para a Siberia, d'onde, em regra, não se volta mais mas d'onde ella pôde voltar, apezar de n'aquelle bello gosto, dois annos depois.

A cacetada constitue a norma da sociabilidade alli; Michelet, em 1855, referia como os nobres moscovitas haviam construido immensas casas, o horror dos russos, medonhas galés (a que chamavam fabricas, manufacturas), onde os homens vendidos vinham trabalhar e morrer sob o azorrague. «Vendidos? não, engano-me, o imperador philanthropo prohibiu que se venda; aluga-se um homem por 90 annos!»

Em 1878, o snr. E. C. Grenville Murray, antigo addido d'embaixada no Oriente e na Allemanha, e ex-consul geral da Inglaterra na Russia, no tomo que para francez traduziu o snr. J. Butler, compendia abominações da condição dos condemnados que trabalham nas minas. O principe José Lubomirscki, que fôra auctorisado a visitar uma mina em epocha em que cuidavam poder contar com sua discrição, publicara do que vira um relato assustador. Infelizes attingidos do tremôr produzido pelos vapores mercuriaes, a homens, descalvados, descarnados, magros como esqueletos, coagiam-os a trabalhar de baixo do chicote.

O chicote! O alpha e o omega da civilisação russa. O principio e o fim, a causa e o motivo de todas as coisas.

Bem tinha razão o snr. de Lagny na escolha do seu titulo: *O knut e os russos*.

Por isso, em 1845, emigrado em Paris, o snr. Ivan Golovine paraphraseava a réplica com que o seu antepassado Thomaz Golovine retorquiria a Boris Godunov, quando a esse o intimara o tzar a que regressasse á sua patria. Passante de dois seculos haviam decorrido depois, sem haver trazido notaveis mudanças aos infortunios da Russia. Se Ivan Golovine quizesse imitar a mascula linguagem de seu antepassado, diz que diria: «Voltarei, quando toda a Russia houver sido promovida á decima-quarta classe».

E explica: «Aos empregados das quatorze classes não se lhes póde bater.»

O knut e os russos!

*

A Polonia, indomavel como o direito, acabava de levantar-se, loucura heroica. O exercito russo esmagava-a. Alexandre Herzen, o valente redactor do *Kolokol*, escreveu a Victor Hugo esta simples linha: «Grande irmão, soccorro! Dizei a palavra da civilização.» Victor Hugo publicou nos jornaes livres da Europa o «Appello ao exercito russo», de data, em Hauteville-House, de 11 de fevereiro de 1863, que se encontra archivado no tomo II da serie dos *Durante o exilio*, da collecção de *Actos e palavras*, onde o pre-

cede a rubrica que se extractou e á qual additarei o esclarecimento, aqui ocioso já, de que aquelle Alexandre Herzen não era polaco, porém sim russo.

O vibrante, esteril appello de Victor Hugo terminava bradando aos soldados russos: «O que vós tendes perante vós-outros na Polonia não é o inimigo, é o exemplo.»

Mas insusceptível de aprender em lições e incapaz de se mover pelo prestigio ainda dos mais fulminantes exemplos á Russia por essa epocha a considerou um insigne poeta portuguez, então no impeto de toda sua mocidade; foi Anthero de Quental, em as *Odes modernas*.

Não aconselha a Europa para que á Russia pré-gue e a apostolise; mas que a combata e fira; clama por uma santa cruzada dos povos contra a monstruosidade d'um paiz opprimido e oppressor, que nem aprende nem se arrepende.

Nenhum dó, nenhuma compaixão; para com a Russia nem sequer as notas diplomaticas e as convenções dos tractados, pois com ella só póde haver o tractado unico da cutilada.

A' Europa, durante a insurreição da Polonia em 1864, assim a exhorta Anthero de Quental:

.....
 Contra a Russia — a heresia das nações —
 Um grande e forte apostolo de ferro!
 Que vá direito dentro aos corações
 Com rijo abalo esmigalhar o erro!
 Que, em vez da branda voz das orações,

Prêgue a sua missão com grande berro!
Não humilde, não dôce, como os onze
De Christo... mas apóstolo de bronze!
Esse, sim, que converta o povo impio
Que ao Dagon da mataça deu seu culto!
Que lhe faça correr o pranto em fio,
Mas um pranto de sangue! um rude insulto,
Não palavras de amor a esse gentio!
Um missionario de tremendo vulto
Que enfim lhe escreva as letras da oração
(Mas com ferro) no duro coração!

Essa é a unica voz, que se ergue e brada,
Com que pôde prégar-se a essa descrida
Raça de Moabitas a sagrada
Nova missão de Liberdade e Vida!
Nações da Europa! é ao canhão e á espada
A quem deveis dar a palavra, Erguida,
Essa voz soará por toda a terra
A doutrinar um evangelho — a guerra!

Ah! se ha ainda olhos para verem,
Em despeito da venda, a luz infinda;
Se ha almas juvenis para se erguerem
Com o sublime vôo que jámais finda:
Se ha mãos ainda ali para estenderem
A' luz da gloria um ferro — e se ha ainda
Povos livres na terra, e em peitos novos
Ila livres corações, — á guerra, ó Povos!
.....

A eloquencia d'esta rajada inquinava-a o rancor da indignação; e que pensaria a mocidade academica portugueza de 1865 se pudesse por então adivinhar que a França (e republicana) viria a ser a alliada

d'essa Russia que lhe pintava. á data, em tal e tanta maneira como polarisadamente antagonica da liberdade que os publicistas democraticos francezes faziam sen um dilemma attribuido phantasistamente a Napoleão 1 e á Europa dando a optar entre ser ou Europa republicana ou Europa cossaca? Que pensaria?

Outro grande poeta portuguez, proximamente mais tarde, appellou não para a Europa concreta e pratica, mas para a virtualidade superior dos principios abstractos e idealistas. Refiro-me ao snr. Guerra Junqueiro e á sua magnifica composição, d'uma allegoria satyrica, *O urso branco*:

.....

Justiça! vae abrir as furnas dos leões!
Desce d'aquelle inferno ás gelidas entranhas
E arranca-me de lá os tristes corações.

Que sentem sobre si o pezo das montanhas;
Transforma n'uma lança os ferros das algemas,
Vae aos gelos do norte, ás solidões estranhas,

Procura a fera brava; eia, mulher, não tremas!
Embebe-lhe sem dó no musculoso flanco
A lança virginal das coleras supremas.

.....

O justo resentimento moral que a victimação da Polonia promoveu nas almas rectas de toda a Europa, para os francezes extinguiu-se, como para os francezes se extinguiu a repulsa contra um despotismo in-

comparavel, desde que, por intermedio d'uma alliança incongruente e aberrativa, imaginaram recuperar as perdidas provincias da Alsacia e da Lorena. D'ahi, esse spectaculo imprevisivel da fraternisação da republica franceza com a autocracia moscovita, como se o russo se importasse a sério com que o francez se reaposse do territorio no poder agora da Allemanha.

Assim, relendo parte escassa da vastissima litteratura politica franceza anti-russa de hontem e comparando-a com as complacencias e expansões amistosas do periodismo parisiense do dia fluente, mais uma decepção se me ajuntava a tantissimas das que destinado estava a que viesse a soffrer.

Entretanto, não me pareceu descabido, na hora que corria, recordar os colericos enthusiasmos da mocidade litteraria portugueza que pertence á geração anterior á minha; e, assim, me dei a consignar os excerptos de composições poeticas dignas de attenção, mórmente pelo sentido que representam, bem significativo para a crise de opinião e sentimento que os successos da guerra então actual provocavam e sollicitavam.

*

Se a ferocidade fôra stigma da sociabilidade slava, a corrupção da administração russa é timbre corrente; e as folhas lusitanas estampavam á data ty-

picos traços recentísimos d'essa prevaricação do character moscovita, collidos dos informes parisienses do madrileno Luiz Bonafoux. O knut era especifico, mas quasi que o era tambem o tchinn.

A palavra *tchinn* ou *tchine*, em russo, significa cerimonia, ceremonial, ordem, categoria ou posição. Entre os russos, é possível que vos aconteça o sêrdes convidado *bez tchinof*, quer dizer, sem cerimonia, mas em geral elles aferram-se ao *tchinn*, à ordem das graduações; estão habituados a vêr as coisas passarem-se *tchinno*, segundo as regras ou o ceremonial, e Schuitzler completa-nos sua illustração concluindo que ha um *tchinn tserkovniï*, ceremonial d'egreja, como um existe para os negocios civis ou militares.

Quanto ao *tchinn* pura e simplesmente, é a hierarchia dos postos introduzida por Pedro I, a 24 de Janeiro de 1722 (segundo o velho estylo), com fito de interessar todas as classes de seus subditos no estado de coisas novo que elle creava. Por outros termos, é a classificação das patentes militares e das funcções civis no conspecto d'uma base commum, com a indicação dos graus onde começava quer a nobreza pessoal quer a nobreza hereditaria.

O famoso quadro dos graus ou tchins é facil encontrar-o, até nos Guias da Russia, mas quasi nunca completo. O visconde Combes de Lestrade apresenta-o no volume que dedicou á Russia economica e social no advento de S. M. Nicolau II (pag. 420).

O czar fundador estabelecera dezeseis classes es-

tribadas sobre a hierarchia militar, mas que deviam outrosim reportar-se ao serviço civil. Essas dezeseis classes fôram ao depois reduzidas a quatorze, e as denominações soffreram leves mudanças; mas, de resto, a instituição manteve-se tal como a havia creado o czar reformador.

Referindo-se ao estudo de Romansvitch-Slavatinsky sobre a nobreza na Russia, em 1886 L. Tikhomirov annotava que se affirmara que a tabella dos postos fôra instituida segundo o pensamento de Leibnitz, de quem Pedro 1 tomou conselho; mas as consequencias da idéa não corresponderam seguramente ao generoso intuito do philosopho.

Assim, por varias vezes Schnitzler assignalou os modernos inconvenientes do *tchin* na classe civil, já desde 1829. Em 1844 repetia seus queixumes contra similhante arranjo. Exclamava:

Pois acaso não dizima elle a burguezia, subtrahindo-lhe tudo o que faria a sua gloria e a sua força? não multiplica desmedidamente a classe arrogante dos *tchinovniks*, cuja educação não se encontra ao nivel das suas pretensões e que frequentemente se volvem n'um flagello para o povo?

Perguntará aqui o leitor: o que vem a ser isso dos *tchinovniks*? Schnitzler satisfaz-lhe prestes a curiosidade.

E' a classe dos funcionarios, são os graduados do *tchin*, é a burocracia russa, contra a qual se elevam com razão tantissimas recriminações e que peza tam acabrunhadamente sobre o povo. Esses

homens, a mór parte promovidos por antiguidade, ignorantes e orgulhosos, são os mais fortes sustentáculos da ordem de coisas existente. Amigos dos abusos de que vivem, habituados á violencia, d'uma venalidade proverbial, sentem pouco gosto pela civilisação e tractam o que é estrangeiro (homens, idéas ou usos e costumes) com impertinente e ignara sobrançeria.

Na sua obra celebre, o snr. de Custine, em 1839, descreve-os com flagrancia :

Do fundo das suas chancellarias estes despotas invisiveis, estes pygmeus tyrannos opprimem o paiz impunemente, visto como embaraçam até mesmo o proprio imperador, que bem dá fé de que não é tam poderoso quanto lhe dizem que o é, mas que, em seu pasmo, que quereria dissimular-se a si mesmo, nem sempre sabe onde está o marco limitativo do seu poder. Sente-o e soffre por sua causa, sem mesmo ousar d'elle queixar-se. Esse marco é a burocracia, força terrivel em toda a parte, porque ao abuso que d'ella se faz chama-se-lhe o amor da ordem, mas mais terrivel na Russia do que em outra qualquer banda. Quando se vê a tyrannia administrativa substituida ao despotismo imperial, estremece-se pelo futuro d'um paiz onde se estabelece sem contrapezo esse systema de governo propagado na Europa no tempo do imperio francez.

O livro anonymo inglez *Revelations of Russia*, traduzido para francez pelo snr. Noblet, a esta presumpção corrobora-a attinentemente ao czar Alexandre I :

O imperador Alexandre, cujo character offerecia uma singular mescla de vistas liberaes, de benevolencia, de finura, juntas a uma frouxidão indolente que o entregava, a elle e ao

seu imperio, á mercê de seus confidentes, conhecia perfeitamente essa corrupção de todo o systema social. Lisonja alguma logrou jámais persuadir-o de que elle fôsse um Pedro o Grande ou um Napoleão; por isso, jámais cuidou de tentar uma reforma, porventura a mais difficil que emprehender se pudesse. Sabia muitissimo bem que para a ensaiar com alguma probabilidade de exito, devia começar por elevar ao decuplo os salarios dos seus empregados, o que a situação de suas finanças não permittia, e por estabelecer a liberdade illimitada da imprensa, o que teria sido considerado por seus ministros como um acto insensato de francomania. Desprovido da energia necessaria para discutir a questão com os seus conselheiros, mesmo quando sentia o quanto a conducta d'elles tinha de odioso e de impolitico, evitou remexer essa montanha d'iniquidades sociaes; mas ao menos viu-a exactamente tal qual ella era; e, sabendo bem que, salvo decepando o mal em sua raiz, todo e qualquer acto de severidade resultaria inutil, deixou a corrupção marchar de cabeça levantada, em vez de a obrigar, como Nicolau, a velar-se pelo menos aos olhos do publico. Aos roubos patentes dos seus domesticos, oppunha á laia de vingança uma tranquilla ironia, deixando ao seu ministro a tarefa das inquirições e o enfado dos castigos. Dos seus subditos o czar dizia firmemente: — Se elles soubessem onde os metter, roubavam-me os meus navios de guerra; se elles podessem tirar-me os dentes sem me acordar, roubavam-m'os quando eu estivesse a dormir.

O conde Estanislau Plater condensou a situação n'esta formula: «Em tudo onde se introduziu a administração russa, a venalidade estabeleceu o seu imperio.»

*

Não haveria jámais n'esta tremenda situação um irreprimivel movimento do protesto? Vejamos.

O periodo que vae de 1812 a 1825 constitue o objecto do quarto capitulo do nervoso opusculo publicado por Alexandre Herzen em Londres, em 1853, tendo por thema o desenvolvimento das idéas revolucionarias na Russia até então.

Na verdade, prestes após a guerra contra o francez hoje alliado, grandissima mudança se manifestara no espirito publico da Russia. Os officiaes da guarda e dos regimentos de linha entraram de manifestar menos ardente submissão. Sentimentos cavalheirescos de honra e de dignidade pessoal, desconhecidos até então na aristocracia moscovita, segundo Iskander, principiaram a espalhar-se na sociedade. Ao mesmo tempo a má administração, a venalidade dos empregados, os vexames policiaes excitavam murmurações unanimes. Homens de Estado de uma grande auctoridade, como o velho almirante Mordinoff, fallavam em altas vozes da urgencia de innumeradas reformas. O proprio Alexandre desejava melhorias, mas não sabia como pegar-lhe. Karamzine e Spéranski trabalhavam, na conformidade de suas ordens, em um projecto de constituição.

Entretanto, homens energicos e serios não estiveram para esperar pela terminação d'esses projectos

imaginarios; não lhes abastou o simples descontentamento vago e buscaram utilisal-o por uma outra maneira. Conceberam a idéa d'uma grande associação secreta. Deveria ella fazer a educação politica da nova geração, propagar as idéas de liberdade e aprofundar a questão complicada d'uma reforma radical e completa do governo russo.

Longe de se ficarem na theoria, organisavam-se elles concomitantemente de fórma e modo a que podessem aproveitar-se da primeira circumstancia favoravel para abalar o poder imperial. Tudo quanto de distincto havia na juventude russa, moços militares como Pestel, von Viezen, Narychkine, Iuchnefsky, Muravieff, Orloff; os litteratos melhor estimados como Ryléieff e Bestucheff; descendentes das familias mais illustres, como os principes Obolensky, Trubstzkoy, Odefsky, Wolkhonsky, o conde Tchernyscheff e muitos outros, fôram pressurosos em alistar-se n'essa primeira phalange da emancipação russa.

A vasta agremiação clandestina dividira-se em duas e da *Sociedade do Norte* alma era, a arbitrio do cortezanesco Schnitzler, esse litterato acima nomeado, Ryléieff, a cujas eminentes qualidades aliás não dedenega a justiça devida.

Jámais quizera acceitar ordenado do governo, e no exercito, que prestes deixou, não teve posto acima do de alferes. Todavia, por principio e em virtude d'essa idéa, pelos patriotas professada, de que era um dever dedicarem-se às funcções judicarias, no fito de que não viessem a cahir em mãos indignas,

acceitou o cargo não-retribuido de secretario do tribunal criminal de Petersburgo. Para prover á sua subsistencia, entrou a serviço da *Companhia Americana*, grande sociedade mercantil privilegiada, cuja séde estava na capital. Ao tempo da revolta que começo a narrar, era o secretario geral d'essa Companhia, cargo modesto mas que exigia reaes e verdadeiras capacidades.

De facto, convém Schuitzler em que Ryléiell aliava a mais alta intelligencia a todas as qualidades do homem de coração. Dominado por principios antes do que por paixões, procedia por via de reflexão, segundo theorias, idéas abstractas, se assim o quizerem os conformistas que se reputam superiores, por nada anteporem a seu egoismo. Ryléiell, esse, Schuitzler confessa que se conduzia com desinteresse e como se fôsse para cumprir um dever. Como se fôsse!

Democrata por inclinação e tendencia, grande admirador da constituição dos Estados-Unidos, comprehendia, não obstante, perfeitamente bem que essa constituição, que suppõe cidadãos preferentemente a formal-os (o que é que sabia d'isso Schuitzler?), não era applicavel á Russia, cuja população, pela carencia d'uma burguezia em copia sufficiente, se repartia nas duas especies polarisadas de senhores d'uma banda, escravos de outra.

Admittia, pois, Ryléiell a monarchia, a qual, para uma sociedade assim constituida assevera Schuitzler que é a unica arca de salvação; mas, vendo-a abso-

luta e sem freio, n'um tempo em que até mesmo os povos habituados à ordem legal reclamavam, para mais garantia, uma lei fundamental; vendo a arbitrariedade perpetuar-se sobre o throno, assim como a servidão nas choças dos camponios; não deparando em torno de si-mesmo com coisa alguma d'aquillo que algures constitue a força dos Estados: o vivo sentimento da honra nas altas classes, e, nas outras, a dignidade moral: observando com humilhação que todas as comparações redundavam em desvantagem da sua patria, fixou-se no pensamento de que convinha marcar limites ao exercicio da auctoridade soberana e de que cumpria transformar o autocrata em um imperador constitucional.

A firmeza corajosa, o character determinado e resolutivo de Ryléieff admirariam em um poeta, se, pondera Schnitzler, André Chénier e outros antes d'elle não houvessem já offerecido d'aquellas virtudes o exemplo. De bastos annos que Ryléieff era conhecido como uma das esperanças do Parnaso russo, e em seus versos, coisa inaudita no seu paiz, mesmo em vida de Puschkine, ousara declarar que era, antes que mais nada e primeiro que tudo, um cidadão.

Litterariamente, consoante o vemos d'uma carta ao principe Viazunsky endereçada, Puschkine, proclamando que ninguem ama e respeita André Chénier mais do que elle, logo restringe, assertando que Chénier é classico entre os classicos: e, quanto aos primeiros devaneios de Ryléieff, reputa-os frios, sem embargo.

Para os portuguezes, o russo snr. Platão Lvovitch Vakcel explica que poderia, com justo motivo, deter-se um tanto sobre poetas muito distinctos, «taes como Ryléyev, um dos chefes executados da revolta de 1825, auctor de notaveis poemas politicos».

Um dos chefes executados da revolta de 1825! Avancemos no relato d'esta catastrophe.

*

O que tornava sem par horrendo o especialismo moral da sociabilidade russa era, consoante aqui já o frisamos, a completa e radicada separação entre o povo e as classes cultas; só se poderia fazer uma idéa do que era, e é em grandissima somma, esse terrivel hiato intellectivo e ethico, por exemplo se suppozessemos esta hypothese atroz de que a nação franceza fôsse composta de francezes cultos (nas suas classes ricas e illustradas mas pouco numerosas) e o povo francez constituido fôsse por negros de Africa, escravos fanaticamente afeiçãoados, até á paixão idolátrica, pelo imperador absoluto da França.

Nestes termos, quaesquer esforços para a independencia civil e para a liberdade politica tentados pela illustração franceza seriam, de nascença, abortivos, visto como o absolutismo reinante encontraria na extreme incomprehensão da massa negra, fiel e amante, a submissão incondicional e apaixonada com

que faria em hastilhas a minoria audaciosa que se lhe atrevesse.

De modo que os conspiradores da revolta russa no que cogitaram foi exactamente em aproveitar-se da dedicação dos soldados para com o tzar, audaciosamente e habilmente projectando-os a uma rebelião por lealismo. Arrancariam da confusão assim promovida as concessões constitucionaes por que aspiravam, inintelligiveis, de resto, ao conjuncto popular, como a sciencia social o seria a uma aringa de retintos pretos, obediêntes, affectivos e armados.

Morrera em Taganrog, a 500 leguas da sua capital, o tsar Alexandre I sem deixar filhos, ficando vivos seus tres irmãos, os gran-duques Constantino, Nicolau e Miguel. O successor legitimo ao throno era o gran-duque Constantino, por preeminencia da idade; mas este renunciara a favor do seu irmão immediato Nicolau, assim procedendo, diz Leixner que por não ser herdeiro directo; mas Schnitzler mais miudamente informara de como, após seu divorcio, o arredou do solio imperial seu casamento morganatico com uma méra fidalga, ainda para mais polaca e catholica. E' certo que o marquez de Custine insinua que o que definitivamente propellira Constantino a ceder o passo perante o gran-duque Nicolau fôra o receio de que, pouco estimado, a côrte o viesse a eliminar, propinando-lhe veneno, caso elle insistisse em valer-se da preferencia de idade que lhe dava accesso á autocracia.

Todavia, ou por escrupulo de generosidade, como

o expõe o cortezanescos Schnitzler, ou por subtil argucia politica, Nicolau não quiz investir-se desde logo no supremo mando; antes motivou que seu irmão Constantino fôsse jurado imperador pelos altos corpos do Estado e pelo exercito, enquanto que para Varsovia se encaminhava o gran-duque Miguel, a receber as instrucções e ordens do mais velho dos irmãos, generalissimo na Polonia. Confirmou e corroborou elle tudo quanto havia disposto ainda em vida do fallecido Alexandre no respeitante à renuncia; e ao irmão Nicolau o reconheceu como a seu tsar e senhor, resolvendo-se este, pois, a encerrar o interregno que produzira, por excesso de calculo machiavelico, engenhoso e fructuoso de ulterior, incontestanda segurança. Assumiu o poder, elaborando um manifesto publico, e ordenou que lhe prestassem juramento de obediencia e fidelidade.

Eis o momento culminante e decisivo imposto aos conjurados, o instante irreductivel da crise. A dictadura nominal de Trubetzkoï alvejava este deslecho, que veio no tragico 26 de Dezembro de 1825.

Toda a tarde se passara em conciliabulos; à meia-noite Iakutovitch e Alexandre Bestujeff estavam reunidos em casa de Arbusof, tenente dos marinheiros da guarda, com muitos dos seus camaradas do batalhão, pelo qual com tanta mais força de acerte se decidira começar as operações quanto se tinha a certeza do seguro compromisso da inór parte de seus officiaes. Desde a vespera que haviam espalhado entre a soldadesca o surdo rumor de que

se pedia às tropas um juramento illegitimo e que com o prestarem ellas perjurariam; que o tsarevitch não havia tal recusado o throno, que avançava, pelo contrario, sobre Petersburgo, com o 1.º exercito e o da Polonia, para exterminar os traidores que prestassem juramento a outrem que não elle; que havia chegado já à quarta estação de posta para cá de Narva; finalmente, que a guarda em pezo recusaria indubitavelmente o juramento exigido.

Os vehementes esforços dos varios conspiradores lograram em parte os effeitos visados; as casernas levantaram-se, os soldados romperam as fileiras, os regimentos sahiram. A impressão sobre elles produzida pelos officiaes sublevados fôra tal que, aos gritos de *Dérévaschky daloi!* (abaixo as fôrmas de madeira!), correram às arrecadações regimentaes a buscar as verdadeiras pederneiras de suas espingardas, bem assim os cartuchos precisos.

Mas a metralha das peças d'artilheria haveria de varrer em sangue este primeiro e unico teutamen revolucionario de forças regulares. A proposito, Cesar Cantu escreve :

Essa tentativa não poderia terminar de diversa fôrma em um paiz onde existe um tam vasto abysmo entre a classe nobre e a multidão; os soldados não se haviam posto em movimento senão com a idéa de sustentar os direitos de Constantino e da *constituição*, que tomavam pela mulher d'aquelle principe.

A verdade triste está em que até mui tarde da hora alta da explosão insurreccional os officiaes e os conjurados paisanos não haviam ousado fazer ouvir a palavra de constituição, vocabulo que não tinha sentido algum para a turba ou barbuda e de castan ou de queixo escanhoado e em armas. Mas, quando a plebe, abalada pelas aclamações militarescas, entrou de agitar-se, e bastos homens do povo principiaram de fazer causa commum com os soldados, então os chefes julgaram chegado o momento. Ao grito *hurra Constantino!* misturou-se o de *hurra Constitutia!* Esta ultima palavra, de que convém notar, observa Schnitzler, a terminação feminina em sua fórma russa, espantou a multidão mais do que a excitou, e dá-se por certo que, tomando-a por um nôme de mulher, emparelhado ao do tsarevitch, os soldados perguntavam uns para os outros: «Quem é? E' a mulher d'elle?»

A palavra de *republica*, se houvesse sido pronunciada, não teria sido melhor comprehendida; um viva á *liberdade* deixaria insensiveis aquelles servos doces. O proprio modesto grito *Viva a legalidade, abaixo o arbitrio!*, que de boa vontade se soltaria do coração de tantos russos esclarecidos e patriotas, esse mesmo modesto grito, affirma peremptoriamente Schnitzler que, proferido na praça publica, haveria tido a mesma sorte. E pondera:

De facto, é talvez inutil que uma palavra de santo-e-senha d'esse genero seja completamente comprehendida d'aquelles

sobre quem deve exercer sua acção; o mais das vezes mesmo, essa palavra magica tem tanto mais poder quanto uma idéa mais vaga apresenta; mas pelo menos preciso é que preza tenha sobre a imaginação por qualquer canto; que tope com uma corda sensível e prompta a vibrar. Ai de nós! sours que ferem uma rocha inintelligente não teem acção sobre ella; repercutem-se sem que a commovam.

Ai do inconsciente povo russo!...

Pois uma constituição! Para que serve isso, de uma constituição?

Suffocada a revolta, e a quando o imperador Nicolau se dava á faina de inquirir elle proprio em pessoa os conspiradores presos, um d'estes, entre muitos, respondeu-lhe igualmente, como refere Ivan Golovine, com nobre isenção. Estava presente ao interrogatorio o gran-duque Miguel, que fôra quem, segundo Schnitzler, chegara o morrão á primeira peça carregada a metralha. Furioso, o príncipe, a certa altura das replicas do infeliz, bradou clamorosamente:— Torna-se preciso tapar-lhe a bôcca com uma bayoneta.

—O snr. perguntava ainda ha pouco (redarguiu o preso) para que é que nos servia uma constituição? E' para que jámais se digam coisas d'essas.

*

Como propheticas Schnitzler considera as poesias de Conrado Ryléieff, cujo poema *Voinarofski*, pelo auctor dedicado ao seu amigo Alexandre Bestujef, de

quem prediz a sorte, foi impresso em Petersburgo em 1825, antes da explosão da conjura.

Inedito se conservara outro poema, *A confissão de Nalivaiko*; e, a ajuizar pelo fragmento d'elle que, a titulo de traducção, deu o snr. Ancelot, permittiria ainda mais, a arbitrio do mesino Schnitzler, deitar um relance sobre a alma do desditoso poeta, que, avisado por um secreto presentimento do seu destino futuro, premido se sentia de prestes consignar a sua propria historia em a dos seus heroes.

Nalivaiko, moço cossaco, emprehendera libertar a Ukrania da oppressão dos polacos. Confia seu designio a um piedoso anachoreta. Diz-lhe :

O povo geme em vão nos ferros: nada mais do que lastimas inuteis é o que elle exprime. Oh meu padre! de mim se apossou o odio dos polacos até o delirio. Meus olhos se tornaram penserosos, taciturnos, rispidos. Minha alma consume-se na servidão que a opprime. Noite e dia, um só e unico pensamento me persegue como uma sombra. Elle me agita, quer no repouso do campo paterno quer na ruidosa caravana, assim no calor da refrega assim durante a oração rezada perante os santos altares: «Tempo é, murmura incessante uma voz secreta, tempo é de inmolar todos os tyrannos da Ukrania.» Eu não o ignoro: um abysmo se abre aos pés do primeiro que se levanta contra os oppressores d'uma nação. O destino escolheu-me. Mas, dizei-m'o, em que paiz, em que seculo a independencia reconquistada não exigiu victimas?... Eu morrerei em prol do paiz que me viu nascer! Sei-o, sinto-o, e é com encanto, oh meu padre!, que abenço a sorte que me está reservada.

Eis aqui uma alma russa que não era, como na terrível regra, uma alma morta; e a inquirição das causas do immenso servilismo quadraria em digressão opportuna.

Após haver fallado da oppressão, sob a qual, subjugados pelos mongoes, os russos gemeram durante duzentos annos, o historiador Karamzine expressa-se por este teôr:

Qual houve de ser a consequencia d'esse estado de coisas? o rebaixamento moral dos homens. Pondo de parte toda a altivez nacional, nós outros aprendemos os vis artificios da escravatura, aos quaes os fracos recorrem para que lhes façam de força. Enganando os tartaros, ganhamos o habito de nos enganarmos tambem mutuamente. Resgatando a preço de dinheiro as violencias dos barbaros, tornamo-nos mais avidos, e, alvo das intimidades dos tyrannos estrangeiros, prestes menos sensiveis ficamos ás injurias e á ignominia... Quiçá o character russo apresente ainda agora maculas que lhe advieram da barbarie mongolica.

A' data, em uma revista de Paris, o hoje fallecido geographo e ethnologo Elyseu Réclus frisava o effeito do enxerto mongolico na gente moscovita; como, na sua epocha remota, Schnitzler da tyrannia publica, exercida quer pelos conquistadores mongoes quer pelos tsars indigenas, e que não deixava possibilidade alguma de resistencia, deduzia o resultado de uma servidão universal de que os caracteres haviam ficado marcados com o recebido tremendo cunho.

«Uma sorte terrível e sombria está entre nós-ou-tros reservada a quem quer que ousa levantar a cabeça ao de sobre o nivel traçado pelo sceptro imperial; poeta, cidadão, pensador, uma fatalidade inexorável os propelle para o tumulto.»

Assim exclamava com dôr dilacerante Alexandre Herzen em 1853; e á funebre lista com que justificava sua desesperada amargura, abria-a assim: «Ryléieff, enforcado por Nicolau.»

Poderia talvez escrever: duas vezes enforcado.

De facto, a corda, mal segura, escorregou ao de sobre o capuz que lhe envolvia a cabeça; elle cahiu no buraco escancarado da plataforma do cadafalso, conjunctamente com o alçapão que abatera e com o escabello onde o algoz o sentara. Horriveis contusões fôram, por certo, para o suppliciado o effeito d'este imprevisto accidente da execução, accidente que aliás em coisa alguma mudou sua sorte. Disse-se que, consultado sobre o que cabia fazer ás victimas d'esta desgraça na desgraça, o imperador respondera com um laconismo barbaro: «Reenforçal-os!». Schnitzler contesta, porém, tal cumulo de ferocidade.

Todavia, facto é que esses condemnados soffreram por duas vezes as angustias do trespasso. Mal apenas restabelecida a plataforma, tornaram-os a fazer subir ao patibulo.

Atordoado no primeiro momento por sua queda, Ryléieff caminhou, não obstante, com decidido passo para a forca que o esperava, mas sem conseguir conter esta entristecida exclamação: «Estava, pois,

escripto que nada me havia de succeder certo, nem sequer a morte!» E, a dar-se credito a alguns testemunhos, exclamara tambem: «Paiz amaldiçoado este, onde se não sabe nem conspirar, nem julgar, nem enforçar!» Todavia, Schnitzler addita que outras pessoas attribuem taes palavras a Sergio Muravief-Apostol, que, como Ryléieff, corajosamente tornou a subir por seu pé os degraus fataes. Bestujef-Rumice, por sem duvida mais maltractado do que os seus companheiros de desdita, não teve força de se sustentar nas pernas. Houveram de o levar n'um braço até o escabello que lhe competia. Uma segunda vez se lhes apertou no pescoço o nó da corda infame, mas d'esta feita sem os soltar. Ao cabo de alguns segundos, o rufo do tambor annunciou aos assistentes do tremendo espectaculo que a justiça do tsar estava satisfeita.

Naquelle seu notavel poema de *Voinorofsky*, Ryléieff exclamara:

O que, em nossos sonhos, nos parecia um decreto do ceu, lá em cima resolvido ainda não fôra. Paciencia! aguardemos que o colosso haja ainda durante algum tempo accumulado as iniquidades; que, apressando o seu accrescimo, se haja enfraquecido, por haver desejado comprehender a metade do universo. Deixemol-o, com o coração inflado de orgulho, fazer estendal de sua vaidade sob os reflexos dos raios do sol. Paciencia! a colera do ceu nem por isso deixará de o reduzir a poeira. Na historia, Deus é a *remuneração*; elle não permite que a semente do peccado sua colheita não produza.

*

Nestes termos históricos e na conformidade coeva, apura-se que, dada a guerra com o Japão, a victoria dos russos estava na derrota da Russia.

Assim o pensei e o disse, sem me preocupar com a ambição do Japão, apesar de flagrante, historicamente definindo-se, porém.

Modernamente, o conflicto chino-japonez, que surgiu na primavera de 1894, foi, consoante já aqui se frisou idoneamente, um dos acontecimentos capitaes dos nossos dias, porque seu desenvolvimento, seu desenlace e seus corollarios determinaram a presença, reconhecida por todas as grandes potencias, de um novo factor internacional, o Imperio do Japão, com o qual ponderava em 1897 Becker que forçosamente havia de contar-se d'ora-em-deante para resolver todas as questões relativas ao Extremo-Oriente.

O publicista citado considerava que a China e o Japão occupam na Asia posição analoga àquella que tem a Inglaterra e os Estados-Unidos na parte occidental do Atlantico, disputando-se a interferencia na península da Coreia, pela qual luctaram da primeira vez, na segunda metade do seculo xvi. A China, com as suas immensas riquezas, o seu credito illimitado e a força indiscutivel que dimanam da tradição e da historia, reputava como muito inferior o Japão; porém este, penetrando resolutamente pelo caminho

da civilisação, adoptando todos os progressos modernos, facilitando a entrada dos europeus em seu vasto e encantador territorio, reorganizando o seu exercito, fomentando a sua marinha, creando arsenaes, etc., chegou a não temer o seu poderoso visinho, e sem se preocupar com a opposição d'este intentou impôr na revôlta Coreia as reformas que as proprias potencias da Europa haviam aconselhado. A China oppoz-se immediatamente, sobretudo porque, realisada a obra reformista sob a direcção do Japão, assegurava a este a preponderancia na peninsula coreiana.

Travada a lucta material sem que precedesse declaração formal de guerra, como depois para com a Russia, o Japão triumphou facilmente, tanto mais quanto que ás vantagens que davam a este a sua organização militar e a consciencia da sua maior cultura, se uniu a escassa resistencia que oppuzeram os chinezes, que, não estando preparados para a peleja, mal apenas se bateram sériamente na desembocadura do rio Ya-lu, na Coreia e em Porto-Arthur.

Os triumphos do Japão preoccuparam, no lance, a opinião publica europeia, chegando a pensar-se em uma mediação, sem que potencia alguma do mundo antigo se decidisse a tomar a iniciativa, pelo que o presidente dos Estados-Unidos, Cleveland, dirigiu uma mensagem aos dois belligerantes offerecendo-lhes os seus bons officios (Novembro de 1894); porém, como o Japão rechaçou toda e qualquer ingerencia estranha, a China teve de decidir-se a tractar directamente

com o seu afortunado rival, enviando, primeiro, o sr. Detring, sub-director das alfandegas, que não foi recebido pelo Mikado, por crer que não estava aquelle devidamente auctorisado, e logo (nos ultimos dias de Dezembro) uma commissão de oito membros, a que se agregou, a titulo meramente privado e sem missão nem character official, o ex-ministro dos Estados Unidos na China, o sur. Foster.

O Japão designou para tractar (1.º de Fevereiro de 1895) o marquez Ito, presidente do Conselho, e o visconde Mutsu, ministro dos negocios estrangeiros, os quaes acharam insufficientes os poderes dos commissionados, e, temendo um engano, decidiram proseguir a campanha, pelo que a China se resolveu a enviar Si-Hlung-Chang, vice-rei de Pet-chili, ao qual o acompanhou tambem o referido sur. Foster. O representante chinez foi alvo de um attentado no Japão, porém o governo de Tokio deu as devidas satisfações, e porfim possivel resultou firmar-se o armisticio a 29 de Março, ultimando-se, a 17 de Abril, o tractado de paz de Shinouasaki.

Em virtude d'este, a China reconhecia a plena e inteira independencia da Coreia (art. 1.º); cedia ao Japão a porção meridional da provincia de Feug-Tien, a ilha Formosa com as que d'esta dependiam, e o grupo das ilhas dos Pescadores (art. 2.º); obrigava-se a pagar ao Imperio Japonez uma indemnisação pecuniaria, em oito prazos (art. 4.º); e compromettia-se a celebrar um novo tractado de commercio, gozando desde logo o Japão do tractamento de nação mais

favorecida e do direito de estabelecer-se nos logares abertos da China, installar n'elles industrias, commerciar, etc. (art. 6.º).

Como garantia do pagamento da indemnisação (200 milhões de taeis konuping; do tael informara, na sua hora remota, nosso Fernão Mendes Pinto que 200 valiam 300 cruzados), como garantia do pagamento da indemnisação, o Japão occuparia temporariamente Wei-Hai-Wei, na provincia de Chau-Tung, devendo realizar a evacuação após o pagamento da primeira annuidade, substituindo-se n'esse caso a garantia dita por um convenio sobre a arrecadação aduaneira (art. 8.º).

Antes de assignar-se o tractado, as potencias europeias, vivamente preoccupadas pelas consequencias da guerra e temendo as exigencias do Japão, fizeram todo o possivel para impedir um exaggerado engrandecimento d'este. Mas não estiveram unidas: a Inglaterra mostrou-se favoravel ao Japão e chegou então a fallar-se de uma proposta, feita de Londres para Washington, no fito de concertar uma alliança commercial com o Imperio Japonez. A Allemanha, a França e a Russia appareceram de accordo para que não se effectuasse a cessão da peninsula de Liao-Tung, a melhor e mais poderosa posição de todo o imperio chinez, que asseguraria aos japonezes o dominio da Coreia, da chã de Peking e da Mandchuria, assim como todos os caminhos d'essas regiões, para proteger os interesses commerciaes allemães e para garantir as possessões francezas da Indo-China.

Conhecido o tractado, os ministros da França, Russia e Allemanha em Tokio formularam a 23 de Abril as reclamações das tres potencias contra o artigo que estipulava a annexação ao Imperio Japonez de uma parte do continente; e, ainda que o governo do Japão redarguisse de principio com uma especie de *non possumus*, como lhe chamava Becker, allegando temores de insurreição por parte do povo, se cedia a modificar o tractado de Shimonasaki, terminou por se prestar á sua revisão, satisfazendo as reivindicações europeias, se bem que obtendo em cambio uma compensação pecuniaria. Posteriormente renunciou a toda a pretensão de dominio no Canal de Formosa, e comprometten-se a não ceder a potencia alguma nem essa ilha nem a dos Pescadores.

*

De tudo sem embargo, persisti na mesma fé. Começavam, comtudo, por Maio d'esse 1904 os revezes para o Japão, segundo o teôr das ultimas noticias telegraphicas então; todavia, hesitante por algum tempo, o pensamento europeu fixara-se no que concerne á justiça superior d'aquelle dos belligerantes a quem de direito pertencia a gloria do decisivo triumpho.

Se a Russia vencesse finalmente, essa victoria seria uma abdicção da humana intelligencia, por

isso que ella mostraria que pouco importam o estudo e a sciencia, visto como a ultima palavra ficará sempre reservada para a força brutal do numero. Porém as nações europeas que applaudiam essa desejada estúpida victoria do analfabetismo russo sobre a illustração japoneza deveriam reparar em que ellas-proprias, por isso que menos numerosas em sua população do que o colosso cego do moscovitismo, se collocavam á mercê da infundavel horda dos muicks triumphantes, que voltariam contra ellas as armas a um aceno de seu pae temporal e espirital, como o é o tsar, imperador e pontifice. De nada vale, pois, a sciencia que tem de succumbir sob a esmagadora pressão do numero boçal, inerte mas efficaç, decisivo e definitivo. Este espectáculo seria desmoralizador, como desde então era detestavel que a *ville-lumière* fizesse, como fazia, votos pelo triumpho das trevas.

Mas a victoria da Russia, sobretudo para quem seria desastrosissima seria para os... russos.

O que convinha sobretudo aos russos era, na verdade, a derrota da Russia.

Porquanto a victoria da Russia importaria a confirmação e o robustecimento, pelo prestigio da gloria militar, do regimen politico e administrativo na Russia vigente: isto é a perpetuação indefinida do arbitrio e da tyrannia, a procrastinação despiadosa da oppressão tradicional, o renovamento de vitalidade da autocracia.

Pelo contrario, a derrota da Russia podia ser que

promovesse na gente militar alli uma exasperação de dôr patriótica que a levasse a insurgir-se contra o coevo estado de coisas, inaugurando no seu desgraçado paiz instituições liberaes e emancipando emfim o conjuncto nacional, na sua parte europeia, extrahindo da victoria do Japão a Russia o constitucionalismo, como da victoria da Prussia a França tirou a republica.

Ora, que mal adviria para a Europa, se tal viesse a succeder? Evidentemente que nenhum, emquanto que da victoria da Russia na Asia gravissimas complicações ultteriores podiam afoutamente desde logo deduzir-se. Era de presumir que nem a Inglaterra nem os Estados-Unidos da America do Norte permittissem à Russia que esmagasse o Japão; e a intervenção em prol d'este na crise do seu perigo podia congeminar-se que muito bem, ou antes muito mal, susceptivel fôsse de consequencias as mais sêrias, para todos sem excepção, claro está.

Um publicista francez escrevera que a victoria do Japão prejudicava gravemente na esphera dos interesses economicos a Europa, porquanto, industrializado já o Imperio do Sol Levante, elle educará technologicalmente as populações coreanas, chinezas e outras, dando-lhes accessão á phase fabril e á permuta mundial. Mas, sendo isto de prevêr, esse publicista não attendera a que analogo intento se propõe a mesma Russia; e, marcadamente, esquecera-se de que o unico direito da conquista é (se é) a civilisação do conquistado. Ora, desde que na Asia surgin

uma nação d'esse continente que pelo proprio esforço espontaneamente se civilisou é a ella que pertence, em boa justiça, a tarefa de civilisar os seus irmãos e allins de raça. Todo o direito congenere dos europeus cessou *ipso facto*; e as suas pretensões ás terras asiaticas não passaram desde logo de esbulhos e latrocinios.

A destruição (immediata ou mesmo consequente) da civilisação japoneza pela barbarie russa seria uma calamidade terrivel; e a attitude apathica da Europa perante essa catastrophe resultaria para a Europa coisa tam vergonhosa e tam desastrosa como o foi a sua inercia na presença da destruição pela Russia da nacionalidade polaca. Diga-se a palavra: — seria um crime (e um crime degradante) esse da tolerancia da civilisação europea e americana para com o esmagamento da civilisação japoneza pela barbarie russa.

A civilisação japoneza é uma civilisação de imitação e de importação? E'. Mas d'ahi? Nem por isso deixa de ser civilisação. Emquanto que os russos, desgraçadamente, esses é que nem sequer imitar e importar haviam sabido até então.

Disse e repeti que, verdadeiramente, a derrota da Russia é que seria a victoria dos russos; e, dizendo-o, não o fiz pelo banal prazer d'um conceito de apparencia extravagante. A precedencia historica legitimava-me o asserto.

Porque foi que acabou a servidão dos russos? Não foi pela derrota da Russia na Crimea? O que é que determinou para os russos os beneficios das re-

formas do começo do reinado do tsar Alexandre II? Não foi a derrota da Russia pelas armas anglo-franquezas?

Assim, pois, votos ardentissimos se deviam fazer por que o Japão vencesse a Russia, e isso não só em bem do Japão (isto é da civilização dos asiaticos) como em bem da Russia (isto é da extirpação do autocratismo moscovita).

A guerra é uma desgraça horrorosa, mas dupla desgraça será quando a sua consequencia na paz seja a escravisação dos vencidos; triplo infortunio seria, com a escravisação dos vencidos, a prosecução da escravisação dos vencedores, elles-mesmos.

Os mugicks russos, batendo-se pela victoria da Russia, estavam entretecendo os laureis para as estatuas dos seus tsares mas concomitantemente forjavam as cadeias para os proprios pulsos. Se d'esses laureis a philosophia ri, por essas cadeias ella se irrita; e a humanidade, a quando envilecida em um de seus membros constitutivos, com justa amargura se pranteia.

*

Insisti na affirmativa nucleolar das considerações precedentes e penso ainda hoje que não errei na exemplificação que produzi; antes encontrara em um publicista russo passagem que me corroborou. Escreveu o snr. L. Tikhomirov:

A inferioridade economica da Russia — em relação a qual-quer outro paiz da Europa — foi comprehendida pelo nosso governo, e sobretudo pela nossa sociedade, a quando da guerra da Crimea. A necessidade das reformas economicas e sociaes foi reconhecida mais ou menos claramente pelo povo inteiro, do ultimo dos camponces ao imperador Nicolau. No momento de sua morte, este conservador fanatico legou a seu filho a ordem de tomar uma medida quasi revolucionaria, a emancipação dos servos.

A necessidade de avolumar as forças productivas da Russia era evidente, e os homens mais perspicazes do imperio moscovita d'então estavam convencidos de que os meios d'esse desdobramento se topavam sobretudo no desenvolvimento do trabalho do povo propriamente dito, isto é dos aldeãos. O *mir* russo com seu teôr communal da terra provava, a parecer de muitos, a possibilidade da cultura em commum, que se faria effectuar em grande sobre a base da associação. A existencia dos *Kustarnié promysly* (pequenos mesteres), junta ao habito do russo de trabalhar em *artel*, dava, assim se figuravam as coisas, a possibilidade de desenvolver a industria no mesmo sentido. Finalmente, um grande numero de fabricas e de manufacturas pertencentes ao Estado eram para o governo um trampolim facil para preludio da organização da grande industria, sem a abandonar inteiramente nas mãos dos grandes empreiteiros. Coisa se antolhava essa tanto mais desembaraçada quanto a Russia possuia pouquissimos grandes capitalistas e a concentração rapida do capital

não podia effectuar-se sem que o governo lhe viesse largamente em ajuda. Parecia, pois, mais economico e mais productivo que os esforços do Estado tendessem a organizar o trabalho n'aquellas instituições (*artel, mir*) que fôra a propria vida do povo quem as fomentara.

Mas, na realidade, a politica economica do Estado, sem embargo de umas tantas fluctuações, tomou character inteiramente inverso. Não sonbe crear um systema original e peculiar, e limitou-se, escreve o snr. Tikhomirov, á imitação servil da Europa; não viu a possibilidade de desenvolver as forças productivas da Russia mais do que na introdução da organização economica que se lhe deparava na Europa. Esta carencia de genio creador, cuida o publicista moscovita que conduz sempre a um estado de coisas artificial, que não corresponde ao desenvolvimento natural das forças productivas. E addita que foi o que aconteceu. Proprietario algum sensato, ainda que se proponha introduzir novos typos d'exploração em suas fazendas, nem por isso abandonará as que amparam actualmente sua fortuna e lhe proporcionam os meios materiaes de tentar innovações. A Russia moderna, a juizo de Tikhomirov, procede ao invéz d'esse proprietario ajuizado e racional. Deve, então, causar espanto (o publicista inquire) que sua fazenda se abeire da ruina?

Pelo que concerne, porém, ao dominio civil e politico, o governo da Russia ahi não se afreimou na imitação servil da Europa. A mesma emancipação dos

servos, hora chegou prestes em que o governo russo a não desejou mais como motivo de rememorada vangloria.

E de saber que as circulares do ministerio do interior que prohibem discutir tal ou tal questão não são *entregues* aos jornaes, são-lhes tão só *communicadas*, e logo após novamente recolhidas. Consequentemente, não é possivel encontrar nas redacções da imprensa moscovita uma collecção d'esses curiosos documentos, e não resulta tarefa facil procurar exactamente as innumeraveis questões, os acontecimentos que em dado momento subtrahidos fôram á discussão publica. Todavia, Tikhomirov empenhou-se em archivar na sua obra alguns fragmentos d'essa estatistica publicados em um supplemento do *Narodnaia Volia*; mas adverte ao leitor que elle não deve olvidar que não se tracta senão d'um certo lapso de tempo e de algumas sómente d'aquellas prohibições.

No decurso da impressão do seu livro, recebeu novos documentos a acrescentar aos que acabava de referir. Era o resumo d'uma circular da repartição dos Negocios Geraes (o que corresponde ao Ministerio do Interior em França), em data de 18 de Setembro de 1855, n.º 3:188. Ora, essa circular prohibia absolutamente toda e qualquer discussão e toda e qualquer publicação de informes concernentemente ao anniversario proximo (o 25.º) da emancipação dos camponeses.

Já a segunda metade do reinado de Alexandre II fôra a epocha d'uma approximação cada vez mais es-

treita do governo e do partido reaccionario. Todo o reinado seguinte não foi senão o prolongamento d'uma compressão exhaustiva. E, assim, a Russia chegou em suas condições internas até á grave crise em que se debateu na sua pugna tremenda contra o Japão.

A' data atardei-me n'este assumpto, porque elle me pareceu objecto de que era licito desenrolar consequencias que mais directamente nos interessam do que á primeira vista se mostrava. Innumeros e importantissimos são os pontos litigiosos que este debate suscita. E não queria já fallar n'essa polemica da preeminencia de raças, que se me antolha estéril, no angulo por que ao problema é uso encaral-o.

Supponhamos que os japonezes são uma raça inferior. Que tinha isso, para que desejassemos que vencessem os russos, que suppômos serem uma raça superior?

Da victoria da raça superior não procediam senão males para todos, inclusivè para ella-propria; emquanto que da victoria da raça inferior o bem que dimanaria aproveitava até mesmo á raça superior vencida.

Não seria isto assim?

*

Na alliança da França com a Allemanha, junta com a unificação da Italia, Michelet via o concilio europeu completo para a obra consciante da paz do

mundo, conforme nol-o rememora em 1877, a 10 de Junho, na sua conferencia historico-litteraria, feita em Lisboa no salão da Associação dos Empregados do Commercio, o dr. Theophilo Braga. A declaração da guerra pela França era «a victoria futura da Russia sobre a Allemanha, sobre a Europa e sobre o mundo.» Michelet não pôde resistir ao golpe d'esta fatalidade; em Florença, onde publicou o eloquente opusculo *A França perante a Europa* e onde o victorioso a mocidade das escholas, ahi soffreu a congestão cerebral que lhe abreviou os dias, então nol-o fazia notar o illustre conferente.

A derrota da França precipitou a nação genial, como vimos que a denominava um homem de genio. o russo Dostoiewski, nos braços da Russia; mas a par com a França da desforra, nacionalista e militarista, una França da paz coexiste, cosmopolita e socialista; e é, felizmente, essa França humanitaria e civilisatriz que tende a prevalecer, como o attestam o accordo anglo-francez e a visita do presidente da republica ao rei da Italia unida.

Nem por isso a França retrograda desiste do combate; a reacção monarchista e clerical tem sido em França intensamente vivaz e d'aquelle vibrante foco irradia para todo o mundo. Toma todos os aspectos e reveste-se das mais incongruentes modalidades, quer appellando para um sentimentalismo mystico quer mesmo recorrendo ao arsenal da sciencia positiva, em busca de evasivas e à cata de expedientes.

Assim, depois do seu discurso sobre a politica

interna na «Associação dos operarios», o snr. Doumer, presidente da commissão do orçamento, fallando á data da politica exterior e especialmente da guerra russo-japoneza, ao que nos informava, no lance, um jornal portuguez, disse então :

Queremos a paz, mas sob condição de a poder impôr ; senão, os nossos adversarios serão senhores de nos attacar na hora que lhes convenha. O grande drama do Extremo-Oriente deveria servir-nos de advertencia. O joven imperador russo, que convocou a conferencia da Haya, queria a paz, por fórma tal que até quasi se esquecia de se preparar para a guerra. E foi esse o instante preciso que os seus inimigos escolheram para, de improviso, attacar a esquadra russa. Torna-se preciso protestar energicamente contra as tendencias de alguns francezes contra a alliança russa no momento do perigo. Para que servem as allianças senão para o tempo de crise? Mas não se tracta hoje de passageiras concepções diplomaticas. Tracta-se da luta entre dois mundos, entre a Europa e a Asia. E' impossivel que a França, collocada á frente da civilisação, e que é o paiz mais europeu da Europa, se encontre ao lado dos amarellos.

A um francez fica bem acreditar que a França está á frente da civilisação e mesmo não fica, de todo, mal dizer que a França é o paiz mais europeu da Europa, não obstante o character esdruxulo do asserto.

Mas a quem não é francez pode admittir-se que se recorde do tempo em que os francezes contestavam á Russia o character de povo europeu, antes sustentavam a doutrina de que os russos não eram slavos, vendo no character physico e moral dos mosco-

vitae todos os signaes caracteristicos de sua differenciada origem. Em Paris, em 1863, o snr. A. Charlier de Steinbach, escrevia, no capitulo iv do seu estudo historico, ethnographico e estatistico sobre *A Moscovia e a Europa* por este teôr:

O moscovita, no moral como no physico, apresenta todos os caracteristicos da sua procedencia turaniana: tendencias pronunciadissimas para a vida nomada, para o communismo, para o roubo, para a ignorancia, para a superstição, para a mentira. Cumpre, portanto, perder a esperança de aos russos os ver entrar jámais na familia dos povos indo-europeus.

A Russia figurava-se então aos francezes como um pezadello incessante para com a humaua civilização e o mesmo snr. Charlier de Steinbach debutara por se reportar do conceito de Thiers, no tomo viii de sua *Historia do Consulado e do Imperio*:

Quando o colosso russo tiver um pé nos Dardanellos e outro sobre o Sund, o velho mundo será escravo, a liberdade terá fugido para a America. Chimeras hoje para os espiritos limitados, estas tristes previsões serão um dia cruelmente realisadas; porque a Europa, desastradamente dividida, como as cidades da Grecia perante os reis da Macedonia, terá provavelmente a mesma sorte.

O conceito reservado da desforra prejudica indelevelmente aquella percentagem da mentalidade franceza para a qual elle se volveu em idéa fixa; e aos francezes os advertiu d'esse desvario de criterio precisamente um russo, aquelle genial Dostoiewski, cujo

amôr pela França o levou aliás a denominar-a, consoante o lembrei varia vez, a nação genial.

Essa «vida para a desforra» que a França abraçara com tam grande espirito de sacrificio, no fito unico de se vingar d'um inimigo victorioso, perguntara, vimol-o, Dostoiewski se similhante vida seria tambem uma illusão? «Que passo será o que melhor fica a uma grande nação? Essa palavra de *desforra*, que retumba de extremo a extremo da França, será bella em si mesma?» Dostoiewski poz as questões e declarou, de seguida, que não lhes queria responder.

Mas a França pacifica, republicana, socialista é que é a França da Revolução, a França que representa o progresso, e que constitue a gloria e a esperanza da Humanidade. Essa é que readquiriria de vez a Alsacia e a Lorena, não pela guerra mas na paz: o tempo corre e as nações pódem esperar.

*

A situação moral da França (entenda-se: da França nacionalista e militarista, catholica e clerical) perante as responsabilidades de sua hegemonia espirital no progresso generico da civilização humana era então, na verdade, pessima; e o primado que a nação genial, conforme a denominou o russo Dostoiewsky, exerceu durante longo e glorioso transcurso historico parecia transferir-se para as mãos então de

outros povos, porque não prevaricaram da fidelidade às doutrinas da Revolução e não escarneceram estolidamente dos *immortales principios*.

Na França os espiritos com judicioso escrupulo patriótico tem-se sobressaltado em face de um problema que certo optimismo fatuo debalde alli procura contestar; sem embargo, a questão permanece: — D'onde procede a superioridade das gentes anglo-saxonicas?

Mas uma massa leviana e vaidosa não deroga da preocupação exclusivista da *desforra*, como se o conjuncto da civilização fôsse interessado grandemente porque a Alsacia-Lorena pertença ou deixe de pertencer á Allemanha. E essa opinião *revancharde* não attenta sequer em que a guerra da desforra, victoriosa para a França, deveria incluir uma posterior guerra de desforra por parte da Allemanha. E assim andariamos indefinidamente n'esse circulo vicioso, ao rythmo de desbaratos alternados, sob a pressão d'uma paz armada permanente. Portanto, o interesse nacionalista da França assim entendido está em opposição com o interesse cosmopolita, que converge para a paz geral e para a extincção dos exercitos permanentes.

Mas a França reaccionaria não deservia a causa da humanidade tão só por esta fórma ampla e affastada; ella atraçoava proxima e directamente os direitos da civilização pela sua alliança monstruosa com o despotismo da autocratica Russia. Isto tornava-se evidente, desde que se reparasse na immediata das

consequencias da guerra victoriosa da França e da Russia contra a Allemanha e a Austria.

E' claro que com a derrota da Allemanha e da Austria pelos francezes e russos alliados, de par que as provincias da Alsacia e da Lorena seriam adquiridas novamente pela França (e com ellas o mais que se estabelecesse de territorio germanico), analogamente correspondentes trechos de terreno germanico seriam adquiridos pela Russia, a qual seria insensato suppôr que sahisse do sacrificio da refrega às mãos lavadas e sem a compensação de territorios e populações conquistadas.

Ora, assim sendo, como seria, teriamos que a França (e em republica) reduziria á escravidão politica russa aquelles cidadãos livres austriacos e allemães que houvessem de ter a desgraça de ser degradados da sua actual condição constitucionalista á abjecção absolutista em que ia vegetando a plebe russa, pois o nome de povo se não podia dar, no sentido alto da nobre expressão, a uma massa amorpha de servos sem sombra de direitos civicos, sem a apparencia ao menos do respeito sequer de sua dignidade animalmente humana. Esta tremenda consequencia desastrosa da alliança franco-russa talvez ainda a não houvessem ponderado em Paris; mas, na verdade, ella deshonoraria para todo o sempre a França, com especialidade em republica encontrando-se formalistamente seu governo á hora da pavorosa catastrophe moral essa, que seria de volume e pezo a obscurecer completamente a aliás intermitten-

temente obnubilada resplandecencia da tradição de 89-93.

Assim, pois, a derrota então da Russia pelo Japão devia desejar-se vivamente por parte d'aquelles que, amando a França (isto é a verdadeira França, quer dizer a França da Revolução), soffreriam atroz dôr perante espectaculo em tal maneira deprimente e offensivo, precario e funesto, horrivel e ridiculo.

E' certo que a humilhação da Russia remove para longe a data da desforra na reacquição pelas armas da Alsacia-Lorena; mas isto não é um mal, nem para o mundo, poisque a Alsacia-Lorena em poder da Allemanha não está como a Polonia em poder da Russia, nem até mesmo para a propria França; bem pelo contrario. A França perderia reconquistando a Alsacia-Lorena pelo auxilio da Russia, porque lhe escaparia de vez a sua hegemonia espiritual na humana civilização; e este é o interesse maximo da França.

Assim, a França ganha com a derrota da Russia; o triumpho da Russia seria, com effeito, a preeminencia em França do nacionalismo, do militarismo, do jesuitismo. Traria a approximação da guerra de desforra contra a Allemanha; e para essa hypothese, em taes condições, todos os democratas, todos os revolucionarios, todos os livres-pensadores, todos os socialistas e todos os humanitaristas devem desejar a derrota da França e a victoria da Allemanha. A victoria da França alliada da Russia seria a queda da republica em França; seria o imperio bonapartista-clerical do general francez que entrasse em

Berlim ; seria o jesuitismo alastrando sobranceiro por toda a Europa latina.

Mas a victoria do Japão à data importava ainda uma consequencia maravilhosa e transcendente. A victoria do Japão antolhava-se um enorme passo dado para o desarmamento geral, e aquella guerra trazia quiçá no seu seio a paz futura, de character relativamente constante, qualquer coisa de parecido com a paz perpetua sonhada pelos philosophos.

De facto, o que mantem a permanencia da desastrosa paz armada moderna é a indecisão dos dados do problema mundial, que vinham fluctuando n'um incoercivel rodopio até à hora ; desde que se definam, porém, com segurança as possíveis espheras de acção, a paz armada deixa de ter motivo de subsistir, porque as eventualidades da guerra se eliminaram, no tacito accordo das acções respectivas a cada potencia, de futuro.

*

Emquanto se preparava a investida geral a Porto-Arthur, chegara-nos a noticia de que o *Viedomosti* dizia que, depois de *conquistado* o Japão pela Russia, esta transformaria aquelle paiz em um *protectorado* moscovita, que se patentearia *em tudo* analogo ao protectorado do Egypto.

E seria para uma monstruosidade d'este calibre

que certa imprensa franceza estava fazendo votos ardentes pelo triumpho das armas russas, amesquinhando as victorias japonezas e calculando com o numero infundavel dos escravos moscovitas!

Eis o que a civilisação geral lucraria com o triumpho dos russos: a retrogradação moral de um paiz que attingiu o stadio da cultura europeia adeantada, bruscamente precipitado por escravos á condição da servidão.

Seria possivel que a Europa tolerasse semelhante attentado e que permittisse essa atrocidade, de braços cruzados, apathica e indifferente? A conquista do Japão pela Russia seria coisa tranquillamente accete pela Inglaterra e pelos Estados-Unidos da America do Norte?

A mesma França, ainda que hybridamente allia da da Russia, poderia admittir sem prevaricar semelhante esmagamento de uma nova, se remota, Polonia? E ella abdicaria do messianismo revolucionario, que ao Japão chegou no typo francez, sendo aos canticos da *Marselheza* que os japonezes carregavam á bayoneta sobre os russos?

Quando se conhece a existencia que se tem feito na Russia e como alli se vem soffrendo a vida, estremece-se ao só pensamento de que aquelle horror immensuravel alastrasse ainda para fóra dos limites geographicos em que ao presente está contido: e o receio transmudar-se-hia em indignação desde que se pretendesse reduzir povos que viviam em relativas liberdades e independencia politica á condição

miserrima em que estava vegetando a turba moscovita, onde não havia pequenos, nem grandes, mas uma egualdade unica, porém tremenda, subsistia: a da escravidão commum. Na côrte de Petersburgo, fallava com o czar um embaixador francez e, referindo-se a um nobre do paço, chamou-lhe, á laia monarchica europeia, um dos grandes da Russia. Perdeu o sorriso o autocrata; carregou o sobreceño e n'estes termos corrigiu o leviano francez: «Saiba, snr. embaixador, que na Russia não ha grandes senão aquelles que estão fallando commigo e tão só durante o tempo em que estão fallando commigo». Assim era, assim foi, assim é; essa brutalidade, a expressão nitida da realidade social, será ainda?

De modo que a conquista d'um povo vivendo em regimen constitncional effectuada pelos exercitos d'aquelle despota representaria uma calamidade, que não devera ser, em boa razão, soffrivel por parte das nações que timbram em possuir a hegemonia moral na civilisação cosmopolita. Se o Japão fôsse derrotado pela Russia, os governos da Europa livre deveriam intervir para que a autocracia moscovita não podesse consummar o previsto attentado.

Decerto que não é o Japão o paiz ideal e seguramente que aos restos da barbarie antiga se additou modernamente a ferocidade da barbarie moderna, industrialista, manufactureira e capitalistica. A condição das classes operarias no Japão é (particularmente pelo que toca ás mulheres) cruel e não se esqueciam os publicistas parisienses que estavam á

espera dos russos entrarem em Tokio para os francezes entrarem em Strasburgo, não se esqueciam de em sua prosa interesseira fazer avultar essa situação deploravel. Mas o que era concomitantemente certo, rigoroso, inilludivel era que a condição social, economica, politica, moral do *mugik* russo estava abaixo de toda a expressão e, portanto, que fazer retrogradar o operario japonéz à situação, inmaterial e moral, d'esse servo era peorar-lhe atrocmente as circumstancias de vida. Assim, pois, aquelles publicistas parisienses, que tanto se amofinavam com a sorte do operariado japonéz, não eram sinceros, como eram ridiculos quando imaginavam demonstrar a degradação do povo japonico porque no Japão ha carriolas de mão, puchadas por homens, em que viajam os excursionistas. Como se serviços livres e retribuidos degradassem; como se redundasse em signal da grosseria dos costumes a existencia de cadeirinhas; como se no mesmo Paris não fôsse frequente vêr o estrangeiro nos museus e palacios de exposição cadeiras de rodas em que passeiam enfermos, ou velhas commodistas, e empurradas a braço de homem. Esses publicistas pechosos esqueçiam o proverbio seu nacional: *Il n'y a pas de sales métiers; il n'y a que de sales gens*. Mórmente se a tradição fixou nos costumes a indifferença para o caso e ninguem se sente, pois, deshonorado, visto proceder cada um não coagido mas, ao contrario, de sua propria vontade.

Deshonra é, ao invéz, a tyrannia imposta; des-

honra é a submissão accete; e, quando a tyrannia se acata porque materialmente se lhe não póde resistir, poderá haver maior desgraça?!

E' o que aconteceria ao Japão, no excellentepropecto que exhibia desde então o tal *Viedomosti*, que disse que, depois de *conquistado* o Japão pela Russia, esta transformaria aquelle paiz em um *protectorado* moscovita, que seria *em tudo* analogo ao protectorado do Egypto.

Nestas ameaças ia incluso tambem seu remoque à Inglaterra, que o governo russo tinha andado systematicamente a provocar, por meio dos seus subordinados que elle desauthorisava seguidamente às reclamações britannicas, mas que, sem embargo, proseguiam nas suas temeridades.

Via-se o proposito visado. Parecia que o ardil acudia, porém, tarde; e a manha ingleza não se deixaria illudir pela manha russa, decerto.

Entretanto, felizmente que se preparava a investida geral a Porto-Arthur.

*

Em duas das revistas parisienses de maior circulação em França e fóra de França, as quaes ambas reproduzem as caricaturas mais impressivas que vão apparecendo nas folhas satyricas da Europa e da America, vi eu, na occasião, trasladada uma estampa

que illustrara o n.º recente de certa gazeta zombeteira italiana e que representava a fuga de Kuropatkine, transformado no gigante das botas-de-sete-leguas, desvairado, dando terra para feijões e cahindo-lhe da bocca arreganhada este conceito estúpido: — Decididamente o meu nome ha-de sobrepujar o de Xenophonte; ao pé da minha, o que é a retirada dos dez mil?

A unanimidade do estarecimento parisiense por esta concepção cynica demonstrava o desapontamento francez perante o descalbro russo, revelando ao *chauvinismo* temerario e de poucos escrupulos que a hybrida alliança da democracia com a autocracia não só fôra uma má acção como fôra afinal um mau negocio. Foi peor do que um crime; foi um erro: — diria, repetindo-se, o positivo snr. de Talleyrand; e o espirito forrêta da *épargne* franceza devia dar ao diabo a cardada, pela collocação duvidosa que fez da melhoria do pé-de-meia. Eis o que conquistara em effectividade de auxilios eventuaes o criterio do nacionalismo *revanchard*, carola e tarimbeiro, afidalgado e bancocratico, acalentado das perfumadas devoções do alto *faubourg*, orgulhoso e rancoroso.

Assim, logo de começo da campanha, a *Revista-dos-Dois-Mundos* consagrava um de seus pausados artigos, aliás sabios e bem escriptos, a marcar com despeito a quasi generalidade das sympathias, na Europa e na America, em prol do Japão, e não se esqueceu o articulista frio de frisar que a democracia socialista universal era toda japoneza.

De facto, isso passou; mas esse mesmo facto patenteava que a causa da civilização humana em geral perderia, incontestavelmente, com o triumpho das armas moscovitas. O enlace de Marianna com o Tzar foi uma escandalosa *mésalliance*, que nada bem ficou á dita Marianna; a sympathia do socialismo cosmopolita para com os japonezes significara o interesse que promove o abatimento da soberbia autocratica. Esta esmaga um paiz ignaro para o qual o nascimento do proximo futuro tyranno se assignalou pela graça outhorgada da terminação dos castigos corporaes inflingidos atéli a condemnados, a militares e a camponezes.

A Santa Russia! Contemple-se a licção suave! As solemnidades festivas pelo advento á luz terrenal do tzarevitch revestiram d'essa vez excepcional esplendor. Decretou-se o acabamento dos castigos corporaes atéli inflingidos aos criminosos!... aos soldados!!... e aos aldeãos!!!

Todavia, esta mesma vantagem resultou já uma consequencia benefica da derrota dos exercitos russos; foi um premio de consolação, para adoçar a bôcca da plebe, resabiada dos successivos desastres, tanto no mar como em terra. E' de crêr verosimilmente que, se em vez de Kuropatkine, fôsse Kuroki quem tivesse razões lorpas para se suppor acima de Xenophonte na carreira, ainda a esta hora restaria em pasta o magnanimo ukase que libertou, no papel, as costas do mugik dos anavalhados favores do knut tradicional.

Mas ha França e França ; ha a França dos jesuitas e ha a França dos socialistas ; ha a França da Reacção e ha a França da Revolução. E esta estava decididamente do lado do Japão, expressando sem ambages seus calorosos votos em seu prol pelos labios eloquentes do tribuno Jaurès.

Possivel era que as vastas esperanças que se conceberam como fructo da derrota dos exercitos russos, que de nutriente succo recompozesse a ordem interior da Russia, abortassem misera e lamentavelmente ; possivel era que o *statu quo* institucional permanecesse inalteravel e que as conspirações dos revolucionarios não conseguissem abalar a passividade fetichista da plebe rural adoradora de seu papá o tzar ; possivel era que o exereito não se movesse, antes acceitasse resignado a situação tremenda a que a orientação governativa conduzira a patria. Possivel era que tudo ficasse na mesina ; porém só aparentemente é que tudo na mesma ficaria. Quer dizer : se a explosão não viesse já, ella acudiria prestes. Emquanto que na hypothese favoravel ao prestigio do autocratismo reinante, desesperançador seria o estado de coisas roburado pela victoria. Ella justificaria, ao parecer, a administração venal e incapaz do tchinn solerte, e ás aspirações da consciencia, emancipanda e emancipatriz, as relegaria para o refugio insonte das impossibilidades historicas.

A derrota da Russia garantia, por outro lado, a paz da Europa central, de par e passo que a sua victoria repercutiria n'um exasperamento da combatividade

nacionalista em França, a qual poderia muito bem, dentro de prazo curto, levar as coisas até ao ponto da responsabilidade da iniciativa d'uma ruptura com a Allemanha. Se embaraçosamente envolvesse a Inglaterra, redundaria n'uma catastrophe mundial, a cujo conspecto imaginativo se figura insignificante o dilaceramento napoleónico, que despedaçou as nações agitadas e projectou a sombra da morte militar sobre todos os paizes, o nosso canto lusitano incluso.

Estas ponderações fôram-me suggeridas pelo referido traslado feito pelos quinzenarios parisienses da caricatura do semanario italiano; pareceu-me feia essa troça, visto como sem iniquidade se não pôde contestar a valentia dos soldados e dos officiaes russos, chegando aos extremos da heroicidade, consoante o testemunhara o insuccesso atéli dos ataques operados contra Porto-Arthur. Comtudo, não se tractava, no lanço, de valentias nem de tibiezas se tractava.

Se uma idéa superior ás vanglorias dos combatentes não transpira e ascende de suas pelejas, ellas são indifferentes aos olhos do philosopho, de par e passo que são horrendas aos olhos do philanthropo. Quando o telegrapho nos dá informes das batalhas feridas pelos bandos hostis das republicuetas sul-americanas, que nos importa a nós que sejam valentes estes e poltrões aquelles? Não nos importa nada. E porquê? Porque essas brigas nada representam de geral; em pouco se relacionam com os interesses collectivos e solidarios da sociabilidade humana universal.

A' data não era o caso. A' data o caso era exactamente o opposto. E, assim sendo, rejubilando com as derrotas da Russia, este jubilo era sombrio e pezado; impio é abominavel seria que nos congratulassemos com alheios males. Porém d'estes males alheios redundaria bem para todos, comprehendidos n'esse bem aquelles mesmos que na occasião soffriam o desdouro dos desastres.

Para que desejaríamos, emfim, o desbrioso insuccesso das armas moscovitas? Para que, em premio de consolação, a essa escravizada gente russa se outorgasse concessões que completassem essa já então conferida da terminação do chicote para os presos!... para os soldados!!... e para os lavradores!!!

*

A inverosimil, fabulosa aggressão da esquadra russa do Baltico, que varejara com a sua grossa artilheria inoffensivos barcos de pesca do condado de York, accendera em toda a Inglaterra uma exasperada furia, de que desgraçadamente poderiam provir as mais terriveis, por vastas, consequencias. Era de assombrar.

A não ser quiçá uma incompetencia extrema auxiliando um doido panico, demonstrativo aliás da confiança que se tinha na força propria e do desdem que se votava ao inimigo, seria caso de nos incli-



narmos á opinião do perito Northfiel, o qual se declarou convicto de que o acto fôra intencionado, devido ao desejo da Russia de estender á Inglaterra e á França a area do conflicto, com o fim de alterar a sua tristissima situação marítima perante o Japão. Na verdade, consoante aqui está precedentemente exarado, suspeitas d'esta natureza já me haviam perpassado pelo espirito, a quando das arremetidas da officialidade da marinha de guerra russa contra navios mercantes inglezes se bem que o governo de Petersburgo desauthorisasse a sua officialidade e notando-se que, ainda no grave momento d'então, alguns dos jornaes inglezes pediam á opinião publica que se reservasse, até ter informações mais completas, citando o caso da decisão do Tribunal de prezas, na questão do *Atlanta*, como prova da boa vontade do governo russo.

Mas a excitação em Londres aggravava-se de hora para hora, e communicava-se, consequentemente, á imprensa periodica, de modo que os jornaes, que se haviam mostrado moderados uma terça-feira passada, já na quarta formulavam recriminações acerbas e bellicosas. Na terça chegava a Londres o embaixador da Russia, ao anoutecer. A multidão do povo apupara-o, e tentara fazer uma ruidosa manifestação contra a embaixada.

Ainda havia bem breve lapso que o publico culto europeu presenciara o desagradavel espectáculo de um conflicto mental e moral entre pae illustre e filho distincto. Em um dos seus livros recentes, o conde

Leão Tolstoi, proclamando-se mais uma vez *Contra a guerra*, affirmara que a Russia combatia para se apoderar de territorios que lhe não pertencem, habitados por diversa raça, emquanto que, por seu lado, o Japão pelejava tambem para se apoderar dos mesmos territorios, propriedade d'outro povo.

Aqui ha que oppôr algumas objecções, poisque o principio de Monroe haja legitimamente de estender-se a todos os continentes, em regra. Se a America para os americanos, a Asia para os asiaticos, como a Europa para os europeus. Antes que cheguemos á justa doutrina, de que por agora ainda andamos, infelizmente, distanciados: — a Terra para o homem. No entretanto, dada a America para o americano, a Europa para o europeu, a Asia para o asiatico, é deducção implicita n'esse conceito primordial que na Asia haja de exercer a hegemonia aquelle dos povos asiaticos que habilitado esteja a tal funcção. Ora, qual é das nações asiaticas a que se encontra n'estes casos? Manifesta e incontroversamente que o Japão. Consequentemente, as nações europeias, que justificam a sua penetração em Africa pelo motivo de chamarem á civilisação as populações selvaticas indigenas, tem de acceitar, sob pena de flagrante delicto de hypocrisia, o corollario asiatico de suas doutrinas, e cumpre-lhes, pois, entenderem que o direito do Japão a civilisar a Corea é analogo ao direito que ellas professam como justiceiro e exacto, como substancialmente bom e perfeito.

Mas Leão Tolstoi filho, rebellando-se contra as

theorias paternas, veio à imprensa discutil-as, affirmando duramente que o Japão haveria de ser aniquilado, poisque, na guerra com os suecos, se os russos tiveram Narva, depois chegou Pultava, que foi o tumulto dos seus inimigos. O impetuoso moço esquecia-se, porém, de que a historia se não repete e que não ha na evolução humana dois momentos exactamente semelhantes. O exemplo não colhe, mesmo porque, dando às palavras de Tolstoi filho a intenção theologica que condiz com o feitio mystico essencial slavo, elle é contraproducente, porquanto Carlos XII alcança exito enquanto está pelejando na justiça da causa que defende, e perde-se logo que o arrebatava o orgulho do triumpho adquirido.

• Ora, a causa coeva da Russia não era justa, se bein que fôsse popular, o que nada provava, a não ser a verdade já sabida de que nem sempre a voz do povo é a voz de Deus. Quando Tolstoi pae affirmara que a guerra era impopular, Tolstoi filho declarara que a guerra era popularissima e que encontrava o melhor appoio no sentimento do povo e na alma de toda a Russia. Para comprovar o seu desastroso asserto, contara o que vira quando foi a uma longinqua estação do caminho de ferro acompanhar seu irmão que partia para o extremo-Oriente. Por toda a parte encontrara uma corrente favoravel à guerra entre a gente do campo; interrogara os *mujiks*, observara e tomara notas; e, quando o seu primeiro artigo a este respeito, defendendo calorosamente a guerra e affiançando uma fé inabalavel no triumpho

da Russia, fôra publicado nos jornaes de Petersburgo, causara uma sensação magnífica.

Pela outra banda, vinham á collecção as palavras preteritas do marquez Ito, o eminente estadista, respondendo aos pruridos bellicosos da classe militar japoneza e de alguns orgãos da imprensa local, quando aliás ainda se andava em pacificas negociações diplomaticas. No lance, pareceu que o conselho conciliador do marquez era attentamente escutado e seguido pelo ministerio nipponico, o que lhe angariou acerbas referencias nos jornaes mais irrequietos e até ameaças de morte. Dizia elle :

Conheço os termos das propostas feitas pelo Japão á Russia, afim de se obter uma solução da questão da Mandchuria, e o presente estado das negociações, mas não me encontro em situação para os divulgar. Diz-se que a opinião publica é pela guerra. Nós faremos a guerra, se necessario fôr : nós ergueremos as armas, mesmo com risco da ruína do imperio ; mas o governo não cederá perante a mais determinada opinião publica, arrastando a nação á guerra, enquanto o momento proprio para a acção não fôr chegado. A historia da Europa aponta muitos exemplos de governos induzidos á guerra pela opinião publica, sendo a consequencia a derrota. A attitude do nosso povo, ao presente, é fria e serena, quando comparada com a sua attitude por occasião da guerra chiuo-japoneza ; isto indica que os recrutas d'aquelle tempo se tornaram experimentados soldados. Faço votos por que a nação mantenha a sua actual serenidade, abstendo-se de provocantes agitações.

Estas palavras do nipponico Ito são memoraveis ; ellas encerram salutaes advertencias e contém lição

preciosa. Seria excellente que à data em Londres podessem estar presentes no espirito de todos, desde os ministros nos seus gabinetes, passando pelos jornalistas em suas redacções, até que chegassem às turbas vociferando na rua.

A guerra entre a Inglaterra e a Russia seria, possível e provavelmente, a guerra entre a Inglaterra e a França; e esta guerra entre a Inglaterra e a França equivaleria ao mais pavoroso desastre para a civilização geral. Faria retrogradar de seculos o desenvolvimento progressivo da humanidade. Eis uma catastrophe cuja só perspectiva ao homem pensante o faz estremecer de espanto e de horror!

*

De Washington, na occasião, telegrapharam que o conde de Cassini, embaixador da Russia, declarara, em seu nome pessoal, que o pedido da Inglaterra para serem castigados os officiaes da marinha russa, em consequencia do incidente occorrido nas aguas de Hull, era inaceitavel; elle esperava, comtudo, que a diplomacia havia de achar uma solução pacifica.

Tambem, na mesma data, de Londres telegraphicamente ao mundo se participava que o conflicto anglo-russo se reputava virtualmente harmonizado, pela acceitação dos dois governos de um inquerito

feito em Vigo, onde a esquadra russa ficaria momentaneamente. Esse inquerito presumia-se que informaria sobre a veracidade de que apparecera revestido o despacho romanesco procedente de Paris e dizendo que um telegramma de Petersburgo para o *Petit-Parisien* asseverava que o almirante Rodjestvensky poderia provar que estivera, com effeito, em presença de torpedeiros inimigos, pois que recolhera a seu bordo seis marinheiros japonezes do torpedeiro que assegurara fôra mettido a pique, emquanto seu camarada, navio phantasma, mysteriosamente se escapava na sombra — apezar de reflectores e tudo — do mar invencivelmente tenebroso.

Na mesma occasião, o dito *Petit-Parisien* desmentia que tivesse havido até então qualquer intervenção da França na questão anglo-russa a respeito do incidente do Hull, se bem que de Londres ainda, n'aquelles anciados instantes, nos houvessem communicado que, continuando intransigentes os jornaes de alli ácerca do incidente occorrido nas aguas de Hull, todavia, segundo o *Daily Chronicle*, os circulos politicos estavam mais optimistas, graças, principalmente, ao offerecimento dos bons officios da França.

Na verdade, a diplomacia franceza tinha então enseo de um successo facil e sympathico, desde que o orgulho saxonio não repudiasse interferencias e accete que a duplicidade moscovita não se obstinasse na perfidia de calculadas dilações. Porquanto, sem embargo da injustiça, a meu aviso, da causa da Russia, a equidade mandava reconhecer a procedencia das

ponderações da petersburgueza *Gazeta da Bolsa*, quando esta folha, assentando que convinha encetar a situação com seriedade, assertava que os que dirigiam a opinião publica na Inglaterra prestariam um bom serviço ao seu paiz, pondo de parte as suas reclamações, pedidos e ameaças, até que se verificassem as declarações dos pescadores. Os meus leitores habituaes estavam lembrados de que lôra exactamente n'este criterio que eu terminara preteritas considerações, dimanadas de inesperadas complicações, onde recordara as memoraveis palavras do estadista insigne japonéz, o marquez Ito, sobre as responsabilidades dos governos europeus que se teem deixado arrastar a guerras desastrosas, por não haverem sabido resistir às vociferações impacientes d'uma opinião publica exaltada e, consequentemente, mercê da paixão do momento, irreflectida. Ora, não é bastante o ter-se a certeza de vencer na guerra; é preciso ainda apurar preliminarmente se vale a pena ir á guerra, mesmo para vencer. Este era o caso. Que importava ao bom-senso britannico estar na confiança de que a Inglaterra venceria a Russia, se, ainda triumphante, una guerra da Inglaterra com a Russia seria uma grandissima calamidade para a Inglaterra?

E note-se que circumscrevia a desgraça e não supponha então que a declaração de guerra da Inglaterra á Russia fôsse seguida, a prazo mais ou menos curto, da declaração de guerra da França á Inglaterra: antes limitava-me a conjecturar, illogicamente pelo momento, que o conflicto se reduzisse ás

já formidaveis proporções entre o Reino-Unido e o imperio autocratico.

Mas as allianças subsistem e ellas, mesmo, brotam espontaneamente do condicionalismo das situações internacionaes. Não foi certo que a conquista da Alsacia-Lorena e a constituição do imperio allemão tam forçosamente approximaram a França da Russia que uma republica democratica proclamou como o seu melhor amigo um absolutismo despotico? O velho ciume de francezes para com inglezes não se exacerbou, em 1870, pela indifferença da Inglaterra perante as calamidades da França e não se estendeu até aos Estados-Unidos, em certo modo criação da França, graças à frieza da America no mesmo anno terrivel para com essa França que se julgara algum jus de gratidão? E, assim, não foi manifesta a, aliás platonica, amizade da França para com a Hespanha no conflicto com os Estados-Unidos, por amor de Cuba, Porto-Rico, Philippinas? Na imprensa não se fallou na alliança da Hespanha com a França, como que renovando-se a idéa que em 1870 trouxera baldadamente o conde de Kératry a Madrid?

O instincto popular é seguro; elle sente immediata, rapidamente as mais subjacentes affinidades, de maneira que é curioso e instructivo notar como espontaneamente brotou o enthusiasmo das multidões em Hespanha pela Russia, alliada da França. Assim, o povo de Vigo acabava de fazer aos russos uma eloquente manifestação de sympathia, ao sahirem do

governo militar, victoriando-os até ao molhe, havendo muitos vivas aos imperadores e a Rodjestvensky. Um velho beijou-lhe a mão, o almirante abraçou-o com visível commoção; e o alcaide enviou aos russos uma mensagem de carinhosa saudação, desejando-lhes gloria. Melhor seria que lhes desejasse liberdade.

Gravissimas vêm sendo as responsabilidades da Inglaterra nos atropellos do direito internacional; e do seu menospreço pela dignidade dos fracos, nós-outros, os seus fleis e antigos alliados, bem cruelmente experimentamos a injuria, em nossos dias actuaes, pela affronta do *ultimatum* de Salisbury.

Estas comminações, são, porém, armas de dois gumes, pessimas armas, visto como victorias ha que, consoante o dizia o antigo, são a perdição de quem as alcança. Assim, a acalmação em que parecia entrar o conflicto anglo-russo gratissima noticia era para todos quantos considerem não só o que se vê mas ainda o que se não vê, não só o episodio presente mas ainda o corollario ulterior. Não se carecia de perspicacia extrema para se presumir o que, interessando-nos directamente a nós-outros, portugueses, ficava por claramente se dizer.

*

De Petersburgo diziam que as noticias que se tinham de Porto-Arthur eram muito más e que entre os personagens que rodeiam o czar se considerava a queda d'aquella praça como imminente.

Certa similhaça entre o que se estava passando então de russos para japonezes com o que se passara em 1870 de francezes para prussianos tinha ferido 'geralmente as attenções, de modo que em Kuropatkine se apercebeu um Mac-Mahon e em Mukden se descortinou um Sédan. Ora, a um Sédan russo em Mukden corresponderia um 4 de setembro em Petersburgo? Esta esperança eis principalmente o que motivara na imprensa liberal, republicana, socialista mundial as sympathias em prol da victoria do Japão. Succederia assim?

Cumpria não perder de vista que todos nos enganamos quando fizemos conjecturas similhantes para o caso do insuccesso militar da Hespanha em conflicto com os Estados-Unidos, a proposito e com motivo da insurreição autonomista de Cuba, Porto-Rico e Phillipinas.

Nesse anno corrente de 1904 apparecera um muito interessante volume, intitulado *El pulso de España* e comprehendendo varias interviews politicas publicadas, no *Heraldo de Madrid* e em *El Mundo* da Habana, pelo distinctissimo jornalista snr. don Luis Morote que, pouco havia, estivera no nosso paiz. O ultimo capitulo d'este livro occupa-se d'um notavel discurso de Salmeron (17 de Julho), ao debate politico, com objecto da resposta ao discurso da corôa, o qual durou no Congresso um mez e cujo fecho foi esse alludido discurso de Salmeron, «verdadeira bomba Orsini que fez saltar em pedaços o governo de Silvela e de Maura», consoante o qualifica, com nervoso estylo, no seu excellento artigo, tam patrio-

tico como avisado, o snr. Morote. Elle encerra as suas circumspectas e nobres ponderações recordando as palavras de Salmeron, depois de frisar que a calamidade soffrida ainda não estava expiada: «Seriamos o primeiro povo da terra que em semelhantes catastrophes não fez effectivas as responsabilidades historicas.»

Gravissimas são as responsabilidades historicas do autocratismo moscovita e ao povo russo caberia legitimamente inquirir e apurar «a moral da derrota», recolhendo ensinamento e extrahindo conducta. Mas, em boa razão, não é censuravel o povo que não faz o que as circumstancias lhe não permitem fazer: e, por que a Hespanha não substituiu no momento as suas instituições, isso não significa menos sentimento da dôr collectiva. Tambem a apathia possivel russa coeva não implicaria que as consequencias do desastre presente não houvessem de vir a manifestar-se na sequencia proxima dos successos.

Abundou, á data critica, quem em Hespanha previsse com exactidão e segurança. Modestamente escreve don Luis Morote:

Pi y Margall, como chefe dos federaes; Salmeron, como chefe dos republicanos não-federaes; Pablo Iglesias, como chefe dos operarios socialistas, e escriptores de tam diversas procedencias, como o reaccionario Mané y Flaquer, como o liberal Genaro Alas, como o republicano Alfredo Calderón, como o independente Joaquin Costa, como eu-mesmo em minha humillissima esphera, votamos pela independencia de Cuba antes do que a guerra com os Estados-Unidos.

Não quiz don Luiz Morote fallar dos escriptores, poisque, naturalmente, a influencia d'estes seja sempre mui relativa, incapaz de fazer variar uma fórma de governo, de alterar a conducta de um Estado; mas, circumscrevendo-se aos outros, dos politicos o meu judicioso e abalisado collega notava que nenhum d'elles estava em posição de fazer em Hespanha de Thiers. Quando fôra da declaração de guerra pela França feita à Prussia, Thiers procurara, no Corpo Legislativo, obstar à precipitação d'esse passo funesto.

Apezar da etiqueta de «liberal» que por então adoptara, o facto era que o imperio francez continuava despotico e intolerante, não desmentindo a tradição da origem; porém, desde a famosa allocução-programma do Principe-Presidente ao *maire* de Dijon, a monarchia bonapartista se annunciara às classes conservadoras como a ordem no interior e a tranquillidade no exterior. Ella enfrearia o monstro do socialismo; garantiria a propriedade, afugentando de vez o «espectro vermelho», com que aterrorisava a burguezia o cynismo do mystificador valoroso Romieu; e, de par e passo, garantiria as boas-relações internacionaes. «O Imperio é a Ordem.» «O Imperio é a Paz.» Estas formulas vieram e viriam a soffrer o cruel desmentido: «A Ordem... de Varsovia. A Paz... de Bordeus.» Todavia as classes medias acreditaram no programma pacifico e, n'essa presuppisição, é que adheriram ao regimen.

Ha, para confirmar estas interpretações de histo-

ria, uma obra de phantasia. Pertence ao numero das novellas de propaganda democratica, elaborados pela vivacidade repousada, pelo bom-senso imaginativo dos romancistas alsacianos Erckmann-Chatrion. Digo da *Historia do Plebiscito contada por um dos 7.500.000 Sim*, o molciro de Rôthalp, Christiano Wéber, *maire* no anno do plebiscito decisivo. «Eu, era *maire* (assim refere o illudido); recebera ordem do snr. sub-prefeito para fazer os editaes para o plebiscito e para persuadir a todas as pessoas-de-bem para que votassem *sim*, se queriam conservar a paz poisque todos os mal-intencionados iam votar *não*, para terem a guerra.»

Não consultou patentemente o imperador da Russia o povo russo sobre a paz ou a guerra; não houve votações, mais ou menos leaes; em certas de minhas ponderações preteritas, transcrevera, porém, que Tolstoi filho asseverara, em contra da opinião de Tolstoi pae, que a guerra era eminentemente popular por toda a extensão do imperio moscovita, até entre a gente rural, vivendo penosamente d'um trabalho duro e não possuindo a menor noticia do que seja a liberdade politica.

E, comtudo, ainda que não viesse a haver em Petersburgo um Quatro-de-Setembro, era bom que a Russia perdesse, porque a humilhação do despotismo é sempre um bem para a consciencia moral.

*

No ensejo, entendera transcrever como corroborando minhas sympathias em prol do Japão e em contra da Russia esse trecho do conde de Tolstoi filho, no qual elle comparava os japonezes com os suecos e discorria de Narva e de Pultava. Esse trecho merecera tambem os reparos do sueco Bjnoersten Bjornson, que nos deu a conhecer o grito impetuoso de Tolstoi filho em conclusão, proclamando que a Santa Russia occuparia o Japão, occuparia a Persia, occuparia as Indias, d'ellas expulsando os inglezes. Isto, já se vê, na hypothese de que a Russia sahisse triumphante do prelio em que no lance se encontrava empenhada. Um collaborador do *Heraldo de Madrid*, residente em Paris, homem de espirito, de bom-senso, de animo justiceiro e de estylo, o snr. Luiz de Bonafoux, reproduziu em sua folha passagens do escripto do sueco ácerca do perigo russo, o qual se lhe prefigurava bem mais minaz do que o famoso perigo amarello com que certos sociologos anthropologistas vinham contradizendo o seu principio fundamental da inevitabilidade da victoria do mais forte e da melhoria *ipso facto* do victorioso sobre o vencido.

Na França era-se, em regra, consoante é sabido, pela Russia contra o Japão; motivos varios determinavam a opinião n'este sentido, dictado, de todo o começo, pelo accordo da dupla alliança, em que combinara uma republica democratica e tendencialmente

socialista com um imperio aristocrata e despotico. Mas nem por isso deixavam de apparecer, de quando em quando, mesmo então em França, indicios que deviam chamar á attenção o mais desattento criterio e disciplinar em ponderada reflexão a freima enthusiastica e, de si, pouco meditativa, naturalmente.

Já desde certa epocha transacta que a Paris se mandavam, vindas de Liao Yang e dimanadas da penna do snr. Ludovic Naudeau, considerações e informações, esclarecedoras da situação moral nas horas sombrias que a audacia invasora do autocratismo moscovita promovera para com o tropel das arrebanhadas victimas da sua ambição desmesurada e da sua cupidez sem escrupulos.

Ao snr. Ludovic Naudeau, um coronel russo, na *gare* de Tachichau, qualificara-lhe a guerra pendente pelos termos, simultaneamente irritados e desalentados, seguintes :

Uma guerra estúpida, e que homens politicos avisados teriam podido evitar! Uma guerra injusta no seu principio essencial, poisque é a consequencia do inutil abuso de força que outr'era nós-outros commettemos pretendendo impedir o Japão de colher os fructos das suas victorias sobre o exercito chinez! Uma guerra nefasta, poisque nos expunha a humilhantes revezes e nos devia entregar, insufficientemente preparades, aos golpes d'um adversario cuja energia, aspirações e recursos não eram, de longa data já, mysterio algum para qualquer militar europeu!

Eis o que repetiam á compita os officiaes russos na inacção enervante dos acampamentos, eis o que

os mesmos generaes se não escondiam para proclamar nas rodas em que palestravam. Quanto aos desgraçados mugiks, o que mais os espantava na Mandchuria e o que elles bom desejo teriam de responder a quem os interrogasse a tal respeito é de lá se encontrarem. Por este teôr significativo se expressou ao sur. Ludovic Naudeau o coronel russo com quem o jornalista parisiense relatava o commercio de conversação, em reciproca amizade, que elle entreteve argumentando.

Os soldados russos contemplavam com inquietação essa Mandchuria immensa aonde lhes haviam promettido uma campanha rapida e triumphal, e a si-mesmos perguntavam elles em que fito para allí os haviam trazido. Haviam-lhes representado os japo-nezes como não passando de uns anões ridiculos; e, perante a flagrancia da mentira evidente que lhes inculcaram, o soldado russo pensava então no contraste e cuidava no facto cruel de que vinham sendo os exercitos moscovitas batidos em retirada, durante mezes consecutivos, por um adversario que todos haviam imaginado poder vencer dentro d'algumas semanas!

E os proprios officiaes?

Tristemente exclamara o coronel russo:

Ah! quando os nossos officiaes partem da Russia para esta Mandchuria fabulosa onde sonham illustrarem-se, são entusiastas e a guerra apparece-lhes como o mais apaixonante dos sports. Uma viagem de trinta ou quarenta dias na unica via ferrea, sobre os dois rails d'um comprimento de

9:00) kilometros, em que força é que se accommodem todos os nossos soldados, todos os nossos canhões, todos os nossos projecteis; uma viagem em que são elles-mesmos a medir a pavorosa distancia do theatro da guerra, em que apreciam a precariedade do nosso unico meio de transporte: essa viagem torna-os cuidadosos e chegam aqui sizudamente mui graves. Após uma curta estadia na Mandchuria, quando constatarem por seus proprios olhos quantas coisas nos faltam ainda sem as quaes não poderemos alcançar a indispensavel victoria; quando observado teem o paiz por que nós nos batemos e o character da sua população; quando hão visto quaes as vantajosas posições que o inimigo soube conquistar já n'esta região que elle havia com antecedencia tam minuciosamente estudado, os nossos officiaes comprehendem que, se a Russia consegue impôr a paz n'esta parte do mundo, não poderia ser senão a preço de sacrificios inauditos, desproporcionados inteiramente com um resultado chimerico e d'illusorios proventos. A insolubilidade do problema que lhes deram a resolver acabrunha-os e elles murmuram: «Para quê?»

A insolubilidade do problema que lhes deram a resolver!

Pois que móla moral se poderia fazer jogar para reanimar o ardor das tropas russas?

A gloria?

O soldado russo não é avido de gloria, considerando o serviço militar como uma obrigação á qual lhe é impossivel subtrahir-se, e não sente, pois, desejo algum de se immortalisar pelo lustre das armas.

O odio?

Os soldados russos não teem odio aos japonezes; se soubessem que todos os japonezes consideram

cada russo como um sêr abominavel, ficariam espantados e perguntariam porquê.

O patriotismo ?

« Acaso é possível — rematou sua analyse o coronel russo — dizer a um soldado vindo de Petersburgo, de Kasan ou de Tomsk que está combatendo aqui pela salvaguarda da Russia, pela defeza do seu lar, da sua religião, pela conservação da terra ancestral? »

O velho coronel russo, na acrimonia do seu patriotismo receoso, figurou-se ao snr. Ludovic Nau-deau que se tinha abandonado a excessivos alarmes.

O parisiense contava-nos, no thema, que dois addidos militares cavaqueavam, em voz baixa, na gare de Liao-Yang; e o que elles diziam era, seguramente, espantoso, pois que de fundamento estribaria as esperanças do conde de Tolstoj filho, ainda até para a hypothese da derrota pendente. Estas idéas presumia-se que circulassem nas fileiras da officialidade moscovita mesmo, pelo menos entre aquelles officiaes que não houvessem sido remodelados subjectivamente pelas novas doutrinas:

— Victoriousa, a Russia quedaria senhora definitiva d'estas immensas possessões do Extremo-Oriente, onde se veria obrigada, afim de aqui assegurar a sua supremacia definitiva, a empregar todos os seus recursos durante uma metade de seculo; seria arrastada a aperfeiçoar o seu caminho de ferro transiberiano; tornar-se-ia, cada vez mais, uma potencia asiatica; desinteressar-se-ia cada dia mais e mais das grandes rivalidades europeas; voltaria as costas para longo tempo ao Occidente!

Pelo contrario, humilhada, repellida para a Siberia, reconstituiria sobre bases scientificas o seu poderio militar. Experimentaria um natural desejo de se indemnisar na Europa, ou nos confins da Europa, de tudo o que perdido houvesse no Extremo-Oriente. A successão da Austria, a questão dos Balkans, Constantinopla, a Persia e, quem sabe, as Indias talvez, tudo isso recommençaria a apaixonar-a...

Sómente, com tanto exito quiçã como atéli. A Austria não quer, de facto, ser russa, e a Inglaterra não consente a Russia em Constantinopla.

*

«Se o Japão fôr batido por nós-outros (ao jornalista parisiense Naudeau dizia o coronel russo, da existencia do qual já haviamos informado nossos leitores) ao cabo d'uma guerra obstinada e persistente, deveria resignar-se a renunciar a todas as pretensões que emittiu na ruptura das hostilidades. Ora, é licito acreditar que esse povo vingativo e teimoso poderia jámais considerar que sua renuncia pudesse ser definitiva? Crê-se acaso que a solidariedade dos Amarellos rota quedaria por nossa victoria? O Japão continuaria as suas intrigas na China; instructores japo-nezes applicar-se-iam, como até aqui, a regenerar o exercito chinez. Após alguns annos de recolhimento, o Japão recommençaria os seus preparativos bellicosos; reconstituiria o seu exercito e a sua frota; suscitaria

um novo conflicto, no qual quiçá veríamos precipitar-se o exercito do Celeste-Imperio.»

— Não poderia, portanto, haver senão uma solução radical ao problema que o imperio russo deve ao presente resolver, concluia o coronel moscovita. Preciso seria que a Russia conseguisse conquistar o Japão, fazendo d'elle uma nova provincia russa, consoante essa foi a sorte do Caucaso. A Russia não pôde dispôr de meio algum diverso d'este para impedir a reconstituição perpetua nas ilhas nipponicas de forças fundamentalmente hostis á sua dominação no Extremo Oriente.

Nas occorrencias coevas, um projecto de conquista do Japão pela Russia pareceria paradoxal; convinha em que o era o militar russo.

— Bem o sei (dizia elle), e é precisamente porque esta idéa é paradoxal que ella tem uma grande força argumentativa. Com effeito, se a Russia não pôde pensar em annexar-se o Japão, mesmo após a mais triumphante das guerras, e isto por virtude de razões em demasia evidentes, força lhe seria, após a paz, estabelecer d'uma maneira permanente na Mandchuria um exercito de duzentos mil homens, sempre promptos a oppôr-se immediatamente a um novo desembarque dos japonezes; um exercito sempre concentrado, sempre em pé de guerra e semelhante aos que as nações europeias mantem nas suas fronteiras mais ameaçadas. Aqui a Russia deveria crear um acampamento permanente, constituir arsenaes, serviços d'intendencia, consagrar a sua via

ferrea transiberianna ao transporte dos viveres, forragens, materiaes e munições indispensaveis ao seu corpo de occupação. N'uma palavra, o imperio deveria resolver-se a sacrificios enormes, não temporariamente mas com um caracter de perpetuidade. E por que objecto se obrigaria a Russia a um esforço tal, que esgotaria os seus recursos financeiros e diminuiria o seu poderio militar na Europa? A tanto se sujeitaria para conservar uma provincia cuja a immensa maioria d'entre nós-outros russos pensam que ella lhe não renderia jámais cousa alguma. A tanto se sujeitaria não para realisar um plano economico fructuoso, mas para a satisfação d'uma simples ideologia, affin de que se podesse vêr sobre a carta da Asia uma longa linha figurando o caminho de ferro russo de Moscow a Porto-Arthur e para que se dissesse que nós quedaramos possuidores da famosa «porta sobre o Pacifico.» Mas é pouco agradável aos russos terem «a porta sobre o Pacifico», se, par e passo, se dão conta de que, durante um prazo de tempo indefinido, essa porta não lhes servirá jámais para coisa alguma e não poderá passar além de ser um custoso ornato, à conservação do qual preciso será sacrificar muitos interesses primordiaes do povo; sim — repito o que disse — um objecto de luxo cuja manutenção resultará tam onerosa como se elle absorvesse os nossos melhores recursos e fizesse addiar a solução de graves problemas que reclamam prompta satisfação no imperio.

O coronel russo ao jornalista parisiense accentuou

que, na ociosidade de certos acampamentos, as lendas desmoralisantes se iam assim propagando. Regimentos que constantemente recebido ordem haviam de recuar perante os japonezes asseguravam já á data que o numero dos inimigos era immenso; imaginavam haverem visto hordas phantasticas de que lhes seria d'óravante impossivel, diziam elles, affrontar o choque. Outros regimentos murmuravam contra os seus officiaes, suspeitavam-os, accusavam-os. Sua imaginação collectiva encontrava-se ferida, o que era, em bôa verdade, grave.

E ainda mais grave seria, se nós-outros não recebessemos constantemente da Russia tropas frescas, cujo moral vem intacto. Ah! para quê, para quê esta guerra se emprehendeu, se d'ella não deviamos sahir vencedores?! Pois, quando nós-outros possuímos tantas terras inexploradas, que necessidade havia de conquistar terras novas, mais povoadas já do que as nossas e onde pullula um povo que nos detesta? Eis as idéas que se agitam no espirito simplista dos nossos soldados. E que é possivel responder-lhes para as refutar? Como arranjar a fazer comprehender a um camponez da Polonia ou do Ural que lhe é indispensavel ter uma «porta aberta sobre o Pacifico?» Gabar aos soldados russos os encantos da Mandchuria seria canseira perdida. Todo o exercito detesta este paiz, por onde considera que se extraviou. Os soldados sentem a hostilidade latente d'uma população que os observa, que os espia, que os espiona, que os conhece e que elles não conhecem. Os habitantes da região, quando passam as tropas russas, escondem os viveres, esforçam-se por lh'os não vender, mesmo aos preços exorbitantes que a nossa intendencia propõe. Aquelles dos nossos soldados que são eapazes de reflexão soffrem por sentir que o povo indigena os abomina,

os considera como intrusos, oppressores; e pensam que, no fim de contas, elles sentiriam um odio similhante, elles-mesmos, com objecto de todo e qualquer povo estrangeiro que pretendesse installar-se á viva força na Russia e quizesse no imperio russo implantar costumes novos, fazer adoptar procedimentos até então desconhecidos.

O snr. Ludovic Naudeau fornecia-nos ainda abundantes e preciosas informações sobre a psychologia do exercito russo operando na Mandchuria. Mas por então deliberei ficar por alli, imaginando prestes proseguir.

*

Mas não proseguí porque adoeci.

Entretanto, os successos accumularam-se precipitosamente. Enquanto convalescia morosamente, rapidamente cahia Porto-Arthur; Kuroptkine retirava sempre, após successivas derrotas; enxurdavam-se em glorias militares os japonezes Oyama, Kuroki, Noki; os triumphos navaes do imperio do Sol-Levante constituíam assombro sobre assombro.

Emfim fez-se a paz, e o reorganisador das finanças russas, Witte, houve de dar o balanço, elle tambem, das despesas da guerra; e, ainda e finalmente, a elle Witte coube o encargo do tentamen de dotar o seu paiz de instituições parlamentares e representativas.

Pois que a revolução rebentara, pelo aspecto militante d'uma *grève* geral e a Europa assistia ao espectáculo, que a surpreendeu, da preponderancia moral d'um pope, Giappone.

Do inconsiderado d'essa surpresa me puz eu a considerar, ao deante, certo domingo de Paschoa; e divaguei; e reverti.

Os astrônomos dão o nome de ecliptica ao círculo máximo da esphera celeste que o sol parece descrever executando a sua revolução annual apparente em volta da terra. Foi esse círculo assim denominado porque os eclipses se não dão senão quando a lua se encontra no mesmo plano ou pelo menos d'elle assás approximada. A ecliptica tem os seus polos, como o equador: estão estes situados nos dois pontos do ceu pelos quaes passa a perpendicular que se lhe tire do centro da terra. Os dois pontos, diametralmente oppostos, onde a ecliptica corta o equador o nome receberam de pontos equinoxiaes, ou simplesmente equinoxios (do latim *æquus*, igual, e *nox*, noite), porque, quando o sol se topa em um d'esses pontos, os dias e as noites são de igual comprimento sobre toda a superficie do globo: é o que occorre duas vezes por anno, cerca do 21 de Março e do 22 de Setembro. O ponto onde o sol corta o equador, para *passar* do hemispherio austral para o hemispherio boreal, é chamado equinoxio da primavera, e ao ponto opposto chama-se-lhe equinoxio do outomno.

O repasto e toda a cerimonia de festa dos he-

breus ordenada annualmente, em commemoração de seu grandissimo milagre, o nôme recebem de *Paçach*, do verbo *Paçach*, que S. Munk nos explica que quer dizer saltar, *passar* por cima de. O substantivo de que gregos e latinos fizeram *pascha*, e nós dizemos paschoa, onde (como em paschal, paschoar, paschoe-la) o *ch* sôa como *k*, volveu-se no nôme da festa mais solemne dos judeus, a quem elle lembrava uma dupla *passagem*, a passagem do Mar Vermelho e a do exterminador dos filhos mais velhos dos egypcios, o qual *passara* adeante das portas dos hebreus, reconhecendo-as pelo signal n'essas portas posto, o sangue do cordeiro que mandado lhes foi matassem um por cada familia.

Esta explicação mystica é pura invenção sacerdotal. Ha toda a razão de crêr que esta solemnidade foi introduzida mais tarde entre os hebreus, e imitada das nações que festejavam o sol equinoxial da primavera, debaixo do seu emblema zodiacal de Aries, o cordeiro ou carneiro.

Estas linhas quiçá se não esperassem tão desimpedidas de um membro do conselho de Sua Magestade Fidelissima e, assim como socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, assim tambem deão da Sé Patriarchal da mesma metropole, qual o foi o erudito e conspicuo Dom José Maria d'Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda. E extravagante se apuraria a coincidencia no cotejo da critica do orthodoxo nosso Lacerda com a atrocidade da interpre-

tação molochista, tal como sobre commum texto a formularam G. Frederico Daumer em 1842 e em o mesmo anno T. W. Ghillany, ambos elles pertencentes á esquerda hegeliana ou neo-hegelianismo, mantida a direita ou primeira eschola hegeliana n'um metaphysicismo mystico e especulativo.

A festa da Paschoa chama-se tambem *Hag Hammaçóth* (festa dos azymos) e o uso dos pães azymos era ordenado para os sete dias da festa, durante os quaes nem sequer se podia conservar o fermento na casa (*Exodo*, cap. 12, v. 19), porque todo o que não comesse pão asmo e sim pão levedado seria cortada da congregação d'Israel aquella alma. Que pena era esta? Ila sabios modernos (Michaëlis, Jahn; na mesma Winer, Gesénius) que teem pretendido que o legislador, por sua expressão, quiz designar, quasi sempre, a pena capital; mas todos os doutores judeus, assim rabbanistas como karaitas, declaram unanimemente que caso não é de castigo ultimo, suppondo elles todos que pena tal não cabia até na alçada da humana jurisdicção. Mas a S. Munk figura-se-lhe que cumpre considerar, por sem duvida, uma pena juridica, que provavelmente seria a exclusão da communitade ou morte civil; como quer que fôsse, o que não seria era a pena capital.

Vê-se quam indecisa fluctua em todo o lance a critica racionalista; sem embargo, a explicação de Ernest Havet, no volume ao judaismo dedicado em sua serie respeitante ás origens do christianismo, affasta plausivelmente a hediondez tendencial d'aquel-

les neo-hegelianos Daumer e Ghillany a que em linhas supra me reportei.

O que era, emfim, tornando, essa festa da Paschoa? Torne-se. A explicação dada pelo *Exodo* (cap. XII, v. 11-12) parece a Havet demasiado subtil para ser verosimil. Pois que o vocabulo hebraico significa *passagem*, elle exprime talvez, a juizo do douto mas sceptico historiador polemista, a passagem d'um anno para o outro. Escreve :

Se se considera que essa festa se celebrava na primeira lua cheia da primavera, e que o mez lunar, de que ella marca a metade, era o primeiro do anno judaico, não se porá em duvida que tivesse por objecto festejar o renovamento do anno.

Prestes, porém, consoante avisadamente o frisa Albert Réville, a Paschoa se mudara, de festa primaveril que fôra de começo, na commemoração d'uma grande libertação historica; constituia corpo unico com a semana dos «pães sem crescente», d'aquelles *mazzoth*, egualmente muito antiga e que cumpre catalogar entre essas *repristinações* (como lhes chama Réville) dos modos prehistoricos da vida que representam um papel tam frequente nos ritos religiosos quando a existencia mais refiuada se volveu. Era, pois, como que um recomeço da vida primitiva e andavam-lhe associadas idéas de purificação.

O eminente professor no Collegio de França mostra então (à face comparativa dos textos de S. Marcos e S. Matheus, por um lado; do Evangelho segun-

do S. Lucas, por outro) como Jesus inaugura a era nova, «que devia haurir e conservar o que de mais puro havia nos costumes da antiga.»

E esta palavra condizia, porque essa certa paschoa era domingo da paschoa da resurreição, quando commemora a Igreja o momento capital e supremo da crença christã, a proposito de cuja interpretação critica, no entendimento da redempção, llaag exara que é, por sem duvida, difficil reconhecer nas allegorias dos racionalistas da eschola de Kant o dogma da igreja primitiva; e cumpre confessar que não é mais facil deparar-lhe os vestigios quer na theoria esthetica e symbolica, professada por de Wette, que concebeu a morte de Jesus como um symbolo historico da resignação e da conciliação de todas as antinomias do sentimento religioso, quer no systema mystico de Schleiermacher, para quem a redempção e a reconciliação com Deus, fructos da incarnação antes que da morte de Christo, consistem na communitate de vida com o Salvador, da incarnação datando a aurora da religião e significando a morte do Salvador que, para entrar em communhão de vida conosco, elle teve, bem que isento de peccado, de entrar em communitate do mal causado pelos peccados dos hoimens; pela communitate de vida com elle sendo que a sua justiça ou a sua obediencia até á morte se torna nossa e que nós nos sentimos reconciliados com Deus, que cessa desde então de nos vêr taes quaes nós sômos em nós mesmos, para nos vêr taes quaes nós sômos n'elle.

A influencia que Schleiermacher exerceu sobre todo o desenvolvimento do pensamento contemporaneo, exigiuo que lhe examinasse pormenorizada-mente o conjuncto de sua theologia, qualificou-a Dorner como decisiva e assertou que Schleiermacher reduzira a coisa alguma o antagonismo, ostensivamente inconciliavel, do racionalismo e do supranaturalismo, com Schleiermacher podendo affirmar que a natureza é a expansão do plano divino no tempo e no espaço, constituindo-se assim uma concepção transcendental que inclue implicitamente a vinda de Jesus á terra, associando-nos a fé em Jesus-Christo á sua impeccabilidade e á sua paz celeste e communicando-nos a experiencia jubilosa e intima da nossa libertação, consistindo a essencia intima do christianismo na redempção consummada por Jesus de Nazareth, redempção que deve tornar-se cada vez mais o alimento da alma crente e na qual devemos vêr a forma mais perfeita da idéa de Deus no homem, idéa que de per si é a manifestação superior da vida consciente da alma individual.

Todas as religiões actualmente existentes serão, assim, tarde ou cedo absorvidas no christianismo, com o qual é chamada a identificar-se progressivamente a humanidade inteira, á qual tem por missão desenvolvê-lo e fazê-lo conhecer por intermedio de uma prédica fiel a Igreja, a quem Christo confiou o principio da vida nova.

Mas a todas as Igrejas christãs («com excepção talvez da Igreja grega, cuja tendencia racional é

mais elevada») as increpou o polaco Wronski de um erro fundamental, erro fundamental que, precisamente no momento em que Wronski o proclamava, causava no mundo civilizado o abandono e mesmo a desconsideração das Igrejas christãs porquanto a engenhosa invenção do vocabulo «mysterio», longe de satisfazer, revolta actualmente a razão, cada vez mais desenvolvida no homem. Com effeito, Wronski considerava os dogmas christãos como problemas das verdades absolutas, e que, como porismos, são considerados, ao contrario, por todas as Igrejas christãs como verdades inaccessiveis á razão humana. Approximando textos característicos de duas obras typicas, professa Cherfils que a clareza do pensamento de Wronski se torna completa.

Singular e mysteriosa cabeça a d'esse Wronski, tão symbolicamente slavo que, melhor do que á sua Polonia, á Russia a representa e significa, á Russia cuja unica criação popular é uma religião multiforme, o *raskol*; *raskol* vem do verbo russo *raskotesi*, que significa fender, separar fendendo; corresponde o vocabulo inteiramente á voz grega d'onde vem a nossa palavra *scisma*. Os sectarios, ou *raskolniks*, pôdem ser divididos em duas classes. Na primeira comprehendem-se aquelles que, repartidos em diferentes grupos, possuem, todavia, o caracter commum de serem tão só scismaticos em relação á Igreja greco-russa, mas não, propriamente fallando, hereticos. De facto, esses sectarios, posto que hajam rompido com a communhão e a hierarchia da Igreja do-

minante, teem, não obstante, a mesma fé e designam-se a elles-mesmos pelo nôme de *starovèros*, ou «velhos crentes.»

A' segunda classe pertencem todas as outras seitas que são simultaneamente scismaticas e hereticas, isto è que professam dogmas por completo extranhos aos da Igreja greco-russa. O raskol, crescendo, em vez de se concentrar em uma só e unica vasta seita, dividiu-se e fragmentou-se quasi que indefinidamente, notando-se, de entrada, entre os *starovèros*, dois ramos principaes: os *Popovtzis*, que reconhecem a auctoridade d'um clero, e os *Bespovtzis*, que não têm padres. Depois, n'estas duas grandes divisões coexistem grupos, hostis uns aos outros, e não tendo entre si senão um ponto commum, o seu odio contra a Igreja greco-russa e a sua resistencia secreta ao poder. Uma d'estas seitas que mais adherentes conta é conhecida sob a denominação dos *Strannikis* (errantes, vagabundos ou peregrinos). A segunda classe dos *raskolniks*, cujos dogmas não têm relação com os da Igreja nacional, constitue objecto de uma curiosidade insaciavel e surprehendida. Em estudo assás obscuro, guia autorisado cumpre; foi-o o barão Augusto de Haxthausen em obra de 1847, do llanovre, a que, em 1869, em Paris recorreu quem, antes de proseguir o interessante relato de Basilio Vereschaguine, entendeu dever fornecer prévia noticia geral sobre um thema, qual esse das seitas religiosas na Russia, por então, assevera-o, pouquissimo conhecido em França.

A dois slavos cabe, nos nossos dias ultimos, o esforço esthetico e persuasivo mais vivaz para incutir nas almas dos mundanos a impressão dominante do christianismo e do Christo, ao polaco Sienkiewez e ao russo Tolstoi. A immensa distancia critica que os separa frisa-a em poucas linhas o italiano Labanca. Um é um homem de talento, supersticioso, o polaco: o outro, um homem quasi genial, uma alma d'uma religiosidade profunda, o russo. Do Christo, elle nos diz que não esqueçamos jámais o Sermão da Montanha. Obrando consoante seu ensino, o reino de Deus estará dentro em vós. (*Evangelho segundo S. Lucas, xvii, 21*).

*

Ora, para se chegar a uma apreciação conveniente e coadunante da revolução russa, na ostensiva contradicção de suas impulsividades e de suas modorras, preciso é fazer, de antecedencia, tal qual idonea idéa do espirito slavo. E para isto se conseguir nós-outros que nunca fômos em nossa vida á Russia haveremos de recorrer á leitura d'aquelles escriptores moscovitas através de cujas composições, espontanea e inconscientemente, mas forçosa e irresistivelmente, perpassa a alma da sua raça. Estes são, evidentemente, os poetas e os romancistas.

Dos romancistas russos, o nosso occidente tomou conhecimento mais minucioso e particularmente pre-

zou o conde Leão Tolstoi. Cuido, porém, que os criticos occidentaes não deram ainda com a causa intima e profunda que dá o tom peculiar á obra novellistica de Tolstoi, que a aparta, que a singularisa, que a excepcionalisa. Supponho que o personalismo dos romances de Tolstoi consiste na idéa dominante em todos os seus heroes, que é a mesma, sobranceira e absorvente. Que idéa é essa? E' a idéa da Morte.

Para o conde Tolstoi—como para todo o slavo não occidentalizado—o genero humano apparece-lhe como o heroe que da inconsciencia dos erros mundanos avança, á medida que se approxima do termo da vida, para a posse consciente da verdade absoluta, e que se agita e soffre n'um drama, sempre grandioso ainda que mesquinho, o qual se representa n'uma zona attendida, como as outras, no seu tanto incognito, do universo, em virtude da vontade divina, perante uma natureza mysteriosamente solidaria, com uma outra vida, superior e transcendente, inimaginavel e segura, a unica real, por desenlace.

Deixando de lado o que ha de discutivel na doutrina philosophica de Tolstoi—ella é ineffavel!—, frisemos o contraste d'este idealismo optimista slavo com o materialismo pessimista occidental. E será uma franceza que nos servirá de ponto-de-referencia, tão caracteristica essa gauleza como hoje entre nós quasi que já, por completo, esquecida.

Ora, da segunda phase da inspiração de tal auctora, sahiram as *Primeiras poesias*, a obra mais

perfeita talvez de M.^{me} Ackermann, postoque essa dama devesse principalmente a sua reputação aos *Poemas philosophicos*, que Caro revelou ao publico parisiense em um estudo da «Revista dos-Dois-Mundos» e que Sainte-Beuve consagrou como uma obra d'escolha, em uma de suas *Causeries du lundi*, famosas na epocha.

A philosophia de M.^{me} Ackermann é o pessimismo em todas as suas negações desolantes, mas com um solevante de audacia e de altivez, que lhe dá uma especie de consolação pelo orgulho. Attribuiram essa doutrina em M.^{me} Ackermann à influencia allemã; formalmente a escriptora nega esse influxo originario. O seu systema, a seu aviso, não é mais do que o resultado das proprias reflexões e dos sentimentos proprios. Em sua autobiographia, explicou ella-mesmo a genese das suas idéas :

A minha vida pôde resumir-se em algumas palavras: uma infancia somnolenta e triste, uma mocidade que o não foi, dois curtos annos de união venturosa, vinte-e-quatro de solidão voluntaria. Isto não é precisamente alegre, mas n'isto não se descobre, todavia, coisa alguma que justifique meus queixumes e minhas imprecações. As grandes luctas, as decepções amargas fôram-me poupadas. Em summa, a minha existencia foi suave, facil, independente. Quanto aos resultados da sciencia, nunca pessoalmente me perturbaram; para elles estava preparada com antecedencia. Bem mais, eu acceitava, com uma especie de satisfação sombria, o meu papel de apparição fugitiva no seio das agitações incessantes do sêr. Mas, se facilmente me conformava com minha sorte individual, invadiam-me sentimentos inteiramente differentes desde que se

tractava da minha especie. As suas miserias, as suas dôres, as suas aspirações vãs enchem-me d'uma compaixão profunda. Considerado de longe, através das minhas meditações solitarias, o genero humano apparecia-me como o heroe de um drama lamentavel, que se representa n'um canto perdido do universo, em virtude de leis cegas, perante uma natureza indifferente, com o nada por desenlace.

Deixando de lado o que ha de discutivel na doutrina philosophica de M.^{me} Ackermann — ella é atroz! —, o mesmo critico francez a quem em as linhas supra certas pertencem exara que não é licito que nos esquivemos a reconhecer que a auctora mostrou, como poeta, altas e raras qualidades, uma originalidade, um vigor que se não deparam em grau egual na obra de mulher outra alguma. O seu verso, despojado do pittoresco, em um tempo em que d'elle se abusa, alliviado do epitheto, tanto quanto possivel, tem, a juizo, exacto aliás, d'esse critico, uma amplidão firme e sonora, uma simplicidade energica que lembra Corneille, mas um Corneille, o critico pujantemente assim se expressa, que se esforçasse por pôr em verso a prosa de Pascal.

Sob o imperio das idéas de que ella propria fez, consoante vimos, a resenha critica, M.^{me} Ackermann redigiu composições cheias de impetos soberbos e de gritos desesperados. D'algumas, eis os titulos: *O Diluvio, O Grito, a Guerra, o Ideal, a Natureza ao Homem, o Homem á Natureza, o Amor e a Morte*, etc.

Quando em tempos quasi pueris flz a apreciação

desfavoravel da chamada poesia scientifica, com motivo do volume *Rumores vulcanicos*, de Teixeira Bastos, começava nas nossas palestras litterarias aqui a alludir-se ás composições de M.^{me} Ackermann, consideradas, porém, tão só pelo seu aspecto scientifico, que é transitorio, como a photographia d'um momento, que passaria, e passou já, do pedantismo cognitivo eterno. Enquanto que o que ha de consideravel n'essas composições é, ao contrario, o seu aspecto philosophico, que é perpetuo, como modalidade incisiva da crise da consciencia moral. O que poderiamos nós-outras entender do desespero de M.^{me} Ackermann? Satisfazia-nos o illogismo optimista do atheismo da juventude, coincidente com a confiança egoista que dá a exuberancia da vida, na plenitude da saude ou no dissimulo da enfermidade.

Quando pouco adeante me abalancei á apreciação favoravel do romance realista, julgando das representações da vida sem ter vivido eu-mesmo, ainda assim já então me impressionou essa preferente espionagem da terminação da existencia pelo conde Tolstoï levada a cabo. Seus relatos de Sebastopol m'o mostravam embrenhando-se no que, á data, chamei a dissecação da propria morte.

Mas a franceza e o russo são representativos, esse é o merito que sobrepuja seus dotes particularistas e propios. Aqui, porém, d'aquella não curemos. Nem ainda delimitadamente d'este. Porquanto o que nos interesse seja a generalidade mesma do espirito slavo.

Modernamente, estas concepções de conjuncto se estão realisando por uma fôrma facil e familiar; em 1901 publicava-se em França um ensaio de psychologia ethnica *O espirito judaico*; o seu auctor, o sr. Mauricio Muret, annunciava então dois outros livros affins, em preparação, *O espirito protestante* e *O espirito catholico*, ensaios de psychologia religiosa no seculo XIX. Com um character mais aprofundado, se bem que em estylo elegantissimo, na mesma França o philosopho Alfredo Fouillée bosquejou em copioso tomo a *Psychologia do povo francez*.

Mas, na verdade, é nas obras que seus auctores não destinam a tal que o espirito peculiar dos povos subitamente se revela; e da religiosidade slava Tolstoï destaca-se nos como um emiunente representante.

*

· Não é um caso isolado, todavia, o conde Tolstoï; a sua religiosidade está-lhe na massa de sangue e na massa do sangue ella está da nação a que pertence, da qual a unica criação popular é, como se disse já, o *raskol*.

E das varias seitas que compoem esse Raskol, da Russia, de que fallamos, bem terrivel é essa dos *Morelchshikis* (que se immolam, parcialmente ou por completo) e cuja doutrina assás incognita parece ser. E' certo que por vezes se vê em um logar retirado

alguns individuos cavarem, com estranhas ceremonias, uma cova profunda que cercam de madeira, palha e materias combustiveis. Quando a tem terminado, esses sectarios fanaticos veem procissionalmente collocar-se na cova, pegam lume á fogueira e, exaltando-se por um cantico de morte, deixam-se queimar sem um só gemido. N'outras bandas, outros individuos reúnem-se dentro d'uma casa que cercaram de palha e deitam-lhe o fogo. Os espectadores, enfileirados em torno da casa, contemplam essa scena medonha; ninguem ousa perturbar aquelles insensatos na consummação do seu pretenso dever religioso; contentam-se com dizer que são sautos e que recebem o que, em sua linguagem mystica, elles chamam o baptismo do fogo. Os viajantes Pallas, Gmelin, Georgi, Lepuchin e outros fallam d'estas immolações.

A seita dos *Scoptzis* (mutilados) é numerosissima; uma grande parte dos negociantes d'objectos d'onro ou de prata e, sobretudo, os cambistas de Petersburgo, Moscow, Odessa, Riga etc. são *scoptzis*. São muidados ao proselytismo. Dirigem-se especialmente aos soldados e buscam convertel-os dando-lhes grossas quantias de dinheiro, que se elevam por vezes a muitos milhares de rublos. Aquelle que converteu doze individuos adquire a dignidade de apostolo. Para estes sectarios o czar Pedro III é o que para os nossos sebastianistas é o rei D. Sebastião. E' o Encoberto, que ha-de vir prestes a fazer a sua entrada triumphal no Kremlin de Moscow, ao som do sino grande da cathedral da Assumpção. Mas em que consista

a mutilação a que elles se entregam não pôde decentemente dizer-se. Em alguns governos, como por exemplo no de Orel, encontram-se aldeias inteiras das quaes toda a população pertence a esta seita. A' primeira vista, não se nota differença alguma entre essas aldeias e as dos outros camponezes; nada exteriormente denota o estado anormal d'esses sectarios. Alli se vê, como por toda a parte, alhures, casas bem construidas e perfeitamente conservadas, mulheres e creanças. E' que ahi, por excepção, os scoptzis casam, mas não teem jámais senão um só e unico filho. Após o que se submettem ás praticas eliminantes da sua superstição. Os scoptzis dão mui bom viver a suas mulheres, segundo o asserto candorosamente tudesco de Haxthausen, resumido por Charton, que resumio, e tractam o seu filho com o maior carinho.

A doutrina dos *Chlistis* (flagellantes), que os scoptzis reconhecem por seus irmãos, parece não ser senão mui pouco differente; todavia, o governo não considerava est'outra seita como mui perigosa e não a perseguia tão rigorosamente. Reunidos n'um quarto onde se não topa imagem alguma, os chlistis saltam e dansam á roda, flagellando-se. Uma selha d'agua, pousada no meio do aposento, serve-lhes para molharem de quando em quando a cabeça, até que, ex-hastos de cansaço, acabam por cahir prostrados no chão.

Uma seita mais mysteriosa e ainda menos conhecida é a dos *Berslowsstnié* (inudos). Aquelle que sua

crença acceita deve fazer-se mudo para o resto dos seus dias. Debalde a auctoridade se esforçou por obter informes sobre sua doutrina. Alguns empregados da administração publica, levados d'um zelo excessivo, submeteram até alguns d'esses desgraçados a maus tractos, mas sempre sem o menor exito. No reinado de Catharina II, um governador da Siberia fez soffrer a muitos d'entre elles um verdadeiro martyrio, que se poderia comparar aos tormentos da tortura, a ponto de lhes fazer pingar sobre o corpo gottas de cera a ferver. Atormentou-os por todas as maneiras imaginaveis; porém elles supportaram tudo com stoicismo, sem fazer ouvir o menor queixume ou proferir uma só palavra.

Entre as seitas fanaticas que se submettem voluntariamente a um martyrio parcial ou completo, devem comprehender-se as que baseam a sua crença sobre um facto mystico qualquer, podendo citar-se como exemplo aquelles sectarios que tomam o santo sudario por unico objecto de todas as suas ceremonias religiosas.

Da seita dos *Sabatnikis* (observantes do sabbado) aventa o historiador Karamzine que fundada fôra em Novogorod, em 1470, por um judeu chamado Zacharias; estes sectarios, cujo numero é consideravel, sobretudo na Siberia, passam entre o povo por feiticeiros e nigromantes.

Na impossibilidade sequer de enumerar todas as outras seitas, Charton limita-se a citar ainda tão só mais duas: Os *Malakanis* (comedores de leite) e os

Dukhobortzis ou *Pneumatomacos* (luctadores do espirito), que fôram as unicas, aliás, que em sua viagem às provincias do Caucaso, cujo interessante relato transferiram para francez o sr. Ernest Barbier e sua esposa, Basilio Vereschaguine teve ensejo de estudar.

Segundo Haxthausen, a doutrina dos Malakanis apresenta um systema theologico e philosophico infinitamente mais completo e mais desenvolvido do que o de todas as seitas precedentes. A origem d'esta seita, bem como a dos *Dukhobortzis*, é desconhecida; uma e outra apparecem no começo do seculo xviii, mas não chegaram ao seu completo desenvolvimento senão mui mais tarde. Não toleram os Malakanis em suas casas a presença de imagem alguma; fundam-se no terceiro mandamento para considerar como um peccado o prestar juramento; ao que ordena a obediencia a paes e mães, additam o dever da submissão á vontade do tzar e da auctoridade; affirmam que durante mil annos reinarão sobre a terra, crença que decidiu em 1833 um fulano Terenti Beloivow a fazer-se passar por propheta, encarregado da missão de annunciar o advento proximo do reino millenario. Mas andava de bôa-fé e era sinceramente um monomaniaco. E' curioso que entre os malakanis se hajam conservado vagas tradições sobre as façanhas e as proezas de Napoleão. Quando foi da campanha contra a Russia, metteu-se-lhes na cabeça que o conquistador francez era o leão do valle de Josaphat, de que fallam seus velhos psalmos, e que vinha para des-thronar o falso imperador e restituir a corôa ao ver-

dadeiro tzar branco. Esses sectarios do governo de Tambow decidiram-se, pois, a enviar-lhe uma deputação, que vestiram de branco e que partiu ao seu encontro para o cumprimentar. Estes singulares deputados atravessaram a Pequena Russia e penetraram na Polonia até ao Vistula, onde fôram presos. Só um é que conseguiu escapar-se e regressar ao seu paiz; os outros desapareceram e desde então nunca mais d'elles se soube parte.

Quanto aos *Dukhbortzis*, asseveram que descendem em linha recta de um dos trez mancebos que, não querendo adorar a imagem de Nabuchodonosor, fôram arremessados a dentro da fornalha ardente; mas quem informa adverte que elles não possuem documento algum escripto, chronica alguma em corroborante apoio d'esse mytho. O uóme de Dukhbortzis ter-lhes-hia sido dado pelo arcebispo de Ekatérinoslaff, Ambrosio, que foi incumbido, em 1785, de proceder a investigações ácêrca da doutrina d'elles. Eis como nos dizem que seu significado seja: *Duch* significa o espirito ou a alma, *borotha* lutar.

Ha aqui equívoca ambiguidade: elles lutam pró ou contra o espirito? Era provayelmente a ultima accepção que Ambrosio tinha em mente (luctando contra o espirito); mas os sectarios, ao adoptarem elles-mesmos tal denominação, tomaram-a em sentido inverso e a si-propios se chamaram: luctantes em prol do espirito. O commum do povo russo cognomina-os de Yarmaçons (franc-maçons). Algumas vezes mesmo chamam-lhes *Otschelwikis* (reclusos) e *Ikono-*

borzis (iconoclastas). Em 1833, a população dos *dukhobortzis*, estabelecidos em nove aldeias, situadas sobre a Malotschna, elevava-se a cerca de quatro mil almas. Mas em 1839 ordenou o imperador que todos os *dukhobortzis* da Malotschna fôsseem transportados e colonizados nas provincias do Caucaso, para que ahi ficassem sujeitos a uma vigilancia rigorosa, não devendo ser exceptuados senão aquelles que consentissem em volver á obediencia da egreja orthodoxa. Esta ordem foi-lhes communicada pelo general-governador da Nova-Russia e da Bessarabia, o principe de Worontzoff; e ella dimanara dos effeitos d'um inquerito, para proceder ao qual fôra nomeada uma commissão que empregou nada menos de quatro annos, desde 1835, a compulsar os autos e a esclarecer os factos. Fôra que, no decorrer de dois annos, haviam desaparecido subitamente, sem deixarem quasi que vestigios, perto de quatrocentos individuos. O inquerito pôz a auctoridade na piugada d'um tropel de crimes atrozes e impunes, encontrando-se homens enterados vivos, cadaveres mutilados e truncados. Surgira um tribunal de Inquisição entre os sectarios e a casa onde esse tribunal funcionava chamava-se *Rai i müker* (paraiso e tortura). Para as execuções, escolhera-se uma ilha na embocadura da Malotschna. A mais leve suspeita, a menor apparencia de apostasia ou de traição o bastante era para o incriminado ser sujeito á tortura e cruelmente o executarem.

*

Esta ferocidade causa estranheza a todos quantos da bondade slava têm ouvido copiosamente dizer.

Uma obra artistica pode fornecer-nos indicio d'esse feitiço peculiar.

A escrever, adeantara-se-me, sem eu dar fé, a noite, mas a modorra advertiu-me. Já lá vai o poder de resistencia á fadiga, e um somno imperioso não tolera mais a voluntariedade que prolonga artificialmente o dia.

De levar uma noite á véla, os francezes dizem *passer une nuit blanche*, «passar a noite sem dormir»; e sua *nuit blanche* condiz, pois, strictamente com a nossa *noite em claro*. Mas em Petersburgo, na Santa Russia, chama-se *Noites brancas* a essa epocha do verão em que o sol se põe cerce das nove horas da noite e nasce cerca da uma hora da manhã. *As noites brancas* se denomina uma curta novella, simples, delicada, pungente, do genial Dostoiewsky, que para divisa de sua phantasia symbolica tres versiculos toma de seu compatricio, correligionario, confrade, o talentoso Turguenev: «E seu quinhão de felicidade não seria o viver tão só um instante na intimidade do seu coração?» E' uma sublime, lancinante maravilha essa pequena, mysteriosa obra-prima do torturado constructor da atrocidade poderosa dos criminosos impulsivos, do compadecido historiador dos

afflictivos vexames da pobre gente, do vingador sarcástico dos humilhados e offendidos.

A primeira noite estava maravilhosa :

Ella era uma d'essas noites como tão só a nossa mocidade as conheceu, leitor querido. Um firmamento tão estrellado, tão sereno que, fitando-o, a gente a si-mesma involuntariamente perguntava: Pois acaso, na verdade, poderão existir maldosos debaixo d'um ceu tão bello? — E pensamento tal é ainda um pensamento de mocidade, leitor querido, da mais ingenua mocidade. Mas possaes vós ter o coração por bem longo tempo moço!

Pensando nos «maldosos», o heroe — o heroe! — de Dostoiewsky pensava, não sem prazer, no modo como havia empregado o dia que acabava de findar. Desde pela manhã, um estranho dissabor o tomara; parecia-lhe que toda a gente fugia d'elle, o abandonava, o deixava só. Oito annos havia que vivia em Petersburgo e não lograra alcançar um só amigo. Mas seu amigo d'elle era a propria Petersburgo, e Petersburgo abandonava-o, porque toda a cidade tinha ido para o campo.

Congeminando sua solidão, divaga ao acaso pelas ruas desertas, largo espaço, a ponto de que acaba por não saber onde está quando descobre as fortificações. Immediatamente o invade o jubilo e lança-se através dos campos e dos prados, sem sombra de fadiga; até lhe parece que um pezado fardo lhe cae da alma.

Não regressa á cidade senão bastante tarde, esta-

vam a dar dez horas. A estrada corria ao longo do canal; é um sitio deserto áquell'hora... De facto, elle habitava no mais affastado arredor. Caminhava cantando. Quando se sente feliz, conta que canta. E commenta que cuida que esse é o costume d'aquelles homens que, não tendo amigos nem camaradas, não sabem com quem partilhar um momento de alegria. Mas aquella noite reservava-lhe uma aventura. Attenção, que principia o drama!

A' desamão, debruçada no parapeito do canal, descortina elle uma mulher, que parecia examinar attentamente a agua turva. Tinha um encantador chapéu de flores amarellas e trazia uma graciosa mantilha preta. «E' uma rapariga e por certo que uma morena», pensa elle.

Ella parecia não lhe ouvir os passos e não se mexeu quando elle passou por junto d'ella, retendo a respiração e com o coração pulsando forte. «Coisa estranha!, elle pensa; ella deve estar preocupadissima.» E subitamente detem-se. Pareceu-lhe haver ouvido soluços abafados. «Não me engano; ella chora.» Um instante de silencio, depois ainda um soluço. Santo Deus! O coração aperta-se-lhe. Elle é, d'ordinario, mui tímido com as mulheres, mas em momento semelhante!...

Abrevio, salto laudas deliciosas; baste que emfim fallam, e é com uma suavidade de mimo, franzina e casta, que o auctor vence a difficuldade technica, arriscada a composição entre o escabroso d'uma parte e o ridiculo d'outra. Quaes eram os recursos d'esse cerebro privilegiado!

Elles seguem n'uma tagarellice candida, fragil e tenra, melindrosa e persuasiva; ao de leve, commovente; de essencia, insinuante. — Adeus! Não. — Até á vista. — Até á vista. Separam-se. Elle vagabundêa a noite toda. Não pôde decidir-se a entrar para casa. . . «Até amanhã!»

Segunda noite. Reatam a palestra venturosa; mas, afinal, elle não sabe ainda como é que ella se chama. — Chamam-lhe Natenska. — Sem mais nada? — Sem mais nada; não é bastante para si? — Oh! muito! muito! pelo contrario, muito! Natenska! — Que é? Que era? Natenska que lhe escutasse o que elle chama a sua *risivel* historia.

Sentou-se-lhe ao pé, tomou uma pose grave e pedante e começou como se estivesse a lèr n'um livro. O que lhe conta elle, revelando-lhe a existencia inverosimil, quasi inconcebivel do scismador vago e inerte, cubiçoso e desdenhoso, vivendo ensimesmado, arisco e dôce, inutil e desconsolado? E, todavia, elle não é um ocioso, o *mediocre* heroe das aventuras inepisodicas do devaneio separatista; elle limita-se a ser um que não tem participação moral com os seus compatricios, é um segregado de espirito, um homem rico de vida interior, um a quem a «deusa da Phantasia» (acaso lèra ella Jukovsky, a sua querida Natenska?) teceu, de suas mãos feericas, a teia dourada e enastrou os arabescos de uma vida phantasiosa e imaginaria. Porém, chegada a vez á sua querida Natenska, a historia que ella lhe contou foi, em contraste, uma humana, positiva historia, onde a

confiança juvenil se enreda no prestígio da seducção ; mas o homem que fascinou Natenska já d'ella se não lembra e o que lhe prometeu um anno antes não o cumpre. Ao scismador que no transe da confidencia a acompanha ella aperta-lhe agora fortemente as mãos, com a cabeça o sauda e desaparece. — Até amanhã. Elle longo tempo se fica immovel, seguindo-a com os olhos.

Terceira noite. Dia triste, pluvioso, pardo como uma velhice futura. Ella vem radiante de alegria, e dir-vos-ia porquê, se não quizesse, com reticencias ardilosas, suscitar-vos a leitura inteira do livro, que está traduzido em francez pelo snr. llalpérine. Elle sentia encherem-se-lhe os olhos de lagrimas ridiculas; é cruel, profundissimamente dilacerante esta situação tranquilla, que faria rir maldosamente um parisiense. Este encontra motivo de satyra onde um petersburguez depara thema de tragedia, consoante o observou, notando-lhe as subjacentes divergencias structivas das raças, o slavo Turguenev ao gaulez Flaubert, assistindo juntos a uma representação theatral. O ridiculo do marido enganado a um o punha a rir ás gargalhadas, emquanto ao outro o soffrimento humilhado e recondito do offendido da alheia ingratidão lhe fazia correr as disfarçadas lagrimas da viciosa vergonha, perante um publico leviano e irreflectido, prompto e desasizado.

Quarta noite. Santo Deus! Como tudo aquillo acabou! Como tudo aquillo acabou! Elle viera ás nove horas; ella, já lá estava. Elle viu-a de longe

debruçada no parapeito do caes; ella não o ouviu chegar. A abominavel palavra: «abandonada», olhando em mente para seu passado, persegue-a como rancoroso silvo de interminavel motejo; os soluços embargam-lhe a voz; o desdem affronta-a e a deshumanidade revolta-a. Quasi que lhe parece irreal, por impossivel, a barbaridade. Ah não, já o não ama, ao outro. Esquecel-o-ha, ao outro, o primeiro, falso, que lhe apparecera. Arrebatado e louco, o visionario não póde resistir mais tempo ao frenesi impetuoso que atélli reprimira heroicamente e, de sua banda, confessa-lhe, em rajadas, a fulminancia de sua paixão. Ah sim, ella tambem o amará a elle, odiando já o outro, o outro que ella quer odiar, que d'ella está zombando áquell'hora.—Amo-o, meu amigo, amo-o, sim, amo-o, como me ama, amo-o mais do que a elle...

A agitação da pobre rapariga era tão grande que ella não póde acabar, pousou a cabeça sobre o hombro do companheiro; elle consolava-a, admoestava-a; ella apertava-lhe a mão e fallava-lhe entre soluços. Puzeram-se a caminho; ella explicou-se, justificou-se; reiteraram mutuos protestos; fizeram planos, projectaram a coexistencia ulterior; traçaram programmas, juraram reciprocamente, riram, choraram... Felicidade infinita, gozo supremo, horas rapidas e bemaventuradas.—Olha o céu, Natenska. Amanhã ha-de fazer um lindo dia. O ceu está azul! Que luar! Ah! uma nuvem! Bem! Passou!

Natenska não olhava para as nuvens; já não fallava: eu senti a sua mão tremer na minha e n'esse momento um mancoço passou perto de nós; parou, olhou-nos fixamente e deu de novo alguns passos. — Natenska, disse eu a meia-voz, quem é? — E' elle, respondeu ella em voz baixissima e cingindo-se mais de encontro a mim. Eu estremei, custou-me a ter-me em pé. — Natenska! disse uma voz por traz de nós. «Natenska!» Santo Deus! que grito! como ella se arrancou de mim e voou ao seu encontro! Eu estava como que fulminado! Mas não o houve ella estreitado em seus braços quo logo voltou a ter commigo, enlaçou meu pescoço em ambas suas mãos e beijou-me violentamente; depois, sem dizer uma só palavra, de novo me deixou, travou da mão do outro e com elle se partiu. Eu não os vi affastarem-se.

Mauhã. O dia não apparecera bonito.

As gottas de agua faziam um barulho triste nas vidraças do scismador: estava escuro no quarto, escuro fóra. A cabeça andava-lhe á roda, elle tinha febre. Chegou uma carta, d'ella, que lhe pedia perdão; que lhe assegurava um reconhecimento quasi amoroso, ao qual guardaria fidelidade; que lhe annunciava seu casamento; que lhe offerecia a amizade de seu marido; que o convidada para sua casa. Quinze annos depois, a Dostoiewsky contando o seu caso simples, como a Eça de Queiroz Macario o seu caso simples contou, o sonhador rememora-o e diz a razão; na Santa Russia, a mysticidade slava, vasta e profunda, colore a bondade geral humana d'uma tinta estranha, não d'este mundo.

E eu não tornei a vêr mais Natenska. Entristecer com a minha presença a sua felicidade, ser uma censura, emmur-

checer as flôres que ella atou em seus cabellos quando foi para o altar? nunca, nunca! Que o teu céu seja sereno, que o teu sorriso seja claro! Abençõo-te pelo instante de alegria que dêste ao transeunte melancolico, segregado, solitario... Meu Deus! um instante inteiro de felicidade, não será já o bastante para uma vida inteira?

*

Uma pequena obra-prima da moderna litteratura russa, *As noites brancas*, de Dostoiewsky, serviu-me para offerecer aos leitores um dos dois aspectos caracteristicos da alma slava, a resignação, levada a extremos que só concede uma religiosidade intima e sincera e que confere uma quasi completa analgesia, mesmo para com soffrimentos phisicos intoleraveis, como os procedentes do supplicio do knut.

Outra composição litteraria, *Um heroe do nosso tempo*, de Lermontov, poderia talvez proporcionar-nos uma idéa da impulsão antinomica, que leva aquella gente aos actos mais repentinos e desasizados, com o character d'uma dupla irresistibilidade, para o agente que não pode soffrear-se e para o paciente, tornado, pelo terror avassalante, insusceptivel de resistir.

Toistoï, por exemplo, teve uma mocidade tempestuosa e Turguenév conta, se bem me lembro, que uma vez, em um almoço em Paris, por uma simples contradicção em materia esthetica, elle derribou a meza e cresceu para o seu interlocutor com uma furia homicida, armado do garfão do trinchador; ter-

lh'o-ia irremissivelmente cravado, se não acudissem e o subjugassem. «A colera branca» dos russos, reprimida e explodindo, placida e sinistra, thema foi até já das explorações dos fabricantes de novellas de folhetim. N'aquelle infindavel Rocambole que perturbava a digestão á Dona Felicidade do *Primo Bazilio* se mostra o caso, no episodio do *Club dos Valetes-de Copas*, com o personagem do conde Artoff, moscovita heraldico que Ponson du Terrail destina á *mésalliance* d'uma cocotte sentimental.

Essa contradição psychologica coaduna-se com a crise moral dimanada da situação politica e social da patria. Em 1886 o frisei concernentemente ás concepções litterarias russas. «Eis porque — então escrevi — Puckhine traçou os caracteres de Oneguine e de Vladimiro Lenski, dois amigos antitheticos na synthese commum do desespero, entre os quaes está esse abysmo da patria em que, diz o poeta ao seu leitor, nos banhamos comvosco. O segundo dos dois grandes romanticos sente do mesmo modo. Contemplando com dôr a sua geração, Lermontoff clamava que o seu futuro era vasio e sombrio; que ella envelheceria na inacção, succumbiria sob o pezo da duvidã e d'uma sciencia esteril, fatigada da vida, como d'uma «longa viagem sem termo.»

Termo á vida, o adverso ao heroe do nosso tempo, de Lermontov, o deparou na bôcca de uma pistola, prostrado em um duello; prostrado em um duello por um tiro de pistola, succumbiu prematuramente Lermontov, elle-mesmo. Era official na guarda impe-

rial, quando Puckhine, a quem queria como a um amigo, a quem venerava como um mestre (explica-o a seus leitores de Paris Xavier Marmier) morria, de um tiro de pistola, em um duello, conforme lhe viria a succeder tambem a elle, que (consoante o diz um escriptor russo, A. Herz que o conhecera em Petersburgo) arrastava em pós si o mais triste dos fardos, «o balazio do scepticismo», á laia de infamante tram-bolho.

O principe A. Gallitzin, para caracterisar o romance fatal *O heroe do nosso tempo*, soccorre-se do relato de Saint-René Taillandier :

Descrevera n'esse romance um duello terrivel, que se realisa na plata-fórma de um rochedo, em modo tal que ao menor ferimento os adversarios, collocados á beira mesmo do abysmo, são condemnados a uma morte inevitavel.

Foi assim que Lermontoff se quiz bater. Cahi ferido por uma bala, mais infeliz do que Puckhin, pois que fôra uma mão russa que a dirigira, e desapareceu no fundo da voragem, mostrando ainda n'esse momento derradeiro o seu duplo caracter: por um lado, a submissão do gentil-homem aos prejuizos do seu paiz e da sua casta; por outro, a impetuosidade de uma alma leal que prefere o estado natural ás mentiras de uma civilização facticia, o tcherkesse e o cossaco do Caucaso aos elegantes tartaros de S. Petersburgo, e uma lucta de morte a um combate de parada.

Essa impetuosidade lealista não se despede das almas emancipadas que despediram os preconceitos de paiz e casta, aliás.

Do grande critico promotor Belinski conta Alexan-

dre Herzen, no estudo *A joven Russia* que fecha o volume de suas memorias, *O mundo russo e a revolução*, que elle veio um dia jantar durante a semana santa a casa de um homem de lettras do conhecimento da juventude liberal: a meza era de jejum.

—Desde quando, disse elle ao seu amphytrião, se fez você assim tão religioso?—Santo Deus!, respondeu-lhe o outro, comemos de jejum, por môr da creadagem.—Por môr da creadagem!, redarguiu Belinski, e empallideceu,—da creadagem! repetiu, levantando-se da cadeira.—Onde estão elles, os seus creados? Vou-lhes dizer que os andam a enganar; uma culpa confessa seria cem vezes preferivel a esse desdem para com a fraqueza e a incultura, a essa mentira que mantem a ignorância. E vós-outros julgaes-vos mais livres do que elles? Deverieis ser agrihoados, todos quantos sois, ao mesmo pelourinho que os reis e os plantadores americanos escravocratas. Adeus!, eu não jejuo por môr dos ontros; eu não tenho—*creadagem!*; e partiu pela porta fóra.

Residia então em Petersburgo um russo germanizado, ex-alumno da Universidade e com muita prosapia por seu diploma scientifico; havia pouco que regressara de Berlim; era o typo do pedante subserviente, «estudara a philosophia e a philologia—*Iskander* assim o desenha—até ao integral esgotamento das suas faculdades intellectuaes».

Um dia, em culta, avançada roda, poz-se a expôr as suas doutrinas *sensatas e moderadas*. Belinski, tuberculoso, estava deitado n'um divan; como quer que

Herzen passasse por ao pé d'elle, segurou-lhe da alba do casaco e disse-lhe: — Vê se replicas a esse monstro; eu não posso, que me está a doer o peito. — Contra os ratos só se atijam os bulldogs, a Belinski contestou Herzen, rindo. De resto; tenho poucas relações com esse cavalheiro e não prestei attenção ao que elle acaba de dizer.

Mas, pelo fim da noite, Herzen e o doutor hempensante pegaram-se. E, a meio de sua polemica, Belinski ergueu-se bruscamente; acercou-se de Herzen, com o rosto pallido como um lençol e, batendo-lhe no hombro, prorompeu n'uma rajada d'uma admiravel eloquencia, avivando por traços mordentes o fundo sizudo da sua argumentação: — Este cavalheiro tem razão, a gente deve calar-se; os lacaios não falam. E, comtudo, nos paizes mais civilizados, os governos não são assim susceptiveis, como o nosso governo russo, por qualquer palavra em seu desfavor; lá, a phrase de opposição offusca muito menos do que cá. — Nos paizes civilizados, redarguiu o doutor, com uma inexprimivel sufficiencia, ha prisões onde se encarceram os insensatos que insultam aquellas coisas que todo um povo venera, e, fazendo-o, fazem lá muito bem.

Ouvindo palavras taes, Belinski cresceu; estava tremendo, sublime n'aquelle momento, com os braços cruzados sobre o peito, fitando o doutor de face; disse-lhe alfim, com uma voz cavernosa: — E em paizes mais civilizados ainda, a guilhotina houve para punir aquelles que pensam como o snr.

Havendo vibrado semelhante apostrophe, cahiu exausto n'uma poltrona e callou-se. A' palavra «guitolina», o dono da casa empallideceu (era o litterario que comia de magro por môr da creadagem); os convivas turvaram-se, e um profundo silencio estabeleceu-se na salla.

O doutor estava aterrado; mas precisamente n'esses momentos, observa Herzen, é quando o amor proprio morde no anzol... E por isso será — elle commenta — que Turguenev aconselha áquelle que, em uma discussão, se deixa arrastar até ao ponto de soffrer um sentimento de pavôr o dar dez voltas á lingua na bôcca antes de proferir uma só palavra que seja.

Supponho condizerem as presumpções derivaveis da leitura supra com os factos observados da *grève* geral, da insurreição da armada, do bombardeio de Odessa.

Entretanto, de Witte proseguia na faina eleitoral preliminar da Duma; mas, entretanto, a alliada da Russia, a França, embaraçava-se, com motivo de Marrocos, nas eternas rêdes, para a França e para a Allemanha, estendidas pela aquisição forçada, em 1870-71, da Alsacia-Lorena. A ameaça da guerra voltava, com a insistencia d'um pezadello periodico.

*

Encontrou-se a evasiva da conferencia internacional de Algeciras. Reuniu-se esta; e, por vezes, se

temeu que os representantes das diversas nações se separassem bruscamente, sem ultimar faina.

Mas ultimaram-a; e a contento aparente de todos os interessados.

Nos começos de Abril d'este 1906, o telegrapho encarregara-se, na forma de seu costume, de nos antecipar o conhecimento mais circunstanciado dos jubilos que manifestou a imprensa de Paris pelos resultados da conferencia de Algeciras, capitulo importante, de facto, na historia do conflicto franco-germanico, mediante a questão de Marrocos.

O incidente promotor foi retumbante, como todos o sabem, evocando a lembrança do principe Bulow e de Delcassé coberto de lodo; mas, ainda na hypothese da severidade do juizo apreciativo para com o ministro francez, cumpria, em boa justiça, discriminar, nunca esquecendo a idéa da *revanche*, as culpas de Delcassé e as culpas da Nação.

O corollario minaz immediato da crise diplomatica impunha-se logo a uma meditativa reflexão, desde que mesmo á data se pretendesse redarguir ao quesito sobre se o arripio de terror que sacudira a França era ou não justificado; no lance, convinha circumspetamente ponderar as opiniões de Bertaux, Delcassé, Delafond, Leroy-Beaulieu, de Pressensé, Jaurés e Hervé sobre a preparação do paiz para uma guerra possivel. Nenhum tempo se devia considerar malbaratado aquelle dispendido a examinar o ponto gravissimo da correlacionação do exercito allemão e da fronteira franceza, bem como ess'outro, valioso outro-

sim, da frota germanica. Visto o pretexto, analysadas as causas verdadeiras, cumpriria esmiuçar escrupulosamente as circumstancias favoraveis, não desdenhando de attender ás, em contrario, desfavoraveis.

No historico do pleito, eis que entram as negociações entre o ministro Rouvier e o principe Radolin. Chega-se a um accordo. Surge a conferencia. Bem está recordar o que da conferencia pensaram Villanueva, Montero Rios, Hanotaux e os vizir marroquinos; convinha, convem até não olvidar os brindes de Guilherme II, que se compraz em aquietar ou alarimar a Europa á hora effusiva das saudes.

Um exame cuidadoso do problema implicaria a presença na meza de trabalho dos varios documentos attinentes á questão de Marrocos e do conflicto franco-germanico. De considerar eram e são o convenio de Madrid, de 3 de julho de 1880; a declaração concernente ao Egypto e a Marrocos, de 8 de abril de 1904; as declarações do ministro Delcassé ao Senado, em 31 de março de 1905; as declarações tambem do mesmo ministro Delcassé á Camara dos Deputados, a 19 de abril seguinte do referido 1905; as declarações do ministro Rouvier sobre as negociações franco-germanicas (Camara dos Deputados), a 11 de julho do preterito dito 1905; enfim, a nota do accordo franco-germanico, que tem a data de 29 de setembro do mesmo anno.

Ampliando a orbita da analyse, e desde que generalissemos os dados do problema, comprehendendo em seu alcance as potencias europeas perante Marro-

cos, pois que o ponto-de-partida fôra, por amor de Marrocos, o conflicto franco-germanico, licito era estudar previamente os antecedentes.

Pelo que toca à Allemanha, permitir-se-nos-ia consideral-a de 1860 a 1905, fixando nós demoradamente o olhar sobre a politica colonial de Guilherme II; não nos escaparia o desenvolvimento industrial tudesco e mui attentamente reflectiríamos sobre a antinomia das formulas antitheticas, características e quiçá decisivas: *Made in England; Made in Germany.*

Pelo que toca à França, força estava em inquirir de sua politica marroquina desde Henrique III até ao snr. Loubet; de investigar era ácerca da questão da fronteira e examinar convinha os dois aspectos da politica franceza.

Mas um factor formidando na questão parece que se nos varrera do espirito. Não se ouvia quasi que fallar da Inglaterra. E, todavia, futilidade seria perguntar quaes sejam, quaes tenham sido as suas miras marroquinas? A' anglophobia franceza viamos alludir; mas porque não se alludia, par e passo, à gallophobia ingleza?

Tremendo é o conflicto, latente ou patente, das duas rivaes tradicionaes; e o historiador inglez Seeley pôde escrever, modernamente, que, no fim-de-contas, bem aprofundadas as coisas, a historia moderna da humanidade se resume no duello, para obter a supremacia mundial, secularmente travado entre a França e a Inglaterra. França-Inglaterra; tudo está n'isto e tudo é isto. Qual das duas? A França? A Inglaterra?

Mas já o accordo de 8 de abril de 1904 se offeria a exame na prosecução do debatido estudo; a discussão complexamente derivaria. A' data vivia-se na serena doçura do idyllio anglo-francez, *entente cordiale* ou como melhórmente estes e aquelles lhe chamem.

Quanto os tempos diversificam! Assim, a Hespanha não passa, a olhos da orgulhosa diplomacia ingleza, franceza, allemã, de simples verbo-de-encher, essa Hespanha cujo conspecto para com Marrocos forma a trama dramatica dos successos consideraveis que vão dos almoravidas a Carlos II; e já de Carlos III a Afonso XIII seu papel é reduzido e ciosamente cerceado, apezar dos sonhos e illusões que até nossos dias proseguem, a attento reparo offerecendo-se o tractado franco-hespanhol de 6 de outubro de 1904. Sonhos e illusões conquistaram, todavia, ainda ha relativamente pouco, o laurel da gloria militar, a quando do empreendimento, brilhante mas gorado, da campanha marroquina, com que O'Donnell procurou dar o prestigio das victorias ao throno de Isabel II.

Restaria fallar... de quem? Do de que ninguem falla já, senão para o escarnecer e deprimir. D'este pobre Portugal, tão ingrato para com seus filhos insignes e por elles tão amado aliás que nem assim o deixaram de amar, aquelles que por esse mundo todo em fóra testemunharam altamente de um brio intemerato e de um esforço incomparavel.

Por esse mundo todo... inclusivè Marrocos; a propria base das pretensões, dos direitos, das reclama-

ções da Hespanha, isto é Ceuta, quem a arrancou, pela força d'armas, para a sociabilidade christã? Portugal foi, este Portugal que a cultura européa reputa acintemente barbaro e que, pela iniciativa de seus descobrimentos maritimos, é, ao contrario, precisamente o promotor da civilisação geral.

Inglaterra, etc.

«A hegemonia da Inglaterra (escrevia em 1905 o italiano G. A. Borgese) não está nos seus navios, nos seus portos, nas suas colonias: está n'uma só palavra, em tres syllabas que humilham toda a ambição e atterram todo o orgulho: Trafalgar.»

O que foi então Trafalgar? Ahi foi onde a Inglaterra, em famigeradissima batalha, destruiu as forças navaes da França e da Hespanha, da qual o governo, em 14 de dezembro de 1804, por um manifesto, se declarara formalmente em estado de guerra contra a Grã-Bretanha, como participou aos ministros diplomaticos em Madrid. Trez mezes depois a Hespanha tinha posto no mar trinta navios de guerra.

Em meado de Março de 1805, tres esquadras, commandadas pelo almirante Gravina, se topavam promptas nos portos de Cadiz, Carthagena e Corunha; e a ellas se juntou depois a armada franceza, com-

mandada pelo almirante Villeneuve, que o era igualmente das forças combinadas.

Dirigindo-se a Cadiz, encontrou-se alli com as de lord Nelson, commandante da frota britannica. De mau agouro era esse nome para a marinha franceza, porquanto elle lembrava funebremente o primeiro na ordem chronologica dos tres combates celebres que o nome têm de Abukir. Effectuou-se na enseada d'Abukir, onde o general Bonaparte, quando sahiu de Alexandria para se embrenhar no interior do Egypto, deixara o almirante Brueys com a frota que transportara o exercito da expedição franceza. De bastantes dias que o inglez Nelson estava á vista de Alexandria; elle investiu com a frota franceza, que, entalada n'uma abra estreita, impossibilitada se encontrava de manobrar. Destruiu-a completamente; Brueys succumbiu no seu navio almirante, que ardeu; dez vasos de guerra cahiram nas mãos de Nelson. Tal foi, no 1.º de agosto de 1798, a batalha naval de Abukir, a qual, segundo o mesmo francez d'Harmonville, é uma das mais decisivas que hajam sido obtidas no mar após a invenção da polvora.

Dirigindo-se a Cadiz e encontrando-se alli com o inglez Nelson, o francez Villeneuve, com o hespanhol Gravina, travou contra elle uma grande e memoravel batalha naval, junto do cabo Trafalgar, no dia 21 de outubro de 1805.

Compunham-se as frotas franceza e hespanhola de 33 naus de linha, 5 fragatas e 2 brigues. As forças de lord Nelson constavam de 27 naus, tendo o

mesmo lord por seu immediato o almirante Colberto Collingwood.

Nosso Soriano pitadeia que o almirante francez commettera o grande erro de espalhar muito as suas forças, occupando com ellas uma linha de legua de comprimento. Nelson, pelo contrario, havia dividido as suas em duas columnas compactas, podendo por este meio cahir com ellas sobre qualquer ponto que necessario lhe fôsse investir.

A linha de batalha do almirante Villeneuve foi rota; a nau «Victoria», em que estava Nelson, atacou a «Redoutable», do que resultou ser o almirante inglez ferido por uma bala, que lhe tirou a vida antes de vêr a victoria que pelas suas disposições havia preparado.

O almirante Villeneuve cahiu prisioneiro nas mãos dos inglezes com a sua nau «Bucentauro». O almirante Gravina, que foi gravemente ferido, vindo a morrer dos seus ferimentos no dia 9 de março de 1806, conduziu a Cadiz cinco naus francezas e seis hespanholas. A quatro, que não entraram em fogo, conservou-as o almirante Dumanoir. Das dezoito restantes, umas foram a pique, outras vieram bater sobre as costas da Hespanha, e ainda outras a Gibraltar as conduziram os vencedores.

Da esquadra ingleza afundiram-se quatro naus, a «Principe de Galles», «Neptuno» e «Principe», todas de 98 peças, e a «Tigre», de 80. Alem d'estas, um grande numero de outras foi desarvorado.

O hespanhol Perez Galdós, computando os desas-

tres da marinha franceza na peleja tremenda, diz que a alliada da sua patria, a orgulhosa França, não pagara tão caro como a Hespanha as consequencias d'aquella guerra. Se perdia o mais florido da sua marinha, em terra alcançava n'aquelles mesmos dias ruidosos triumphos. Napoleão havia transportado em pouco tempo o Grande Exercito desde as vertentes do canal da Mancha à Europa central e punha em execução o seu colossal plano de campanha contra a Austria. A 20 de outubro, um dia antes de Trafalgar, Bonaparte presenciava no acampamento de Ulm o desfile das tropas austriacas, cujos generaes lhe entregaram suas espadas; e dois mezes depois, a 2 de dezembro do mesmo anno, ganhava nos campos de Austerlitz a mais brilhante acção do seu reinado. Estes triumphos attenuaram em França o desbarato de Trafalgar; o proprio Napoleão ordenara aos periodicos que se não fallasse do assumpto e, quando lhe deram conta da victoria dos seus implacaveis inimigos os inglezes, contentara-se com encolher os hombros, dizendo: «Eu não posso estar em toda a parte.»

Porém o francez P. Lanfrey aprecia o procedimento de Napoleão por modo bem severamente diverso, quando chega ao remate d'essa sinistra jornada de Trafalgar, em a qual tantas nobres vidas foram sacrificadas, assim se expressa, á cega e perversa infatuação d'um homem só; todas essas ondas de sangue haviam sido esparsas não sómente sem necessidade mas sem sequer um pretexto; essa

immensa hecatombe não tivera por outra causa senão uma fanfarronada, um capricho e o ressentimento do orgulho de Napoleão, que por isso foi que quiz que um profundo silencio sepultasse até a lembrança da horrível catastrophe que elle acabava de acarretar á França.

Mas o triumpho dos inglezes, por mais glorioso que para elles fôsse, nem por isso lhes deixava de ser menos cruelmente comprado, pois que o pagavam com a vida do seu maior homem de guerra, e a consternação dos vencedores egualava o desespero dos vencidos. Terminada a batalha, quando ao moribundo lhe dêram conta de toda a grandiosidade do triumpho, uma derradeira irradiação brilha no olhar de Nelson: «Graças a Deus, murmura elle, cumpri o meu dever», e alguns instantes depois expira, em meio dos soluços dos assistentes.

Roberto Southey refere (*Life of Nelson*) da recomendação de carinho que, em seu transe, elle fizera ao capitão Hardy. «Hardy, lhe disse em voz enfraquecida, eu sou um homem morto... alguns instantes mais e acabou... Escute, Hardy, quando eu já não existir, corte-me os cabellos e leve-os á minha querida lady Hamilton... e, olhe, não deem o meu pobre corpo ao mar!»

O corpo de Horacio Nelson, trazido para Londres, foi transportado com o mais magnifico apparatus para Westminster, e enterraram-o na cathedral de S. Paulo, a seu informe d'est'arte de Harmonville o remata.

*

Martinho Harptzon Tromp é um marítimo celebre hollandez, que nasceu em 1597 e foi morto a 10 de agosto de 1653.

Começou na idade de oito annos a aprendizagem do mar, emprehendendo uma viagem ás Indias Orientaes em um navio mercante. Havendo sido feito prisioneiro, serviu durante muitos annos a bordo d'um corsario inglez, que não deixou senão para cahir, prestes após, em poder dos piratas que infestavam o Mediterraneo. Estas aventuras, repletas de provações e de perigos, fizeram-lhe entrever um novo futuro. Por isso, desde que possivel lhe foi regressar à Hollanda, o seu primeiro cuidado consistiu em deixar a marinha mercante para se pôr à disposição dos Estados-Geraes.

Conquistou todos os postos durante os cruzeiros do almirante Pedro Hein, que o tomara em grande amizade. A nomeação de tenente-almirante recompensou-lhe os bons serviços (Outubro de 1637).

O seu golpe de ensaio como chefe d'esquadra foi um golpe de mestre. Surprehendeu na costa flamenega, perto de Gravellines, uma numerosa frota hespanhola, que destruiu quasi completamente, se bem que dispuzesse de forças muito inferiores (Fevereiro de 1639). No mez de setembro seguinte, alcançou, com a cooperação do almirante Cornelio de Witte, uma victoria, muito mais importante, sobre o almi-

rante hespanhol de Oquendo. A partir d'esse momento, gozou d'uma grande popularidade, e honrarias, que elle não queria, principiaram a chover-lhe sobre a cabeça.

Todavia, devia ser menos afortunado com os inglezes do que o havia sido até então com os hespanhoes. No começo da guerra de 1652, o almirante Blake provou-lhe na jornada de 29 de maio que era um rival digno d'elle.

Este Blake (Roberto) muitissimo contribuiu para fazer tomar á marinha do seu paiz o logar que ella agora occupa. Elle enfraqueceu o poderio dos hollandezes e dos hespanhoes, e a estes ultimos apreizou uma frota das Indias carregada de grandes valores. Abraçou calorosamente o partido dos independentes, e foi, depois da morte do conde de Warwick, nomeado almirante, sem haver percorrido todos os postos inferiores. Então tornou-se o adversario temivel de Tromp.

Vendo os Estados Geraes que este não conseguia attingir e castigar o seu vencedor, puzeram-o na disponibilidade e chamaram Ruyter para o substituir (setembro de 1652). Era um acto de mau humor, de que não tardariam a arrepender-se. Por seu lado, Tromp ardia no desejo de tomar a desforra: foi brilhante (10 de dezembro); o almirante inglez, d'esta feita completamente derrotado, refugiou-se no Tamisa, perseguido por Tromp, que, para lhe dar a entender a missão que a si-mesmo se havia imposto, tinha feito atar uma vassoura ao seu mastro grande.

A 12 de junho de 1653, indo elle a comboyar com Ruyter uma numerosa frota mercante, foi atacado por toda a esquadra ingleza, e conseguiu, por uma especie de milagre, salvar ricas cargas confiadas à sua guarda. As batalhas de Nieuport (8 de agosto) e de Scheveningue (10 de agosto) seguiram-se uma após outra.

Do inglez Blake por vario motivo são notadas as façanhas maritimas. Porquanto nenhuma aprendizagem tivera. Elle singularisara-se por haver apoiado o Longo Parlamento contra os realistas, à frente de um regimento de dragões que levantara à sua custa; desapprovara, sem embargo, o processo do rei e discontentara assim a Cromwell, que, para o arrear, o improvisou almirante em 1649, postoque elle não conhecesse o serviço do mar, nem sequer os mais simples detalhes da manobra. Seus debutes foram victorias. Perseguiu nas costas do nosso Portugal os principes Rupert e Mauricio, que commandavam a frota real; ao jesuitico principe Dom Theodosio pomposa oração é attribuida no conselho de D. João IV que bellicosas hypotheses concerta. Aos principes queimou-lhes Blake quasi todos os navios em Carthagená e em Malaga. Em 1652 resistindo a forças superiores, na guerra com a Hollanda, em 1653 de Portland expulsou a Ruyter e a Tromp.

O pae d'este, ao contrario, era já capitão de fragata e a seu bordo foi morto, como a seu bordo, em sua ultima refrega, Tromp teria de succumbir, depois de haver obtido diversas vantagens sobre

Blake e Ricardo Deane em as costas da Inglaterra, nas alturas de Portland, de Nieuport, de Dunkerque e emfim de Catwick, sobre as costas da Hollanda, onde a frota hollandeza atravessou por quatro vezes a esquadra inimiga. Tromp passara por todos os graus do serviço de mar; foi quartel-mestre, piloto e em 1622 tenente d'um navio de guerra. Dois annos depois, o principe Mauricio deu-lhe o commando d'uma pequena fragata, tripulada por quarenta homens, e desde então não se fez expedição alguma em que elle não tomasse parte e em que não fizesse vêr provas da sua coragem e da sua prudencia. No anno de 1629, o valente Pedro Hein, que havia sido feito tenente-almirante da Hollanda, e que montava o *Dragão verde* como o melhor veleiro de todos os barcos de sua frota, foi morto a seu lado. Conta-se, ao que nos refere Gerardo Brandt, em a *Vida de Miguel de Ruiter, duque, cavalleiro, tenente almirante general da Hollanda e da Oeste-Frisa, onde se comprehende a historia maritima das Provincias Unidas, desde o anno de 1652 até 1676* (Amsterdam, da Imprensa de P. & J. Blaeu, para Waesberg, Boom, em Somereu & Goethals, 1698), que aquelle Hein d'este Tromp dissera que, do grande numero d'excelentes capitães que tinha conhecido, não havia um só que não tivesse qualquer defeito; que, tão só, Tromp d'elles era isento e que n'elle reconhecia todas as qualidades necessarias a um perfeito homem do mar.

Pouco tempo depois haviam dado, por favoritismo-

mo, esse mesmo *Dragão verde*, tam fino de velas, a outrem que a Tromp, o que elle tomou em tal e tanta maneira a mal que deixou o serviço do mar e se fez nomear para certo emprego que concernia á marinha. Mas, quando em 1637 o tenente almirante Dorp se retirou outrosim, o príncipe de Orange Frederico-Henrique, sob recommendação dos Estados de Hollanda, deu a Tromp o commando do exercito naval, acompanhado do titulo de tenente-almirante. N'esta qualidade, sustentara com tanta vantagem tam grandes combates contra os *Dunkerquezes*, os *Inglezes* e os *Portuguezes* que Gerardo Brandt, desvanecido, proclama que elle fôra considerado com justiça, até pelos inimigos, como um dos mais valentes e dos mais experimentados homens de mar do seu seculo.

Sua hora chegara em Scheveningue. N'esta ultima refrega, havendo sido mortalmente attingido por uma bala, Tromp gritava ainda aos seus marinheiros: «Bôa coragem, meus filhos! fazei de sorte que o meu fim seja glorioso, como o foi a minha vida!»

A sua morte devia ser, pelo contrario, o signal d'um lucto publico: mais de trinta navios perdidos, seis mil marinheiros mortos, mil outros prisioneiros diziam assás que a soberania dos mares escapava á Hollanda, exclama Carlos A. Rahlenbeck.

Os Estados-Geraes esforçaram-se por distrahir os espiritos d'esse irreparavel desastre: enviaram uma deputação a apresentar seus pezames á viuva de

Tromp; fizeram cunhar em sua honra uma medalha, e mandaram-lhe erigir, no velho templo de Delft, um esplendido monumento.

*

A' minaz crecença da Inglaterra se pretendeu oppôr Portugal, com a Hespanha. E' a historia tragica e comica, comica e tragica, da «invencivel armada», que constava de cento e vinte e cinco navios de guerra, divididos em dez esquadras, a saber: a de 4 galés de don Diego de Medrano, 1:200 marinheiros, 20 canhões; a de 4 quatro galeotas de don Hugo de Moncada, 1:660 marinheiros, 870 soldados, 200 canhões; a de 22 patachos, caravellas e corvetas de don Antonio Hurtado de Mendoza, 570 marinheiros, 480 soldados, 193 canhões; a de 23 urcas de don Juan Gomez de Medina, 700 marinheiros, 3:200 soldados, 400 canhões; a de Italia, almirante don Martin de Bertandona, 10 navios, 800 marinheiros, 2:000 soldados, 310 canhões; a de Guipúzcoa, almirante don Miguel de Oquendo, 10 galeões, 2 patachos, 2 pinaças, 700 marinheiros, 2:000 soldados, 310 canhões; a de Biscaya, almirante don Juan Martinez de Recalde, 10 galeões, 4 patachos, 700 marinheiros, 2:000 soldados, 350 canhões; a da Andaluza, almirante don Pedro de Valdés, 10 galeões, 800 marinheiros, 2:400 soldados, 280 canhões; a de Castella, almirante don Diego Florez de Valdés,

14 galeões, 2 patachos, 1:700 marinheiros, 2:400 soldados, 380 canhões; a de *Portugal*, almirante o duque de Medina Sidonia, 10 galeões, 2 zavras, 1:300 marinheiros, 3:300 soldados, 300 canhões.

Mais da metade d'estas embarcações eram comparaveis, pelas suas dimensões, segundo o parecer abalisado do almirante francez moderno Jurien de la Gravière, ás nossas fragatas de vella. Seus costados estavam revestidos de couraças de madeira por cima da linha de fluctuação. As duas-mil-seis-centas-e-quarenta peças de artilharia deviam estar providas de cento-e-vinte-quatro mil cargas ou cartuchos; porém diz Ferneron que póde crêr-se que a fraude comeria parte das munições de guerra, como comia as de bôcca.

As tropas de desembarque iam ás ordens de don Diego de Bobadilla e comprehendiam as companhias francas de Castella-a-Velha e os terços da Sicilia, coronel don Diego Pimentel; de Napoles, coronel don Alonso de Lagon; das Indías, coronel don Nicolás de la Isla; da Andaluzia, coronel don Augustin Mexia; de *Entre-Douro-e-Minho*, coronel don Francisco de Toledo; de *Portugal*, coronel don Gaspar de Sousa.

A 30 de maio de 1588, sahe esta grande armada de *Lisboa* e faz-se pelo mar dentro; surprehendida por uma dispersante borrasca, busca abrigo no Ferrol; ao cabo d'um mez reunida, do Ferrol novamente parte em 22 de julho.

A armada ingleza, creada pela exaltação nacio-

nal, em fins de julho estava composta de 21 naus, com 486 canhões e 11:000 homens, tendo por commandantes respectivamente Francis Drake, lord Sheffield, sir Roberto Southwel, Baker, lord Howard, Thomaz Howard, o filho do duque de Somerset, Winter, Henry Bellingham, Frobisher, Benton, lord Chesterfield, Torner, Ward, Untou e Carlos Woward.

Havia-se armado tambem o galeão S. Philippe, chamado já «Leicester», ao mando de Jorge Farmer, e foram ainda chegando, pelos fins de julho, o «Tiger», commandado por Boston, a «Richesse», por Acat, e nove pinaças, n'um total estas de 45 canhões e 236 homens. A estes trinta barcos ha que additar umas cento e cincoenta barcas que, de todos os portos dos reinos, acodem de commum accordo, porém cuja tonelagem é rara vez superior à das pinaças.

Ao cabo de seis dias de travessia, o duque de Medina Sidonia encontrou-se a trinta leguas das Sorlingas com quarenta e cinco braças de fundo e vento fresco do S. O., na quinta feira 28 de julho. Sabido é que os inglezes não admittiram o calendario gregoriano até 1752; ha, pois, uma differença de dez dias entre as suas narrativas e as dos hespanhoes. Muitos contemporaneos nossos (Froude, Frank Jones) conservaram as datas inglezas; ha pouco o francez Forneron poz, para maior clareza, em nota as datas inglezas: julho de 1588; sexta-feira 22, partida da Corunha; quinta-feira 28, reune-se a armada no cabo Lizard; sexta-feira 29, ida; sabbado 30, encontro com a armada ingleza; domingo 31, primeiro canho-

neio, explosão do barco de Oquendo; agosto, segunda-feira 1, divide-se a armada; terça-feira 2, novo combate; quarta-feira 3, reponso; quinta-feira 4, Leicester escolhe seu acampamento, acerca-se do almirante inglez; sexta-feira 5, a armada ingleza espera polvora; sabbado 6, a hespanhola chega a Calais; domingo 7, estancia em Calais, brulotes; segunda-feira 8, combate de artilharia; terça-feira 9, o vento sopra para a Islandia; quarta-feira 10, dia de S. Lourenço, violenta tempestade do Sul.

Que completou a obra dos inglezes, os quaes se retiraram na quarta-feira 10 de agosto, dia de S. Lourenço. Já não ha conhoneio nem nada mais que o vento que assobia nas enxarcias e o mar cujos golpes quebrantam as pôpas; uma tempestade do sul einpurra a armada para regiões desconhecidas. O duque de Medina Sidonia convoca para bordo da sua galera a don Antonio de Leyva e aos commandantes da esquadra; o almirante de Castella, don Diego Florez, exclama que estão perdidos. — Don Miguel, pergunta o duque ao bravo Oquendo (que havia sobrevivido á explosão do seu navio) que faremos? Estamos perdidos? — Isso diz Diego Florez, respondeu Oquendo; a mim mande-me vossa excellencia, tão só, municiar de balas.

Fôra uma vez a armada invencivel. «Contra os homens a enviei, não contra os ventos e o mar», com este dito se resignou Philippe II, que, por conducto de Farnesio, soube, em fins de agosto, do desastre de Calais; mui breve soube outrosim dos nau-

fragios occorridos na Islandia, dos turbilhões que impellem os navios até à Noruega e os tristes por menores das matanças nas costas da Irlanda, os nomes dos bravos que morreram de fome ou pelo ferro dos camponeses. Já se recolhia à serenidade do seu fatalismo quando recebeu a noticia da chegada a Santander dos tristes despojos da expedição; um a um, volveram na ultima semana de setembro cincoenta-e-tres navios. «E' lastima vel-os, não ha quem conceba tanta miseria», diz uma testemunha, ao contemplar esses ultimos sobreviventes.

As privações haviam sido tão crueis que os expedicionarios iam succumbindo, uns atraz dos outros, ao tocar em terra. Todas as familias estavam de lucto em Hespanha. E ainda se esperou largo tempo que fôsem chegando outros navios. Um despacho de Veneza fez crêr por curto momento que D. Alonso de Leyva havia salvado vinte e seis navios e sublevado a Irlanda; mas a realidade surgiu mui prompto. Ninguem voltou; os herdeiros das principaes casas que acompanhavam Leyva pereceram com elle, tragados pelo mar.

O dr. José Ribeiro Guimarães incluiu, no tomo III de seu *Summario de varia historia*, uma relação nossa portugueza, que suppõe inedita, de todo este caso da «grande armada», desde os preparativos até ao desastre, pois «d'esta maneira (remata o desconhecido auctor d'essa curiosa relação) se perdeu tão grande machina, sem de quanto ouvistes que partiu d'esta cidade (*Lisboa*) se salvar quasi nada, nem d'ella

termos galeão, não nem navio, nem cousa que prestasse mais que o duque em seu galeão destroçado e alguns portuguezes no seu.»

O francez Forneron extasia-se perante o dito de Philippe II. Qualifica-o de felicissimo. Por elle se olvidaram aquellas fortalezas fluctuantes que se agruparam aturdidas como um rebanho de ovelhas, debaixo do canhoneio dos victoriosos, aquelles alados barcos que as acossam e crivam, aquella triste retirada para a bahia de Calais, aquella terror perante os brulotes, ou sejam «aquelles navios de fogo que botou o inimigo a caminho de nossa armada, tendo o vento e maré em favor, que se accenderam com grande impeto», consoante a linguagem pictural do nosso velho relato. Da phrase de Philippe II exclama Forneron: «Jamais com uma só palavra se arrancou tão completamente o prestigio da victoria.»

Mas o dr. Ribeiro Guimarães, frisando que «era uma consolação para o seu orgulho suppôr Philippe II que não haviam sido os homens quem inutilisaram tão energicos esforços, tanto dispendio, tamanho poder, mas os elementos, uma força superior e invencivel», commenta-a d'outra maneira, com affirmar que a *invencivel armada* cedera á pericia, á coragem e á tactica dos inglezes, especialmente de Drake, o que bem se deixava conhecer da relação que elle acabara de pôr em redondo.

*

Vencida no seculo xvi pela Inglaterra, quiz o destino que vencida fôsse novamente a Hespanha no seculo xix pela prolongação da Inglaterra em o Novo-Mundo, ou seja a republica dos Estados-Unidos da America do Norte.

Em nossa faina jornalistica, nos começos de Abril de 1898 subitamente um intermedio surgira.

Esse intermedio não era, como o do judeu allemão-portuguez Heine, feerico, gracioso revolutear de gnomos perfumados e de vaporosas sylphides, n'um filete caprichoso de sonhado luar. Esse era solemne e tragico, ao badalar dos sinos de Umland, uma dansa macabrica de esqueletos espectraes.

Vinhamos discorrendo de Portuga! e da corriqueirice em proxima appetecida, sonhada fuga dos politicos portuguezes; quando, com um ribombo de tempestade, chegava a noticia da eventual guerra da Hespanha com os Estados-Unidos.

Logo, a alicantina conservantista indigena se deu a fazer conjecturas:

Que o numero dos couraçados hespanhoes excedia grandamente o montante das forças navaes, todas, da Norte-America. Suas naus d'esta eram, miseramente, de madeira, mal artilhadas, peor equipadas, pessimamente dirigidas.

Assim se esqueciam as singulares provas de competencia fornecidas, nos ultimos tempos decorridos,

pela officialidade da marinha hespanhola, em flagrante, cruel contraste com a disciplina corajosa e a fidelidade heroica da simples marinagem. Assim se olvidavam os successivos desastres, cautelosamente attribuidos a descuidos, dos quaes lamentosamente celebre ficou o do desaparecimento, por exemplo, do *La Reina Regente*.

Todavia, era de ver que, ainda mesmo que incontestada e resolutamente d'ess'arte fôsse, nada o asserto provava em prol do exito proximo de um conflicto armado entre a Hespanha e os Estados-Unidos.

Nada provava, porque taes considerações preliminares presuppunham, evidentemente, que a contenda entre as duas potencias em litigio se resolvesse, a dentro das condições classicas de uma guerra naval, por uma victoria fulminante de certa das esquadras, á laia de Navarino, de Trafalgar, de Lepanto, sob o fulgôr da pompa heroica da mocidade de D. João de Austria.

Porém, não se tractaria, em maneira alguma, de coisa semelhante. Tudo levava a crêr no minuto, que, apesar dos Sampson e seus congeneres, prosaicamente, comtudo, as coisas corressem por differente typo. Visinhos de ao defronte, os Estados-Unidos lançariam subitamente em Cuba um golpe de soldados. Estes dariam mão aos insurrectos cubanos; atirariam, juntos, os hespanhoes ao mar; e que mais?

Mais nada.

Esperariam os acontecimentos.

Que succederia subsequentemente?

Iriam os hespanhoes, em reprezalia, atacar os portos do continente Norte-Americano?

Mas então de que serviram as linhas de defeza préviamente estabelecidas para resguardo d'esses portos?

Aconteceria á proclamada potente frota hespanhola o que, nas costas de Inglaterra, aconteceu á *Invencible Armada*, que haveria de reduzir a proterva perfidia da heresia britannica. Não seria, até, preciso que um vendaval propicio a desbaratasse; humanamente, a dynamite se encarregaria de a fazer ir pelos ares, quando se abalançasse á temeridade de adeantar-se indiscretamente.

Mas déssemos que avançasse sem criterio e, todavia, sem perigo. Déssemos que, por artificios da humana providencia ou por graça da providencia divina, a esquadra hespanhola galgasse, sem o pagar caro, a fronteira dos resguardantes torpedos.

Seria mais feliz do que a esquadra franceza chamada do Baltico, encarregada durante a guerra franco-prussiana de operar em aguas allemãs, então quando a Allemanha não tinha marinha de guerra que merecesse a pena de ser registrada sequer nas gazetas? N'ella se depositaram grandes esperanças.

Nada fez. Os soldados da infantaria de bordo houveram de vir bater-se, *pedibus calcantibus*, de machado em punho, mais tarde, em terra firme, á volta de Paris, nos combates exaggerados de Buzenval e do Bourget.

Comtudo, consoante o dissemos, suppozessesemos. Suppozessesemos que a esquadra hespanhola rompia, aqui ou além, a linha de defeza norte-americana e que na terra firme lançava tropas de desembarque.

Para quê? O que é que lucraria com isso?

Lucraria que esses pobres hespanhoes desembarcados estariam successivamente mais perdidos á medida que se internassem pela terra dentro. Ao ponto de desembarque, se quizessem regressar para se reembarcarem, não chegaria, na melhor hypothese, a sombra de um só.

Estavamos como nos compendios de mathematica. Ao estudante leitor não se gasta o tempo explicando-lhe por meudos a deducção. Deixa-se á sua intelligencia buscal-a e entrega-se ao seu trabalho o inquirir d'ella. De resto, no caso especial, a demonstração que cumpriria descobrir era méra e claramente, evidente.

Não obstante, ia intervir o papa, que seria amigo intimo de certo bispo catholico, o qual, a seu turno, era amigo intimo do presidente da confederação. Lastimavel resultava porém, a manha que intercalava em themas de pura tragedia episodios de romance-folhetim!

Déssemos que interviesse. Déssemos que a intervenção, lh'a accitassem.

E d'ahi?

Elle (o santo velhinho, como lhe chamava um jornalista sceptico) havia de decidir, emfim; emfim, elle (o ancião venerando, como lhe chamavam todos

os voltaireanos hypocritas) teria de decidir, sentenciando no pleito.

Como resolveria elle?

A favor da Hespanha?

Mas então ficava a questão no mesmo pé — em face dos cubanos insurrectos e dos Estados-Unidos, seus protectores.

A favor de Cuba e, consequentemente, dos Estados-Unidos?

Mas então ficava a questão no mesmo pé — em face dos castelhanos orgulhosos, intransigentes, obstinados e cegos, addictos ao ponto-de-honra, como qualquer personagem de Calderon, à laia do ultimo dos *medicos de sua honra*, no geito do heroe fanatico do mais que immenso fanatico, representativo dramaturgista.

Conclusão:

Hespanha ia perder Cuba. *Per fas aut per nefas*. A' bôa ou á mã cara. Por mão propria ou por mão alheia.

Perdendo-a, a republica parecia que viria a ser a revindicta do orgulho castelhano, em conflicto com a realza, inrepresentativa, de Madrid.

Estabelecida, em revindicta, a republica em Hespanha, a monarchia em Portugal não poderia durar.

Portanto, teriamos arrumado. Todos, monarchicos e republicanos portuguezes.

Sómente, no ponto de vista restrictamente patriotico, conviria que Portugal fizesse a republica antes da Hespanha.

Mas talvez isto contrariasse o papa.

O qual é infallível, segundo o concilio do Vaticano em 1870.

Se assim era... *Reguengos...*

*

Perante a fulminante evidencia do para elles tremendo futuro, comprehendia-se o desnorteamento dos conservadores, revelado nos commentarios contradictorios pela sua imprensa appostos aos episodios successivos do drama que gravitava em torno do eixo, revolteando com crescente rapidez, da questão cubana.

Nos ultimos dias haviam-se entregue a doidas esperanças, baseadas na manutenção da paz, conseguida pela interferencia, menos philanthropica do que philodynastica, do papa Leão XIII.

Esquecido se haviam com demasiada presteza de que, sendo os Estados-Unidos uma nação protestante, a auctoridade moral do supremo pontifice dos catholicos é alli nulla. Não haviam visto quam contraproducente seria essa intervenção e como o papa, em vez de agua, deitaria azeite no lume.

Alóra em certas regiões e certas classes de Hespanha, os catholicos hoje já quasi que por toda a parte não são fanaticos; mas por toda a parte quasi o são, pelo contrario, os protestantes. Para os pro-

testantes, o papa é um monstro infernal, a encarnação viva do espirito-das-trevas, a representação humana do Porco-Sujo. N'uma palavra, para os protestantes, o papa é o Antechristo.

Sendo assim, procederia prudentemente o presidente da União aceitando, se a acceitasse, a mediação do Summo Pontifice? A mais elementar critica lhe impunha uma meticulosa reserva, como a Leão XIII o simples bom-senso lhe aconselhava os torcicolos hesitantes, as dubias ambiguidades em que a Curia, aliás, foi sempre eximia. Assim correram as coisas de parte a parte, com effeito.

Coincidindo, de resto, essa decisiva phase do desdobramento da crise hispano-americana com a, em Hespanha tam profundamente venerada. Semana-Santa, era de presumir que os Estados-Unidos procurassem ganhar tempo. Ninguem asizado poderia conjecturar que o *cant* protestante rompesse com as manhas de sua hypocrisia e dêsse o escandalo de declarar a guerra, perturbando o catholicismo, sim, mas, apesar de impuro a seus olhos, o christianismo, comtudo, da Hespanha, á hora em que esta memorava a paixão de Christo e cumpria com as religiosas obrigações de uma congenere piedade. Portanto, até o dia de Paschoa, a paz havia de manter-se. Já o telegrapho nos annunciava que a mensagem de Mac-Kinley ao Congresso só seria apresentada na immediata segunda-feira. Assim, nossas humildes conjecturas se confirmaram, por completo.

Mas tambem ninguem asizado poderia presumir

que a intervenção do Papa, ainda quando mesmo acceita fôsse, lograsse qualquer vantagem apreciavel para a Hespanha.

Argumentou-se com o exemplo do pleito das Carolinas, decidido a favor da Hespanha por sentença arbitral do summo pastor no redil catholico. Sómente, o *simile* não colhia, porque a disparidade dos casos resultava exacta e inteira.

No caso das Carolinas, fôra a potencia em litigio com a Hespanha quem sollicitara a arbitragem do Papa. A Allemanha desejou vêr-se livre, no mais curto prazo e por uma fôrma suave e decorosa, d'uma questão em que não tiuha interesse de maior, pelo menos pelo momento, e que fôra determinada por o excesso de zelo d'um funcionario indiscreto. A noticia dos tumultos de Madrid em frente das janellas da legação allemã causou méramente surpresa em Berlim; Bismarck irritou-se com que o viessem incommodar nos seus ocios veraneantes de Varzin, affligindo-se, ainda por cima, sem rasão nem motivo seu soberano, homem pacifico e enfermo, philosopho e moribundo.

Mas agora a questão era absolutamente outra. Se uma *guerra* entre a Allemanha e a Hespanha por causa das Carolinas fôra um disparate inverosimil, uma *paz* entre a Hespanha e os Estados-Unidos por motivo de Cuba era absurdo perfeitamente analogo e correspondente.

Quer dizer: os Estados-Unidos pretendiam, com um empenho extremo, a independencia de Cuba e d'esta exigencia formal se não apartariam.

Portanto, que importaria que o Papa conseguisse impedir a guerra?

Com isso, conseguiria impedir a perda de Cuba?

Evidentemente que não. Isto é: a Hespanha entregaria por uma mediação diplomatica o que não cedesse á força de armas.

Ora, este é que era o nó do problema; a independencia de Cuba. A guerra não passava de um méro processo. Era um simples *modus faciendi*.

Assim, o jubilo dos nossos conservadores, quando das primeiras noticias optimistas ácerca da interferencia papal, pareceu-nos prematuro e irreflectido. Não havia que fugir. Não valiam já evasivas.

Por qualquer maneira, a monarchia hespanhola tinha de liquidar, perante o julgamento do povo hespanhol, a enorme responsabilidade da perda de Cuba, que era coisa proxima e assumpto liquidado.

A' monarchia bourbonica e aos seus mais illustres dirigentes a nação visinha devia justamente attribuir as culpas. Ellas viuham de longe e incidiam sobre as personalidades mais eminentes, sobre as mais altamente cotadas.

Ninguem as teve maiores n'esta immensa catastrophe do que essa antipathica personalidade de Canovas del Castillo. Sobre a memoria d'esse mediócre pedante, tam odio e vingativo, hão de pezar as recriminações asperas e severas.

Na verdade, d'elle procedeu originariamente toda a calamidade a cujo desfecho assistiamos.

Com effeito, na tarde de 15 de junho de 1865

foi encarregado o general O'Donnell pela rainha Iza-
bel II de formar ministerio; o general nomeou minis-
tro do Ultramar no mesmo gabinete a D. Antonio Ca-
novas del Castillo.

O general O'Donnell, que havia exercido em Cuba
o cargo de Governador da ilha durante tres ou quatro
annos, dispozera-se a apagar as leis especiaes de
colonisação e a declarar os seus habitantes cidadãos
livres, sujeitos unicamente ás leis geraes da nação.
Da nobre tarefa encarregou a Canovas, inculcando-lhe,
desde logo, de accordo com os seus outros compa-
nheiros de ministerio, a idéa de fazer vir d'aquella
ilha representantes auctorisados, que podessem expor
com lealdade e franqueza as queixas dos seus repre-
sentados e indicassem as reformas mais prudentes e
mais em harmonia com o proposito de chegar á abo-
lição da escravidão e á concessão de todos os direi-
tos, politicos e civis, e de todas as reformas admi-
nistrativas encaminhadas a melhorar a situação.

Canovas del Castillo accedeu, de começo, ás indi-
cações de O'Donnell, mas na firme tenção occulta de
as burlar. A seu chamamento, acudiram a Madrid os
representantes de Cuba, cheios de esperança e de
alegria; mas prestes tiveram ensejo de comprehen-
der que aquella larga viagem, que tantas illusões
lhes havia feito conceber, seria completamente es-
teril para a sua patria, mercê da hostilidade pronun-
ciada do ministro do Ultramar.

Passavam-se os dias e os mezes, e os commissio-
nados pela ilha de Cuba *nem sequer logravam ser re-*

cebidos por Canovas. Inuteis fôram todos os seus esforços, baldadas todas as suas tentativas; e no largo espaço de tempo que permaneceram na côrte não conseguiram reunir-se com o refece estadista *uma unica vez*, organisando-se de modo que podessem tornar uteis e productivos seus esforços áquelles cujos interesses representavam.

Cansados de aguardar inutilmente, convencidos afinal, abandonaram a corte, confundidos e envergonhados, para volver sem esperanças ao seu paiz natal, leyando no mais intimo de seu coração a justificação dos rancôres que haviam sentido antes e de novo resentiam contra a Hespanha.

Seu regresso a Cuba fez renascer mais fêro do que nunca o odio dos creoulos contra a metropole; já não havia rasão para duvidar dos propositos que o governo hespanhol abrigava com respeito a elles e seus interesses; a inconcebivel injuria de os haver feito acudir com apparatusa solemnidade, para depois, não só lhes cerrar a porta a toda e qualquer aspiração legitima, mas ainda inflingir-lhes um desaire que chegara até ao ponto de lhes não deixar exprimir os seus queixumes, era uma burla que devia considerar-se insoffrivel e que exigia um acto de vigor e de inteireza que os libertasse dos que tão mal correspondiam a seus afans.

A volta d'aquelles commissionados foi o signal que fez estalar a indignação creoula; familias adversas e inimigas, separadas pelo odio de raça ou pelo interesse, uniram-se e concertaram-se em intima

conjura, para arvorar o pendão da revolta. Em 1866 mystificava insolentemente Canovas os cubanos em Madrid; em 1868 rebentava o grito da independencia nos campos de Yara. Os mesmos individuos que haviam recebido o encargo de representar Cuba em Madrid fôram precisamente os primeiros generaes, os primeiros deputados e os primeiros altos funcionarios da republica cubana.

Consigna no lance um biographo madrileno que *no era equitativo y justo hacer responsable á la Nacion española de los errores y preocupaciones del sr. Cdnovas del Castillo.*

Mas, na justiça immanente da historia, á nação hespanhola hora chegará em que, aos solidarios e afins na funesta obra das responsabilidades identicas ás de Canovas, ella tome justas e strictas contas.

E' por isto e pela natural repercussão aqui, com identidade de justiceiras consequencias, que os conservadores todos se arpellaram ao conspecto das calamidades da guerra.

Mas sinceramente a lamentamos nós, nós do povo e pelo e para o povo. Porque cumpria não esquecer — e a imprensa conservadora tinha feito um significativo silencio a este proposito, — cumpria não esquecer que a marinha de guerra dos Estados-Unidos é composta, em notavel parte, de portuguezes. Sim, de portuguezes.

A marinhagem dos navios de guerra americanos encontra-se constituída, em porção consideravel, por ilheos. Já havia d'antes muitos a bordo e á hora ha-

via muitos mais. Ultimamente, então, tinha-se feito um copioso alistamento de açorianos, recrutados nas colonias portuguezas espalhadas aqui e alli, por S. Francisco da California, Demerara, New-Bradford e nas ilhas de Sandwich.

Assim, sob o pavilhão estrellado ia correr tambem sangue lusitano, tal é a fatalidade dos acontecimentos que nos une na hora do cataclysmo, ainda por processos impensados, graças ao influxo de fórmas imprevistas.

Razão bastante, pois, para que a guerra nos entristecesse e alanceasse.

E, comtudo, só no sacrificio é que as nações abatidas se reabilitam e recuperam. Só das grandes crises é que ellas emergem, castigadas mas depuradas. Finalmente, livres!

*

A subita reviravolta que exhibira o conflicto hispano-americano após a conferencia entre o sr. Guilon, ministro dos negocios estrangeiros, e os representantes das potencias em Madrid constituia um d'estes *coups-de-théâtre* em que, na scena, é fertil a inventiva castelhana. Mas na vida social, como na politica internacional, semelhantes surpresas não são do melhor quilate para se aferir da seriedade de conducta por parte de instituições que aliás pretendem tímbrar por uma severa compostura.

Isto não infirmava, antes confirmava o asserto geral que tinha sido o nódulo logico de toda a nossa argumentação na serie dos artigos successivos que ao problema havíamos vindo dedicando nas columnas da folha em que collaboravamos.

Importava dizer que, consoante o procuramos distinguir e frisar, enquanto que a imprensa conservadora portugueza concentrava todas as suas atenções na guerra, o facto era que a essencia da questão residia na perda de Cuba por banda de Hespanha, quer essa perda se effectuasse por via de artificios diplomaticos quer, mais brutalmente, fôsse consummada *manu militari*. Como disseramos, n'este conceito, a guerra seria um simples *modus faciendi*.

Nossas presumpções fôram corroboradas pelos acontecimentos produzidos até á data da elaboração d'estas ponderações e salvo o coefficiente de correcção que ultteriores corollarios viessem, porventura, ainda a introduzir-lhes, sem que, todavia, lhes podessem alterar a trama intima e estructural.

Na Hespanha deveria conjecturar-se a orbita rigorosamente seguida pelos Estados-Unidos com respeito a ella, pois que não podessem as classes illustradas da Hespanha allegar ignorancia ácerca do que seja o espirito americano, sua physionomia, character e tendencias.

Pelo contrario; na Hespanha, de certa data a esta parte, os homens cultos tinham procurado instruir os seus conterraneos ácerca da excepcional importancia da grande confederação transatlantica.

Assim, em 1868, começava em Barcelona a publicação, aos fascículos, da grande *Historia dos Estados-Unidos, desde os seus primeiros periodos até nossos dias*, traduzida do inglez por D. M. B. e apparecendo com muitos retratos e estampas em aço. Por todos os aspectos que se considere, esta obra é verdadeiramente monumental; baseando-se nas suas informações, nas de Greeley e outros assim conscienciosos auctores de mui notaveis monographias, dezeseite annos depois, tambem em Barcelona tirava á luz, para o commum publico, D. Enrique Leopoldo de Verneuill uma *Historia biografica de los presidentes de los Estados-Unidos*.

Se d'est'arte a Hespanha procurava informar-se do que eram e valiam os Estados-Unidos, ella não deveria esquecer, a seu turno, que de longo tempo tambem os Estados Unidos haviam inquirido o que fôra e era a Hespanha, no seu passado e no seu presente, na sua historia e na sua litteratura, não só julgando-a como medindo-a. A' sciencia norte-americana nenhum momento decisivo da cultura hespanhola escapava, em doudas, interessadas inquirições. Poderiamos citar os notaveis trabalhos de John Lothrop Mottley concernentes á revolução dos Paizes-Baixos no seculo xvi; fallariamos na arguta historia das Provincias Unidas dos Paizes-Baixos desde a morte de Guilherme o Taciturno.

Ninguem desconhece a graça do estylo de Washington Irving, quando desenha a historia e lenda da conquista de Granada; e sabe-se da superficiali-

dadè popular da narrativa, que condensou, da vida e viagens de Christovam Colombo. Mas volve-se à zona dos grandes historiadores contemporaneos quando com W. H. Prescott apuramos a historia da conquista do Mexico (com um quadro da antiga civilisação mexicana); a historia da conquista do Perú, precedida d'um resumo da civilisação dos Incas; a historia do reinado de Fernando e Isabel; emfim, a larga chronica de Philippe II.

Bem sabiamos que então, no acceso de paixões freneticas, explicaveis e até certo ponto desculpaveis, em Hespanha as mesmas classes cultas não estavam no lance longe de considerar a gente dos Estados-Unidos como uma récuca de toucinheiros sem tradição, sem gosto, insusceptiveis de todo o ideal. E, todavia, se a Hespanha quiz ter uma historia regular da sua litteratura, a unica mesmo completa que até hoje ainda possui, houve que emprehendesse a tarefa quem? Precisamente um norte-americano, o snr. Jorge Ticknor, nascido em Boston e que em 1849 publicou em New-York a sua *History of spanish litterature*, uma das obras mais completas e mais conscienciosas de que se honre a critica systematica de conjunctos nacionalistas de realisações estheticas.

Dois distinctos litteratos madrilenos, D. Enrique de Vedia e o insigne arabista D. Pascual de Gayangos, a traduziram em hespanhol, com additamentos e notas criticas, para a casa Rivadeneyra, de 1851 a 1856.

Se a Academia, o jornalismo, o professorado de

Madrid não podiam ignorar estes Estados Unidos eruditos e analyticos, outrosim ao ministerio de Madrid não seria licito o não ter noticia dos Estados-Unidos politicos e militares.

Pois, porventura, tão caliginosamente haveria corrido o tempo que já os governantes de Hespanha houvessem esquecido o ensinamento, que deveria quedar permanente e fixo aliás, dos effeitos desastrosos da temeraria aventura da expedição do Mexico?

Foi em 1861 que o governo imperial de Napoleão III lançou as bases d'uma grandissima operação financeira e mystificação politica que mais tarde deveria ser qualificada pelo sr. Rouher, a quem ao tempo chamavam emphaticamente o «vice-imperador», como *o maior pensamento do reinado*. Tractava-se de contrabalançar a influencia dos Estados-Unidos destruindo a republica do Mexico e substituindo-a por um throno, que o archiduque d'Austria Maximiliano teve a ambiciosa ingenuidade de aceitar. A Inglaterra ajudou. A Hespanha ajudou tambem. Mas desde que os Estados-Unidos carregaram o sobr'olho, logo no prologo da farça, que degenerou em tragedia, a Inglaterra largou pé. Immediatamente, esta é a phrase incivil d'um farcista parisiense, «a Hespanha retirou as castanholas do jogo». E, todavia, capitaneando o absurdo, á frente dos soldados hespanhoes, sempre valorosos e soffredores, rutilava a pompa heroica do general Prim, aureolado das victorias de Marrocos, n'esse juvenil impeto mavortico que lhe revolve a gaforina da cabeça nua, no ma-

gnifico retrato que, do brilhante *condottiere*, o pincel mallogrado de Henri Regnault doou ao museu do Louvre. O facto é que só a França se conservou em campo.

Mas, como quer que, desgostosos com esta insistencia, impertinente e indiscreta, os Estados-Unidos mais franzissem ainda o rosto para as Tulherias, Napoleão III, Cesar e Imperador, victorioso no interior e no exterior, tres vezes consul na Crimêa, na Italia e na China, houve de bater prestes em retirada, ordenando o reembarque das tropas francezes ao honradissimo Bazaine, marechal de França destinado à apothese da capitulação de Metz.

O pretendente lunatico, principe Maximiliano d'Austria, abandonado como um cão por um lobo, não se quiz embarcar: deixou-se ficar, por ponto-de-honra. Apanharam-o em Queretaro as tropas do general Porphyrio Diaz, depois presidente da republica do Mexico. Foi fuzilado ao romper d'alva, com dois dos seus partidarios mexicanos, o general Tomas Mejia e o general Nicolas Miramon.

Nada lhe valeu. Nem mesmo as supplicas ameaçadoras de seu irmão, que era já e é ainda o actual imperador da Austria e rei da Hungria, Francisco José I, que, nascido em 18 de agosto de 1830, subiu ao throno em 1848.

Forte do apoio dos Estados-Unidos, o pequeno e misero Mexico não permittiu á poderosa e orgulhosa Austria mais do que a concessão de que mandasse um navio, desarmado, a recolher o cadaver

do príncipe justificado. Foi a *Novara*, cujo nome, por singular ironia do destino, recordava uma odiosa victoria do absolutismo austriaco sobre a liberdade italiana.

Assim bem pallida seria a auctoridade moral com que o imperador da Austria, agora, em prol da archiduezza austriaca então rainha-regente de Hespanha, aos Estados-Unidos pretendesse impôr sua interferencia e mediação. Ainda obumbrada de lucto, ella seria de pessimo agoiro.

A mesma Inglaterra com que cara se haveria de dirigir aos Estados-Unidos, reclamando e determinando?

Não pensassemos já nas derrotas que, infligidas pelos Estados-Unidos à Inglaterra quando da revolta da então colonia, na guerra da independencia, para essa colonia conquistaram a appetecida liberdade.

Viessemos aos nossos dias.

Que dos dias de nós todos é o ominoso caso do corsario *Alabama*.

Não vimos como os Estados-Unidos reclamaram então da Inglaterra que se humilhasse a pagar-lhes uma forte indemnisação de guerra, de perdas e danos, em revindicta dos prejuizos causados por esse corsario, armado nos estaleiros inglezes, ao commercio e aos portos norte-americanos? Não vimos como a Inglaterra ameaçou a Norte-America com a guerra? Não vimos como depois enguliu a ameaça? Não vimos como deu aos Estados-Unidos quantas satisfações elles quizeram? Não vimos como lhes pa-

gou quantas libras sterlinas elles muito bem tiveram na gana?

Tudo isto são coisas elementares, anedoctas conhecidas, considerações de intuitivo alcance.

Sómente, em Hespanha, como em Portugal, a imprensa conservadora, a proposito do *ultimatum* de Wootford lá, como do *ultimatum* de Salisbury cá, buscava, por identico processo, desvairar a opinião.

Deslumbrava-a com a *hypothese* d'uma guerra possivel, para a desviar do conceito de uma revolução necessaria. Mostrava-lhe o inimigo fóra, para que ella não attentasse no mais perigoso inimigo, que é o que está dentro.

Eis, de resto, um *truc* conhecido. Os criminosos de direito commum usam-o com extrema frequencia. Os juristas, conhecedores das manhas e da giria dos ladrões, chamam a esse expediente: um *alibi*.

Ora, ás pessoas mediocrementemente atiladas cumpre, assim como os não illaqueia a burla, prestar, a respeito, aquelle serviço social que se chama prevenir os incautos.

Esta é, mesmo, em summa, a função do periodismo independente.

*

N'elle tentei desenhar, pois, a situação no seu contexto moral, tomando-lhe o duplo e antagonico aspecto, como o faria para o caso futuro e similar

da Russia-Japão, consoante se viu nas paginas precedentes do cap. 1 d'este livro.

Procuramos primeiro frisar quaes as consequencias (a nosso parecer, detestaveis) d'uma impresumivel victoria das armas da monarchia hespanhola sobre as da republica americana. Depois cumpriu-nos completar a argumentação esboçada, offerecendo ás reflexões sizudas o reverso da medalha, ou seja o schema symetrico da questão.

Se a Europa e a Hespanha tinham tudo a perder com a victoria da monarchia hespanhola, a Hespanha e a Europa tinham, pelo contrario, tudo a ganhar com o triumpho da republica americana.

Para o aspecto restricto e especialista do problema, esta affirmação parecia paradoxal, pois que era sabido que a Hespanha ia agora perder, de vez e por completo, o dominio politico em Cuba e Porto-Rico. Comtudo, este prejuizo sobre quem principalmente incidia não era sobre o povo hespanhol mas sim sobre a clientella dos grandes devoristas de Madrid, que se partiam para a ilha afim de recompôr as fortunas abaladas pelo jogo ou no proposito de adquirir uma abusiva opulencia que substituísse a inicial penuria. Comprehende-se o frenesi de colera d'esses grandes parasitas do constitucionalismo, que, á custa do trabalho dos colonos, se regalavam do chorume das capitancias geraes, suas prebendas e benesses.

Mas, quanto ao povo hespanhol propriamente, elle não teria senão a ganhar com a independencia de

Cuba. Passada a crise guerreira e extintos progressivamente os odios d'agora, reatar-se-hia a normalidade das relações; e Cuba seria, para a Hespanha, tão útil, depois de independente, como o são, por exemplo, hoje em dia Montevideo e Buenos-Ayrès. Nós, portuguezes, podemos fallar de cadeira na materia; pois que nunca o Brazil foi tão util a Portugal como desde que de Portugal politicamente se separou.

Claro está que Portugal seria ridiculo se, menosprezando essas vantagens, elle se lamentasse de que ellas fôsem adquiridas a preço do sacrificio dos nepotismos dos governadores e vice-reis que, embarcados da mandriice de Portugal, no rumo da colonia, a partir da data da emancipação, deixaram de coiner á custa da barba-longa brazileira.

Por um motivo de propaganda perfida, a imprensa conservadora empenhava-se em incutir no espirito publico o preconceito de que os Estados-Unidos buscavam, egoisticamente, a annexação de Cuba. Esta calumnia estava desmentida, *ab initio*, pelo facto mesmo de a população de Cuba ser catholica e, principalmente, de não fallar a lingua ingleza. Já á data era escusado discutir a proterva atoarda desde que se conheciam os termos da declaração votada pelo Senado e pela Camara dos Representantes, reunidos em Congresso. No seu artigo 4.º, com nobre lealdade, se consignava, textuaes palavras:

«—Que os Estados-Unidos desmentem que tenham algum desejo ou intenção de exercer jurisdicção, soberania, ou in-

tervir no governo de Cuba, a não ser para a pacificação da ilha, e affirmam que, uma vez realisada, os Estados-Unidos deixarão o dominio e o governo da ilha ao povo cubano».

Portanto, os interesses geraes e superiores da civilisação hespanhola ficavam tambem garantidos, em seu typo estructivo, pelo exclusivo dominio em Cuba do derivado ethnico da raça castelhana.

Ora, se, d'estarte, a perda da campanha, por parte dos hespanhoes, não representava para elles um desastre profundo, ella, essa derrota, supposta proxima, significava, agora pelo que toca aos grandes interesses moraes da Hespanha e da Europa, uma ampla vantagem, plena e decisiva.

De facto, conjecturava-se, com apparente plausibilidade logica, que a derrota militar da Hespanha determinasse uma mudança radical nas instituições politicas do visinho paiz. N'este ponto estavam de accordo conservadores e revolucionarios, monarchicos e republicanos: uns para rejubilarem, os outros para se affligir.

Poderia, comtudo, muito bem acontecer que, por egual, se enganassem uns e outros. Isto é que a Hespanha perdesse Cuba e, não obstante, conservasse a sua monarchia. Mas similhante incongruencia parecia que só caberia, com legitimo direito, no dominio das coisas racionalmente presumiveis — caso se dêsse a hypothese de que a Hespanha fôsse à guerra por simples ponto-de-honra e com a idéa preliminar de que da campanha sahiria desbaratada e vencida.



Acontecia, porém, que tal não era o que se passava.

A maioria da gente em Hespanha estava convencida da victoria. Era incrível, mas era verdade. D'esta espantosa abusão do espirito publico responsavel se via o jornalismo periodico, que, por irracional e mal entendido patriotismo, vinha insistentemente collaborando n'uma larga mystificação respeitante ás pequenas forças dos Estados-Unidos e ás grandes forças, em contraste, da Hespanha. N'este sentido, eram inverosímeis os dislates de certos jornalistas, que se antolhavam destituídos de todo o espirito de ponderação. Assim, o redactor de *El Imparcial* apregoava, havia curtos dias, como a tactica militar que a Hespanha deveria seguir o prolongar indefinidamente a campanha. Isto afirmava, explicava, de cansar os Estados-Unidos, de prejudicar-lhes intoleravelmente o seu commercio; n'uma palavra, afirmava de arruiná-los.

Sómente, este jornalista engenhoso se esquecia d'uma coisa: e era que, dadas as condições economicas dos dois paizes em conflicto, attendidas as circumstancias de plethora de riqueza n'um e de inanição chrematistica no outro, emquanto que os Estados-Unidos se podiam conservar em guerra, sem detrimento sensivel para elles, durante um dia, a Hespanha, correspondentemente, não podia manter-se em termos analogos uma hora.

Não nos accusava, de resto, a consciencia de pedantismo ou indiscripção quando estas censuras formulavamos, desde que nas columnas de *La Defensa*,

de Vigo, acabava de publicar o eminente chefe então do partido republicano federal hespanhol, fallecido Pi y Margall, um artigo, notavel por todos os titulos, profligando a attitude dos jornaes do seu paiz, aos quaes elle, severamente, accusa de «fingirem um patriotismo que nunca sentiram». Esta é a phrase aspera de Pi y Margall, patriota verdadeiro, hespanhol dos quatro costados, revertendo sempre, nas suas theorias de politico eruditissimo, para as grandes tradições dos cyclos de gloria do seu paiz.

Dada, pois, a inacreditavel confiança que a opinião, envenenada por uma propaganda de falsidades, consoante as que registrara, no seu referido trabalho, o auctor eximio de *Las Nacionalidades*, depositava na derrota dos Estados-Unidos, a decepção que tinha de provir da fatalidade dos successos, precisamente, de todo em todo, ao contrario havendo de dar-se, seria de presumir fôsse enorme e terrivel. Provocaria, ao parecer, uma colera desorbitada, uma indignação irreprimivel.

N'essa futura, proxima, conformidade, não era, com effeito, demasiado conjecturar e suppôr que, arrastada no turbilhão, succumbisse e sossobrasse a monarchia restaurada de Sagunto. Eis o que se figurava.

Quem a substituiria?

Evidentemente que a resposta se encontrava implicitamente inclusa na pergunta.

Quer dizer que o estabelecimento da Republica em Hespanha parecia ser, incontestadamente, um

sucesso historico que haveria de effectuar-se a dentro do ambito de, relativamente à data, um curto prazo.

Ora, se assim fôsse, o lucro que, na sua vida interna, da proclamação da Republica a Hespanha houvesse de auferir era já immenso; mas resultariam simplesmente prodigiosos, para a significação moral da Hespanha, os corollarios do facto de ella haver proclamado e firmado a republica. O estabelecimento da Republica na Hespanha alteraria, por completo, a physionomia politica em toda a Europa.

Da Hespanha republicana, pela logica dos principios e pela força das coisas, se havia de approximar a França. O exemplo da Hespanha, tarde ou cedo, se havia de reflectir para lá dos Alpes e determinar a republicanisação da Italia. E mais cedo do que tarde, então que, por um feliz acaso, coincidia o descredito moral de Crispi, a alma damnada da tri-plice alliança.

Resumindo: para a nossa raça despontaria prestes o dia sublime em que se tornasse uma realidade a antiga utopia dos Estados-Unidos da Europa. A lição da Hespanha partiria os ultimos élos, precipitaria o desfecho, promoveria a grande federação das nações romanicas. Ao pan-germanismo e ao pan-slavismo, finalmente contrarestaando-os, surgiria, de novo, imperativo e conciliador, mercê das suas eminentes qualidades de messianismo cosmopolita, — o pan-latinismo. Ora, esta ambição sempre nos queria e quer ainda, frustrada à data aliás, parecer, comtudo, bem

mais vasta, generosa e cavalheiresca do que a ancestral vangloria de andar toda a vida a chacinar mulatos pelas Antilhas.

No conselho de ministros realizado de dias em Madrid, com a assistencia da rainha-regente, Sagasta, sob a banalidade das formulas da rhetorica constitucional, começara sua parlenda, dirigindo-se á dama austriaca, com qualificar o momento corrente de *solemne*. Esse nobre vocabulo, na bôcca d'estes cynicos do parlamentarismo obstinadamente falsificado, não representa, por via de regra, mais do que um dos narizes-de-cêra consuetudinarios, um dos chavões da praxe. Pertence ao dictionario escasso e reduzido do systema.

E, comtudo, raramente palavra humana lograra um tão severo proposito assim.

Na verdade, era solemnissimo o momento, e tal como a pouquissimas das gerações humanas fôra dado assistir. Era então, ao suppôr, como fôra em 20 de setembro de 1792. Esta, a data da batalha de Valmy.

Os soldados da Revolução franceza, que, em nome do povo, atirara o guante aos reis, defrontavam-se pela primeira vez com a monarchia armada e vingativa, rancorosamente representada no rei da Prussia, alli presente com o seu formidavel exercito.

Houve um momento de pavorosa anciedade. Os prussianos, disciplinados, seguros, solidos, marchavam ao encontro dos francezes, inconsistentes e indecisos como voluntarios inquietos e sobresaltados,

como rebeldes temerosos do castigo legitimo de seu senhôr irritado. Assim o entendiam os duros e servis militares, que avançavam com a gravidade de um velho exercito de Frederico, o Grande.

No lance, o chefe dos prussianos, Brunswick, dirigiu o seu oculo para as fileiras do inimigo e viu um espectaculo surprehendente, extraordinario. Seguindo o exemplo do que os commandava, de Kellermann, todos os francezes, pondo as barretinas na ponta das espadas, dos sabres, das bayonetas, haviam soltado um grande grito... Esse clamôr de trinta mil homens enchia o valle inteiro: era como um grito de jubilo, mas espantosamente prolongado; não durou nada menos do que um quarto d'hora; acabando, recomeçava logo, sempre, cada vez com mais força; d'elle, a terra tremia toda... Era: «Viva a Nação!»

Os prussianos continuavam a trepar ao assalto, firmes e sombrios. Mas, a cada instante, grandes vazios se formavam na espessura das suas fileiras. Implacavelmente, da banda da esquerda, os fustigava uma chuva de ferro. Brunswick fez cessar esse morticínio inutil; mandou tocar a retirada.

O rei da Prussia estava, em extremo, descontente e mortificado. Pelas quatro ou cinco horas, não consultando Brunswick, ordenou uma nova carga. Elle em pessoa se aproximou, dizem, com o seu estado-maior, para reconhecer de mais perto aquelles furiosos, aquelles selvagens. Tocou a sua corajosa e docil infantaria, por debaixo do fogo da metralha, para o planalto de Valmy. E, ao avançar, reconheceu a

firme attitude d'aquelles que, no topo, o aguardavam.

Tinham-se já habituado á tempestade que estavam ouvindo tantas horas havia, e começavam a rir-se de seu estrepito. Uma visível segurança, uma confiante certeza reinava em suas linhas.

«Sobre todo aquelle juvenil exercito pairava qualquer coisa, como que uma claridade heroica, onde o rei nada comprehendeu (a não ser o seu regresso para a Prussia).

Essa claridade era a Fé. E aquelle jubiloso exercito que, do alto, o estava olhando era já o exercito da **Republica.**» (J. Michelet.)

Se o rei nada comprehendeu, alguém houve, porém, que adivinhou tudo. A' noite, aos que o interrogavam sobre o resultado da jornada (já se vê, inspirados d'um criterio mesquinho e episodico de estrategia e tactica) um allemão, a esses seus compatricios que respeitosamente o interpellavam, respondia assim: «D'este lugar e d'este dia data uma nova era na historia do mundo, de modo que vos é permittido o orgulho de vir a dizer: eu estive lá.»

Esse tudesco, que não era rei da Prussia, chamava-se J. W. Goethe, e por alli, redea pendida no pescoço do cavallo, com estudar os effeitos do canhoneio, que haveria de descrever, se deixava distrahir do seu *Fausto* que precisamente então andava meditando. D'esse canhoneio sahira a republica victoriosa, e o proselytismo do exemplo dos seus soldados alastrara, logo logo, pelo mundo inteiro, apezar

de todos os erros e até de todos os crimes do movimento insurreccional. «Oh maravilha! Oh prova immortal da verdade dos principios!... Os povos viram perpassar todas essas coisas perante seus olhos, e nada os pôde subtrair ao encanto fascinador da Revolução franceza! Sabiam, por sem duvida, que coisas lia d'uma belleza fatal...» (L. Blanc).

De seguro que Sagasta não presuniu sequer, nem de perto nem de longe, a eminente significação historica que revestia o solemne momento d'então, quando, conforme o presidente do conselho de ministros hespanhol o disse, estava «proximo a ser ouvido o primeiro tiro de artilheria.» Novamente se escutava o ribombo do canhão de Valmy; e ainda uma vez eram os voluntarios republicanos quem representava a causa do progresso, da humanidade, do futuro, quem marcava a data, analoga á cujo relevo já frisamos a pag. 238-240 do volume nosso anterior (*Os modernos publicistas portuguezes*).

Mas, á preterita data, para que a acção civilisadora d'esses voluntarios republicanos surtisse os effeitos remotos, que eram os vastos e magnificos, —cumpria que os combatentes então em prol da monarchia hespanhola soubessem aproveitar da lição, entendendo o sentido mysterioso dos acontecimentos. Urgia que, na pugna que sem cobardia antes com rara coragem pelejou, havendo ido a terra pelo effeito da força maior, não só material como principalmente moral, a hespanha—da terra se reerguesse, consoante na fabula de Antheu, recuperada em energias e rejuvenescida d'animo.

Visto como, para que os Estados-Unidos da America, indirecta e inconscientemente, fizessem os Estados-Unidos da Europa (que tal parecia ser o destino de seus fados) — condição necessaria e sufficiente, indispensavel e imprescindivel claramente que era a cumplicidade, intelligencia e connivencia, collaboração e cooperação da Hespanha.

Assim se confirmaria então por uma fórmula esplendorosa aquelle antigo proloquio que diz que ha males que vêm por bens.

Assim se levantaria e depuraria n'um grande, tragico exemplo a idéa do patriotismo, que, no typo como ainda hoje palpita na maioria dos corações, é frequentemente um baixo sentimento, rebelde á critica, tolhendo a evolução moral e mental do individuo, fazendo-o duro, hostil e pretencioso, mixto de soberba e de inveja.

Principiaria surgindo o patriotismo do futuro. A paixão adquiriria a limpida transparencia que a tornasse não só accessivel como incontradictavel.

O alto poeta allemão Schiller, em sua *Carta a Kærner*, definiu essa situação moral por uma maneira insigne. Escreveu:

Um espirito philosophico não póde particularmente interessar-se por uma nação em especial senão quando ella lhe apparece como clausula necessaria do progresso da humanidade inteira.

Ora, para o progresso da humanidade, depois da França em 1789, á Hespanha surgia, em 1898, en-

sejo, ao relance, congeneremente fundamental e decisivo.

Para a Hespanha. Ou, antes e melhórmemente, para toda a península iberica.

Desde que Portugal, comprehendendo o momento psychologico e historico, avançasse sobre a Hespanha, ganhando-lhe tempo e fixando, a-sim, em toda a hypothese, para elle uma fecunda hegemonia politica, pela promotividade civilisatoria.

Desde que Portugal, reservando-se sempre, tomasse a iniciativa.

*

Poucas vezes os acontecimentos politicos, succedendo-se e atropellando-se, tinham, na sua apparente confusão, permittido, parecia, com flagrancia semelhante a plausibilidade de previsoras conjecturas, como as coevas circumstancias historicas d'esta nossa península iberica.

Toda a gente, excepção feita de alguns, poucos, esturrados, calculava que o desfecho da guerra entre a Hespanha e os Estados-Unidos não podia deixar de ser militarmente desfavoravel ao paiz visinho.

Esta presumpção surgia tanto mais independente e sincera quanto a grande maioria das pessoas em Portugal era franca e decididamente contra os Estados-Unidos.

Este sentimento encontrava-se não só nos monar-

chicos conservadores e reaccionarios, o que era inteiramente natural e racional, mas ainda entre republicanos, onde não se comprehende como surgesse e se conservasse, apparecesse e se mantivesse.

Espiritos curiosos d'estes problemas de demopsychologia tinham buscado a razão e inquirido os motivos de tão ampla incongruencia. E' claro que elles eram de dois generos: uns conscientes, outros inconscientes. Referem-se os primeiros ás affluencias de raça, de lingua; derivam das sympathias que emergem da identidade peculiarista de physiouomia moral, da mera contiguidade do territorio. Mas não são os factores mais importantes. Aqui, como sempre, o estímulo do inconsciente sobreleva e domina; é elle que dá o tom; elle é que imprime o character.

De duas origens essa energia elementar e decisiva irrompia e se affirmava no conflicto de idéas e sentimentos provocado pela grande catastrophe de Cuba. Era-se pela Hespanha monarchica e catholica por isso que nunca até então o portuguez, como o hespanhol, conseguira libertar-se completamente dos preconceitos e absurdos depositados no espirito das gerações, durante seculos de constante envenenamento, pelos effeitos d'uma instrucção insufficiente e d'uma educação pervertida.

Durante a normalidade todos têm uma certa gala em timbrar de opiniões avançadas, exaggerando frequentemente a simplicidade dos lemmas democraticos e expressando em phrase turgida o simples e

commum doutrinário. Mas isto é exclusivamente superficial e epidermico; no fundo, arreigadas, resistentes e incorrigíveis, vivem e palpitam as opiniões obsoletas e as tendencias anachronicas. De modo que, logo que uma crise a sério se determine, revindicando-se do velho mundo, reaparece o velho homem.

Na sua primorosa conferencia sobre as *Causas da decadencia dos povos peninsulares nos ultimos trez seculos*, realisada na sala do Casino Lisboense na noite de 27 de maio de 1871, já Anthero de Quental tivera a coragem de consignar esta verdade desagradavel. Ao publico culto que o escutava elle disse:

Ha em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, ha lá occulto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanatico ou um jesuita!

O inconsciente terror de que o velho mundo entre, proxivamente, em desaggregação, e não já pelo que toca ao corpo regular de suas instituições politicas e sociaes mas ainda pelo que, mais intimamente, se refere a toda a vida moral d'uma sociedade, nos seus habitos, costumes e tradições — eis ahí o motivo, confesso ou occulto, das indecisões de uns e das contradicções de outros.

A outra origem, porém, alludimos nós ainda, quando nos démos ao ensaio d'este estudo. Afinal, é o duplo aspecto d'uma mesma questão. Prevendo a derrota das armas hespanholas, em Portugal acredi-

tava-se que uma consequencia politica seria inevitavel. Esta era a subsequente proclamação da republica na Hespanha. E logo se via como corollario indefectivel d'essa occorrenca o estabelecimento da republica tambem em Portugal.

Ora, aqui é que estava a difficuldade. Eis o ponto terminal onde, aliás, se hesitava.

Começavam os sustos e as evasivas.

Porquê?

Porque a opinião em Portugal não seja republicana? Ao contrario, não ha exemplo na historia das democracias latinas d'um partido republicano que tão rapidamente se formasse, conglomerasse, disciplinasse como o partido republicano portuguez.

Por circumstancias historicas que todos nós, infelizmente, conhecemos muito bem, a urgencia da eliminacão da monarchia em Portugal tornou-se aqui a unica verdade, como o estabelecimento da republica entre nós acabou por ser, consoante é, a unica esperanca.

Sem embargo, republicanos havia que faziam votos pela victoria das armas hespanholas, o que arredaria indefinidamente a proclamação da republica em Hespanha e, portanto, o advento, solido e seguro, da republica em Portugal. Esta contradicção póde até certo ponto explicar-se pelo melindroso receio de que a republica em Hespanha não apresentasse aquellas condições de estabilidade que legitimamente se pretendem e se lhe desejam. Sinihante receio era, porém, chimerico, porquanto,

sendo certo que a paz desastrosa que a monarchia restaurada de Sagunto tinha de vir a assignar com os Estados-Unidos seria, ao parecer, o signal para que o carlismo, impenitente e relapso, se deitasse a campo, conforme, de resto, o declarara desde todo o começo D. Carlos no seu manifesto de Genova, parecia evidente que a Republica viesse a substanciar em Hespanha as condições de tranquillidade e segurança para todas as classes como para todos os individuos que se encontram em irreductivel incompatibilidade com o passado clerical e aristocratico representado pelos bandos armados das Vascongadas.

Esta condição do futuro politico da Hespanha deixara-a já antever em pleno parlamento, havia mui breves dias, o ministro Moret, replicando aos deputados carlistas.

Se por esta razão estrutiva a republica era já então em Hespanha fundamentalmente nacional, e clausula imprescindivel parecia da regularidade da vida politica d'aquelle paiz, ella estava garantida no seu funcionamento, de resto, pela licção e exemplo d'esta terceira republica franceza que, pelo modelo de Gambetta, creou o typo novo dos chamados republicanos de governo. Não havia, portanto, razão de sobresaltos por parte e da banda da democracia portugueza. Mas, na realidade, nem por isso esses sobresaltos, se existiam, eram dignos de acre censura, por isso que representavam amor patriotico e revelavam sizudez de reflexão.

Com effeito, mais que todas as outras que as precederam, as sociedades modernas carecem indispensavelmente da coexistencia, concorde e solidaria, das duas energias que, aparentemente antagonicas, só aparentemente se hostilizam. Isto é, ellas carecem do progresso como derivado dynamico da ordem, e da ordem como condição estatica do progresso.

O philosopho francez Augusto Comte apresentou como formula synthetica de todo o seu systema social a legenda: *Ordem e progresso*, que a Republica do Brazil, toda inspirada nas doutrinas do positivismo, adoptou para divisa da sua bandeira.

E' o caso portuguez. Todos em Portugal querem a republica, mas todos temem a desordem. Todavia, como o advento da republica é decididamente incontrareavel, a opinião terá de resignar-se a correr os perigos da desordem que teme.

Nenhuns perigos correrá, aliás, porque essa desordem não poderá produzir-se. E não poderá produzir-se precisamente pela quasi integral unanimidade das aspirações de ordem existentes na sociedade em via de transformação. Assim, a mudança institucional a fazer-se terá de fazer-se com uma fulminante rapidez. Os elementos perturbadores da população, aquillo que os publicistas chamam as classes malfazejas, os profissionaes do crime, isto é a vadiagem e a gatu-nagem dos grandes centros populosos, terão de ser, pelos processos que os francezes chamam *raffles* e os portuguezes *rusgas*, provisoriamente detidos nas prisões publicas, até que a normalidade perfeita se

restabeleça. N'uma palavra, ha que dar não só a promessa como a effectiva realidade d'uma ordem, succedendo á revolução, a mais completa, firme e duradoura. N'estas circumstancias, a nova ordem de cousas será absolutamente inatacavel. A Hespanha, quando a-republica se lhe antolhar como a condição unica da ordem, consoante já se lhe prefigura o irre-cusavel penhor do progresso, verá, quasi unanimemente, na republica e com acerto aquillo que, erroneamente, imaginou em 1873, contra a republica, na monarchia restaurada por Martinez Campos.

Os politicos conservadores de Portugal avaliam com perfeita nitidez a situação; e, se não com legitimidade, pelo menos com logica, lançam mão de todos os meios para addiar e confundir, embaraçando os espiritos e tolhendo os criterios. São abundantes de expedientes; e sua imaginativa é fertil e engenhosa. Assim agora, a titulo, méramente, de curiosidade, cumpre que attentemos nas galgas que deitaram a correr mundo, qual de mais esguia carreira e de pellagem mais arrevezada. Sahiram-se ultimamente então com a phantasmagorica visionice de machiavellicas combinações com a Inglaterra, como se a Inglaterra necessitasse de combinações com suas senhorias para nos fazer, de quando em vez, o que ultimamente nos fizera Salisbury, que deu a deixa a Caprivi, para a replica da tomadia de Kionga; como se a Inglaterra, por outro lado, não fôsse um paiz parlamentar, representativo, de caprichosa opposição sempre visando os actos temerarios dos governos,

como mais temerario não podera ser o odioso afan que ao gabinete britannico attribuiu a imposturice indigena!

O intento era, é ainda manifesto mas os processos de que se usava, usa ainda para o conseguir é que eram e são, em seu pretensio machiavelismo, de uma ingenuidade elemental.

Não obstante revelam a ferocidade dos propositos e demonstram a qualidade dos sentimentos patrioticos de quem protervias taes se atreve a conge-minar.

Estes sentimentos são abjectos; uma nação que lhes tolerasse a effectividade não só estaria prestes da morte como nenhum direito teria de viver.

*

Um dos symptomas mais caracteristicos da decadencia moral da sociedade portugueza contemporanea reside na quasi impossibilidade em que essa sociedade se encontra de conjecturar ou sequer reconhecer nos actos alheios, de partidos, grupos ou nações, o motivo determinativo de causas nobres e elevadas.

Este feitio psychologico demonstra a incapacidade a que um regimen de embustes e egoismos conduziu a gente lusitana para conceber nobre e desinteressadamente. A tendencia para julgar mal dos ou-

tros indica, de per si, o modo de ser subjectivo de cada qual; e isto é uma observação tão corrente e tão banal que derivou já no typo contracto dos pro-verbios. De modo que é uso dizer que a gata ruiva assim como faz assim cuida.

O conflicto hispano-americano veio mais uma vez pôr em evidencia, então com um relevante destaque, este pessimo condicionalismo psychico das nossas classes chamadas cultas. Assim, era curioso verificar que raramente na conducta dos Estados-Unidos o nosso publico se resignasse a vêr o mobil determinante, honesto e simples, da sympathia pelos soffrimentos d'uma população opprimida.

Esgotavam-se as imaginações na inquirição dos mais inconfessaveis factores e chegava-se a este unanime accôrdo: de que uma nação de 63 milhões de habitantes deliberara lançar-se nos horrores da guerra para ser agradavel a um ou dois centos de financeiros agiotas, organisados em syndicato politico. E' que os portuguezes não estavam muito longe de acreditar que esses 63 milhões de norte-americanos não passavam de outros tantos milhões de exploradores abjectos e cynicos.

Porque os Estados-Unidos seja uma nação de trabalho, suppõe-se que é uma terra sem ideal, e ignora-se que a mais alta manifestação de idealidade collectiva que se produziu nos nossos modernos dias appareceu precisamente n'essa terra supposta sem ideal. Referimo-nos ao Congresso das religiões, realiado quando da exposição internacional de Chicago.

Esquecemo-nos da dedicação immensa pela causa geral da humanidade que demonstrou o facto prodigioso da guerra da secessão, promovida pela libertação dos escravos. A este maravilhoso successo attribuímos causas mesquinhas; mas, fazendo-o, olvidamos o amplo e generoso esforço de propaganda a bem da alforria, mais de vinte ou trinta annos antes da presidencia de Lincoln, iniciado e mantido por o evangelico sacerdote Channing, cuja doçura de temperamento e limpida integridade moral o fizeram denominar como sendo o Fénelon do Novo-Mundo.

O preconceito está tão arreigado ácerca do supposto exclusivo utilitarismo dos norte-americanos que causará estranheza dizer-se que o maior philanthropo que illustrou os annos humanitarios do seculo, a findar por então, nasceu nos Estados-Unidos. Chamava-se elle Jorge Peabody; e, procedente d'uma familia pobre, conseguiu, mercê d'uma actividade constante, adquirir uma fortuna collossal. Pois empregou-a toda em soccorros aos indigentes e no estimulo da instrucção publica. Deu para os pobres não centenas mas milhares de contos; fundou em Baltimore uma universidade e em Boston um muzeu de ethnologia; e, como não se soubesse do que acontecera ao explorador Franklin, perdido entre os gelos polares, elle organisou e subsidiou a expedição do dr. Kane, para ir na demanda do intrepido navegante. Entretanto, em Londres Peabody fundara dois bairros inteiros de casas para propriedade de operarios necessitados.

Se na vida pratica os norte-americanos não se mostram, por este e outros exemplos congeneres, tão inteiramente positivos e grosseiros como os presumem pela velha Europa, se bem que o typó específico da sua civilização seja, na verdade, geralmente aquelle cuja característica d'ess'arte lhe fixam, — também na vida especulativa se patenteam capazes das mais delicadas ou intensas suggestões estheticas. Poucos artistas europeus lograram jámais attingir a transparente sublimidade, o ineffavel mysticismo de certas composições, em prosa e verso, de Edgar Poë. E raros são os poetas do velho mundo tão penetrados do encanto da natureza como o norte-americano Longfellow.

As aspirações da justiça social encontraram, nos nossos dias, na America um representante d'um merito superior na personalidade, eminentemente sympathica, de Henry George.

E a propria abundancia das seitas religiosas é, de per si, indice do interesse e da seriedade com que alli se occupam das exigencias do espirito e dos transcendentos destinos da personalidade.

Como dissemos, mau é que más conjecturas se formem; e pessimo seja então que ellas resistam renitentes a toda a especie de convencimento, ainda da ordem mais flagrante e intuitiva. Sirva de exemplo a teima com que se queria por força que os Estados-Unidos pretendessem annexar Cuba, apesar dos mais expressivos protestos e das declarações mais formaes. Já transcreveramos as declarações da reso-

lução do Congresso. Depois appareceu o texto do *ultimatum* que haveria de ser entregue por Wootford. Ahi novamente se affirma a plena, integral independencia das Antilhas hespanholas. Todavia, obstinadamente, se repetiam as mesmas atoardas, o que mostra a deslealdade da argumentação.

Sem embargo, era mais facil, mais natural e curial, referir a iniciativa d'então, pelos Estados-Unidos tomada, ao effeito concreto d'uma theoria abstracta. A perda de Cuba pelos hespanhoes é o corollario proximo, a applicação immediata do principio de Monroë, cuja formula se resume no seguinte:—a America para os americanos. Ha-de chegar a vez á Inglaterra, e ella terá de sahir, tarde ou cedo, das Antilhas britannicas, largará o Canadá, largará Jamaica.

Na mensagem de Mac-Kinley uma phrase mui significativa, porventura adrede alli dissimuladamente posta, escapara á perspicacia dos criticos. É quando o presidente disse que essa guerra com a Hespanha era a primeira entre os Estados-Unidos e a Europa. Como quem, sob a ambiguidade propositada de uma logomachia verbal, marca data e annuncia serie.

Para os Estados-Unidos, para a Hespanha, para Portugal, para a Europa, começara, pois, um cyclo definido e original.

*

Não começara ainda, para Hespanha-Portugal. Recabiu-se, pelo contrario, nas mais obsoletas conge-minações, qual a da obliteração da lusitana nacionalidade pela força das armas castelhanas.

A conquista de Portugal pela Hespanha foi, por muito tempo, o pezadello de rancoroso receio com cuja abominavel perspectiva a opinião conservadora justificava o pezado da egoista alliança da Inglaterra. Dizia-se que era incontestavel que a Gran-Bretanha nos espoliava e nos vexava mas accrescentava-se que não poderiamos prescindir d'essa humilhante tutella, sob pena de a Hespanha immediatamente pôr em marcha os seus batalhões para nos submeter novamente a um jugo nefando.

E' certo, todavia, que Portugal nunca esteve sob o dominio da Hespanha, coisa que o orgulho castelhano esquece demasiado e que pena é que o brio portuguez tambem demasiado esqueça. No, depri-mente, chamado direito das monarchias, Portugal foi herdado legitimamente (legitimamente, já se vê, segundo as normas do mesmo detestavel direito) por um principe de Castella, na falta de herdeiros directos lusitanos. Mas, propriedade de *Philippe II*, Portugal nunca foi propriedade da Hespanha. E, para que o representantê da casa de Austria tomasse conta do governo de Portugal, necessario foi abater a sua soberba, vergando-a até ao reconhecimento dos fóros e franquias da gente portugueza.

Com effeito, uma carta patente se expediu, datada de 12 de Novembro de 1582, e n'ella se incluíram as mercês e privilegios que, em nôme de D. Philippe, tinham affiançado antes o duque de Ossuna, D. Christovam de Moura, Molina e Rodrigo Vasques de Arze.

Essas graças haviam-se publicado perante as côrtes de Thomar, assignadas pelo monarcha e communicadas aos Trez-Estados pelo secretario Miguel de Moura. Os capitulos decretados eram em numero de vinte-e-cinco. Logo o primeiro preceituava que el-rei solemneamente juraria guardar os fóros, liberdades, privilegios, usos e costumes do reino. Estabelecia-se que não celebraria côrtes senão em terras de Portugal nem poderia legislar coisa alguma ácerca d'estes reinos e seus senhorios nos Estados convocados fóra d'elles. Que, tendo de nomear vice-rei ou governadores ou outras quaesquer auctoridades supremas, não escolheria senão portuguezes. Que todos os empregos de justiça, fazenda e governação seriam providos em portuguezes, excluidos os estrangeiros. Que em Portugal continuariam todos os officios e empregos civis e militares, pequenos ou grandes, sendo nomeados para elles sómente os portuguezes, ficando entendido que quaesquer cargos, assim de mar como de terra, que para o deante se creassem, só poderiam ser preenchidos por portuguezes, devendo ser portuguezes tambem os presidios e guarnições das praças e fortalezas. Mais ficou determinado que o oiro ou a prata cunhada em moeda no reino e seus senhorios, que seria toda a que entrasse n'elle, fosse

lavrada com os cunhos e armas de Portugal, sem outra mistura.

Muitas mais, por igual, expressivas clausulas quedaram categoricamente delineadas, para que confusão se não podesse estabelecer e portuguezes e hespanhoes ficassem scientes e persuadidos de que nem portuguezes mandariam em Hespanha nem hespanhoes mandariam em Portugal. Portugal e a Hespanha constituiriam dois reinos bem distinctos e bem separados, com suas leis proprias, com sua administração especial, não tendo de commum um com o outro senão a pessoa do rei, que seria o mesmo para os dois estados.

Organisou-se então esse systema hybridado do dualismo politico, que, então como hoje, não tem senão promovido inquietações e fomentado desastres.

O *modus-vivendi* de Portugal com a Hespanha, desde 1580 até 1640, é qualquer coisa de parecido com o até ha pouco ainda existente *modus-vivendi* entre a Suecia e a Noruega, que actualmente cessou, e com o que actualmente ainda vigora entre a Austria e a Hungria.

O que com isto pretendemos deixar fixado é que a Hespanha *nunca* fez a conquista de Portugal. Seria ridiculo capitular de victoria a sarrafusca da ponte de Alcantara, quando o prior do Crato, afóra a ralé de Lisboa, mulatos e presos soltos, se encontrava abandonado da grande massa da nação, clero, nobreza, e povo inclusivè, prestando homenagem, como a seu principe legitimo, a Philippe de Hespanha a

propria casa de Bragança, que formulara pretensões de direito ao throno, vago pela morte, sem descendentes directos, do ultimo monarcha de nascença portugueza.

A conquista, real e verdadeira, de Portugal, Castella a tentara após o obito do chimerico D. Fernando; mas então, como já antes e ainda depois, pareceu provar-se que, no todo ou largamente, portuguezes não poderiam conquistar amplo trato de terra hespanhola, como hespanhoes, outrosim, não poderiam conquistar amplo trato de terra portugueza. D'ess'arte, em Aljubarrota o Condestabre demonstrou a intuição moderna do seu genio militar, pelo reconhecimento estrategico do valor da unidade tactica da'infanteria; e na batalha de Toro D. Affonso v houve de abandonar o campo a seu filho, deixando-lhe o primôr d'uma esteril gloria primaveril.

Não conquistado Portugal pela Hespanha á força de armas, tambem a Hespanha nunca conseguiu conquistar Portugal pelos enredos diplomaticos da politica, ainda a mais artilosa e subtil.

Depois de acceites e jurados os capitulos, já referidos, das côrtes de Thomar, a ambição da côrte de Madrid procurou corromper a situação e subornar os acontecimentos. Baseou-se no alvoroço de Évora, e do Manuelinho maluco fez seu cavallo-de-batalha.

Longe se estava do cyclo heroico dominado pela grande figura do Condestabre. Seu prestigio prolongou-se mesmo até aos nossos dias. Em toda a Castella, hoje ainda, quando as mães se vêem importu-

nadas pelas choradeiras de sua prole, ameaçam as creanças rabugentas com o Papão portuguez. Dizem-lhes, sem saber hoje o que dizem — *Calla, que viène Don Nuño.*

Mas então o povo, em Evora, de todos se encontrou abandonado e ninguém, ao tempo, pensou em considerar essas alterações como fausto e eloquente preludio da redempção lusitana. Em sua «Epanaphora politica», D. Francisco Manuel de Mello assegura que

affirmam muitos dos diligentes investigadores das cousas futuras, que se acham preditas de longos tempos, no oraculo da Sibilla; e que os astrologos haviam prognosticado este notavel e mysterioso movimento: trazendo a esse fim versos e vaticinios.

Porém, á data, os entendidos no futuro taes conjecturas é que não faziam; e o conde-duque de Olivarez presuroso se aproveitou do ensejo para, successivamente, coarctar as liberdades da real autonomia portugueza, reduzindo Portugal ás condições d'uma provincia, conquistada, da Hespanha. Não o consentiu Portugal e ergueu o grito da revolta.

O character romanesco da conjura dos quarenta fidalgos que no 1.º de Dezembro de 1640 disseram insolencias á duqueza de Mantua e, para a sanha da turba feroz da epocha, por uma janella do paço, arremessaram o corpo furado de Miguel de Vasconcellos — não deixa vêr a prodigiosa continuidade de esforço que foi preciso iniciar e manter durante a longa guerra, da acclamação chamada. Durou ella todo o reinado de D. João IV e cobriu de gloria o

conde de Castello-Melhor, quando administrou, só, o paiz durante o pseudo-governo de Affonso vi. Em tempos do regente infante D. Pedro é que se negociam as pazes com a Hespanha, pelos ministros de Inglaterra, concluindo-se por meio do conde de Sandwich.

A longa campanha, de vinte e oito annos, demonstrou, na sua fluctuação episodica, as condições especialissimas de resistencia que Portugal póde offerecer em uma lucta, basta que seja conduzida com mediocre talento. Triumphar de Portugal combatendo com decisão e uidade, eis ahí uma bem difficil, temeraria e perigosa tarefa. A guerra de então provou cabalmente o asserto expendido. E alguns dos seus episodios revestiram aspectos de singular belleza epica, como quando o conde de Schomberg, na batalha de Montes-Claros, disse, ao que nos refere d'Ablancourt, para o marquez de Noirmoutier, que ella mostrava exactamente a physionomia d'aquellas antigas pelejas onde se julga que o capricho dos pintores tem uma parte excessiva.

Esse vasto e moroso combate, entre portuguezes e hespanhoes, impressionou, de todo o tempo, os escriptores militares, e serviu-lhes como que de archivo de exemplos e licções.

De modo que, quando o odio contra a Inglaterra, nutrido pelo seu mais formidavel inimigo, isto é por Napoleão Bonaparte, veio a transportar para Portugal a base das operações da briga, e da terra lusitana fez a plataforma do insigne duello, um homem com-

petentissimo tractou de, julgando-o eminentemente opportuno, industriar os seus amigos inglezes ácerca das victorias pelos portuguezes ganhas n'essas eras transactas. Foi um francez traidor, grande cabo de guerra, o general Dumouriez. Em 1807, em Londres, elle, reportando-se ao allemão Hagner, publicou as *Campanhas do marechal de Schomberg em Portugal*.

Suas previsões se confirmaram, e cruelmente á sua custa aprenderam aqui os francezes invasores.

Todas as conclusões extrahidas da lição dos factos antecedentes encontraram uma nova e idonea confirmação.

Com as tropas do imperador veio um dos mais illustrados talentos e um dos mais nobres caracteres do Grande Exercito, ao deante gloria radiantissima da tribuna liberal gauleza. Era o general Foy, o qual, em 1827, publicou em Paris os quatro proveitosos volumes da sua *Histoire de la guerre de la péninsule sous Napoléon*.

Ahi, recapitulando os successos, elle estabelece a conclusão de que, convenientemente dirigido, Portugal é absolutamente invencivel, desde que, abandonando quasquer velleidades aggressivas, se mantenha firmemente dentro dos limites d'uma guerra defensiva.

Conscio d'estas verdades, cujo explicado desenvolvimento nos pareceu decisivo e irrefragavel, não nos affligem em excesso as ameaças com que, d'onde a onde, nos brinda o absurdo rancor da opinião con-

servantista ou reaccionaria da Hespanha official ou officiosa.

Registraramos havia tempos os desacertos do *Heraldo de Madrid*, aventando a ideia d'um passeio militar até Lisboa, pelo mesmo simples e curial motivo por que á data consignavamos desacertos congeneres da *Epoca*, tambem de Madrid.

A *Epoca* é um «grande-formato»; tem todas as abnsões, odios solapados e incorrigiveis ciumes das classes reaccionarias; foi o orgão preferido do pensamento de Canovas del Castillo, de Canovas del Castillo que, com respeito a Portugal, chegou a annunciar, n'um folheto psychiatrico, a proxima sua absorpção pela Hespanha, pois que estavam propinquos os tempos annunciados por varias prophcias, que elle, Canovas, Bandarra menos sincero, se dera, consequentemente, ao trabalho de interpretar.

A *Epoca*, então, publicava a opinião d'um seu correspondente, o qual aconselhava á Hespanha, para compensação das suas presumiveis perdas coloniaes, a conquista de Portugal. E a *Epoca*, a esse conselho phantasmagorico, fazia o seguinte commentario, simultaneamente ingenuo e cynico:

O peixe grande devora o pequeno. Cumpre ser forte. Parece feio que uma nação despoje outra do que a ess'outra pertença; porém nada terá a temer, se souber esbulhar... com arte.

Quando fizemos esta transcripção, no proposito nos moveu o frisar, ainda uma vez, o feitio de rude

desrespeito pela moral politica e pela justiça internacional que caracteriza estes homens do passado, os quaes, infelizmente ainda, dominam e prevalecem no governo das nações e na falsificada orientação da opinião publica. São os grandes oppressores e os grandes corruptores. Os que tyrannizam e os que mentem. Os que impoem pela força o silencio aos adversarios, e pelo sophisma captam a acquiescencia da inconsciente ignorancia collectiva.

Na primeira linha por toda a parte onde domina o antigo espirito, elles são na Hespanha os que, havendo-se nos tratados de 1815 estabelecido a restituição de Olivença (praça d'armas notavel, a 6 leguas ao sul de Badajoz, com passante de 10:000 habitantes) a Portugal, a quem pertenceu sempre, — até hoje sempre teem impedido que tal restituição se effectuasse, apezar das repetidas reclamações por parte do governo portuguez. Pelos seus erros e, mesmo, pelos seus crimes, a politica d'estes homens lançara a Hespanha no absurdo da situação coeva; elles sentiam que a justa colera do povo hespanhol, que é valoroso e brioso, intelligente e honrado, prestes os puniria, ao parecer. E buscavam fugir à irremissibilidade d'uma situação que, aliás, elles mesmos fôram os proprios a crear — pela vilita de expedientes arteiros ou, até, de grosseirissimas evasivas.

Esta, eis uma d'ellas: a conquista de Portugal

O povo hespanhol não era responsavel por semelhantes desconcertos da imprensa madrilena, que,

sem embargo, se preza de circumspecta e séria, e o é, na sua grande parte.

O povo hespanhol pensa tanto na conquista de Portugal como na da China. Elle consideraria monstruoso qualquer projecto de que portuguezes e hespanhoes viessem ás mãos, em carnificinas estupidas e impias, por que fraticidas fóssem.

O povo hespanhol não quer a guerra com Portugal; e se, nos conselhos da corôa, houvesse ou hou-ver em Madrid um ministro tão doido ou tão perverso que propozesse a conquista de Portugal, quere-mos crêr que esse estadista seria immediatamente precipitado do poder pela indignação e pelo desprezo, que acolheriam, por certo, sua descerebrada iniciativa.

Mas nem por isto o procedimento recente da *Epoca* dispensava commentarios, á laia dos que estive-mos fazendo, de nossa banda.

Careciam elles, mesmo, de ser completados por outra ordem de considerações, de resto, urgentes. Preliminarmente, a dispôr seu lance, é que estas registráramos. Ellas, em si, constituirão a materia d'outra vezada.

*

As quaes, pensando bem, não valeria a pena expôr.

De resto, se por então de Hespanha nos vinham ameaças rispidas, suaves conselhos a Portugal de Hespanha pouco antes haviam vindo.

Dera-os, n'um artigo publicado em *El Porvenir*, de Sevilha, Emilio Castelar.

Resumiam-se no seguinte: que nos deixassemos estar quietos, que não fizéssemos revoluções, que não estabelecessemos a republica.

Era o que tinha a dizer-nos em 1897 o revolucionario de 1868.

Para isto, melhor seria não fallar. Emilio Castelar perdera, com effeito, uma excellente occasião de estar callado.

A bem dizer: elle vinha-a perdendo desde 1873. Desde quando o general Pavia entrou nas côrtes com a força armada. A partir d'essa noite tragica, Emilio Castelar, politicamente, não possuia o direito de proferir uma palavra só sequer. Não tinha a menor auctoridade moral. Na melhor hypothese, não o distinguia sombra de auctoridade mental.

Porque, de duas uma: elle então ou fôra um traidor ou fôra um idiota.

O dilemma não é nosso. Quem o estabeleceu foi, á data, Gambetta, fremente de colera, perante o espantoso caso.

Por isso, que vinha Castelar a aconselhar a Portugal e a portuguezes? Ou seria encommendado o sermão?

E' que elle era republicano de toda a vida, declarava-o.

Para esse republicano, deveria a republica rezar aquella reza do inglez: «Meu Deus, livra-me dos meus amigos, que dos meus inimigos me livro eu.»

Pois que foi nas mãos de semelhante rhetorico, brilhantissimo, que morreu, ao desamparo, a republica hespanhola de 1873.

Mas, emfim, fôra republicano de toda a vida.

Vamos e venhamos. Ha quem diga que sem a revolução que se effectuou em Madrid em 1854 elle nunca teria cravado a sua tenda no acampamento democratico e que haveria antes sido porventura um dia o mais fervoroso defensor da doutrina catholica, o equivalente d'um José de Maistre ou d'um Donoso Cortès. Pois já se não lembrarão de que Castelar foi por longo tempo o amigo e, mais, o admirador do marquez de Valdegamas, talentoso representante do ultramontanismo extreme, do jesuitismo completo na tribuna castelhana?

Republicano de toda a vida?!

Vamos e venhamos. Ha quem diga.

Quem?

Algum detractor faccioso?

Mui ao contrario. Um admirador entusiasta.

Chama-se F. de Sandoval e publicou em francez (Paris, 1886) um volume do mais alcandorado panegyrico: «*Emilio Castelar, relance sobre a sua vida, o seu temperamento d'escriptor, sua obra e as tendencias que d'ella se desprendem. Contendo extractos dos mais notaveis discursos do eminente orador. Com um bello retrato a fóra do texto.*»

Mas é que Castelar, perante o que se passava em Portugal, entendia que Portugal não devia fazer a revolução.

Porque os males publicos, dizia elle, em Portugal não são de character politico mas de character economico.

São de um e de outro. Mas que fôsem só de character economico. . .

E d'ahi?

E d'ahi os males economicos são d'aquelles que não se curam ou extirpam com o ferro candente da revolução.

Eis a doutrina — actual, entendesse-se — de Castelar.

Os males economicos não se curam com a revolução?

Então desasizada foi a revolução franceza.

Pcis do que proximamente procedeu ella?

Não seria da crise economica e da banca-rôta financeira? Para que foram convocados os Estados-Geraes? Quando, capitaneadas pelo livido official de diligencias Maillard, as mulheres de Paris fôram a Versailles buscar a familia real, a revolução aberta, que trazia em refens *o padeiro, a padeira e o mo-cito do forno*, que causas tinha ella? Não era a falta de pão? Ou este motivo não será de ordem economica?

Mas deixassemos a França, que se julgasse jacobina demais. Vejamos outra gente:

Em a primavera do anno de 1764, havia resolvido o parlamento inglez, de accordo com o ministerio Grenville, alterar as relações entre a Inglaterra

e as suas colonias norte-americanas. Puzeram entraves ao commercio e ás industrias que alli se exerciam e augmentaram as pautas de introdução de generos estrangeiros, de tal modo que o seu nascente commercio foi assaz prejudicado. Não contentes com isto, obrigaram aquellas colonias a um imposto de sêllo que originou complicações mais graves ainda.

Seguidamente novos esforços, feitos por Grafton, para inpôr ás mesmas colonias outros tributos mais. Afinal, o ministro North realisou ainda uma tentativa, estabelecendo uma quota sobre a introdução do chá na America. Ponto final. Explosão.

A insurreição estalou em Boston, onde os habitantes armados arrojaram, a 18 de dezembro, varios carregamentos de chá ao mar. A esta violenta opposição replicou a Inglaterra bloqueando o porto e enviando, a submeter os rebeldes, um corpo de exercito commandado pelo general Gage.

Esta revolução não teria por origem factos economicos? E os males economicos a que essa revolução procurou pôr termo não fôram, com effeito, extirpados pelo seu «ferro candente», segundo o dizer metaphorico, pomposo de Castelar?

Seja como fôr. O facto é que uma revolução republicana em Portugal era coisa escusada, professava Castelar. Ou então «ando eu, dizia elle, muito desviado da verdade nas minhas noções politicas com respeito á Lusitania.»

Andava, por certo. Andava. Mas era então.

D'antes, quando a evolução regressiva do seu espirito não se tinha ainda accentuado com a profundidade a que descera depois; d'antes, Castelar, estudando a historia politica de Portugal, concluia que Portugal necessitava de completar a obra inacabada do constitucionalismo, proclamando a republica. Não desmentiam seus conceitos reaccionarios ou conservantistas (o que, á hora coeva, tanto montava), não desmentiam, não, o ensino progressivo da sua *Historia do movimento republicano na Europa*. N'essa obra mostrava Castelar como tudo cooperava para o advento cosmopolita da republica. Tudo. Desde o hymno de Riego até á philosophia de Fichte.

Mas, á data, republica em Portugal, cruzes! Naturalmente, a republica em Portugal seria proxima-mente, a republica em Hespanha. E as responsabilidades do 3 Enero estavam por apurar ainda. Assim, nunca fiando, podia mesmo, na rispidez propagandistica, insinuar-se.

Tambem, no seu celebre manifesto ás nações a quando do advento da republica, em Madrid pela retirada de Amadeu, entendia então Castelar a proposito que Portugal fizesse a republica em Lisboa e expulsasse do throno D. Luiz de Bragança. Sómente, com a condição de se annexar á Hespanha, orientada por elle Castelar. Esta idéa nunca a perdeu; o estudo encomiastico que consagrou á *Historia de Portugal* de Oliveira Martins (elegantemente traduzido em portuguez pelo snr. Joaquim de Araujo) fecha ainda por esse anhelos.

Mas, de conta propria, Portugal pensar em republica — nunca !

A republica deve ser fundada na paz e para continuar a paz, perorava o incongruente tribuno eloquentissimo, que se propôria o regressar á republica quando subitamente morre.

Para fundar a paz, seguramente. Mas fundada na paz, onde se viu isso, desde que o mundo é mundo ?

Foi fundada na paz a terceira republica franceza ? Não derivou da guerra allemã ? Foi fundada na paz a segunda ? Não sahiu das barricadas de Pariz ?

E a republica de Inglaterra, não emergiu da guerra civil ? Não assentou sobre o cadafalso em que rolara, decepada, a cabeça do rei ?

A da Hollanda ? As da Hespanha americana ? Ora por amor de Deus . . .

Mas é que «mais cara que uma lista civil é uma guerra civil.»

Em primeiro logar, quem dizia a Castelar que a republica em Portugal traria uma guerra civil ? Bem se via que, realmente, elle andava (como presumira, aliás) muito desviado da verdade nas suas noções politicas com respeito á Lusitania.

E, ainda que assim fôsse, era essa uma razão ? Porventura D. Pedro IV em Portugal desistiu da guerra civil, porque ella custava mais caro do que a lista civil, ou correlativo, do seu estimavel mano D. Miguel, ou Migel, consoante os doutos ?

E pensaram acaso como Castelar em Hespanha Maria Christina, Isabel, D. Carlos, Espartero, Cabre-

ra, constitucionaes d'uma banda, absolutistas da outra?

Depois, que philosopho da historia era este que pensava que uma revolução é coisa que se faça ou deixe de se fazer, porque a estes exaltados *les dá la gana* ou porque aquelles moderados pedem, com bons modos, que a deixem ficar para depois das *thermas* e á volta dos semicupios mórnos?

E que sabio das duzias, que doutor da mula russa não nos resultava aquelle que vivia na illusão de que ha revoluções méramente politicas, «pois que, para que as revoluções produzam remedios economicos, necessitam ser sociaes, muito sociaes»! Salvo se a palavra grave de *revolução* a applicava elle a qualquer *pronunciamento* dos em cuja licção sua mocidade se depravou.

Assim, a revolução constitucional portugueza parece bem caracterisadamente politica, pois não parece? E, todavia, ella é profundamente economica. Que o diga a sombra de Mousinho da Silveira.

Ora, emfim finalmente, que é o que sabia Castellar da republica possivel em Portugal? Com que competencia lhe talhava elle os moldes?

Não seria melhor que o copioso e valioso escriptor empregasse os seus ocios n'outra faina mais interessante, em ponto historico que melhor conhecesse?

Por exemplo, a contar-nos a historia secreta da republica hespanhola de 1873.

Que diria?, a irritação da polemica proselytica podia no momento afoitar a interpellação.

*

O artigo publicado por Emilio Castelar no *Porvenir* de Sevilha causara em Portugal certa sensação. Ella foi logo pressurosamente aproveitada pela imprensa conservadora, para o seu afan nefasto de manter o mais tempo possivel o *statu quo* politico que nos deitou a todos a perder. Tiveramos já eusejo de frisar o quam desconcertada é a doutrina de occasião n'esse diploma expendida. Todavia, não nos despediramos ainda do assumpto. Não pelo valor do artigo, que o não tem nenhum; mas pela necessidade da propaganda, infelizmente reclamada pela insufficiencia da cultura das classes até as mais illustradas d'este nosso pobre paiz.

Com effeito, para o portuguez ainda não raion a hora do criterio que não chamaremos moderno, pois que seja velho e sedigo lá-sóra. Renovando a philosophia do seu tempo, o francez Renato Descartes legou ao homem intelligente o principio fundamental a seguir na aquisição e apuramento dos conhecimentos. E' este: *Pensa de contu propria e não formes juizo de coisa alguma sob alheia palavra.*

Os portuguezes não procedem assim. Certa preguiça cerebral de que soffrem tolhe-lhes as investigações directas. De maneira que, por necessidade propria, vão creando determinados idolos, cujas sentenças acatam como oraculos indiscutíveis. Se o idolo pertence a nação extranha, mais effeito produz, por

isso que sempre os lusitanos tiveram a pecha de preferir o exotico ao indigena.

A triste subordinação intellectiva da nossa gente chega ao ponto de considerar como uma irreverencia, como uma incrível petulancia que se atreva alguém aqui nado e creado a erguer olhos menos submissos para qualquer francez ou allemão cujo nôme haja adquirido tal qual toada nos centros civilizados.

Com a insôssa parlenda de Castelar fôra o caso então. Elle não tinha nada de novo nem devia, em maneira alguma, surprehender-nos. Sem embargo, desolava-nos, como sempre seus congeneres. São detestaveis symptomas d'uma tradicional degradação e revelam a profundidade de um servilismo, tanto mais grave quanto é inconsciente.

Ora, o que fôra afinal que dissera Castelar?

Dissera que Portugal não deveria fazer a revolução, porque o mal de que soffre este paiz é economico e os males economicos não geram revoluções, a seu parecer.

Se Castelar escrevesse isto a sério, elle seria irresponsavel. A idade ou os sobresaltos, os desgostos ou as enfermidades havel-o-hiam *ramolli*, como dizem os francezes. Estaria mentecapto.

Mas, como felizmente para as lettras peninsulares Castelar vivia em toda a frescura da sua bella intelligencia, claro se torna que a sua affirmativa era uma rabulice politica, servindo-se abusivamente da illustração do auctor para confundir a ignorancia do leitor.

Castelar sabia perfeitamente que as revoluções

derivam, mais ou menos achegadamente, dos males economicos e acabam por os sanar. E' essa a sua funcção, mesmo, e não outra.

E Castelar sabia isto de mui longa data. Ainda nos não tinham nascido os segundos dentes, a nós ao tempo creanças de collo de ama, que já elle o sabia e até eloquentemente o professava.

No Ateneo de Madrid realisou quatro series de conferencias subordinadas a um plano integral. São as que constituem a celebre obra, tão plagiada, magnificamente esplendorosa, de *La civilisacion en los cinco primeros siglos del cristianismo*. O pensamento central que lhe faz circular a vida é o da intima identidade entre o christianismo e a revolução.

Ora, a revolução chamada christianismo a que veio?, pergunta Castelar. Veio, replica Castelar, a resolver a crise economica, representada no antigo mundo pela existencia da escravidão. Teve por fim introduzir na humanidade civilisada condições novas de sociabilidade, rehabilitando o trabalho, deshonrado até ahi e até ahi desprezado.

Esta é a philosophia da historia exposta por Castelar. D'ella se serve elle para mostrar como a revolução politica liberal na sua patria teve por objecto, outrosim, alevantar economicamente as classes inferiores, livrando da ignominia da sopa á portaria dos conventos essa

raza de reyes mendigos de que se componia el pueblo español en tiempos del absolutismo.

Assim, o typo do homem revolucionario, para Castelar, com exacta logica e integra justiça era n'essa epocha eminentemente sympathico. N'um dos seus magnificentés impetos oratorios, o tribuno define o que seja o revolucionario:

Es un jurisconsulto que trabaja por su nuevo derecho, un filosofo que ilumina el mundo con una nueva idéa, un redentor que trae una nueva vida, un pontifice que funda una nueva religion, un trabajador que remueve con su piqueta desde los átomos de polvo de la tierra hasta las estrellas del cielo, un sacerdote que opone al estado social presente el estado social venidero etc.

Tudo isto era o revolucionario, em seu conceito, então. Agora, para Castelar, o revolucionario pouco se differenciaria do criminoso de direito commum.

Por isso, elle exhortava Portugal a que não dêsse ouvidos á perfida sereia lanzuda da revolução. Aconselhava a velha Lusitania a que, por todas as alminhas de suas obrigações, a não fizesse jámais.

Duas vezes sômos meninos. E' bem certo. Esta candura muito faria rir aquella velha-barba do socialista Proudhon.

D'entre ferros da cadeia da Conciergerie, dedicou elle á burguezia o seu livro famoso da *Idéa geral da revolução no seculo XIX*.

Esta obra é, por assim dizer, classica na materia. D'ella tirou o fallecido Oliveira Martins bastante do que ha de legivel em sua *Theoria do socialismo*.

O referido volume de Proudhon não é um tomo

de polemica; é, antes de tudo, um systema de principios. Pretende elle expor ao publico o espirito e o conjuncto d'uma revolução antes de sua conclusão, acingindo-se á prova dos factos e, entre estes, escolhendo os mais conhecidos e os mais simples.

Pois bem. Ao cabo de sua rigorosa analyse, conclue Proudhon que impedir uma revolução é ameaçar a Providencia, desafiar o inflexivel destino e cahir no absurdo, pleno e absoluto.

Em sua vaidade de tribuno, Castelar lisongeava-se de alcançar o impossivel, substituindo a sua vontade ás inevitaveis determinações da historia. Cobonestava o desproposito com a theoria especiosa de que não se fazem revoluções para corrigir defeitos economicos.

Não? E' uma graça. Até se fazem guerras civis, suas derivadas, que duram annos e poem as nações que as soffrem a dois dedos da sua ruina completa e seu total desbarato. Quanto mais!

Tambem Castelar o sabia melhor do que nós e antes de nós. A bem dizer, foi mesmo na sua licção que haurimos as primeiras noticias que d'estas coisas tivemos:

No discurso que pronunciou em 20 de Junho de 1870 sobre a abolição da escravatura, traçou elle, com mão de mestre dos de primeira fila, o retrato de Lincoln, presidente dos Estados-Unidos, que levou a cabo a abolição. Alli nol-o pinta, em meio de pavorosas difficuldades, tão lucido e activo e sobrauceiro que, apezar de tudo,

arma 3.000:000 de hombres; reúne 525:000 caballos; hace andar á su artilheria 1:200 millas en siete dias, desde las orillas del Potomac hasta las orillas del Tennessee; empena mas de 600 batallas; renueva en Richmond las hazañas de Alejandro, de César; y, despues de haber emancipado 3.000:000 de esclavos, para que nada le faltase, muere en el momento mismo de su victoria.

Eis aqui, parece, um caso bem caracterizado, e por elle-mesmo, Castelar, destacado em todo seu frisante relevo.

Mas acceitemos que a revolução só devesse fazer-se em Portugal, se a nossa crise tivesse uma origem politica, e não economica, como disse que ella o é, e exclusivamente, Castelar.

Será ainda Castelar, elle-proprio, quem nos dirá que a crise politica existe em Portugal pelo simples facto de aqui existir a monarchia.

Com effeito, n'uma pagina admiravel, o insigne orador explica-nos quaes sejam as condições necessarias para sociedades modernas, verdadeira e perfeitamente, civilisadas.

Diz-nos que são tres.

A primeira é «a soberania nacional, a autonomia da sociedade, o direito que tem os povos de governar-se por si mesmos.»

A segunda é o axioma de que «as faculdades do individuo são suas, uma lei sua, digamol-o assim, que constitue o seu sêr; essas faculdades do individuo, esses direitos individuaes, são superiores e anteriores a todas as Constituições, pois as Constitui-

ções fundam-se sobre elles, como se funda um edificio sobre as leis da gravidade.»

A terceira é o theorema de que «não existe só a lei das sociedades e do individuo, senão que existe uma serie de leis fundamentaes, que correspondem a cada uma das faculdades humanas; a vontade, que se expressa pelo suffragio universal; a consciencia, pelo jury; a razão, pelas universidades, e todas estas grandes associações humanas se hão de organizar n'estes dous principios, de liberdade e de egualdade, os quaes se resumem n'este outro, sublime, que deve coroar todo o edificio social: no principio da justiça.»

Perguntariamos, pois, a Castelar (que d'est'arte nos ensinou) se Portugal, ondê não ha liberdade de imprensa nem de associação nem de reunião; onde a razão era á data aggravada nos lentes das universidades pelas ameaças tyrannicas do governo central; onde ao sulfragio o sophisticam os agentes administrativos; onde a Constituição se enxerga periodicamente violada:—a Castelar perguntariamos e perguntamos se, pois, a Portugal não assistia o direito á revolução.

Porém, não era preciso interrogal-o no lance. Elle já nos respondera, de ante-mão.

Na verdade, depois de, pelo modo consoante vimos, haver posto os principios, Castelar faz-lhes a applicação e tira a critica que, de sua inconcordancia com a monarchia, é licito extrahir.

Passou-se isto na assembleia constituinte, a 20

de maio de 1869, quando o extraordinario orador pronunciou um vibrante discurso em prol da fórma republicana.

Elle voltou-se para os deputados da maioria monarchica, apostrophando-os com um vigor logico inexcidivel.

«Acreditaes em consciencia, clamou Castelar com soberba indignação, acreditaes em consciencia que é compativel com estes grandes principios a monarchia? Oppõe-se á soberania nacional o vincular o poder supremo em uma pessoa, e não só em uma pessoa, mas em uma familia. Oppoem-se os direitos individuaes a que essa familia seja irresponsavel, sagrada, sem que sobre ella possam exercer a sua jurisdicção nem as associações nem a imprensa. Oppõe-se ao principio da egualdade que para as funcções inais altas da sociedade haja um poder vinculado em uma dynastia. Oppõe-se ao principio da soberania nacional, oppõe-se á liberdade, oppõe-se á egualdade, oppõe-se aos direitos individuaes, oppõe-se a toda a vida moderna, oppõe-se á democracia essa vossa monstruosa monarchia.»

Nem mais uma linha. Quizemos que esta impressão fôsse a que ao leitor restasse.

Sómente, como estavam em maré de transcripções de Castelar, lembramos aos collegas do jornalismo monarchico que transcrevessem tambem este trecho. Era curto, occupava pouco espaço. E tinha outra vantagem ainda.

Pertence á grande eloquencia, não á méra rhetorica, porque, racional, é rectamente deduzido de certas observações.

Por elle ficariam os assignantes d'aquellas folhas fazendo alguma idéa do verdadeiro Castelar, do grande e glorioso Castelar — que Deus houvesse, senão *rallié*, ao menos á data contemporisando.

*

O artigo de Emilio Castelar viera admiravelmente a proposito. Por esse valôr extrinseco é que insistimos em fallar d'elle. Visto como nos dava margem a fundamentar considerações que nos pareciam não se podia desejar mais opportunas e necessarias.

Apartara o orador insigne as questões sociaes em duas grandes categorias, a das questões politicas, a das questões economicas. E estabeleceu que as primeiras podem ser liquidadas pelo processo revolucionario. As segundas, porém, nunca as consegue resolver a revolução, assegurara-o o tribuno.

Sobre esta conclusão interessada, já dissemos que fartasse. Restava-nos discorrer ácerca do proprio ponto de partida.

Como quer que fôsse, o que era facto incontestavel era que Castelar se encontrava atrazado, pelo que toca ao conceito synthetico que domina a sua

sociologia. Elle dá a prevalencia ao factor politico, quando precisamente a corrente do pensamento hodierno tende a considerar primacialmente, como origem e causa, termo e fecho, o factor economico.

Na classificação dos phenomenos sociaes, duas poderosas escholas dividiram em nossos dias os espiritos. Uma foi a de Augusto Comte; outra foi a de Herbert Spencer. A primeira concedeu a primazia á idéa; a segunda, ao sentimento. Entendeu Augusto Comte que na hierarchia do progresso as civilisações se differenciavam á medida que as idéas humanas, dominando o conjuncto da actividade, iam successivamente passando por uma das tres phases irreductiveis das maneiras do humano pensar: a phase theologica, ou da ficção; a phase metaphysica, ou da abstracção; finalmente, a phase positiva, ou da realidade.

Combatendo o criterio, demasiadamente racionalista, de Augusto Comte, o philosopho inglez Herbert Spencer procurou demonstrar que na vida do individuo como na existencia das sociedades as idéas tinham uma menor importancia do que os sentimentos e que era, mais especialmente, por effeito d'estes que a evolução geral das coisas se operava.

Emquanto que as duas escholas antagonicas se degladiavam, sem decisiva victoria para nenhum dos lados, ia crescendo obscuramente uma doutrina, inspirada em intuições de procedencia por completo diversas e que deveria abrir caminho amplo e orgulhoso. Acertaria? Ou erraria ainda?

É a chamada concepção materialista da historia. Se a dogmatica sociologica de Comte derivava da cultura das mathematicas, a de Spencer provinha do cultivo da biologia, com o da psychologia, mais em particular. Porém a nova doutrina procedeu do estudo prolongado e subtil da economia politica. Seu fundador determinativo é o hebraico Karl Marx.

Baseia-se ella afinal, sem que tam comesinhamente o diga, ou talvez o suspeite, baseia-se ella no simples facto de bom-senso de que, antes que tudo, o homem precisa de comer. Toda a theoria que esqueça esta consideração preliminar é chimerica. Ella contraria o preceito irremediavel: *Primum vivere, deinde philosophari*.

Por isto, o exame das condições economicas d'uma sociedade qualquer é a analyse inicial e ultima a que deve entregar-se todo aquelle que similhante sociedade pretenda estudar, inquirindo-lhe do passado, apreciando-lhe o presente e prognosticando-lhe o futuro. Será assim?

A velha concepção idealista da historia, que ainda sobrevive aliás, não conhecia, olympicamente, interesse algum material. A producção e todas as relações economicas, d'ella não recebiam (commenta, explicando-nos, o amargo Engels), d'ella não recebiam senão um olhar desdenhoso e furtivo. Ellas não eram, com effeito, senão elementos secundarios da historia da civilisação, — a seu aristocratico parecer.

No ponto de-vista da concepção materialista da historia, a structura economica d'uma sociedade dada

fôrma sempre. pelo contrario, a base real que se deve estudar para se comprehender toda a super-structura das instituições politicas e juridicas. Sobre ella assentam as maneiras de vêr religiosas, philosophicas e outras que proprias e idoneas lhe sejam. (?)

O citado Engels caracterisou perfeitamente o juizo differencial que assignala esta nova intuição historica. dizendo que ella é a explicação da maneira de pensar dos homens d'uma epocha dada pela sua maneira de viver, em vez de querer explicar, como até então se tinha feito, a sua maneira de viver pela sua maneira de pensar.

Conforme com este relance fundamental, o dialectico Karl Marx estabeleceu seguidamente que, se a vida social, religiosa, politica, philosophica etc. dependia, n'uma sociedade considerada, da sua condição economica, esta, a seu turno, derivava do modo da producção. Apurar como est'outra se comportava, era, pois, o alvo a que devia convergir o esforço scientifico. Tudo isto, que tem grande parte de verdade, é, no todo, falso. Mas sigamos, consignando que alli começaram a surgir as dissidencias, as quaes, todavia, não prejudicaram a concepção essencial, que, essa, se manteve integralmente, aos olhos dos sectarios.

O mais eminente dos rebeldes á orthodoxia marxista fôra, em nossos recentes dias, outro hebraico, o italiano Achilles Loria. Este insigne pensador publicou o conjuncto das suas meditações n'uma obra capital intitulada *Analisi della proprietá capitalista*, em

dois grossos volumes. O primeiro dos compendiosos tomos occupa-se das leis organicas da constituição economica; o segundo desenrola as suas fórmulas historicas. Não é este o sitio para demonstrar as affinidades que a Loria o approximam de Marx e as repulsivas contrariedades que d'elle o affastam. O que nos importa, no lance, é saber que com o allemão o italiano nos ensina que as revoluções, apparentemente politicas, dimanam sempre d'uma causa economica, ou patente ou dissimulada.

Constituiu este o thema d'um livro especial, escripto com o mais vehemente impeto e que teve um exito de livraria extraordinario. Na verdade, seu merito é relevante. O seu titulo importa sua resenha: *As bases economicas da constituição social*. Na primeira parte, expõe o douto professor as bases economicas da moral. Na segunda, as bases economicas do direito. Na terceira, emfim, as bases economicas da constituição politica. No capitulo iv d'esta parte terceira, estuda Loria as revoluções de reddito e do poder publico.

Como é que Castelar ignorava, ao parecer, tudo isto? Era porque as relações entre a Hespanha e a Italia sejam intermittentes e difficeis? Era porque, em geral, na Hespanha se não acompanhe o movimento que vae arrastando as sciencias juridicas, lá fóra, pelo sulco rasgado pela relha do empirismo?

Assim não succede. A jurisprudencia foi typo de sabedoria sempre prezado pela cultura castelhana.

E os nossos vizinhos seguiram na esteira, modernamente por outrem encetada.

Um dos actuaes publicistas, mais engenhosos e reflexivos, da bôa litteratura philosophica franceza, G. Tarde, recentemente fallecido, ufana-se com a traducção para hespanhol que, do seu volume sobre as *Transformações do direito*, realisou o professor da universidade de Oviedo, snr. Adolfo Posada. O publicista Tarde argumentava contra Loria; e Posada commentava Tarde, diz este que sabiamente.

Em 1891, já, publicara o professor auxiliar de direito na Universidade de Salamanca snr. Pedro Dorado Montero uma lucida exposição das modernas doutrinas juridicas e economicas dos italianos. Chama-se *El positivismo en la ciencia juridica y social italiana*. Algumas das suas paginas mais vivamente conduzidas destinam-se, por signal, á explanação critica do systema de Loria, exactamente.

Comtudo, Castelar continuava (como se nada d'isto houvesse occorrido) a professar que revoluções politicas tendo por origem males economicos nunca houve, não ha, nem haverá.

Como dissemos, não queriamos meudamente discutir o alcance d'esta concepção chamada materialista da historia humana. Sómente, cumpria-nos deixar mostrado, em contra do asserto de Castelar e da basbaquice dos seus admiradores lusitanos, que os democratas portuguezes appellando para a revolução, por motivo das condições economicas da sociedade de que fazem parte, não commettem erro algum critico, an-

tes estavam no ensino geral da sciencia sua contemporanea.

Se na Allemanha com Marx e na Italia com Loria nós deparamos strenuos e auctorisados defensores do criterio segundo o qual o factor economico é o segredo dos episodios politicos da historia, — tambem a Inglaterra sábia nos não deixava ficar mal em nosso indiculo sobre a generalidade crescente coeva da nova doutrina.

Com effeito, o notavel professor de economia politica na Universidade de Oxford, e de sciencia economica e estatistica no Collegio Real de Londres, o havia poucos annos fallecido James E. Thorold Rogers dotava a litteratura especial do seu paiz com uma obra afeiçoada a identica disciplina. Intitula-se *The economic interpretation of history*; e está redigida com essa reserva prudente que é peculiar ao espirito britannico. D'ella se nos mostra, aliás, como as crises financeiras e economicas não teem, decididamente, outra solução que não destaque do processo revolucionario. Antes dos philosophos e dos sabios o dizerem, já o simples bom-senso humano o havia descoberto. A obra de Thorold Rogers está traduzida em hespanhol, desde 1894, em a «Biblioteca de jurisprudencia, filosofia e historia.»

Assim, portanto, quando os republicanos portuguezes professam a doutrina de que para salvarem o seu paiz dos horrores d'uma catastrophe economica sem precedentes na chronica das civilisações empobrecidas é irremediavel recorrer á revolução

— elles nem rejubilam pela necessidade de semelhante expediente nem, repetimos, avançam proposição estranha, nova e insolita. Recommendam, no insuccesso medico, a intervenção cirurgica. A lanceta aqui é a espada.

Entendia no lance Castelar, porém, concomitantemente, que os republicanos portuguezes não podem levar a bom termo essa revolução, com suas ultteriores consequencias, por isso que elles são illustres cathedraicos e escriptores eximios, é certo, mas pessoas destituidas da pratica dos negocios, do mesmo par e passo.

Esta coarctada é indigna do plastico talento de Castelar. Pois quem é que lhe garantia que, postos á prova, esses lentes e esses escriptores não dessem prestantissimos homens-de-Estado? D'onde sahiram, de resto, os homens-de-estado da monarchia? Não foi, precisamente, tambem das cathedras das univrsidades e das bancas das redacções?

Sómente, com todo o talento de muitos, todo o saber de alguns e todo o patriotismo de raros, as capacidades mentaes absorvidas pela monarchia uada ou quasi nada produziram a bem do paiz. O que prova que a questão, ao contrario do que se costuma dizer, não é de homens, mas sim de principios.

Por isso, a monarchia não é tambem á falta de homens que morre; tem-os tido de todos, desde os ignorantes até os eruditos, desde os estupidos até os talentosos, desde os cynicos mais canalhas até os heroes mais cavalheirescos. Mas é ella um sorve-

douro terrível; n'aquelle ar empestado tudo succumbe. E, ao fim e ao cabo, o que resta? Resta a solapada banca-rôta; resta a prevista invasão administrativa do estrangeiro, precedendo talvez a invasão militar, que á primeira a deva garantir e lhe tenha de ceder prestigio e força.

Debalde pretendem os estadistas da monarchia fugir a este prodigioso desfecho de meio-seculo de protervias. Occorriam-lhe á data os expedientes mais desorbitados. Até o da batota em Cascaes e em Cintra. Andavam como doidos.

Precisavam urgentemente de uma idéa que, se não resolvesse o problema portuguez, lhes desse, ao menos, a folga de uns tantos annos descansados. Oh! Viver sem a afflicção dos infamantes sobresaltos do momento! Ainda que fôsse seis mezes, só seis mezes que fôsem!

Pois bem. Iriamos ser generosos. Para que se visse nossa grandeza d'animo. Eis ahi.

Respirassem.

Havia um meio de a monarchia se poder aguentar, livre de importunidades de crédores, por certo tempo, bem regular, ainda.

Qual era esse meio salvadôr?

Prestes diríamos qual elle fôsse. Descançassem.

*

Dissemos. Era... *vender Setubal*.

?

O miguelista Pinho Leal quando, no seu dictionario topographico, intitulado *Portugal antigo e moderno*, chega ao verbo «Setubal», declara ingenuamente, com a grossa bonhomia da sua maneira litteraria, que nenhum artigo lhe deu tanto trabalho e lhe custou tantas dôres de cabeça.

Embaraçava-o a abundancia de informação; e, tam copiosa como aproveitada fôsse, nem por isso esgotou o assumpto a esmerilhada faina do compila-dôr. Assim, costumam alguns colleccionadores appen-sar ao volume respectivo as annotações que, corri-gindo os erros e completando as insufficiencias de Pinho Leal, compendiou em idoneo opusculo ácerca de Setubal o snr. M. M. Portella, aos tempos juvenis o mavioso e solitario poeta dos *Eccos do ermo*.

E' que Setubal tem muito que se lhe diga; e, por tudo, Setubal nos move e interessa.

Sabemos que seu solo é fertilissimo em todos os generos, principalmente na producção do vinho, hortaliças, fructas, com especialidade laranjas, tangeri-nas, limões dôces, figos, uva moscatel e bastardo. Registra-se alli abundancia de gado, caça e peixe, particularmente salmonetes, linguados, tainhas e mariscos.

Bellas marinhas, conhecidas em todo o mundo e

que constituem a principal riqueza da localidade. Consideravel exportação de vinhos.

Nos arredores da cidade, marmores e porphyros preciosos.

Dados estes termos, uma suggestão feriu o nosso espirito, perante o espectaculo confrangente de a monarchia á dependura: — vender Setubal.

Nobrememente deliberamos logo não reservar egoisticamente a ideia, não fazer condemnavel monopolio da lembrança.

Antes, á realeza desatremada aconselhal-a caridosamente. Coitada! Estás na afflicção da falta de recursos? Pois é vender Setubal.

Andava o beato Barros Gomes por esse mundo de Christo — oh tio, oh tio, bote para cá o batel! —; andava o beatissimo jesuita *en robe courte* a offerecer, dizia-se, aos lanços suspeitosos o negocio equivoco de Lourenço Marques, terreno de contestações, causa de pleitos, abominavel perrexil de brigas e contendias.

Quando aqui de casa, sem amarguras e sem torturas, corredia e simples, offerecendo-se, passava despercebida esta melgueira — de Setubal.

Outra limpeza: vender brancos — que pretos a catanga cheiram e ominosos espectros de escravatura e azorrague evocam e acordam.

Emquanto que — Setubal! Setubal, nada d'isso; Setubal, que primor e que graça!

Qual vender Lourenço Marques?! Vender Setubal é que era. Os exemplos devem vir de cima e todo o tempo é tempo.

Depois, os inglezes — que eis sempre quem compra — os inglezes, por Setubal pellam-se.

O escrevinhante da *Encyclopædia britannica*, deante de Setubal, extasia-se. Setubal, oh! Setubal. Setubal, diz elle, «*is an emporium of the Portuguese salt trade*». O auctor do manual para viajantes em Portugal, na collecção Murray, considera Setubal «*as the first town in Portugal*».

Por isto tudo e muito mais, qual seria a razão mediante cujo influxo não pensava o regimen, liquidatorio, em liquidar Setubal? Miseravel rotina! Deplo-randa obstinação!

Lourenço Marques! Tudo era Lourenço Marques, — a trespassar, d'uma maneira clara ou «sob uma fôrma encapotada», conforme nol-o annunciava á data o *Figaro*, folha monarchista e pornographica de Paris.

Quando ahí está, sollicitante, Setubal, cujo obli-vio nos penalisa, realmente. Ah! Nem para nós sô-mos bons. Que vergonha!

Não. Não é vender Lourenço Marques. É vender Setubal.

Promova-se a offerta em Londres; Londres accei-tará! Certo, certo, certo.

Pois que difficuldades poderiam contrariar a ope-ração? A resistencia de Setubal?! Jámais! Setubal saberia sacrificar-se pela Patria. Essa cidade incom-prehendida daria um exemplo solemne de amor e abnegação.

Codros, nem Curcios, ouvidos com espanto,
Nem os Decios leaes fizeram tanto.

E acabaria, por uma vez, essa cantata pseudo-patriótica do jacobinismo lusitano, que parecia que tomara de empreitada Lourenço Marques. Setubal vingaria e salvaria a monarchia.

De resto, diga-se: não faria senão corresponder á confiança que no amor de Setubal pela dynastia de Bragança a casa real portugueza a Setubal justamente dedicou desde todo o principio.

O Portugal restaurado, de Villa-Viçosa oriundo, soube sempre que na hora duvidosa e perigosa com Setubal podia indefectivelmente contar. Para tudo. Para tudo.

Afim de salvar a monarchia de Bragança, Setubal decidir-se-hia a deixar de ser de Portugal e resolver-se-hia a pertencer de corpo e alma á Inglaterra, por exemplo.

Ah! Brigantina Setubal! Ah! Real Bragança!

Por isso, por isso, — em 1661...

Era embaixador de Portugal em Londres o primeiro conde da Ponte e primeiro marquez de Sande.

A dynastia de Bragança, recém-fundada, pretendia que a dynastia de Stuart, recém-restaurada, — por um casamento, com ella se alliasse. Ao rei Carlos se offereceu a formosa infanta Catharina, «que por signal era bem feia», consoante o venerandissimo Rodrigo da Fonseca, das cadeiras ministeriaes dizia de outra princeza lusitana. Mas o galante Car-

los — todos estes Carlos são damnados, — pratico e positivo, às seducções da senhora de Bragança oppunha malignas reticencias.

Anglo-saxão. Da perfida Albion. Rude e frio. A' laia de seus congeneres, glaciaes e duros :

Contra uma dama, oh peitos carniceiros,
Fêros vos amostras e cavalleiros!

Menos do que isso. Mercantilista. Negociador. Usurario. Em extremo, puro chatim.

Reclamou dote. Dona Catharina — fanatica, catholica, portugueza e feia. Vamos, pela gorja de Belzebuth. Mas tambem — ouro, ouro, ou cousa que o valha. Ouro, ouro, ou cousa que o valha.

O conde da Ponte, alcoviteiro diplomatico — tem-se visto, até ao recente Fontes, — o conde da Ponte ia desfiando as tentações.

— Real Senhor, o commercio livre da India e do Brazil. . .

— Hum ?!

— Real Senhor, Tanger. . .

— Ora! Tanger é um rochedo.

— Real Senhor, Bombaim. . .

— Adeus, adeus! Bombaim é um pantano.

— Real Senhor, Setubal. . .

— Setubal?! O quê, Setubal?! Ainda hontem m'ò explicaram. Setubal não passa de uma mão-cheia de sal.

Então, o embaixador portuguez desespera-se.

Com data de 9 de maio de 1661, escreve de Londres à rainha-mãe, D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV e regente do reino na menoridade de seu filho D. Affonso VI. E' demais. Pois nem Setubal querem, aquelles cães hereticos?! Debalde elle procurou seduzir o favorito do autocrata, o conde de Manchester, fazendo-lhe, para que lhe patrocinasse a causa e lhe inculcasse a dama junto do regio garanhão, fazendo-lhe um opiparo presente de «uns vasos de alambre». Mas a nada o bruto se movia.

E' que houvera maldades illaqueadoras em volta do rei de Inglaterra. Cavillosamente, o persuadiram de que o enganavam, offerecendo-lhe Setubal, pois que, «primeiro que os portuguezes a entregassem», assaz haveria a derimir.

Mas tudo é bem que acaba bem. O contracto do casamento terminou por se concluir. Setubal é trocada por Bombaim. Tal a versatilidade do monarcha britannico!

Porém o que se não faz no dia de Santa Luzia faz-se em outro dia.

Se Setubal não se negociou então em 1661, porque se não havia de negociar agora em 1897?

Assim: quasi que, á casa de Bragança, nos sentiamos com direito de fazer uma soberba intimação. Para que se visse: — Venda Setubal. Reate as tradições. Venda Setubal.

Qual Lourenço Marques qual cabaça?! Setubal, — Setubal — é que era.

Uma mão-cheia de sal — dizia o Stuart ás sopas

de Luiz XIV. Isso alicantinava elle — para encarecer o seu peixe.

Mas nós sabemos a realidade. O negocio do sal em Setubal é obra. Só no primeiro semestre de 1887 nos informam os collaboradores do dictionario geographico universal, sob a illustrada direcção do sr. Tito Augusto de Carvalho, só no 1.º semestre de 1887 se exportaram d'alli 463:337 hectolitros, sendo 432:384 para o estrangeiro e 33:953 para o reino.

Ou é o invejoso hespanhol visinho quem desfaz, novamente, em Setubal? Pois que se morda! Porque em hora de franqueza o castelhano don José de Aldama Ayala confessou que Setubal é *«importante sobre todo por sus numerosas salinas, vinos y naranjas, cuya importacion es mui considerable.»*

Assim — á hora, apertada de difficuldades, concitemos — toca, toca, toca a vender Setubal — e prestes, prestes, prestes. Não havia tempo a perder. Enquanto a freima fervia.

Já á data de 1661 o marquez de Sande, por Londres, lograra, a proposito, jubiloso sobresalto. Em Setubal estivera a Inglaterra então, quasiquasi, a pegar.

De resto, que admirava? Eram 9 de maio que se contavam n'essa bem-aventurada segunda-feira, a qual, pelo estylo coevo da Inglaterra, cahia a 29 de abril. Ora, dia era esse em que a Igreja, segundo o calendario d'aquelle reino, celebra a festa de S. Pedro martyr. Por isso, o marquez de Sande todo se baba. Parece, exclama, que o veneravel canonisado quiz ter parte no' successo d'esse dia benefico, gra-

ças à protecção que «Vossa Magestade dá ao tribunal da fé». *Scilicet*, à Santa Inquisição. Oh vida, doçura, esperança nossa! Nem o queridissimo Barros Gomes, n'esse minuto sceptico ás carreiras, belfurinhando a patria. Varão de Plutarcho!

Concluindo: era vender Setubal.

E depois, para inglezes, com os seus vinhos moscasteis, que especialmente se fabricam em Azeitão! Antes da doença das vinhas, só n'aquelle ponto se produziram cerca de 5:000 pipas. Escusado é pôr mais na carta.

Não. Não havia que vêr. Não havia que hesitar. Decididamente, qual Lourenço Marques?! Era vender Setubal. Era vender Setubal.

E, quanto á maneira de encarniuhar o negocio, isso não offerecia difficuldade. Estava explicada pela primeira offerta que de Setubal fez á Inglaterra a monarchia de Bragança. Basta recorrer á pagina 183 do volume xvii do *Quadro elementar*, organizado pelo ministro Rebello da Silva, fallecido já.

Eis publicação que merece toda a confiança. Foi mandada fazer *por ordem do governo de Portugal*, como se mostra na capa. A capa traz as armas reaes. E' coisa de gosto. Tudo condiz. Ainda bem.

*

Que, de facto, tendo nós aqui à mão de semear Setubal, para quê aquecer o toutiço na reminiscencia

da longinqua Africa e seu Lourenço Marques, cuja recordação romantica só grangeia dissabôres?

Eis que, em Symbaot, a proposito, congeminando, ao e no lance, lèra que de Johannesburgo, em 23 do expirante (Junho de 1903) nos communicara o telegrapho que os financeiros do Sul-Africano haviam resolvido importar, no proximo mez d'outubro, trabalhadores asiaticos para empregar nas riquissimas minas do Rand. E, lendo este despacho, não me acudiram aliás congeminações de ordem economica e nem sequer me fixei n'aquella passagem do sectarista Karl Kautsky que, pelejando contra a defecção marxiana do seu renegado companheiro Eduardo Bernstein, no lance da critica da theoria das crises, annota que, assim como a descoberta do ouro na California e na Australia contribuiu poderosamente para se sobrepujar a crise de 1847-49, assim tambem a descoberta do ouro na Africa austral ajudara a sobrepujar a crise de 1873-1887 e contribuiu para a prosperidade actual.

Com este suscitamento do ouro africano, de que me havia eu de lembrar? Dos direitos historicos de nós-outros portuguezes, que a Inglaterra achou bem conculcar, sem embargo de nossos protestos, os quaes, commenta o francez L. de Launay, tinham o grande inconveniente de se não appoiarem sobre um numero bastante de couraçados.

Este snr. L. de Launay é engenheiro do corpo respectivo e professor na Eschola Superior de Minas; a phrase que lhe extrahi em prol de nossos menos-

cabados direitos tirei-a eu do seu grosso tomo ácerca de *Les mines d'or du Transvaal*.

Abi, occupando-se da historia da industria aurifera n'essas cubiçadas regiões, recorda elle que a existencia do ouro no sul da Africa fôra de mui antigamente conhecida e addita que, se se der credito a viajantes aos quaes não se pôde, pelo menos, recusar o predicado d'uma opulenta imaginação (o allemão Mauch, o inglez Bent), seria em um passado singularmente remoto que cumpriria ir buscar as origens d'aquella industria. Toda a gente, pondera o snr. de Launay, tem ouvido fallar recentemente das ruinas extraordinarias do grande e do pequeno Zimbabué ou de Matindela, na Mashonalandia, das bandas de Manika; ora, para algumas pessoas, essas ruinas, que correspondem em modo assás provavel a antigas explorações d'ouro situadas em suas cercanias, não seriam nada mais nem menos do que os restos da antiga Ophir, onde se iam surtir, todos os tres annos, as frotas do rei Salomão da Biblia!

O snr. de Launay consultou varios personagens credulos, entre os quaes o ultra-famoso Cecyl Rhodés (que, na sua qualidade de director da Chartered, tinha, é certo, — confessa-o o engenheiro francez — algumas razões para ser entusiasta), e outros mais scepticos, de cujos contradictorios assertos concluiu ser prudente reservar por emquanto a opinião. «por mais picante que possa ser e por mais seductor que deva parecer aos accionistas actuaes da Chartered serem proprietarios das minas do grande rei Salomão».

Mas, de tudo quanto leu e ouviu sobre tão interessante questão, o lente da Eschola Superior de Minas professa que, em resumo, o que apurou foi que aos portuguezes é que cabe, de seguro, a honra de haverem descoberto toda aquella região e que um dos seus auctores, Joao (*sic*) de Barros, menciona, *ao que parece*, sob o nome de Zimbaoé, construcções com assaz probabilidade assimilaveis, á face da sua descripção, ás do Grande Zimbabyé. Acrescenta o snr. de Launay que aquelle nôme de Zimbaoé corresponde sufficientemente bem a Zimbabyé e que igualmente alguns o approximaram do nôme de Agysimba, dado por Ptolomeu á Africa austral.

Não é Zimbaoé, porém sim Symbaoé, *que . . . quer dizer Corte*; e quem fez aquella aproximação foi o proprio João de Barros: *. . . olhando a situação, e a maneira do edificio mettido tanto no coração da terra, e que os Mouros confessam não ser obra d'elles por sua antiguidade, e mais por não conhecerem os caracteres do letreiro, que está na porta, bem podemos conjecturar ser aquella a região, a que Ptolomeu chama Agysimba, onde faz sua computação Meridional.*

O snr. de Launay, na referencia ao nosso Barros, reporta-se d'um escripto do snr. Hallez, o qual é que citou, em primeira mão, a *Azia Portugueze (sic)*. Não conheço o trabalho do snr. Hallez; mas, baseando-me na segunda citação do snr. de Launay, parece-me que a referencia não está exacta. Não é na 1.^a decada, livro VIII, capitulo v; porém sim no livro x, capitulo i.

Do tudesco Carl Mauch, a quem se deve a redescoberta d'aquellas ruínas em 1871, escarnece o snr. de Launay, entre outras ingenuidades, pela candura de nas construcções situadas em face vêr a copia da habitação da rainha de Sabá durante a sua residencia em Jerusalem.

Mas o nosso bom e grande Barros mostrara, em seu tempo, outro escrupulo de cuidado e bem mais agudo juizo prudencial. Limitara-se a escrever estas memoraveis linhas a proposito: «...pondo n'isso nosso juizo, parece que esta obra mandou fazer algum Principe, que n'aquelle tempo foi Senhor d'estas minas, com a posse d'ellas, a qual perdeu com o tempo, e tambem por serem mui remotas de seu estado: que por a semelhança dos edificios parecem muito a outros, que estão na terra do Preste João em um lugar chamado Acaxumo, que foi uma Cidade Camara da Rainha Sabá, a que Ptolomeu chama Axumd, e que o principe Senhor d'este estado o foi d'estas minas, e por razão d'ellas mandou fazer estes edificios...»

Curtissimo é o debate a que, com motivo de Ophir, se entrega seguidamente o snr. de Launay; para mais delongas, caberia o subsidio do *Commentarius de Ophyra Regione*, pelo eruditissimo e perspicacissimo Gaspar Barreiros de Coimbra, em 1561, 4.º

Todas as opiniões diferentes dos sabios ácerca da posição geographica do paiz de Ophir, que uns buscam na India e os outros nas costas orientaes da

Africa, não são para reproduzir aqui; quanto a Gaspar Barreiros, conego da Sé de Vizeu, sua patria, era sobrinho de João de Barros. O padre Antonio Pereira de Figueiredo dá a Gaspar Barreiros, rememora-o Innocencio, o decimo quinto logar na serie dos escriptores classicos portuguezes, a contar de seu tio João de Barros, havido por elle como o primeiro de todos.

*

Divagando em mente sobre os continentes extranhos, da Africa facilmente se passa á Asia; e, como em ponto de historia religiosa nos tivessemos afficado, alargando a vista, poderia perguntar-se se por essas regiões exoticas alguma religião haverá que pareenças patentee com o nosso catholicismo, baseado nos livros santos que de Salomão rememoram.

Essa religião existe, com effeito. E' o buddhismo e as analogias, que nos interessain offerecem-se-nos a nosso conspecto com singularissimo relevo aliás.

Convém talvez elucidar seu tanto a este proposito, para que o commum dos leitores com nitidez claramente veja.

O buddhismo preoccupou e preoccupa muito a alta sciencia na nossa idade corrente. Em França, ao terminar a noticia que consagrou aos bellos trabalhos de Abel Rémusat ácerca da China (lingua e escripta

chinezas; linguas tartaras: japonês, idioma coreano; historia litteraria, bellas-lettras; sciencias naturaes e artes mechanicas; geographia, historia; philosophia e religião), J. J. Ampère annunciara a publicação d'uma obra importante que aquelle sabio illustre deixara por acabar: era a traducção d'uma viagem empreendida e redigida por um chinês do quarto seculo, o qual partira no fito de percorrer todos os paizes estrangeiros onde a religião do Buddha estava estabelecida, de visitar os templos e os mosteiros, de recolher os livros sagrados d'essa religião, que, perseguida na India, seu berço, se havia desde então estabelecido na China e devia estender-se em toda a alta Asia.

No thema, J. J. Ampère limitava-se a rememorar, tão só, que se tractava d'uma crença que datava de tres mil annos, que foi florescente na India, que se estabeleceu successivamente em Ceylão, na China, no Japão, na Coreia, no Thibet, e que introduziu tal qual civilização entre os povos tartaros; «que merece, consequentemente, por mais de um titulo (Ampère o ensina), a attenção e o respeito de todos quantos contemplam com interesse as vicissitudes da humanidade.»

Do fundador d'esta religião, inesgotavel se lhe tornou a vida em o assumpto inexaurivel de fabulas e lendas, cujo character moral constitue o lado bello do buddhismo. Com enthusiasmo, para seus detractores, Ampère exclama:

Essa religião que vós desprezais foi a primeira que proclamou a egualdade dos homens perante Deus. Nascida na Índia, paiz de casta e exclusão, calçou aos pés a distincção das castas; ella disse que todos os povos eram chamados; perseguido pelos brahmanes, o buddhismo teve a gloria do martyrio; sellou com o seu sangue a fé na humanidade.

Modernamente, alguns d'esses bellos contos, d'um sentido tam penetrante, teem sido encurtados, no afeiçoamento ao nosso criterio, como o fez, para uma d'essas situações definidoras, o talento poetico de Catulle Mendès, em França, em composição que o talento poetico de Gomes Leal trasladou, em Portugal. Tomei-a, para as reflexões do publico meditativo, da 1.^a edição das *Claridades do Sul*, que é a que possuo:

O Budha scisma, as mãos sobre os artelhos.

Aquelle então que ouvira os seus conselhos
Diz:— Mestre! os que não fôram resgatados
Do Mal são como uns ceus anuviados!
Aos povos que d'aqui moram distantes,

Para que a Lei não errem, ignorantes,
Consente que, affrontando os soes e os frios,
Montes, rochas, passando a nado os rios,
Teu grande dogma. ó Mestre, eu vá prégando!...

—Mas, se elles, corta o Budha venerando,
Te insultarem, eleito!, que dirás?

— Direi só: estas gentes não são más,
Pois, vindo-lhes prégar da terra alheia,
Não me atiram aos olhos com areia,
Nem me espancam e ferem com pedradas!

— Mas, se as gentes, acaso, allucinadas,
Te espancarem, causando graves danos?

— Estes povos, direi, são muito humanos
E ha doçura n'aquelles corações;
Pois, quando erguiam pedras e bastões
Contra uma creatura tão mesquinha,
Não tiraram a espada da bainha.

— Se o ferro te ferir?

— São bons, de sorte
Que me ferem, sem querer-me dar a morte.

— Se morreres?

— A Morte é grando esmola.

— Vae, pois, o Budha diz, salva e consola!

Mas «este amor que trasborda estende-se mesmo para mais longe do que a humanidade e derrama-se até sobre os animaes e as plantas (Ampère escreve), em um orvalho suave de enternecida compaixão.»

*

Proseguindo:

O que é o buddhismo? Quem foi o Buddha?

O sabio professor da universidade de Oxford, Max Müller (*Chips of a German shop*) diz-nos que no *Lalita vistara*, vida lendaria do Buddha, seguramente, o pae do Buddha é um rei. Quando seu filho nasce, o brahmane Asita prophetisa que elle será mui glorioso e se tornará ou um rei omnipotente ou um Buddha, após haver renunciado ao throno e depois de abraçar a vida de ermitão. O grande empenho de seu pae consiste desde logo em impedir tal coisa. Por conseguinte, guarda ciosamente o joven principe, que cresce no interior dos palacios, cercado de prazeres adrede dispostos para desviarem seu espirito da contemplação e suscitarem-lhe o contentamento e o jubilo. Ao cabo de certo tempo, porém, o principe logra licença de dar um passeio pelas cercanias, e é então que succedem as quatro excursões tam famosas na historia do buddhismo. Constituem, no drama subjectivo, a crise.

Ellas se encontram narradas no capitulo xiv do *Lalita vistara*, o qual é hoje de facil manuseamento, pois foi traduzido para francez por Ph. Ed. Foucaux (*Annales du Musée Guimet*).

Resumo, sem frisar as incoherencias, que estão previstas e explicadas aliás.

Quando o futuro Buddha sahia, em grande pompa,

pela porta oriental da cidade, no mesmo instante, na estrada, de si dava mostra um homem velho, alquebrado, decrepito, de veias salientes sobre o corpo, de dentes abanando, com o corpo coberto de rugas, os cabellos esbranquiçados, curvado, dobrado como o arcabouço d'um telhado, abatido, apoiado a um pau, tremulo em todos os seus membros e partes dos membros. (Reste seu tanto do sabôr exotico.)

Então, dando conta d'elle, o Buddha pergunta a seu cocheiro quem será semelhante homem destruido, que mal apenas consegue andar tropeçando? O cocheiro responde: «Este homem, em verdade, Senhor, está acabrunhado pela velhice, tem os órgãos enfraquecidos, afflictissimo vive e privado de força e energia; desdenhado pelas pessoas de sua familia, não tem protector; incapaz de agir, está relegado na floresta, como um bocado de madeira.» O Buddha re-dargue: «E' essa a lei peculiar de sua familia? di-ze-m'o; ou, em boa verdade, será ella a condição de toda a creatura humana? Dize prestes o que é de facto; após haver aprendido a verdade, eu reflectirei, partindo da origem.» Retorque o cocheiro: «Não é, Senhor, nem a lei da sua familia nem a lei do reino. De toda a creatura a velhice arrebatá a mocidade. Vossa mãe, vosso pae, a turba-multa de vossos parentes e de vossos alliados acabarão pela velhice. Não ha outra estrada para a creatura». O Buddha diz: «Oh que desgraça, cocheiro, para a creatura ignorante e fraca, cuja intelligencia, embriagada pelo orgulho da juventude, não vê a velhice!

Aqui mesmo vira promptamente o carro, pois quero voltar para casa. Que me importam os folguedos e os prazeres a mim que sou a habitação (futura) da velhice!»

Mas uma outra vez, o Buddha, ao sahir da cidade em grande pompa, pela porta do meio-dia, discrimina na estrada um homem atacado de doença, ardidado, vencido pela febre, o corpo extenuado, enxovalhado de seus excrementos, sem asylo, a custo respirando. Dialogo analogo, entre o principe e o cocheiro, se trava; e o Buddha diz: «A saude é, pois, como o ludibrio d'um sonho! e o temor da enfermidade tem, assim, esta forma terrivel! Qual é então o homem ajuizado que, após haver visto similhante condição da existencia, poderia nutrir a ideia da alegria e do prazer?»

Ainda outra vez, sahindo em pompa o Buddha da cidade, pela porta do oeste, descortinou um homem morto, posto sobre um palanquim, e cercado da multidão de seus parentes, todos em choros, lamentando-se, gemendo, com os cabellos soltos, cobrindo as cabeças do pó do caminho, batendo nos peitos ao acompanhal-o em seu trajecto. O Bódhisatva exclama: «Ai da mocidade, minada pela velhice! Ai da saude, á qual destroem toda a sorte de doenças! Ai da vida do homem, que não dura assás! Ai dos attractivos do prazer (que seduzem o coração) do prudente! Se não houvesse nem velhice nem enfermidade nem morte! Está bem; após meu regresso para traz, meditarei na libertação!»

Eis o ponto originario; e não se falle desde já no quarto encontro, porque para idoneo lance se reserve.

Agora, do que se pretendia informar o leitor (se o havia) era da subita surpresa que produziu nos entendidos a inesperada concordancia d'este introito episodico da vida, mental e moral, do Buddha com a licção de ensino christão mui espalhado de mui longe e vasto, no tempo e no espaço. Alludo á historia *Barlaam e Josaphat*, á qual, registrando que mais commummente se lhe chame *Josaphat*, Max Müller a condensa em pouquissimas palavras: Um rei da India, inimigo e perseguidor dos christãos, tem um filho unico. Os astrologos predisseram que elle abraçaria a nova doutrina. Seu pae, em consequencia, tenta, por todos os meios a seu alcance, conserval-o ignorante das miserias do mundo e tracta de fazer nascer-lhe no animo o gosto da alegria e do prazer. Mas um santo ermita logra accesso junto do principe e ensina-lhe as doutrinas da religião christã. O joven principe é não só baptisado, mas adopta ainda a resolução de doar todas as suas riquezas terrenas e, após haver convertido seu proprio pae e um grande numero de seus subditos, segue o seu preceptor para o deserto.

Ora, o que ha de extraordinariamente curioso é que o auctor de *Barlaam e Josaphat* hauriu, evidentemente, para o seu heroe, o principe Josaphat, em uma fonte indiana. Se compararmos essa historia com o *Lalita vistara*, vemos que os começos da vi-

da de Josaphat são exactamente os mesmos dos de Buddha. Seu pae é um rei e, após o nascimento de seu filho, um astrologo prediz que elle attingirá a gloria; não, todavia, no seu reino, mas n'outro, mais alto e melhor; na realidade, que abraçará a nova religião, perseguida, dos christãos. De tudo se deita mão para que tal não aconteça. Guardam-o n'um bello palacio, cercado de todos os gozos; e cuidado extreme se toma de o conservar na ignorancia da velhice, da doença e da morte. Ao cabo de certo tempo, todavia, seu pae dá-lhe licença de sahir de seu paço a fóra. Aqui começam as excursões e os encontros. Max Müller passa a frisar as coincidencias de pormenór entre a vida de Josaphat e a do Buddha. Ambos elles, no fim, convertem os reis seus paes; ambos elles combatem corajosamente os assaltos da carne e do demonio; ambos elles são considerados como santos após sua morte.

Pondera o de Oxford que é bem notorio que a historia de *Barlaam e Josaphat* se tornou um livro popularissimo na edade media. Elle enumera:

No Oriente, foi traduzido em syriaco (?), em arabe, em ethiope, em armenio e em hebraico. No Occidente, ha, d'esse livro, traducções latina, franceza, italiana, allemã, ingleza, hespanhola, bohemia e polaca. Já em 1204 um rei da Noruega o traduziu em islandez e mais recentemente foi traduzido por um missionario jesuita para tagala, lingua classica das ilhas Philippinas.

Que a historia de Josaphat seja tirada da vida do Buddha, eis ahi, escreve Max Müller, «um facto, por sem duvida, extremamente curioso na historia da litteratura, mas ha um outro facto ainda mais curioso que se lhe liga, e eu espanto-me de que ainda ninguem o houvesse jámais assignalado.»

Havemos de vêr o que Max Müller quer dizer na sua. E' por sem duvida, extremamente curioso. Isso é.

*

As coincidencias entre os livros contando as vidas do Buddha e do principe Josaphat fôram assignaladas, independentemente uns dos outros, por varios sabios, em França, na Allemanha e na Inglaterra. Diz Max Müller:

Eu ponho a França em primeiro lugar, porque, attendendo ao tempo, Éd. Laboulaye foi o primeiro que chamou a attenção sobre essas coincidencias, em seus artigos do *Journal des Débats*, 21 e 26 de julho de 1859. Uma comparação mais minuciosa pelo dr. Liebrecht e, em ultimo lugar, por N. Beal, na sua traducção das *Viagens de Fa-hian*, chainou a attenção sobre o mesmo facto, isto é que a historia de Josaphat era tirada da vida do Buddha. Eu poderia nomear ainda dois outros sabios que, lendo os dois livros, não deixaram de ver, o que era claro como o dia, que João Damasceno havia tomado o principal personagem da sua historia religiosa no *Lalita vistara*, um dos livros sagrados dos Buddhistas: mas o merito de ser n'isto o primeiro pertence a Édouard Laboulaye.

Annota Ph. Ed. Foucaux :

A. Yule, *Buddha and Saint Josaphat* no jornal *The Academy*, 1.º setembro 1883, mostra que já o historiador português Diogo de Couto (*sic*) havia reconhecido a identidade de Josaphat e do Buddha, o que nada tira ao merito de É. Laboulaye, que, por seu lado, lendo a minha primeira tradução do *Lalita vistara*, constatou o facto e repô-lo em evidencia.

Esta primeira tradução de que falla é a da versão thibetana do *Lalita vistara* sanscrito (*Rgya tch'errol pa*), impressa em Paris em 1848. Mas ha-de perdoar o snr. Ph. Ed. Foucaux; porém o merito de É. Laboulaye n'esta materia fica inteiramente prejudicado pela prioridade tam remontada do nosso Diogo do Couto, que mais uma vez deu, com isto, provas do seu perspicaz e prompto engenho, aliás inteiramente desajudado, na espontaneidade d'uma iniciativa promotora.

Como o registraram as considerações passadas. Max Müller relembra a immensa notoriedade que a vida de Jasaphat (isto é do Buddha) alcançara em toda a Europa, na quadra dos mysticos fervores. E seguidamente, ainda não saciado, o douto professor de Oxford consigna estas frisantes rememorações :

Mas não é tudo. Barlaam e Josaphat subiram á esfera dos santos, tanto nas Egrejas do Oriente como nas do Occidente. Na Igreja do Oriente, o dia 26 de Agosto é o dia dos santos Barlaam e Josaphat; no *Martyrologio romano*, é o 27 de Novembro que lhes é consagrado.

Estes factos são relembrados no prefacio da 2.^a edição italiana de 1816, onde se lê, p. X:

E inoltre perche di uno di essi si fa la menzione ne Me- nei Greci sotto il di 26 d'Agosto..... e di amendue nel Martirologio Romano al di 27 di Novembre; come pure nel Floriario testo a penna, che riporta il P. Rosweido, vien men- zionato *san Giosafatte* sotto il di 29 di Settembre, con queste parole: *Josaphat Regis et Confessoris*, e sotto i 27 di Decem- bre: *Josaphat Regis et Eremita, anno salutis 383*. (Storia de' S. S. Barlaam e Giosafatte, ridotta alla sua antica purità di favella coll'ajuto degli antichi testi a penna, edizione se- conda eseguita sopra quella del 1734. In Roma, 1816»).

Equiparadas as duas biographias e reduzindo-se a que *Josaphat* e o Buddha são um e o mesino prin- cipe, graves consequencias resultam, na verdade, como o presentiu o nosso insigne Diogo do Couto; porém surgem ellas de natureza polarmente opposta á que, na preeminencia da Egreja de que era um dos fieis, o eminente historiographo portuguez ima- ginara. Dos gentios naturaes (em rectificação a Marco Polo diz), de Çakya-Muni soubera Diogo do Couto va- rios informes. Por exemplo:

A este Principe nomeam suas historias por muitos no- mes, o seu proprio era Dramá Rajo; o por que foi conhecido, depois que o tiveram por santo, he o Budão, que quer dizer sabio.

E logo inquire criticamente:

Vendo nós esta historia, estivemos cuidando se teriam os antigos Gentios d'estas partes em suas escrituras conheci-

mento do santo Josaphat, que foi convertido por Barlão, que em sua lenda temos ser filho de hum grande Rey da India, e que tivera a mesma creação, e todos os mais termos que temos contado da vida d'este Budão. E como a historia de Josaphat havia de ficar escrita pelos naturaes (que nada lhes fica por escrever), parece que por tempos lhe vieram accrescentar muitas fabulas, como elles tem na vida do Budão, que nós deixamos, porque nem em dous Capitulos as concluiremos da maneira que as elles tem.

Immediatamente traz a proposito o que lhe fallou um homem muito antigo, das terras de Salsete em Baçaim, do santo Josaphat, andando elle n'essa ilha de Salsete vendo aquelle raro e admiravel pagode (que chamam do Canará), e perguntando a esse homem velho que dissera por essa obra e o que lhe parecia por quem fôra feita, lhe retorquirá elle que sem duvida aquella obra se fizera por mandado do pai do Santo Josaphat, para o recolher e crear n'ella, como diz a sua lenda. Interpretativamente remata Diogo do Couto:

E como nós temos d'ella que fôra filho de hum grande Rey da India, bem póde ser, como já dissemos, que fôsse este o Budão, de que elles contam tantas maravilhas.

Meia-volta á direita — «dialogava» um «soldado-pratico» — é a mesma coisa que meia-volta á esquerda, só com a differença de ser tudo ao contrario. O Budão não é o santo Josaphat, porque o santo Josaphat é que é o Budão.

Em o seu ultra-notavel livro *A sciencia das reli-*

gîões, no capitulo dedicado á «Unidade dos ritos». Émile Burnouf, discorrendo do livro de *Barlaam e Josaphat*, relata assim :

A versão latina d'esse livro fez que no seculo xi os dois heroes foram canonisados e que honorificados sejam a 27 de novembro, segundo o martyrologio romano. Ora, nós possuímos o original sanscrito d'onde provieram todas as versões: é o *Lalita-vistâra*, que existia já no iii seculo antes de J.-C.; todos os nomes transcriptos foram substituidos por nomes syriacos, e o heroe da narrativa outrem não é do que o Buddha Cakyamuni.

Pezou-me não dispor de espaço para trasladar as paginas de Diogo do Couto, nas quaes elle refere o episodio basilar das excursões severamente ensinativas. Como o do que os naturaes tem suas escripturas, e o que hoje cantam em suas cantigas (em que conservam todas suas antiguidades), eis a substancia do que logo elle contará «mui abreviadamente, porque em todos os seus contos e historias são todos mui prolixos».

Quam saborosa é a frescura d'essa linguagem natural, debuxando a traço largo os successivos encontros! Até o fulminante do cadaver:

Outro dia encontrou com hum morto, que levavam a enterrar com grande pranto, e perguntando por aquillo, lho disseram, ao que o Principe perguntou: Como? Eu e todos havemos de morrer? E dizendo-lhe que sim, ficou maleucosado e triste.

«Porque é que aquelle homem se conserva assim immovel, enquanto que em torno d'elle uma turba-multa arranca aos punhados os cabellos e bate com furia no peito?» «Senhor, aquelle homem está morto; nunca mais tornará a vèr sua habitação, seus parentes, seus amigos; elle foi para um outro mundo, onde as suas riquezas de nada lhe servirão.» E M.^{me} Mary Summer (*Histoire du Bouddha Sakya-Mouni*, com prefacio e indice por Ph. Ed. Foucaux) explica-nos sob solercia candorosa, a costumada malicia discreta, porque é que não nos deve espantar encontrarmos linguagem tal na bôcca d'um cocheiro.

À quelle singulière et pauvre espèce d'hommes,
 •Je te prie, est-ce donc qu'appartient celui-là?,
 Dit au cocher le fils du roi de Kapila,
 •Ou comme lui serons-nous tous, tant que nous sommes?

—Seigneur, ô cher seigneur, répondit le cocher,
 Pour vous et vos parents bien aimés, la Nature
 De même en agira... Comment vous le cacher?
 La mort est le destin de toute créature.

—Ainsi, reprit le jeune prince, ainsi
 Jenesse, force, existence n'habitent
 Qu'un jour en nous, et puis elles nous quittent;
 Nous serons vieux, malades, morts aussi.

•Vaincre ces maux, dont l'aspect seul m'atterre,
 Les vaincre avant qu'ils viennent me saisir,
 Moi qui dois être en proie aux vers de terre,
 Tel est mon but, tel sera mon plaisir!

Pertencem estes versos, seu quê de coriáceos, do sr. Edmond Thiaudière, á primeira composição (*Les quatre rencontres*) de suas *Lègendes bouddhiques*.

«Alembra-te homem que es cinza,
e não andarás en vaidade,
por que a isto veeste ca
e nom a passar tempo embalde.»

E esta quadra tosca lê-se nas guardas do manuscrito, concernentemente a Barlaam e Josaphat, que se incluye no codice n.º 266, dos da Bibliotheca de Alcobaça, hoje depositado no Archivo Nacional. São quarenta e tres folhas de texto, e o nôme do traductor, Frei Hylario da Lourinhã, apparece escripto no seculo XVIII. Pela licção de Theophilo Braga, sabemos que o titulo d'essa versão portugueza da paraphrase da «celebre lenda budhica» é este: *Vida angelica do infante Josaphat, filho de Avenir, rei indiano*.

Infante Josaphat! O Budão!

Dramá Rajo, consoante transcreve o mesmo nosso Diogo do Couto (*Decada V*, liv. VI, cap. II). O rei da lei (*dharmarāja*), consoante, com Beal (*Catena of buddhist scriptures*), o nota Sénart (*Essai sur la légende du Bouddha*).

No Oriente; no Occidente. A 26 de agosto; a 27 de novembro. O Buddhá...

Siddhârtha!

*

No prefacio que redigiu para a «llistoria do Buddha Sakya-Muni», elaborada por M.^{me} Mary Summer, o snr. Ph.-Ed. Foucaux, doutissimo professor do Collegio de França, diz, ao lance das conjecturas phantasmagoricas dos sabios europeus, ainda desprovidos dos livros indianos que conteem a biographia do Doutor :

O portuguez Ribeyro, na sua historia de Ceylão, inclina-se a crer que o Buddha o mesmo é que S. Thomé, o apostolo das Indias.

Aqui ha que se diga.

Quando os portuguezes effectivaram o seu empreendimento longamente premeditado e constantemente perseguido, a tradição do mysterioso rei sacerdote christão (*O Preste João das Indias*) continuava, sem embargo, de par com o ensino peculiar religioso, a inflammalhes as phantasias; e por toda a parte a elles os estimulava, na hora entusiastica do primeiro triumpho, a esperança de depararem com correligionarios seus, sob a pratica dos mesmos ritos, movidos de fé identica, prostrados em igrejas analogas. Porém logo uma acerba decepção os desillusionou, visto como a monstruosa feição dos idolos parecia chamar sacudidamente à realidade a ingenua confiança lusitana, que pelo vasto universo fervorosa

e persistente presuppunha a lei de Christo. Assim, entrados nos templos indigenas, a fealdade das imagens, *que pareciam diabos*, logo suscitava *algũa duvida nos nossos de crerem que era egreja de Christãos*, consoante nol-o explica o rude Fernão Lopez de Castanheda, no cap. xvi do l. i de sua *Historia do descobrimento e conquista da India*.

Reflexionando sobre o assumpto, com a demora de sua estância, e não podendo, por maior conhecimento, furtar-se á julgada evidencia, os nossos interpretaram o parallelismo entre os ensinamentos christãos e a fé dos gentios como reminiscencias adulteradas e pervertidas da predicação primitiva de S. Thomé por paragens taes, de modo e maneira que não é privativa, pois, d'este ou d'aquelle portuguez, para este ou aquelle problema regionalmente religioso, essa sorte de entendimento.

As difficuldades oriundas ou incompativeis com criterio assim definido acabaram por se lhes defrontar manifestas, de fórma que, em sua *Historia da vida do Padre Francisco de Xavier*, o jesuita João de Lucena (cap. xi do l. ii) pondera, discriminadamente, por este frisantissimo teor:

Mas eu, reconhecendo no Oriente a prégação & luz do Evangelho, já do tẽpo do Apostolo S. Thomé, ainda tenho os tres Deoses dos Bramenes por mais antigo engano & mera invẽçam do Demonio que por rasto que alli ficasse de nossa fé santissima.

E, melhor attinente a nosso pleito, especifica adiante (l. vii) que nas ilhas do Japão era onde

o Demonio tinha mais contrafeytas nossas cousas, por incubrir as suas; arremedando até a clausura, templos, habitos, côro & mais officios monasticos.

Ora, o que resulta curioso (e honroso para a mentalidade de alguns nossos antigos) é que, apesar de tudo, elles se abeiram de um considerado avisado juizo humano concernentemente ao com que vão encontrando e que conviria e cumpriria que naturalismente descrevessem. Aqui se fallou já de Diogo do Couto; voltamos agora a topal-o, na noticia com que dota a Europa, às escuras n'estes themas.

Quando, em Março de 1865, Max Müller fez no Instituto Philosophico de Leeds a sua licção sobre «Os Vedas ou livros sagrados dos brahmanes», trazendo, para o acto, consigo um volume da sua edição do Veda, ao declarar que surprezo não ficaria que esse exemplar fôsse o primeiro de semelhante obra que jámais houvesse entrado n'aquella grande cidade industrial, additou que confessava não estar sem alguma apprehensão de haver emprehendido uma tarefa ingrata. Quem é que se importaria em Leeds de saber que trapalhada era essa dos Vedas?

Mas o bom Diogo do Couto é que não nutriu apprehensões congeneres com respeito ao publico culto portuguez do seu tempo; e, para os nossos fidalgos e para os nossos frades, discorreu com sin-

gular abundancia, do que se desculpa e o que justifica.

Posto que n'isto sejamos alguma cousa comprido, podem-nos relevar por serem cousas muito curiosas, e até agora não trazidas ao Mundo n'esta linguagem.

E prosegue depois :

Pelo que se ha de saber que antre toda a Gentilidade do Oriente se guarda e sustenta huma só opinião no conhecimento de Deos, criação e corrupção das creaturas, que he lição, que se dá nas suas escolas pelos seus Bragmanes, que são os Mestres de sua religião. D'isto tem muitos livros em seu Latin, a que chamam Geredão, que contém tudo o que hão de crer e todas as ceremonias que hão de fazer. Estes livros são repartidos por corpos, membros e artigos, cujos originaes são huns a que elles chamam Vedãos, que são repartidos em quatro partes, e estes em outras cincoenta e duas, por esta maneira.

Porém o leitor cuidadoso continuará agora directamente na leitura, remetendo-se ao capitulo III, livro VI, da *Decada* V, que, no objecto, é crédôra de especialissima nota.

Diogo do Couto, ao ponto de tractar «dos Reynos, que o Bramá possui: e dos ritos, e costumes de todos estes Gentios», escreve, na altura idonea :

Os seus preceitos são quasi como os nossos dez Mandamentos, por onde nos parece que estas gentes fôrão doutrinadas pelo Bemaventurado Apostolo S. Thomé, que por aquellas partes andaria. E como ficaram sem Prelados e sem Mestres, vieram a perder a doutrina, e a misturar-lhe erros e cêrmonias, como cada dia inventam.

Logo censura as precipitadas illações, como as de que «tomaram alguns Religiosos doutos motivos para cuidarem, que tiveram estes Gentios conhecimento, da Santissima Trindade; e assim se enganaram João de Barros, e Damião de Goes, porque não tiveram a prática dos Theologos Gentios como nós.» Enganariam?

A decadencia de nossas coisas politicas asiaticas contribuiu para nos arredar successivamente de acuradas e completantes inquirições systematicas e genericas. Em 1812, a *Academia Real das Sciencias*, de Lisboa, publicou o tomo I da sua «Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou que lhes são visinhas.» Os n.^{os} I e II d'este tomo são, respectivamente, uma *Breve Relação das Escripturas dos Gentios da India Oriental e dos seus Costumes*, e uma *Noticia summaria do Gentilismo da Asia*. Estes manuscriptos forão feitos por alguns dos nossos *Missionarios*, e provavelmente em o principio do *Seculo de Seiscentos*.

Mas directamente os nossos antigos tiveram um conflicto... com o Budão. E' typico.

*

A coisa foi assim:

E' ou não sabido que do buddhismo ceylanez a particularidade mais notavel seja o culto da celebre

reliquia, o dente do Buddha, dizem que o canino superior esquerdo de Çakyamuni, o qual, após variadas peripecias, foi transportado para Kandy em 1268. Refere Julien Vinson, professor na Eschola Nacional e especial das linguas orientaes vivas, em França:

Tornou-se ali o objecto d'um tal culto e d'uma veneração tal que quando em 1560 os Portuguezes d'elle se apoderaram em Jaffna, o rei de Pégou fez offerecer ao vice-rei Constantin de Bragança tres a quatro centos mil cruzados (um milhão ou um milhão e meio de francos), pelo resgate da preciosa reliquia. Mas a occasião era bella em demasia para catholicos; a offerta do rei de Pégou foi desdenhosamente recusada por instigações do arcebispo de Goa, Gaspard de Leon Pereira. O prelado entendeu mesmo dever operar em pessoa contra esse idolo pagão: pizou-o pelas proprias mãos em um almofariz, deitou o pó que obteve ao fogo e as cinzas ao rio, em presença d'uma multidão consideravel. A medida foi tam inefficaz quam desastrada. Os bouddhistas affirmaram que a reliquia destruida pelos Europeus não passava d'uma copia, d'un fac-similé do dente authenticico do Bouddha. Cuidadosamente salvaguardada, esta havia sido transportada para o Pégou, d'onde volveu a Ceylan em uma epocha mais tranquilla. Aquelles que a tem visto dizem que é um fragmento de marfim que tem cerca de cinco centimetros de comprido para dois de largo; descórado e amarellecido pelo tempo, tem grosseiramente a fórma d'um canino. Os portuguezes do xvi.º seculo diziam que era um dente de macaco. Aos que se espantam das dimensões do dente de Câkyamuni, os crentes respondem quo os homens d'então eram muito maiores do que os de hoje.

Mas mais minuciosos são os exactos informes ainda e sempre do nosso Diogo do Couto.

Quando D. Constantino de Bragança, surto sobre

a cidade de Jafanapatão, tomado conselho sobre o modo da desembarcação, sahiu em terra e ganhou a dita cidade, das cousas que na entrada d'ella passaram, foi (Dec. VII, liv. IX, cap. II) que

de hum seu principal Pagode levaram ao Viso-Rey hum dente encastado, a que comumente chamavam de bugio, que era havido entre aquelles Gentios todos pela mais religiosa cousa de todas as de sua adoração; do que o Viso-Rey foi logo avisado, e lhe affirmaram que era o mór thesouro que podia haver, porque lhe haviam de dar por elle grande somma de ouro. Haviam aquelles Gentios que aquelle dente era do seu Budão (que he aquelle seu grande Santo, de que já démos conta nas outras Decadas...). Este Budão tem elles em sua lenda que depois que se foi de Ceilão andou pelas partes de Pegú, e por todos aquelles Reynos, convertendo Gentios, e fazendo milagres; e que quando quiz morrer, arrancou da boca aquelle dente, e o mandou a Ceilão por mui grande reliquia sua. E assim era havida por tão grande antre elles, e antre toda a gentilidade dos Reynos de Pegú, que não havia cousa, que sobre todas mais estimassem; e tanto que...

O capitulo XVII do mesmo livro da mesma *Decada* tem este longo, appetitoso titulo: *De como El-Rey de Pegú mandou prometter huma somma de ouro ao Viso-Rey D. Constantino pelo dente do Bugio, que trouxe de Jafanapatão: e do que os Theologos sobre isso assentaram: e de como se queimou etc.*

Eis aqui:

Estava no Reyno de Pegú Martim Affonso de Mello com huma náu sua fazendo seu negocio, quando o Viso-Rey D. Constantino veio de Jafanapatão; e sabendo aquelle Rey como

elle levava aquelle dente, que toda aquella gentildade tinha em tamanha religião, mandou chamar Martim Affonso, e pediu-lhe que, pois hia pera a India, fizesse com o Viso-Rey lhe dêsse aquelle dente, e que lhe daria tudo o que por elle pedisse. E affirmavam os homens que sabiam de Pegú, e da grande veneração em que elles lá tinham aquella reliquia do demonio, que daria por ella trezentos ou quatrocentos mil cruzados. E por conselho de Martim Affonso ordenou huns Embaixadores para irem em sua companhia ao Viso-Rey sobre aquelle negocio, e lhes deo poderes pera assentarem com elle tudo o que lhe parecesse e que elle cumpriria tudo o em que ficassem. Chegado Martim Affonso a Goa..., mandou o Viso-Rey receber bem os embaixadores, e agazalhallos, e depois os ouviu sobre aquelle negocio a que hiam mandados do seu Rey, e elles lhe deram sua embaixada, pedindo-lhe da parte de El-Rey aquelle dente; e que além de lhe darem por elle tudo o que quizesse, ficaria em perpetua amizade com o Estado, e se obrigaria a prover a fortaleza de Malaca de mantimentos, todas as vezes que d'elles tivesse necessidade, com outros muitos cumprimentos e promessas. O Viso-Rey lhe disse que logo lhe responderia. E communicando aquellas cousas com alguns Capitães velhos, e Fidalgos, todos foram de parecer que devia de aceitar tamanha cousa, como era a que lhe offereciam, porque com isso remediaría o Estado, que estava empenhado e em necessidade; tanto disseram sobre isso que o tiveram quasi rendido. Tanto que estas cousas chegaram ás orelhas do Arcebispo D. Gaspar, logo aendiu ao Viso-Rey e lhe disse que não podia resgatar aquelle dente por nenhum thesouro do mundo, porque era contra a honra de Deos nosso Senhor o dar occasião áquelles Gentios a idolatram e darem áquelle pequeno osso o que só se devia a Deos. E sobre isso lhe fez muitas lembranças, e ainda o pré-gou pelos pulpitos em presença do Viso-Rey e de toda a Corte; e como D. Constantino era muito Catholico e temente a Deos nosso Senhor e obediente aos Prelados, não quiz ir por diante n'aquelle negocio nem fazer nada sem conselho de todos. Pera

o que ajuntou o Arcebispo, Prelados, e Theologos das Regiões, Capitães, e Fidalgos velhos, e Officiaes da fazenda, e perante todos propoz o caso, e o muito dinheiro que por aquelle dente lhe promettiam; e apresentou as grandes necessidades, em que o Estado estava, que todas se podiam remediar com aquelle resgate. E debatida a materia entre todos aquelles Theologos, que já a levavam bem estudada, assentaram que se não podia entregar aquelle dente, porque era dar occasião a grandes idolatrias e offensas a Deos nosso Senhor; e que era hum peccado aquelle que se não podia commetter, ainda que se arriscasse o Estado e o mundo todo. Os principaes Theologos, que n'isto foram, foi o Arcebispo, os Inquisidores, o Padre Fr. Antonio Pegado, Vigario geral de S. Domingos, Fr. Manoel da Serra, da mesma Ordem, Prior de Goa, o Padre Custodio de S. Francisco, e outro Theologo da mesma Custodia, o Padre Antonio de Quadros da Companhia de Jesus, Provincial da India, o Padre Francisco Rodrigues, o Manquinho, da mesma Companhia, e outros. Assentado isto, e feito hum Termo, em que todos se assignaram, cujo traslado está. . . na torre do Tombo, mandou o Viso-Rey ao Thesoureiro que trouxesse o dente, e o entregou ao Arcebispo, que alli presentes todos o lançou em hum almofariz, e com sua propria mão o pizou, e desfez em pós, e os deitou em hum brazeiro, que para isso mandou trazer, e as cinzas e carvões mandou lançar no meio do rio á vista de todos, que se assomaram ás varandas, e janellas que cahiam sobre o mar. D'isto se murmurou muito do Viso-Rey, dizendo alguns que pera os Genticos idolatrarem não lhes faltavam outros idolos e que de qualquer pedaço de osso podiam fazer outro dente em memoria d'aquelle, a quem dessem a mesma veneração; e que tanto ouro como lhe davam era muito bom para as despezas do Estado, que estava muito necessitado: e assim nos contaram que em Portugal se estranhara muito de algumas pessoas consentir aquillo. Mas por um emblema, ou tenção, que aqui poremos, que lá lhe deitaram sobre este caso, segundo me parece feito polos Padres da Companhia, approvaram o que

fez, e lhe notaram a grande Christandade, e zelo da honra de Deos; e o emblema he o seguinte. Fizeram huma tarja, e dentro n'ella pintaram o Viso-Rey, e o Arcebispo em huma meza e ao redor todos os Prelados das Religiões, e Theologos, que se acharam alli presentes, e no meio de todos hum grande brazeiro aceso e alguns Gentios com bolsas nas mãos cheias de dinheiro, que as deitavam sobre elle, e sinco letras, como a primeira, do nome de D. Constantino, como estas, e logo debaixo dellas estas sinco palavras

C C C C C

Constantinus, caeli, cupidine, cremavit, crumenas.

Cuja verdadeira significação he, deixando a construção; *Constantino, com os intentos no Ceo, engeitou os thesouros da terra.*

Por tal traducção livre remata Diogo do Couto o relato da primeira parte d'este episodio caracteristico. Elle define uma epocha e retrata uma gente. É typico, na verdade.

O epilogo, cujo irrisorio aspecto já por Julien Vinson está revelado, resulta por egual curioso.

*

A' laia de desanimado pelo excedente do encargo, começa assim o cap. XII de sua *Decada VIII* Diogo do Couto:

Ainda que toda a vida se gaste em escrever as superstições d'estes Gentios Pegús, e Bramás, não se poderá acabar de dizer a metade d'ellas, e por isso quando trato algumas, são assim de passagem, como farei aqui agora.

Aqui agora haveria de dizer *de como mandou o Rei de Pegú pedir uma filha ao Rei de Ceilão para casar com ella*. Mas o peor estava em que este não tinha filha alguma; porém, como em casa criava uma filha de seu camareiro mór, a quem o rei estava muito sujeito, podendo-se affirmar que elle era quem tudo mandava, dissimulou com o negocio, apenas chegados os embaixadores do Pegú, por se temer do capitão de Columbo e dos padres de S. Francisco, pois sua mente era remetter ao collega a filha do seu dito camareiro mór como se propria sua fôsse, para o amanho da trapaça concertando-se com o seu valido, *que era prudente e de grande officio*.

E ainda se fez mais em muito segredo com El-Rei, da ponta de um veado fez um dente tão proprio como o do Bogio, que D. Constantino levou, e o engastou em ouro, e fez uma charola muito rica, e com muita pedraria, em que o metteu; e o Camareiro Mór, que era ainda gentio, praticando um dia com os Embaixadores do Bramá, e os Talapões, que vieram em sua companhia, que eram sens Bispos, e Religiosos..., lhes deu em muito segredo conta d'aquelle negocio, e de como El-Rei D. João tinha o verdadeiro dente do Bogio, ou do seu Quiar; que o que levava D. Constantino era falso e fingido; e que elle Camareiro Mór o tinha guardado em sua casa em grande segredo, por El-Rei ser Christão. Os Embaixadores e Talapões, ouvindo aquillo, alegraram-se muito,

e lhe pediram lh'o mostrasse, o que elle fez com tantas cautelas que os obrigava mais a vel-o. e assim os levou uma noite a sua casa, e lhes mostrou o dente na charola, que estava posta sobre um altar muito aparamentado com muitas vélas e perfumes; e em elles o vendo se baquearam no chão, e o adoraram muitas vezes com grandes ceremonias e superstições, no que gastaram a maior parte da noite, e depois praticaram com o Camereiro Mór sobre o dente, pedindo-lhe que o mandasse ao Bramá com sua filha; e para o gosto e festas do casamento serem maiores, elles se lhe obrigariam a mandar o Bramá um milhão de ouro, e todos os annos uma nau carregada de arroz, e mantimentos, como se lhe obrigaram: o que tudo se tratou em tanto segredo que só El-Rei e o seu Camereiro o souberam.

Fez-se o casamento. E como ali não ha consa que se não saiba, veio El-Rei Bramá a saber que aquella mulher não era filha de El-Rei de Ceilão, senão de seu Camereiro, porque parece que o André Bayão, que lá foi com ella por Embaixador, veio a dar com a lingua nos dentes (como lá dizem), praticando com alguns Chinas de Pegú, que o contaram a El-Rei, que fez d'isso pouco caso, por lhe estar affeiçãoado, e tambem porque os Talapões, e Embaixadores que fôram buscar a Rainha, lhe deram conta do dente do Bogio, e da veneração, com que aquelle Rei o tinha, e como ficara concertado com elle que o entregaria: o que o Bramá estimou muito, porque aquelle dente o tinham pelo do seu idolo Quijay, e estimava elle sobre todas as cousas da vida...; porque logo tornou a despedir os mesmos Embaixadores e Talapões a pedir aquelle dente, e mandou por elle áquelle Rei grossissimas riquezas, e com promessas de outras maiores. Estes Embaixadores chegaram a Columbo, e trataram o negocio em segredo com aquelle Rei, o qual lhes entregou o dente em sua charola com muitas ceremonias, e cautelas, com o qual logo se embarcaram com muita pressa na mesma nau que para isso levaram.

O immediato capitulo XIII dedica-se a tractar *Da grandeza e riqueza com que este dente foi recebido em Pegú:*

Poucos dias puzeram até Cosini, porto de Pegú, onde logo se deram as novas, e acudiram todos os Talapões, e gente que por alli pouzava, e o foram adorar com grande veneração; e pera o desembarcar infinitas jangadas sobre embarcações com meassas feitas em sina muito bem lavradas, e aparamentadas; e a em que se havia de embarcar o maldito dente era toda fundada de ouro, e prata, e outras curiosidades muito custosas: despedio-se logo recado a Pegú ao Bramá, que mandou com muita pressa todos os Grandes a o receber, e lhe ficou preparando o logar onde se havia de depositar, no qual o Bramá mostrou sua potencia e riqueza. O dente foi pelo rio assima, que era entulhado de embarcações custosas, e curiosas, cercada a casa em que hia a charola de tantas luminarias que escondiam a claridade do dia. El-Rey, como teve tudo prestes, embarcou-se em suas embarcações forradas de ouro, e aparamentadas de bocado, e foi recebel-o dous dias de caminho; e chegando á vista das embarcações, em que se trazia o dente, se metteo na camara da sua galé, e se lavou, e purificou com muitas aguas cheirosas, e se vestio dos mais ricos vestidos que tinha: e tanto que entrou na jangada, em que o dente vinha, desde a proa até chegar a elle, foi sempre em joelhos com grandes exteriores de devoção; e chegando ao altar, em que a charola estava, tomou o dente na custodia em que hia, nas mãos, e o poz muitas vezes sobre a sua cabeça, e fez solemnissimas acções, com exteriores espantosos, e depois o tornou a seu lugar, e o foi acompanhando até á cidade, rescendendo todo aquelle rio em cheiros suavissimos, que se levaram em todas aquellas embarcações, e ao desembarcar do dente se lançaram ao mar os mais honrados Talapões, e Xenis de todos os Reynos, e os principaes tomaram a charola sobre seus hombros, e foram caminhando para os Paços

com tanto concurso de gente, que não havia poder remper; e os Senhores principaes despiram seus vestidos muito ricos, e custosos, e os foram estendendo pelo chão, pera por cima delles passarem os que levavam aquella nefanda reliquia. Os Portuguezes que se achavam presentes biam pasmados de ver aquella brutalidade, e magestade; e Antonio Toscano, que... foi hum d'elles, me contou cousas notaveis da magestade, e grandeza, com que foi recebido, que o não sei escrever, e confesso que me faltam palavras, e estilo para o dizer.

Prosegue Diogo do Couto, sem embargo. E não obstante seu assombro e indignação. Revolta-se e brada. O que esse *Bramá fez ao dente do diabo, ou do veado!* Diogo do Couto não está em si e ralha com os christãos.

Prouvera a Deos que assim estimáramos nós hum dente de Santa Apollonia!, exclama, em reconvenção. Pois, para a eterna vergonha d'elles, *esteve muitos annos em poder dos turcos, sem os Reys Christãos o mandarem resgatar!*

E ainda Diogo do Couto não se alarga das virtudes d'essa reliquia, não-nefanda, d'esse dente bem-dito. Antes diz: *mas não digo muito n'este dente d'esta Santa.*

Se disséra! Então, sim. Era sensato, natural e estava perfeitamente bem... Toda a adoração a deviam homens racionaes ao dente de Santa Apollonia...

Mas agora ao do Bogio! Ao dente do Budão! E logo com taes pompas e opulencias...

Ainda na mesma hoje em dia. De quando em quando, ao dente mirífico, de que Gerson da Cunha

discorreu, aquelles barbaros gentios o passeiam, na charola propria, sobre um elephante, solememente, por meio d'uma multidão enorme; e o cortejo assevera Julien Vinson (*Les religions actuelles*) que é, na verdade, imponente e magnifico.

Pudera não! Pois basta que foi aquelle sagrado dente que deu origem á formula celebre de que Julien Vinson apresenta dubitativa versão, á formula de tanto preceito e virtude, *om! mani padmé hum!*

Que tal?

Om! mani padmé hum!

Tambem era de vêr se até com isto os nossos antigos portuguezes se embaraçavam.

Já seria birra! Pois tambem com isto se embaraçaram...

Com o mysterio dos mysterios. *Om! mani padmé hum!*

Quanta audacia!

Nada menos.

Om! mani padmé hum!

*

Om! mani padmé hum!

Nos fins do anno de 1856, tres irmãos, nascidos na Baviera, os snrs. Adolpho, Hermano e Roberto Schlagintweit encontravam-se no Pendjab. Ahi foi que Roberto e Hermauo, resolvidos a regressar á

Europa, viram pela ultima vez seu irmão Adolpho, que deliberara ficar ainda um anno pela Asia, no fito de explorar muitas partes desconhecidas do Turkestan e do Thibet.

Estes snrs. Schlagintweit, benemeritos e um d'elles victima da sciencia, calcurriaram, ora juntos, ora separadamente, uma parte consideravel do Dekhan e da bacia do Ganges; cortaram em diversos sentidos e aprofundadamente estudaram o Himalaya occidental; percorreram o Kachmir, esse Paraiso terreal da India; exploraram o Menor-Thibet; galgaram os socalcos sobrepostos e as cordilheiras que o abraçam de seus nevados pincaros; pizaram as mais altas planicies e estereis regiões onde a vida animal chega, extenuada, até o termo ultimo a que attingir possa, ao elevar-se para a zona das nuvens; atravessaram os portellos do Karakorum e do Kuenlun, nômes que até então não haviam chegado á Europa mais do que como um vago e longinquo echo dos relatos chinezes, penetraram, para lá do Kuenlun, nas steppes do Turkestan, e um d'elles Adolpho, como já se rememorou, avançando pelos inexplorados paizes de Khotan e de Yarkand, encaminhando-se para a Bukharia, encontrou a morte cerca de Kachgar, em meio d'uma tribu musulmana decapitado pelo zelo fanatico, rancoroso e prevenido.

Registrando os eminentes serviços humanos prestados por estes allemães, o francez Vivien de Saint-Martin não julga, contudo, indiscreto «recordar-se involuntariamente do nosso espirituoso e saudoso

Jacquemont» e da relação d'este, «fructo d'uma viagem isolada, executada com meios incomparavelmente mais modestos».

Assim tambem, a mim portuguez, mal, no thema, me não ficará que a portuguezes voluntariamente recorde o nôme do nosso Antonio de Andrade (1624) e a relação d'este, fructo d'uma viagem isolada outrosim, mas executada então com meios ainda incomparavelmente muitissimo mais modestos tambem.

A immensa collecção d'observações, de diarios, de debuxos de toda a especie colhida no decurso do vasto itinerario d'esses irmãos Schlagintweit, annunciava em 1862 Vivien de Saint-Martin que não constituiria menos de nove volumes de formato grande, acompanhados d'um numero considerabilissimo de estampas representando, alem da minucia das rotas estudadas, tudo quanto aquelles viajantes haviam deparado de mais digno de observação em monumentos, em archeologia, em sitios pittorescos. Se uma pena resta em presença d'essa publicação sumptuosa, que d'uma relação de viagem faz uma obra d'arte, é (admoesta Vivien de Saint-Martin) que a propria riqueza e as dimensões d'um livro assim o ponham não só fóra do alcance do grande-publico, mas o tornem mesmo mui difficilmente accessivel aos homens de estudo, a quem, no fim de contas, uma obra d'esse genero se dirige. «Cumpre nutrir a esperanza (por esse teor rematava) de que uma edição mais modesta, sem que nada de util se lhe cer-

cee, virá mais tarde a corresponder a essa necessidade da sciencia».

No pertinente ao assumpto, que é incidentalmente o objecto corroborativo d'estes estudos, convem saber que as ensinanças obtidas por seus irmãos Hermano, Adolpho e Roberto de Schlagintweit durante a missão scientifica comprehendida de 1854 a 58, que lhes deu, como se disse, occasião de visitar diversas partes do Thibet e das paragens buddhistas do Himalaya, fôram as principaes fontes onde hauriu suas observações e suas descripções o snr. Emilio de Schlagintweit, para a obra especial que dedicou ao *Buddhismo no Thibet*, frisando elle peculiarmente que deve a seu irmão Hermano «a mór parte dos assumptos n'esta obra tractados e a mór parte das notas explicativas colhidas nos proprios logares.» Do inglez para francez, por Milloué (director do Museu Guimet), em 1881 foi o traslado.

Pois da celebre oração de seis syllabas «*Om mani, padme, hum*», invocação a Padmapani, a quem seja attribuida a sua revelação ás gentes do Thibet, ella é a mais usada d'entre-todas, e por esse motivo entende Emilio de Schlagintweit que foi que excitou a curiosidade dos primeiros visitantes de tam arisca região. Não ignora elle que «em 1624 um jesuita, o padre Antonio de Andrada, chegou até Chabrang»; e registra, de novamente, que frequentissimas vezes deploram os viajantes a ignorancia dos Lamas. Escreve:



Tem-se pedido a muitos de entre elles uma explicação da oração de seis syllabas, *Om mani padme hum*, cuja influencia magica sobre a prosperidade dos humanos é tractada em tantissimos livros religiosos, e não foi senão ao cabo de interrogatorios seguidos que finalmente resultou possivel obter uma resposta satisfactoria.

Ora, a relação do nosso viajor propagandistico está conservada, em a lusitana livraria, alóra outros archivos, pelo padre Antonio Franco, na *Imagem da virtude em o Noviciado de Lisboa*; ahí se refere dos thibetenses:

Costumão, assim seculares como Lamás, pronunciar a meude estas palavras *Ommáni patmeonri*, dizendo que ellas bastão para perdoar todos os peccados. Perguntou o Padre que significavam? Nenhum soube dar resposta.

E o jesuita Franco intitula idoneamente esse seu capitulo xxxi: *Da muita ignorancia que o Padre Antonio de Andrade achou nos Lamás*.

Na relação organisaada pelo padre Manoel da Veiga (...do que de novo socedeo no descobrimento do Thybet, a que chamam gram Catayo. Composta e copiada das Cartas que os Padres da Companhia de Jesu escreveram da India Oriental dos Annos 624, 625, 626. Lisboa, 1628) é-se mais desenvolvido:

Vzam muy frequentemente, assi os Lamás como a outra gente secular, repetir a miude estas palauras *Ommáni patmeonri*. E tem pera sy que, por mais peccados que ajam come-

tido, com dizerem estas palauras, lhe sam todos perdoados, e se vam dereitos ao Ceo. Perguntou-lhes o P. que significação tinham as taes palauras, nenhum dos Lamás lho soube dizer; então o padre, depois de lhe dar doutrina, que o Ceo se nam segurava e alcançava só com palauras por melhores, mais santas que fossem, se nam com boas obras, interpretou estas que queriam dizer, *Conjo Súmbo gádi pá tá é Rô*.

Louvado o intento moralista do missionario, não admira assim que tão só modernamente os inquiredores entrassem de abeirar-se, ao que cuidam, do sentido da mysteriosa formula (Klaproth, Schmidt, Hodgson, Schott, Hoffman).

Ainda em 1882, porém, vulgarisando, Elyseu Réclus, após a versão accorde da mór porção dos commentadores, constatava sempre que essas seis syllabas magicas, *Om mani padmé hum*, «outros as declaravam intraduziveis.»

Como Emilio de Schlaginweit, Elyseu Réclus sabe do missionario portuguez Andrada, que, em 1625 e 1626, por duas vezes penetrara no Thibet; mas logo faz trapalhada attribuindo aos prelados buddhistas a benevolencia do acolhimento ao jesuita prestado pelo Raja ou Gyalpo, consoante Schlagintweit mais acuradamente refere.

Registra Elyseu Réclus que este nôme de Thibet, pelos europeus empregado, em duplo desvario, é desconhecido por aquellas remotas gentes; e annota que Hermano Schlagintweit vê n'esse nôme uma antiga palavra composta, da lingua thibetana, que teria o sentido de «Força» ou d'Imperio por excellencia. E

acrescenta: «É outrosim a explicação que fornecem os missionarios do seculo dezesete, designando o paiz pelo termo italiano de *Potente* ou Poderoso.»

Porque é que Elyseu Réclus chama a «Potente» termo italiano? De seguro, porque lhe acene já no espirito a phrase que conterà a lauda immediata, attinente á missão catholica de Lhassa, pelos capuchos fundada, sob a direcção d'Orazio della Penna, «que residiu no paiz nada menos de vinte-e-dois annos.» Mas, continuando, apezar dos pezares, a encaminhar-nos melhor, Emilio de Schlagintweit diz-nos que, com os cinco padres capuchinhos sob a sua direcção, Horacio de la Penna chegou a Lhassa em 1711. Estará certo, certo? Léon Feer dá a *Breve noticia del regno del Tibet*, «dal Fra Francesco Orazio della Penna di Bolli», como sendo de 1730. Klaproth publicou-a em 1835. Pouco importa. Porque no folheto do *Novo descobrimento do Gram Cathayo, ou reinos de Tibet, pelo Padre Antonio de Andrade da Companhia de Jesu, Portuguez, no anno de 1624*, impresso em Lisboa, por Mattheus Pinheiro, em 1626 vem o texto do papel sellado, com suas armas reaes, que outhorrou o rei thibetense em Chaparangue a favor do jesuita portuguez.

Rompe assim: «Nós el-Rey do Reyno do *Potente*, recebendo grande alegria com a vinda do Padre Antonio Frangim ás nossas terras, etc.»

Lembra Léon Feer que a relação do P. d'Andrada fôra publicada em francez por Parraud e Billecoq em 1796; mas não menciona a carta que o mesmo Padre

Antonio de Andrade escreveu em que relata como voltou ao Thibet a 15 de Agosto de 1626, a qual adduz o cardeal Saraiva que «parece ter sido impressa em 1628, e traduzida ou dada por extracto em Francez com o titulo: *Histoire de ce qui s'est passé au royaume de Tibet en l'année 1626*. Paris, 1626, em 8.º»

O cardeal Saraiva estava levantando as injustiças, para com a primazia portugueza perpetradas pelo francez Mr. la Croix. Levantando estava eu analogas infidelidades, em detrimento de nossas iniciativas, commettidas por outro geographo francez, contemporaneo este á data, Elyseu Réclus, posteriormente fallecido.

*

Mas, emquanto de Asia assim iamos divagando, da Asia positivas noticias nos despertaram para tam atroz realidade qual a da guerra.

De Tokio, com effeito, em 8 de Janeiro de 1904 telegraphavam que, sendo as propostas russas consideradas como não satisfactorias, a população, sobreexcitada, reclamava o recurso das armas. De Petersburgo tinha sido communicado, por vezes, que o governo esgotava os recursos pacificantes e estava disposto a affastar de si a responsabilidade da guerra.

E' claro que seria irrisorio que o czar declarasse rotas as negociações e abertas as hostilidades, desde que o autocrata, perante a Europa civilisada do pre-

sente e na expectativa da Historia no futuro, pousou como amigo da Humanidade, pela iniciativa que se resolveu no platonismo da conferencia da Haya. A sagacidade slava não podia, de resto, ficar áquem da argucia germanica, e todos sabem como era regra de Bismark o endossar as culpas ao adversario, de modo a ostensivamente não ser elle nunca o provocador. E' uma habilidade por assim dizer trivial, tanto se repete, e o curioso está em que incorrigivelmente cahem no laço as victimas presumiveis. Sempre as declarações de guerra são feitas por aquella das nações que está destinada a ser vencida. E a manha das diplomacias consiste em levar ao desespero da irrellexão aquelles povos que é seu proposito desbaratar. Afinal, o Japão rompeu sem declarar guerra, e, violando formalidades, venceu. Mas a excepção confirma a regra.

Assistimos, na verdade, para com o paiz visiuho, ao quasi franco empurramento da Hespanha para uma guerra de desfecho inevitavelmente desastroso para ella, por intermedio das gestões sobranceiras de Wootford em Madrid; e vimos como a leviandade da Grecia se atreveu com a ferocidade da Turquia. Quasi que ridiculo pareceu o *ultimatum* comminado de Pretoria para Londres por Kruger; mas o processo implacavelmente seguido para despenhar os boers em similhante insensatez é que não transpareceu com a clareza flagrante que merece essa obra-prima do machiavelismo britannico. Era o caso de então para com o Japão por parte da Russia; e, se a guerra

rebutasse, provavel parecia a quasi todos que a melhor não levasse, por seu turno, essa nova aquisição da civilisação politica e militarista, tal como na Europa o decurso dos tempos a constituiu para modelo da recente e prodigiosa imitação asiatica.

Mas de Tokio asseguravam á data que as turbas sobreexcitadas reclamavam o appello ás armas. Lamentavel e indigna coisa é, porém, que os estadistas cedam ás impulsões ignaras de turbas excitadas, quando immensos são os recursos de que os estadistas dispoem aliás para que as turbas se não excitem. Basta proclamar o estado-de-sítio, suspender as garantias constitucionaes, fiscalisar a imprensa periodica, prohibir os ajuntamentos na via publica e nos logares considerados como seus annexos. Mas os estadistas, que se não prendem nunca no respeito aos direitos da consciencia individual, logo quando a exaltação das turbas condiz com a propria chimera, passam a ser liberaes, de arremedo e por velhacaria. Foi escandaloso o exemplo exhibido pelo Segundo-Imperio em França, á hora turva em que o paroxysmo da loucura condisse com o ministerio na declaração de guerra. Então foi permittido entoar sobre os *boulevards* a *Marselheza* e o *Chant du départ*; magotes de blusas brancas, vestidas por policias disfarçados em operarios, manifestavam junto ao Arco-do-Triumpho; e o jornalista Emilio de Girardin, de tradição liberal e côr progressista, rugia, na sua folha, que os soldados francezes levariam os prussianos até Berlim á coronhada.

Tambem na Hespanha triste coisa resultou que os estadistas, conservadores e liberaes, se não oppozessem ao desvario inconsciente das massas; a memoria de Sagasta, e dos outros, não rebrilhará por essa attitude, ou interessada ou pusillanime; e quasi que sómente o republicano Pi y Margall é que terá as honras da historia futura, mercê da coragem civica que demonstrou revelando aos seus conterraneos o erro grosseiro em que laboravam na idéa que faziam das proprias e das forças dos Estados-Unidos. Poucos mais.

As conjecturas humanas frequentemente enganam e as presumpções, ainda as de character apparenemente mais rigorosamente scientifico, não é raro que illudam. Assim, os amigos da paz sinceramente deploraram que se instituisse nos varios paizes o regimen do recrutamento forçado e do serviço militar obrigatorio. Entenderam, e era crível, que d'ahi dimanasse uma crescente probabilidade de guerra. Mas deu-se o contrario.

Emquanto lá existiu o desafôro das remissões a dinheiro, succedia que o exercito compunha uma classe áparte, constituia quasi que uma instituição mercenaria, á maneira da Inglaterra ou da antiga republica de Carthago. Pelo menos, injustamente as outras camadas sociaes consideravam o exercito como uma gente alheia, uma especie de *guarda-costas*, que para allí estava, para o que dêsse e viesse. De modo que em Paris era facil gritar o jantotismo dos cafés elegantes: *A Berlim! A Berlim!*

Porque não era elle quem marcharia para Berlin; e o pobre *pioupiou* que se tirasse da rascada como soubesse e podesse. Mas, desde que o serviço militar se tornou geral e obrigatorio, o arreganho guerreiro abateu e o caso Schnœbelé patenteou gravemente a modificação. O silencio do *boulevard* foi completo.

Todavia, militares e paisanos em povos briosos, como a França, como a Hespanha, como o Japão, não hesitam em arriscar a vida, sacrificando-a á honra da patria. Não ha, mesmo, nações covardes; e a pequenez relativa d'ellas não lhes tolhe a dignidade nem lhes endoa a coragem. O povo do nosso Portugal bateu-se contra as brigadas napoleonicas, e os officiaes e soldados do nosso exercito causaram a admiração dos inglezes alliados e dos francezes inimigos.

Mas os estadistas teem por dever a prudente circumspecção. São, por obrigação moral, animaes de sangue-frio. Os grandes interesses collectivos, de agora e de logo, encontram-se sob sua salvaguarda. Mal lhes vae se cedem aos enthusiasmos e se obedecem ás coleras, que lhes cumpre respeitar, de certo, mas que lhes cumpre tambem encarreirar, aconselhando e advertindo. N'este sentido, o marquez de Ito no Japão se pronunciara.

Mesmo aqui considerações d'este genero porventura não fôsem descabidas, na presença de acontecimentos aliás longinquos, se mal que em suas possiveis consequencias quiçá proximos.

*

Bruscamente um enganoso respiro suavizara a anciedade tensa.

«Não ha guerra,» disse-se.

De Londres, em 27, o telegrapho dissera-nos que os boatos a respeito de guerra uo Extremo Oriente iam perdendo de consistencia. Os seguros de navios japonezes contra o risco de guerra cahiram de 35 para 25 guineus. Telegraphavam de Berlim ao *Standard* que o tzar e o conde de Lamsdorff approvaram de modo geral o projecto da convenção russo-japoneza, á qual seriam feitas apenas algumas modificações. E de Tokio, em 26, era-nos dito que o primeiro ministro declarara que as negociações com a Russia tendiam á manutenção da paz e do *statu quo*.

Ainda bem, disse. E disse-o sinceramente.

Mesmo por amor da memoria do nosso Zeimoto, aquelle que (se os leitores actuaes se lembrarem de passado escripto meu em que o rememorei, *d'après* Fernão Mendes Pinto) aos japões revelou a existencia de armas de fogo e lhes ensinou a fabricar polvora.

Pobre Fernão Mendes Pinto! Quanto lhe ficou duravel a pecha de trapaceiro. . .

Fernão: *mentes? Minto.*

E, comtudo, nem sempre; se o fez no Japão, foi em prol de Portugal. Elle mesmo se confessa e sorri. Para elle sorrimos através os seculos.

Pois, desembarcados os nossos n'aquella ilha de Tanixumá, ingenuamente nos relata elle o que passaram com o senhor d'ella, a quando, chegados a casa do Nautaquim, e d'este bem recebidos, volveu de novo com elles a praticar.

Ahi conta, é certo, Fernão Mendes Pinto:

Tornou a perguntar-nos por muytas cousas miudamente a que respondemos mais conforme ao gosto que n'elle viamos que não ao que realmente era verdade; mas isto foy em certas perguntas em que foy necessario ajudarmo-nos de algumas cousas fingidas por não desfazermos no credito que elle tinha d'esta nossa patria. A primeira foi dizer-nos: *Que lhe tinham d'ilo os Clins e Lequios que Portugal era muyto mayor, em qualidade assi de terra como de riqueza, que todo o imperio da China*, o que nós lhe concedemos. A segunda, *Que lãbem lhe tinham certificado que tinha o nosso Rey sogigado por conquista de mar a mayor parte do mundo*, a que tambem dissemos que era verdade. A terceyra, *Que era lão rico o nosso Rey de ouro e de prata, que se affirmava que tinha mais de duas mil casas cheyas alé o telhado*, e a isto respondemos que no numero de duas mil casas nos não certificavamos, por ser a terra e o Reyno em sy tamanho e ter tantos thesouros e povos, que era impossivel poder-se-lhe dizer a certeza d'isso. E n'estas perguntas e em outras d'esta maneira nos deteve mais de duas horas, e disse para os seus: *Certo que se não deve de aver por diloso nenhum Rey de quantos agora sabemos na terra, senão só o que for vassallo de lamanho Monarcha como he o Emperador d'esta gente*.

Pobre Fernão Mendes Pinto!

Estropiando-lhe o nôme, Carlyle o põe na cabeça do rol dos peteiros famosissimos, dos mais desati-

nados impostores. Quando o seu sarcasmo victoria (pela invenção do suicidio heroico da tripulação do *Vengeur*) a Barère, com um r só, o *Anacreonte da guilhotina*, consoante o denominava Burke.

«—Leitor! Mendez Pinto, Münchhausen, Cagliostro, Psalmanazar fôram grandes; mas não são os maiores. Oh Barrère, Barrère, Anacreonte da guilhotina!»

Oh Carlyle, Carlyle, Thucydides da allucinação! Porque equiparas tu o navegador ao caçador? E porque emparceiras o descobridor do Japão com o pseudo-nativo da ilha Formosa?

Não acreditarias acaso no ensino da espingarda, pelo Zeimoto ministrado em premio de reconhecimento?

Porém eis aqui o que te confunde, incredulo visionario, e a teu apocalypse, pela inintelligencia ou pela máquerença, o que ahi o desmerece:

A historia authentica do Japão começou, assim nol-o ensinam, com o primeiro soberano mortal, Zin-mo-ten-woo, cujo nome significa o *divino guerreiro*, ou o *divino conquistador*. Póde-se induzir, com effeito, que elle conquistara o Niphão.—Seja como fôr, ahi reinou, segundo os annaes japonezes, *setenta e nove annos*: ahi construiu um *dairi*, ou *templo-palacio*, dedicado á *deusa Sol*, e fundou o imperio do *mikado*. Qualquer que haja sido a sua origem, ou fôsse elle o mais moço dos filhos do ultimo deus terrestre ou simplesmente, como o pensa Klaproth, um guerreiro e conquistador chinez, os *mikados* até hoje em dia d'elle descendem em linha directa.

O seu estabelecimento na soberania absoluta de *Dai-Nippon* é geralmente collocado no anno 660 antes de Jesus Christo.

Durante alguns seculos, os *mikados*, pretendendo governar por direito divino e hereditario, exerceram, effectivamente, a mais completa autocracia; e, mesmo, depois de terem cessado de commandar os seus exercitos proprios e de haverem confiado esse perigoso commando a seus filhos ou a seus parentes, não obstante isso, seu poderio se conservou, por longos tempos, incontestado e sem fiscal. Mas recebeu o primeiro ataque, segundo todas as probabilidades, graças á costumeira em que cahiram os *mikados* de abdicarem n'uma idade tão pouco avançada que elles transferiam a soberania a seus filhos ainda creancinhas, mal a que os soberanos que abdicado haviam tentaram frequentemente prover de remedio, governando durante a menoridade de seus moços successores. Finalmente, um *mikado* que se havia casado com a filha d'um principe poderoso abdicou em favor de seu filho que andava então na tagatinhante idade de seus 3 annos; e o ambicioso avô do *mikado* menininho apoderou-se da regencia, privando da liberdade o soberano que, voluntaria e lôrpsamente, descera do throne. D'estas falcatruas o que se seguiu foi uma guerra civil, durante a qual começou a surgir na scena politica um figurão que pelo nome não perca, de *Yoritomo*, que foi um dos mais celebres e dos mais importantes persouagens da historia japoneza, e que era, ao que parece, vi-

vaz rebento remoto da cêpa dos *mikados*. Abalou-se em marcha, como o campeão do ex-*mikado* encarcerado, contra o usurpador, sogro da propria victima.

Durou a guerra muitos annos, mas porfim *Yoritomo* triumphou, soltou o pae detido do joven *mikado* e restituiu-lhe entre mãos a appetecida regencia; mas o *fowo*, consoante lhe chamavam, não exerceu esse poder mais do que nominalmente, deixando a auctoridade real e verdadeira em poder de *Yoritomo*, a quem creou *sio i dai siogun*, quer dizer «generalissimo combatendo contra os barbaros». O ex-*mikado* morreu; e, como logar-tenente do soberano, *Yoritomo* governou na realidade durante nada menos de vinte annos. Seu poderio confirmou-se gradualmente e adquiriu una estabilidade tal que, por sua morte, em 1199 (ou 1200, segundo Siebold), seu filho lhe succedeu em seu titulo, em sua dignidade, em sua auctoridade.

Após este, uma serie de *mikados* creanças consolidou o poder dos *sioguns*, e seu cargo se tornou tão positivamente hereditario que os annaes commecam prestes a fallar de *siogun* que abdica, de *siogun menor*, e de *herdeiros* rivaes pelejando pela dignidade de *siogun*.

Mas, por notado transcurso ainda, se bem que a auctoridade activa estivesse entre as mãos d'esses generalissimos, toda a auctoridade apparente e uma grande parte do poder real (por exemplo, o de designar e o de confirmar o seu logar-tenente, o vi-

ce-imperador nominal, o *siogun*) pertenças ficaram restando do *mikado*. E o governo do Japão, assim dirigido por um imperador autocrata e por um seu delegado soberano, n'esse estado híbrido se manteve até á ultima metade do seculo xvi.

Ora, foi durante essa phase do imperio japonses que os portuguezes fizeram a sua primeira apparição no Japão.

Este importante acontecimento está contado por um *annalista* do paiz, e a passagem foi traduzida por Siebold, pelo teor seguinte :

Sob o governo do *mikado* Konora (ou Gouarô) e do *siogun* Yosi-Haru (ou Yosé-Farô), no duodecimo anno do *nengo tenbum*, ao vigesimo-segundo dia do oitavo mez (outubro de 1543), um navio estrangeiro abordou a Tauegá-Simá, perto de Kurá, na provincia remota de Nisimurá. A tripulação, composta de proximamente duzentas pessoas, tinha uma apparencia singular; a linguagem d'esses desconhecidos era inintelligivel; sua patria, desconhecida era, como elles. A bordo estava um chinez, chamado Gohu, que comprehendia a escripta; por elle se soube que esse navio era um navio *nan-ban* («barbaro do sul», sob a forma japoneza das palavras chinezas *nan-man*). A 26, esse navio foi conduzido ao porto de Akuoki, ao noroeste da ilha; e Toki-Toka, governador de Tauegá-Simá, mandou proceder a uma investigação minuciosa, servindo o bonzo japonses Tsyu-syu-zu d'interprete, por meio dos caracteres chinezes. A bordo do batel *nan-ban* estavam dois capitães, Murá Syukiá e Kristá-Mutá; traziam com elles armas de fogo; fizeram então conhecer pela primeira vez aos japonses essa especie de armas, assim como a preparação da polvora.

Até aqui Siebold.

Additam-nos que os japonezes teem conservado até á data — 1850 — os retratos dos taes *Murd-Syukiá* e *Kristá-Mutá*. O snr. Dubois de Jancigny frisa, entre o tenue escarninho dos colchetes do parenthesis, que são esses mônos «curiosos especimens da arte graphica». Depois do que, logo explica que *Moura-Syoukia* e *Krista-Mouta* «se suppõe serem Antonio Mota e Francesco (*sic*) Zeimoto, os primeiros portuguezes que se sabe haverem abordado ao Japão».

Não havia no lance tempo para inquirir do empeno. Bastasse que o nome fatidico reaparecesse, como reaparecia, Zeimoto: elle cá estava. E as espingardas, e o preparo da polvora. Tudo, do essencial, na variante episodica, tudo, do essencial.

O snr. Dubois de Jancigny, esse, sub-assigna-se «*aide de camp du roi d'Oude.*» E está perfeitamente. Por que só para o beirão facundo a injuria da desconfiança? Quando Siebold acode com textos japonezes e por elle lê a desferido vôo...

Mas não. Teina-se sempre. Ai a rotina dos dissidentes!

«— *Reader! Mendez Pinto, Munchhausen, Cagliostro, Psalmanazar have been great; but they are not the greatest. O Barrère, Barrère, Anacreon of the Guillotine!*»

Oh Carlyle, Carlyle! Thucydides da allucinação...

*

Em portuense gazeta viera, com o titulo de *Pequena historia d'um paiz pouco conhecido* e o subtítulo de *Algumas datas interessantes do Japão*, um quadro elucidativo, repartido em quatro secções, das quaes a segunda (*O despertar*) enumerava, inicialmente, a data de 1853, explicando-a pela chegada do commodoro Perry á bahia de Yeddo; a de 1859, marcada pela abertura dos primeiros portos que fôram franqueados ao commercio europeu; a de 1860, em que é enviada uma embaixada aos Estados-Unidos; a de 1862, da primeira embaixada á Europa. Additei então informes que a nós-outros, portuguezes, concernem.

Estava a corveta *D. João I* no dia 29 de Junho de 1860 surta quasi na foz do extenso rio Wam-pó, ou do Wussung, em frente da povoação chinesa d'este ultimo nome, quando pela tarde, sem ser ainda esperado, talvez, nos dizem, que para evitar as honras ou continencia naval com que deveria ser recebido, entrou repentinamente a bordo o conselheiro capitão de mar e guerra e governador de Macau, Izidoro Francisco Guimarães, que, na qualidade de ministro plenipotenciario de Portugal, aquella corveta, construida no estaleiro da nossa praça e cidade de Damão, e deitada ao mar no anno de 1820, devia conduzir a Yeddo, capital do Japão, para negociar um tractado

de paz e commercio com esse paiz. Tanto o ministro como o pessoal da missão vinham de Shanghae, cidade china aberta já ao commercio estrangeiro, sita a vinte e seis kilometros para cima e no mesmo rio do Wussung, para onde tinham ido, fazia então oito dias, de Hong-Kong, em um vapor inglez.

Esta viagem da corveta *D. João I* á capital do Japão é um titulo de honra para a proficiencia da distincta officialidade da marinha portugueza, pois, por fortuna, diligencia e bôa navegação, apesar das pouco louvaveis qualidades nauticas d'esse vaso de guerra, a corveta venceu em onze dias e meio as difficuldades de uma larga viagem por entre ilhas e escolhos mal collocados nas cartas hydrographicas do tempo, sem piloto pratico do Japão e em mares muito pouco conhecidos e de havia longuissimo lapso não navegados pelos portuguezes. Por isso, justamente seu commandante, o capitão de fragata Feliciano Antonio Marques Pereira, com tal navio e em taes circumstancias, pondo de parte modestias, pois estava habituado a vê-las muito fóra de moda por estrangeiros e nacionaes, declara afoutamente que ninguem o faria melhor.

No dia 13 de Julho de 1860, desembarcou da corveta o ministro plenipotenciario portuguez, acompanhado pelo pessoal da missão e por quasi todos os officiaes da mesma corveta, a qual n'esta occasião lhe salvou com vinte e um tiros; e foi hospedar-se para o pagode, junto á beira-mar, que servia de habitação, offerecido pelo governo japonex, ao ministro de Inglaterra, Alcock. *

As conferencias com os negociadores do tractado por parte do governo do Japão, no numero dos quaes entrava o governador ou prefeito da capital, começaram logo poucos dias depois da chegada do ministro portuguez, ficando pela regencia de ministros marcado o dia 19 de Julho para receber em audiencia solemne o ministro de Portugal. N'esse dia, á uma hora da tarde, partiu, pois, para essa audiencia o enviado lusitano, com todo o pessoal da missão e o interprete da legação ingleza, bem como com o commandante e officiaes da corveta, tudo em grande uniforme.

Chegados ao palacio do governo, fôram recebidos pelo governador de Yeddo e por outros altos funcionarios, e conduzidos até uma salla onde havia postas em linha tantas cadeiras e outras tantas pequenas mezas, junto ás mesmas, quantos eram todos aquelles que faziam o acompanhamento da embaixada, e defronte da primeira banca e cadeira, que estava destinada ao ministro portuguez, uma outra banca e duas cadeiras, onde se sentaram, depois de aos nossos os receberem de pé, dois ministros da regencia.

O governador de Yeddo tambem tinha um banco razo, onde se sentou; os mais, isto é muitos officiaes do palacio e outras notabilidades, sentaram-se no chão sobre os calcanhares.

Sentados uns e acorados outros, por ordem de suas graduações, o ministro portuguez fez a sua exposição e declarações, que fôram traduzidas pelo in-

terprete em hollandez (que era na epocha, dos nossos. o idioma de que os japonezes se serviam nas suas relações com os europeus) e que o chefe dos interpretes japonezes ia traduzindo aos ministros, sempre de joelhos e arrastando-se de uns para outros individuos.

O ministro portuguez findou a audiencia apresentando as suas credenciaes, e os portuguezes retiraram-se na mesma ordem em que tinham entrado, despedindo-se d'elles os ministros japonezes com muito agrado e apertos de mãos.

Poucos dias depois d'esta audiencia e apresentação de credenciaes é que principiaram as conferencias para a redacção do tractado, o qual assignaram, a 3 de Agosto, o ministro portuguez e os commissarios japonezes, acto que a corveta no porto festejou com as costumadas salvas e embandeiramento em arco, içando e conservando pela primeira vez no tope de proa a bandeira japoneza. O tractado fôra redigido em portuguez, japonez e hollandez.

O rei de Portugal D. Pedro v tinha escripto, como é costume n'estas negociações, uma carta ao imperador do Japão; mas os ministros regentes havia muito que declinavam ou addiavam a audiencia do joven e menor imperador aos ministros estrangeiros residentes no Japão, não podendo, pois, a carta de D. Pedro v ser entregue pessoalmente mas sim pelo intermedio da regencia e designando-se o dia immediato ao da assignatura do tractado para essa nova solemnidade.

De bordo da corveta desembarcou, conseguintemente, uma guarda de honra de cincoenta praças dos marinheiros da armada, perfeitamente uniformizados e armados, com trez officiaes de fileira. O prestito partiu era uma hora da tarde, seguindo-se ao secretario da missão que levava a carta regia a guarda de honra, a toque de cornetas em passo ordinario, e indo no couce varios officiaes japonezes.

Às cinco da tarde estava tudo de volta, e atraz dos nossos mandou o governo japonéz um lauto e variado jantar á sua moda e uso ainda na quadra, todo servido em ricos vasos de xarão.

Este jantar, depois de provado pelos da missão, em quasi todas as suas cobertas ou pratos, sem que algum se podesse resolver a comer, nem tão pouco os officiaes, pela singularidade das iguarias e desuso (nosso, se ajunta no parentese que tomo) dos temperos, foi entregue aos marinheiros da guarda de honra, «que, com a sua costumada insensibilidade de paladar, tiveram animo de o devorar completamente, entregando os charões perfeitamente limpos depois de lavados no largo do jardim». N'esse jantar havia com effeito, certos pratos de peixe cru, outros de cristas de gallos e ratos guisados, não faltando certamente, pondera-se, a carne de cão preto, que era muito estimada no Japão.

Ainda havia o crepusculo da tarde quando embarcamos todos para regressar á corveta, cantando os marinheiros em côro, nos escaleres, o hymno do Senhor D. Pedro v, largando pela ultima vez, provavelmente, as praias da cidade de Yêdo.

É romanesco e poetico este instante, vago e saudoso.

Todavia, carne de cão preto! Peixe crù, então! E sobretudo ratos guisados!... Catixa!

Mas cristas de gallo... não deve ser, de todo, mau... Talvez. Hein?

*

Tiveram nossos antigos, em especificada epocha, grandissimo interesse pelas noticias do Japão, pois, na nossa freima catholica, muito nos empenhamos em submetter aquella gentilidade ao jugo do papa de Roma, e n'este fito grandissimamente conseguimos, até que o excesso do zelo deitou com tudo a terra.

De modo que, por nossa via, pela primeira vez officialmente os japões communicaram com os europeus e um de nós-outros de tam extranho successo em adequado livro archivou a menção idonea.

Refiro-me ao padre Duarte de Sande, jesuita, cujo instituto professou na casa de S. Roque de Lisboa em 1562. Depois de ter sido mestre de rhetorica no collegio de Coimbra, partiu para a India em 1578, e abi viveu por mais de vinte annos, sendo successivamente Reitor dos collegios da Companhia em Baçaim e Macau, e Superior da Missão da China.

Fallecendo em Macau a 22 de Junho de 1600, foi natural da villa, actualmente cidade, de Guima-

rães, onde consta que nascera a 4 de Novembro de 1531, por um manuscripto authenticico (*Catalogus Patrum Societatis Jesu, etc.*) que teve presente o snr. Antonio Feliciano Marques Pereira (filho d'aquelle Feliciano Antonio Marques Pereira, de cuja viagem na corveta *D. João 1*, que commandava, dei noticia nas linhas anteriores.)

É o que se lê no escripto que relativamente a este padre fez inserir no *Tassi-yang-kuo*, n.º 15 (do segundo anno) de 12 de Janeiro de 1865, no qual, todavia, declara não mais adiantar cousa alguma ao artigo respectivo do *Diccionario* de Innocencio, que corrigira o engano de Barbosa, copiado da sua *Bibliotheca* para outras enumerações congeneres, entre ellas a especial *Biblioth. Asiatique* de Ternaux-Compans.

Tracta-se do itinerario de quatro principes japo-nezes, mandados á Sanctidade de Gregorio XIII, e de tudo quanto lhes succedeu até se restituirem ás suas terras. E resulta obra escripta em latim e pelo referido padre, cujo titulo é como segue: *De Missione Legatorum Japonensium ad Romanam Curiam, rebusque in Europa, ac totum itinere animadversus Dialogos ex ephemeride ipsorum Legatorum collectus, et in sermonem latinum versus ab Eduardo de Sante, sacerdote societatis Jesu. In Macaensi portu Sini regnum domo in Societatis Jesu. Cum facultate ordinarij et superiorum.* 1590. 4.º de VIII—412 pag., e mais 24, no fim, sem numeração, que comprehende o indice. D'este livro existem exemplares

na Bibliotheca Nacional e no Archivo da Torre do Tombo, impressos em papel da China. Segundo Brunet, no *Manuel du Libr.*, obra tal é tida por mui rara e passa por ser a primeira que se imprimiu em Macau. Ao menos, não ha noticia de outra mais antiga. Diz elle que um exemplar enquadrado em marroquim fôra vendido por 6 lb. e 6 sh.

Que o *Itinerario dos quatro principes japonezes* nunca se imprimira em portuguez, Innocencio indicara as razões que o levaram á quasi certeza d'isso, e depois veio ainda confirmal-o n'essa opinião Fignière, fazendo-lhe observar o que a este respeito consta das *Cartas do Japão*, impressas por Simão Lopes em 1593, a fol. 17 v. Ahi se allude bem distinctamente á obra latina de Duarte de Sande, com expressões que assás indicam não haver traducção portugueza do *Itinerario*, a qual se tractava sim de fazer e imprimir, mas na lingua *japonica*.

Modernamente temos, porém, senão no todo, ao menos em parte, vertido em portuguez o livro latino do P.^o Sande, *De Missione Legatorum Japonensium*, mas por Antonio José de Figueiredo, que publicou a sua traducção em uma serie de artigos no *Archivo Pittoresco* em 1862. Estão rubricados com as iniciaes A. J. F. e encontram-se no vol. vi; intitulam-se *Primeira embaixada do Japão á Europa*.

Se aquelle livro é o do triumpho da christandade portugueza no Japão, em nossa litteratura mais abundantes se offerecem as obras compungidas dos desastres e do martyrio. Não alludirei senão á tardia,

que aliás primeiro me occorre, d'esse laborioso e fecundissimo fr. Agostinho de Santa Maria, chamado no seculo Manuel Gomes Freire: *Rosas do Japão, candidas assucenas, e ramallete de fragrantas e peregrinas flores, colhidas no Jardim da Igreja do Japão, sem que os espinhos da infidelidade e da idolatria as pudessem murchar...*, em duas partes; d'ella nos informa Innocencio que é uma especie de Martyrologio dos christãos d'aquelles paizes (Japão e Cochinchina).

Ou, reconsiderando, lembrarei esse p.º Antonio Francisco Cardim, jesuita, natural de Vianna do Alentejo, que, tendo professado aos 15 annos no de 1611, partiu para a India em 1618, e percorreu muito tempo pelo imperio da China e nos reinos de Siam e Tonkin, onde converteu muitas almas á fé catholica. Veio do Oriente a Roma, com o cargo de Procurador da sua provincia, e d'alli para Portugal, d'onde partiu novamente para Gôa em 1649 a bordo do galeão S. Lourenço, que naufragou na viagem, salvando-se elle com outros companheiros. Depois de grandes trabalhos, acabou seus dias em Macau a 30 de Abril de 1659, aos 63 annos de idade.

Ora, em Roma, de 1646, publicara uma obra em latim, que elle mesmo traduziu para portuguez e em Lisboa imprimiu Manuel da Silva em 1650. E' seu titulo: *Elogios e Ramalhetes de flores, borrifado com o sangue dos Religiosos da Companhia de Jesus, a quem os Tyrannos do imperio do Japão tiraram as vidas por odio da fé catholica, com o Catalogo de*

todos os Religiosos e seculares, que por odio da mesma fé foram mortos n'aquelle imperio até o anno de 1640.

Mas, anteriormente (1643), do padre Cardim Lourenço de Anvers em Lisboa publicara o ultimo opusculo (*Mors felieissima quatuor Legatorum, etc.*) a que, de 1646, se segue o de 1648 e fecha aquella collecção de Roma, em 1646 abrindo: *Fasciculus à Japonieis floribus suo adhuc madentibus sanguine.* E' a *Relação da gloriosa morte de quatro embaixadores portuguezes da cidade de Macau com cineoenta e sete de seus companheiros degolados pela fé em Nangasaqui a 3 de Agosto de 1640.*

Esta matança dos enviados portuguezes e seus companheiros, aos quaes todos *Japonicæ imperator occidit*, mostra-nol-a, gravada a buril, uma estampa de grande formato, «representando a degolação apparatusa», na expressão de Innocencio, dos embaixadores e da sua comitiva.

*

Não contente o imperador do Japão com as crueldades que usara com seus vassallos christãos e com os prégadores evangelicos por espaço de tantos annos que se lhes movia dura perseguição n'aquelles reinos, e contra a fé catholica que professavam. querendo extinguil-a de todo e parecendo-lhe o faria

sem duvida, se prohibisse totalmente para sempre aos portuguezes de Macau o commercio tam antigo com os japões, mandou resolutamente, em o anno de 1639, que aos navios que lá fossem lhes pregassem as escotilhas e que os mercadores d'elles, sem vender nem comprar cousa alguma, se tornassem para Macau; e assim se executou nos que lá foram n'aquelle anno, em dous patachos, mandando juntamente por elles á cidade uma prohibição em que lhes intimava não tornassem ao Japão, de sentença de quebra do commercio, que prohibia. Mandava o imperador que d'alli por deante não houvesse mais essa viagem e commercio e que, se sem embargo d'esse mandado e prohibição, enviassem navios ao Japão, não só seriam destruidos os mesmos navios, mas tambem todas as pessoas que n'elles viessem seriam castigadas com pena de morte. Esse edito tem a data de 4 de agosto de 1639 e o p.^e Antonio Francisco Cardim transcreve por este teor as rubricas de seus signatarios: Cangano Cami, Sanuquino Cami, Vovoino Cami, Cambuno Cami, Runo Cami, Bungano Cami, Teuxamano Cami.

Chegados a Macau os dous navios sobreditos, e vista pelos do governo da cidade e ministros da real fazenda sentença assim tam rigorosa, tractaram logo com muito cuidado de procurar por todos os modos convenientes a restauração do commercio do Japão, do qual aquella colonia principalmente se sustentava e o rei de Portugal tinha mui grossa renda dos fretes e direitos de viagens taes.

Varios meios propuzeram; um dos que se tractaram, o principal, foi enviar uma embaixada áquelle imperador, pela qual lhe pedissem tornasse a admitir os portuguezes ao tracto, daudo-lhe para isso suas razões, explicações, justificações e desculpas. Houve, porém, duvida se convinha que a embaixada se ordenasse logo ou se dilatasse para mais tarde. Comtudo, resolveu-se que logo se mandasse a embaixada o mais depressa que podesse ser.

Relata o p.^o Cardim, a quem moderniso um pouco a expressão :

Para a qual elegeram quadro cidadãos dos mais graves da cidade, a saber: Luiz Paes Pacheco, Rodrigo Sanches de Paredes, Gonçalo Monteiro de Carvalho e Simão Vaz de Pavia, todos mui nobres por sangue, auctorisados na idade, respeitaveis por suas pessoas, de bom nôme no serviço d'el-rei, que haviam occupado os mais honrosos cargos da republica, aparentados com o melhor d'ella, e de muito honrados e christãos procedimentos, e praticos nos estylos do Japão que haviam lá ido algumas vezes: Luiz Paes Pacheco, por capitão-mór da viagem; Rodrigo Sanches de Paredes, e Gonçalo Monteiro de Carvalho, duas, por feitor; e Simão Vaz de Pavia, duas por feitor, e uma por embaixador, cargos que lá são de muito credito e confiança.

Não lhes passou por alto que poderia o imperante japonez mandal-os matar, por quebrantadores de seu real mandado, crime entre os japões então quasi *læsæ majestatis*; comtudo, em nada repararam e se offereceram á morte pelo bem de sua patria.

Confessaram-se e commungaram antes da partida

e procuraram se confessassem e commungassem todos os de sua companhia, que eram, afóra elles, setenta pessoas, entre portuguezes, officiaes do navio e soldados, e entre marinheiros, pagens e moços de serviço de varias nações, todos christãos, pois de proposito não quizeram levar mouro ou gentio algum e nenhum se embarcou sem lhes mostrar por escripto que estava confessado e commungado.

Embarcaram-se no porto da cidade de Macau, em um navio de velas de esteira, a 22 de junho, uma sexta-feira; e, proseguindo quasi toda a viagem prosperamente, a 2 de julho tiveram um temporal desfeito, passada a ilha Formosa, já no mar do Japão sobre a costa da Coreia; mas, ao dia seguinte aboançada a tormenta e continuada sua navegação, pelo concerto dos estragos do baixel, d'ahi a quatro dias chegaram ao porto de Nangasaki, em uma sexta-feira, a 6 de julho, quinze dias depois da partida de Macau.

O acanhado do espaço não me consentiu referir esta triste historia por meudo. Fui de golpe ao desfecho. É que rapidissimamente

mandou o rei barbaro logo dois tonos, chamados Canga Chuminimbu, e Nonaja Manximbejoye, a fazer justiça, contra todo o direito das gentes, nos embaixadores e em todos os de sua companhia.

Trouxeram os taes tonos com elles, para a dita justiça, tantos algozes quantas eram as pessoas que haviam ido no navio de Macau.

Os quatro embaixadores e todos os portuguezes e castelhanos que iam com elles, que todos faziam numero de dezenove, entrados na sala do tribunal, lá já acharam o governador de Nangasaki, que os esperava sentado no seu estrado alli ordinario, e os logares dos dois tonos desoccupados, esperando por elles. Mandou o governador assentar os embaixadores na borda do baileo, ou tabulato, mas sem tames, ou esteiras,

que é certo genero de descortezia usada entre os Japões, e os mais portuguezes e castelhanos ficaram em pé.

Vieram d'ahi a breve espaço de tempo os dous tonos e, assentados, perguntaram aos embaixadores como fôram ao Japão, se por lei de seu monarcha lhes estava com pena de morte prohibido? Ao que elles responderam ser assim verdade, mas que a lei se entendia, se elles fôsem com mercadorias, as quaes não levavam, e não se fôsem por embaixadores, como iam, a tractar com seu rei e pedir-lhe a restauração do commercio.

A esta resposta não segundaram os tonos com qualquer outra replica, mas logo mandaram um jurabaça, interprete, que lhes lêsse a sentença do imperador, que haviam trazido da côrte, a qual já estava vertida de japão em portuguez e onde benignidade se não espera, a o estar seguindo, decerto. Porém, na ferocidade, a suppuzeram, para escarmento, como remate.

Por seus crimes e fingimentos,

haviam de ser condemnados á morte todos os que n'este navio vieram; eomtudo, o navio seja queimado, e todos os principaes e cabeças degolados, com os que os acompanharam. Mas, para que em Macau e em seus reinos deem noticia do acima dito, se dê vida a alguns dos creados e gente vil, e se tornem a mandar a Macau; e, se por algum caso, d'aqui em diante, mandarem algum navio ao Japão, saiba-se de certo que, a qualquer porto que chegar, serão logo todos mortos. Aos tres da sexta lua do anno 17 da era de Quanya; aos 21 de Julho de 1640. Os sete governadores da Tenca: Camono Cami, Vovoino Cami, Sanoquino Cami, Cangano Cami, Isuno Cami, Bungano Cami, Teuximano Cami.

Dos sessenta e um degolados, os embaixadores eram: Luiz Paes Pacheco, natural da cidade de Cochim, na India; Rodrigo Sanches de Paredes, da villa, hoje cidade, de Thomar; Simão Vaz de Paiva, de Lisboa; e Gonçalo Monteiro de Carvalho, da villa de Mező-frio, bispado do Porto.

Os outros portuguezes, officiaes do navio da embaixada, soldados e homens do mar d'ella, como aquelles embaixadores, degolados tambem, fõram Domingos Franco, de Lisboa; Francisco Dias Boto, do bairro da Boa-vista, da mesma Lisboa; Manuel Alvares Franco, de Lisboa ainda; Diogo Dias Milhão, de Barcellos; Diogo Fernandes, do logar da Bemposta, bispado de Coimbra; Luiz Barreto Fialho, natural da fortaleza de Ormuz, na Persia; Manuel Nogueira, de Lisboa; Diogo de Santos, de Cascaes; João Pacheco, da freguezia de Santa Catharina do Monte Sinay, de Lisboa; Gaspar Martins, da villa de Vianna de Caminha, arcebispado de Braga; Damião Francisco, do

logar de S. Ovaya, junto a Pico de Regalados, do arcebispado de Braga; finalmente, Bento de Lima Cardoso, natural da cidade do Porto, freguezia de S. Nicolau, solteiro, de idade de dezenove annos, pouco mais ou menos.

Á lista dos castelhanos o padre Cardim junta um mestiço de castelhano e outro de portuguez; este era Diogo de Mendonça, mestiço meio de portuguez e india, natural da cidade de Chaul, da idade provavel de trinta annos.

Na conta das nações, ao numero dos que então morreram pela fé catholica, além d'estes, o mesmo padre Cardim reparte-o: para castelhanos, 2; para chinas nascidos na China, 18; para chinas nascidos em Macau, 4; canarins, 1; achens, 1; bengalas, 6; ballalas, 3; malabares, 5; cafres, 3; malayos, 1; so-lores, 1; indios papangos, 1; timores, 1; jaos, 1.

«Somão todos 61.»

*

Em 1859 era na capital franceza o snr. Benjamin Duprat livreiro do Instituto Imperial de França e das Sociedades Asiaticas de Paris, Londres, Madrasta, Calcuttá, Chang-hai e New-Haven (Estados-Unidos d'America), e n'esse anno editou elle uma *Bibliographia Japoneza*, ou seja um Catalogo das obras relativas ao Japão publicadas desde o seculo xv até

áquelles dias; redigira-o o snr. Léon Pagès, ex-addido de legação.

Cinco annos havia que o snr. Pagès emprehendera, consoante nol-o declara, estudar, á face dos documentos antigos e modernos, a historia do Japão sob o ponto-de-vista europeu e expôr, tanto quanto o permittiam as noções adquiridas, a natureza physica do archipelago, a constituição do imperio, os costumes da nação, o resumo dos annaes politicos, repletos de revoluções e de guerras, e parallelamente com a historia, a origem da Egreja christã alli, seus progressos, seus soffrimentos e seu anniquilamento no sangue dos fieis. Em seus estudos comprehendera o snr. Pagès as relações antigas do Japão com as nações europeias, o precario commercio conservado pelos hollandezes e as novas relações com a Europa, a partir do final do derradeiro seculo, é claro que o xviii, e a acabar n'aquelle seu tempo. Obra tal (e que constaria de quatro volumes) estava adeantada o sufficiente para que seu auctor então cuidasse que a poderia publicar antes de volvidos dois annos.

Ao mesmo tempo, exarava-o o snr. Pagès, havia traduzido do hollandez a grammatica japoneza dos snrs. Donker Curtinis e Hoffmann, publicada na Haya em 1857, e do *portuguez* o dictionario *Japonez-Portuguez* composto pelos missionarios da Companhia de Jesus, e publicado em Nangasaki em 1603. Estas duas ultimas obras estavam terminadas e deviam prestes sahir a lume.

Excluída a addenda, compõe-se aquella lista de 658 numeros, sendo o ultimo relativo a trabalho do proprio snr. Léon Pagès ácerca do Japão e seus tractados ultimos com as potencias europeias, inserto no *Correspondant*, de 25 de janeiro d'aquelle 1859. Mas n'esses 658 numeros o snr. Léon Pagès se reporta nada menos do que quarenta vezes ao nosso erudito Figanière, consoante do apontamento por este mesmo tomado e que se conserva appenso no exemplar offertado á excellente bibliotheca do Atheneu Commercial do Porto pelo snr. João Xavier da Motta.

Cabe recordar que no *Jornal do Commercio*, de Lisboa, de 27 de Janeiro de 1869, apparecera na secção noticiosa um artigo sem assignatura, relativo a grammaticas japonezas, e de que era auctor o conselheiro Figanière, que o enviara áquella redacção anonymo.

Fôra caso que o governo neerlandez offerecera ao nosso dois exemplares, um em inglez, outro em hollandez, da grammatica japoneza havia pouco publicada pelo dr. Hoffmann, para servir de introducção ao dictionario japonez, hollandez e inglez, que semelhante orientalista trazia entre mãos, em desempenho do encargo que lhe fôra commettido por aquelle governo. O titulo d'esse exemplar inglez é como segue: *A Gaponese Grammar, by g. g. Hoffmann, Phil. Doc., member of the royal academy of sciences etc. Published by command of His Majesty's minister for colonial affairs. Printed by A. W. Sythoff, with the*

gouvernement chineuse and japonese types. Leiden, 1868. 8.º real de 345 pag., além de 18 innumeradas.

Ora, tendo sido os nesses portuguezes, como era sabido, os primeiros europeus que mantiveram trato e commercio com o Japão, onde penetraram nos fins da primeira metade do seculo xvi, para o estudo da lingua japoneza não deixaram elles de publicar, ainda n'aquelle seculo e no seguinte, valiosos e importantissimos subsidios. Assim, pelo que concerne a suas obras, agora de insigne raridade, o snr. Figanière, das de que tinha noticia, organisara uma lista constituida de sete numeros, dos quaes quatro em latim.

Ao cabo de sua *Bibliographia Japoneza*, o snr. Léon Pagès, no respeitante a diplomas manuscriptos, offerece tão só a indicação d'aquelles documentos euunciados pelos seus auctores em modo e maneira quasi certos ou por elle-mesmo verificados, porquanto confessa que não podera visitar os grandes archivos de *Lisbon*, de Madrid, de Londres e de Petersburgo.

Um portuguez, para manuscriptos portuguezes, attinentes ao Japão e em Londres subsistindo, lhe fornecera indicações desde 1853, o snr. Frederico Francisco de la Figanière, no seu *Catalogo* para o Museu Britannico, estampado na Imprensa Nacional de Lisboa em 1853; a *Bibliographia historica Portugueza* de J. Cesar de Figanière em Lisboa se imprime na typographia do «Panorama» em 1850.

N'esse mesmo anno de 1850, na Imprensa Nacional de Lisboa, se publicara o tomo 1 do «Catalogo dos

manuscriptos da Bibliotheca publica Eborensis», ordenado pelo bibliothecario Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, e em conformidade com o que fizera participar ao administrador geral da mesma Imprensa, em 31 de Dezembro de 1844, o ministro do reino Antonio Bernardo da Costa Cabral. As paginas 419 a 426 d'esse volume são consagradas ao Japão.

Aquelles portuguezes actuaes que reivindicam as iniciativas de seus maiores no sentido de iniciar a Europa culta no conhecimento dos paizes incivilizados não podem ser acimados de soberba retrospectiva, porque não pretendam senão que ao seu paiz prestem os demais a justiça que lhe é devida; e os estrangeiros que nos acatem nossas tradições respeitaveis nada mais fazem do que cumprir o seu dever.

E' duplamente legitimo este proposito, quando á temeridade confiante do passado se coteja a inercia apathica que no presente amortece os brios e retira dos corações abatidos a incitante esperança.

Por isso cuidei e cuido que não resulta tempo malbaratado aquelle que emprego em, perante o publico curioso, ajuntar, como estes, fasciculos honrosos da nossa historia mental e moral.

*

Quando por vezes tinha feito estereis votos, em gazeta publicados, em prol da victoria do Japão, não era porque desejasse que os japonezes ganhassem,

era porque desejava que a Russia perdesse. Parece a mesma coisa, mas não é.

Não nutro odios a povos nem também grandes são as sympathias que dedico a nações. Mas n'este caso especial entendi que a nós-outros, portuguezes, cabia que tivessemos interesse pelo Japão, visto como fomos nós que o revelamos á Europa e por isso que a primeira systematica tentativa de europeisar o Japão fomos nós-outros, os portuguezes antigos, que a concebemos e principiamos a executar, com afimco e obstinada persistencia.

Eis por que em varios artigos disseminados da sequencia de portuense folha eu busquei avocar do olvido as preteritas lembranças e tornar do conhecimento do grande publico factos e textos de que só poucos curiosos é que estavam de posse.

Ainda agora não cuido desperdiçado o tempo que consumi em forragear os elementos que ajuntei n'esses escriptos e tambem, sem jactancia o digo aliás, me não parecem inteiramente perdidos os minutos que meus leitores empregaram então e empreguem hoje passando pelos olhos taes escriptos meus.

Ao contrario; lamentava, mesmo, no meu fôro intimo, que mais abalisados inquiridores se não houvessem proposto ainda, entre nós, thema tam adequado a pesquisas curiosas e uteis. Aqui, porém, laborava em erro e peccava por ignorancia, attribuindo a nossos contemporaneos culpas de que estavam brilhantemente redimidos.

De facto, em 1874 estampava-se em Macau o livro do Japão (*estudos e impressões de viagem*), pelo portuense, de origem franceza, Pedro Gastão Mesnier; e em 1897 publicava-se em Lisboa o volume *Dai-Nippon*, elaborado com abundancia de informação, escrupulo erudito e fluidez de estilo por um illustre official da nossa marinha de guerra, o snr. Wenceslau de Moraes, que reside ha bastantes annos no Japão e que já anteriormente visitara alguns dos seus portos. Mas as primeiras impressões do Japão revelara-as o snr. Wenceslau de Moraes em seus *Traços do Extremo Oriente*.

Ultimamente minha attenção fôra vivamente attrahida por umas correspondencias provindas de Yokohama e insertas na primeira pagina do conceituadissimo jornal *O Commercio do Porto*, a uma das quaes se consigna a referencia em passada lauda d'este volume. Não sabia eu quem fôsse o correspondente, mas surprehendeu-me e encantou-me a facilidade da segurança plena de seus escriptos, que patenteavam uma posse perfeita e completa do seu assumpto. Reconhecia-se n'aquellas linhas um espirito lucido e recto, um animo civilizador e progressivo, uma illustração integral e exacta. A fórma litteraria era clara, nitida, proporcionada e impressiva. Vim a saber ao deante que essas excellentes correspondencias, por todos os titulos notaveis, pertenciam ao mesmo snr. Wenceslau de Moraes, que tam longe, honrando o nome portuguez, pelos interesses de sua remota patria dedicadamente propugnava.

De modo que foi com sincera e até vehemente satisfação que cortei as laudas por abrir do volume, posto havia poucos dias no mercado litterario pela importante livraria portuense Magalhães & Moniz, editora, *Cartas do Japão*, comprehendendo, em uma edição magnifica, as correspondencias, antes da guerra, attinentes ao periodo que vae de 1902, 8 de Abril, a 1904, 18 de Fevereiro.

N'este livro, interessante, instructivo e educativo, ventilam-se questões complexas e vitaes, de alcance mundial umas, como a alliança anglo-japoneza, p. ex., de restricta importância nossa lusitana outras, como o commercio entre Portugal e o Japão, com a destrição indicativa dos generos portuguezes alli negociaveis, apontados, de par e passo, outrosim os artigos japonezes que melhor acceitação deveriam ter em Portugal. Os problemas internacionaes postos em litigio são n'essas paginas, espertas e animadas, discutidos com rigôr e analysados com perspicacia; assim como ao pachorrento leitor lusitano se lhe faculta a noticia de fontes de estudo, em que se empregue o ocio laborioso da noite desoccupada da forçosa obrigação, como a obra publicada no Japão em fins de 1903 e que o snr. Wenceslau de Moraes reputa altamente recommendavel, escripta pelo inglez James Murdoch, em collaboração com o japoniez Isoh Yamagata, egualmente conhecido pela sua erudição qual o seu collaborador, aferido de competentissimo.

Informa-nos, commentando asizadamente com independencia critica, o snr. Wenceslau de Moraes:

*

O livro refere-se á interessantissima epocha, principalmente para nós, do descobrimento do Japão pelos portuguezes e das relações que em seguida mantivemos com este povo, lastimavelmente interrompidas pela má orientação politica e religiosa que lhes démos e pelas intrigas de extranhos.

Na data em que o nosso illustre compatricio escrevia estas linhas palpitava um inquieto resto de esperança ainda de que as relações alteradas entre o Japão e a Russia não tivessem, todavia, o horroso desfecho da guerra, a travar prestes entre as duas potencias. Mas, na hypothese tremenda, o snr. Wenceslau de Moraes não se perturba com o assombro do poderio moscovita, e aventa conjecturas da natureza das que dictaram o criterio d'aquelles meus artigos alli onde tinha feito vehementes votos pela victoria do Japão em prol da Russia. Assim, o snr. Wenceslau de Moraes, a 17 de Dezembro de 1903, escrevia especificadamente por este teôr:

Embora prime, nos tempos que correm, o principio do direito da força em contradicção a todos os direitos, a força do imperio moscovita constitue uma excepção tão incoherente perante a vida social das nações actuaes que não deve confiar-se demasiadamente na sua suprema efficacia. A Russia é forte hoje porque possui um sólo immenso e uma população immensa, esta estupendamente iguorante, estupendamente miseravel, estupendamente faminta, arrebanhada como uma manga de escravos, cegamente servil, graças aos golpes de chicote que o governo autocrata que domina lhe applica, ao minimo pretexto. No entretanto, aquella bicharia humana ruge no mysterio em fremitos latentes de desforço; um incidente qualquer imprevisto, como um anno de pessima co-

lheita, como um conflicto europeu, ou outra causa, póde ser o rastilho que occasiona a natural explosão; e então, perdido uma vez o medo do chicote, adeus poderio colossal da força, será a revolta...

Lastimei que a exigencia do espaço me vedasse o proseguir nos elogios, bem que desauthorisados, merecidos pela obra então primórosamente editada; o volume das *Cartas do Japão* encontra-se precedido de um prefacio elegantemente escripto pelo talentoso e muito instruido confrade periodistico, snr. Bento Carqueja, meu illustre amigo. O publico culto em bem quiz crêr que acompanharia a sympathica iniciativa dos tres amigos do snr. Wenceslau de Moraes que promoveu o apparecimento do interessante livro, o qual era uma verdadeira surpresa para o proprio auctor. Mas tambem mais um motivo para a consideração e estima de que elle legitimamente goza, como litterato e como homem publico, no espirito e no character, como estudioso e como patriota.

*

Portugal lembrava-se das demais nações; ellas lembrar-se-hiam de Portugal?

Mentalmente ellas trabalhavam.

E Portugal?

Na ultima das suas correspondencias de Paris, para o anno de 1903, o meu velho amigo Xavier de

Carvalho referia a pergunta que lhe acabava de fazer em certo meio particular um dos membros do *comité* internacional que organisava o congresso do livre-pensamento que devia effectuar-se em Roma e no qual se pretendia saber se se fariam representar tambem os livre-pensadores do nosso paiz.

Ignorava-o Xavier de Carvalho em Paris, como no Porto o ignorava quem estas linhas escreveu; mas o que no Porto eu sabia sabia-o em Paris o meu velho amigo, e era que, se o livre-pensamento portuguez se não fazia, quiçá, representar em Roma, em compensação o jesuitismo romano, não escassa, antes amplissimamente, não intermitente mas persistentemente, é que em Portugal tem idonea e activa representação.

Assim é que não só se mantem os preconceitos tradicionaes como ainda se fomentam as condições impeditivas d'uma salutar emancipação. Tambem em Paris, de informação nacional, o conhece Xavier de Carvalho e no mesmo escripto elle-proprío registrava que não queria concluir sem deixar de agradecer ao snr. José Antonio Vieira Marques, de Braga, o seu opusculo, que qualifica de interessante, sobre a instrucção publica secundaria e o ensino congreganista. D'esse pequeno trabalho assegurava que elle é consciencioso de critica sã, escripto com o desassombro de quem tem o cerebro livre de teias de aranha, o que é bem raro, dizia e dizia bem, infelizmente, em Portugal. Por isso Xavier de Carvalho declarava applaudir tudo quanto asserta o snr. Vieira Marques,

lastimando apenas que o seu opusculo não fôsse distribuido gratuitamente por todos os professores primarios da nossa terra.

Na verdade, o contraste entre a quasi-indifferença da nação culta pela manutenção das liberdades publicas, bem como pela das franquias da consciencia autonoma, e a obstinada contumacia da propaganda, patente ou dissimulada, dos acerbos e incorrigiveis inimigos d'essas liberdades e d'essas franquias doe como uma apostasia e fere como uma traição.

Tambem ao animo patriotico o magôa o desleixo em que a mentalidade portugueza se mantem na correspondencia com as culturas similares e superiores, conservando-se apartadamente n'um restricto e acanhado ambito nacionalista e não curando de participar do effeito das extranhas suggestões, graças a um systema concatenado e regular de relações effectivas, que promovessem e fizessem perdurar consecutivamente uma solidariedade racional e fecunda. E' um separatismo mental e moral inadmissivel, desde que os processos das rapidas e grandes communições até com os distanciamentos geographicos terminaram.

Assim, reputei benemerito da patria portugueza em alto grau, pela iniciativa de seu intuito, o snr. José de Magalhães, nosso illustre compatricio residente em Paris, na rua de la Sorbonne, 8, o qual se associara ao snr. N. Vaschide, chefe dos trabalhos no Laboratorio de Psychologia experimental da Eschola dos Altos-Estudos, para o fito de organisarem

um *Annuario dos Philosophos*, publicação dimanada de *La Revue de Philosophie*, de que é director o professor E. Peillaube e editor o conhecido livreiro parisiense G. Naud, da rua Racine, 3, no 6.º arredoudamento.

O *Annuario* annunciado interessava não só os philosophos propriamente ditos como ainda todos quantos, nas diversas ordens das sciencias, uma contribuição carream para a philosophia. E a comissão organisadora sollicitava d'aquelles que julgassem seu nôme com direito à inclusão no *Annuario* os necessarios esclarecimentos, concernentemente: a seus titulos scientificos; ao ensino da sua Faculdade, cadeira, laboratorio ou seminario, com sua historia succinta; ao que se reportasse á sua pessoa ou ao seu ensino (photographia, apparatus, experiencias); á *Revista* que dirigiam; ás sociedades philosophicas e scientificas de que fizessem parte; ás leis ou regulamentos universitarios sobre o ensino da philosophia e das sciencias annexas; ao assumpto das licções para o anno escolar de 1903-1904, então pendente.

Entendi que pela publicidade jornalistica devia dar curso á sollicitação contida na circular que resumi. Cumpria-me fazel-o, com tanta maior obrigação, por isso que fôra, immerecidamente, distinguido com o envio d'um exemplar d'essa circular, a meu nome dirigida, para portuense redacção. Á folha, redacção e propriedade, era grato, em summo grau, contribuir para proporcionar a celebridade mundial aos meritos ignorados que se confinam na notoriedade familiar nossa lusitana.

Quanto á *Revue de Philosophie*, aqui alludida, ella encontra-se collaborada por eximias notabilidades, como um Lapparent, um Dubosq, um Brunetiere, um Dubem, um Cl. Piat; e sua empreza a cargo tomou um *Index philosophique*, bibliographico de todos os trabalhos que hajam successivamente apparecido em Psychologia, e seus annexos, Physiologia, Sciencias medicas, Biologia; em Logica, Metaphysica, Moral, Historia da Philosophia.

Formado em medicina em Lisboa, o dr. José de Magalhães, auctor de valiosos livros, em trabalhos de lá-fóra citados, como o *Pessimismo*, é um investigador indefesso, d'uma vastissima leitura; vivendo em Paris, não esquecia os seus e nossos portuguezes.

De minha humillima parte, honrei-me em prestar á sua iniciativa a debil cooperação de minha penna de jornalista. Alli ficava a noticia do tentamen.

Mas tal é a atonia portugueza que cuidei bem que de Portugal o livreiro Naud não receberia para imprimir em sua edição do *Annuario dos Philosophos*. . . uma linha sequer.

*

Porém mais longe, ao depois, Portugal recordara.

A 17 de abril do corrente 1906, o snr. Henry Partn Chandler, secretario da reitoria da Universidade de Chicago, em seu e no nome de seus collegas

fallando, para o pobre de mim appella, *as a representative of Portuguese scholarship with the ideals of culture and research which we are working out in the United States.*

Com sinceridade protestando contra a hyperbolica generosidade da amabilidade do snr. Chandler, com elle concordo em que relações de intellectual commercio entre Portugal e os Estados-Unidos, uma vez encetadas, a breve trecho resultariam proveitosas para ambos os paizes, aos estudiosos portuguezes ensinando-lhes o que a Norte-America é para que a imitem, á Norte-America ensinando-lhe o que Portugal foi, para que o estime.

Em grandissima maneira grato nos seria que de tempos a tempos — exara-o o snr. Chandler — estudantes de Portugal viessem aos Estados-Unidos conosco estudar, pois nosso sentir seja que o movimento de estudantes, de ida e vinda, entre os nossos dois paizes seria mutuamente util. A sua cidade de Chicago é, porventura, a mais americana de todas as sociedades americanas; alli é o ponto onde os problemas industriaes e sociaes destacam em suas fórmas mais impressionantes, de modo que, remata o snr. Chandler, uma visita a esta cidade é, consequentemente, de excepcional interesse para o viajante.

De nós-outros portuguezes mui notada foi á data (1893) a cidade de Chicago, quando alli se effectuou a grande Exposição Universal, que uma lei federal de 25 d'abril de 1890 prescrevera em commemo-

ração do centenario da descoberta da America por Christovão Colombo. Assignalado fôra seu exito, sendo visitada por 27.477:212 pessoas.

A proposito, em um trabalho publicado em Lisboa em 1895, o muito distincto engenheiro portuguez, nosso compatricio portuense, snr. A. Luciano de Carvalho discorreu do contingente a essa Exposição Universal de Chicago de 1893 prestado pela Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes. Ao snr. Luciano de Carvalho coubera a elaboração do catalogo descriptivo da collecção de albuns, memorias e desenhos expostos; é um trabalho bem ordenado e suas noticias estão redigidas com precisão e elegancia, pois o snr. Luciano de Carvalho ulteriormente o reviu, «tirando-lhe um pouco o sabor do logar e da occasião, addicionando-lhe algumas notas, tendo por objecto informações e occorrencias posteriores», assim o engenheiro lusitano, informando-nos, se expressa.

O catalogo encontra-se, pelo que toca ao continente, dividido em varios artigos que comprehendem: o porto de Lisboa; o porto de Leixões; os caminhos de ferro do Minho e Douro; o de Mirandella; o da Beira-Alta; a ponte Maria Pia, diversas pontes de caminhos de ferro; a ponte Luiz 1, ponte de Entre-os-Rios sobre o Douro, diversas pontes de estradas ordinarias; Lisboa: monumentos e edificios, Leiria; monumentos; Porto, Braga: monumentos e edificios; Coimbra: monumentos e edificios; castellos; eschola pratica de engenharia em Tancos; aguas mineraes. Concernentemente ás ilhas adjacentes, o catalogo in-

clue os portos dos Açores: porto de Ponta Delgada, porto da Horta; e ilha da Madeira, porto do Funchal.

O publico lettrado portuguez fôra, de 1877 a 1881, informado ácerca dos Estados-Unidos em uma obra, em tres volumes, com esse fito proposital, e que seu auctor, o fallecido Antonio da Cunha Pereira de Sotto Maior, membro correspondente da Sociedade Historica de New-York, modestamente qualificou de um simples «esboço historico» desde a descoberta da America até á presidencia de Johnson (1492-1865)».

O primeiro tomo d'esta obra sobre *Os Estados-Unidos* contém o relato attinente a tres epochas, a das descobertas (1492-1606); a da colonisação (1607-1733); a das colonias (1619-1760). O segundo volume comprehende a quarta epocha, da revolução (1761-1789), e a quinta, da independencia (1789-1861). Finalmente, o tomo terceiro, contendo um supplemento até 1877 e o mappa da area então actual da republica, occupa-se da sexta epocha, rebellião (1861-1865), e da setima, isto é da actualidade coeva, quer dizer de 1865 a 1877. Seguem se varios quadros e tabellas, especificando os Estados da União federal fundados ou admittidos desde 1607 até 1876, com seus diversos motos, tam caracteristicos e significativos; a enumeração dos presidentes do congresso continental, durante o governo revolucionario, desde 1774 até 1789, bem como a dos presidentes dos Estados Unidos, outrosim a de seus vice-presidentes.

A imprensa de Lisboa felicitou, à data, o escritor pelo seu trabalho. Disse E. A. Vidal:

A obra do sr. Cunha Sotto-Maior tem um merecimento incontestavel, porque revela a muita applicação e a muita consciencia de quem a levou a cabo.

Disse Eduardo Coelho:

A obra do sr. Sotto-Maior é, por sua minuciosa menção dos successos e das suas causas, e pelo desenho fiel e cuidadoso dos homens que n'elles figuraram, bem como pelas informações de toda a especie que encerra, um precioso repositório da historia dos povos norte-americanos.

A instituição admiravel de cujo mental conspecto derivaram as considerações consignadas n'estas linhas procede *da iniciativa particular*. É prodigioso. O titulo legal do instituto é «Universidade de Chicago.» Mas, em reconhecimento da particular relação que prende á maravilhosa instituição o nome d'um homem benemerito, deliberou-se que no sello, no topo das cartas, nos diplomas, certidões, officios e em todas e quaesquer publicações officiaes da Universidade o titulo este seria: «Universidade de Chicago, fundada por John D. Rockefeller.» Assim o estou vendo no respectivo *Annual register*, de Julho de 1904 a Julho de 1905. Os alumnos da Universidade de Chicago que frequentam suas innumeradas aulas durante o decurso do anno lectivo contam-se entre quatro a cinco mil e procedem d'uma area crescentemente mais

ampla, de modo a que a frequencia d'aquelle vastissimo estabelecimento de ensino assuma já um caracter cosmopolita, incluindo discipulos oriundos não só dos varios Estados da grande republica americana como da Europa, do Japão e das Philippinas.

Nos Estados-Unidos vive uma copiosa colonia portugueza; os açorianos emigram modernamente de preferencia para alli; na California publicam excellentes jornaes de grande formato, e recentes tristes noticias nos deram conta da parte grande de soffrimento que os portuguezes quinhoaram na catastrophe de San Francisco.

Concluindo, reiterei os votos que fizera com o snr. Chandler, de Chicago; entendi e entendo que uma noticia ininuciosa da Norte-America seria util à futura nova-geração portugueza.

*

Mas o nôme dos Estados-Unidos avocava a desagradavel recordação da guerra infausta da Hespanha.

E precisamente debates irritados e irritantes de certa proxima data para Março d'esse corrente 1906 se estavam terçando em Hespanha, assim no parlamento como no jornalismo. Era que tribunos e publicistas se deitavam afanosamente á inquirição das causaes dos desastres ultimos e á cata se dispunham

*

dos responsaveis do descalabro soffrido; jurisdicções especiaes se conceberam no proposito de resalvar o respeito devido á noção da patria e ao prestigio da força publica. Timidamente se esboçaram objecções em contra das iniciativas governamentaes, declaradamente auctoritarias e manifestamente retrogradantes; e era com uma hesitação receosa que se formulavam protestos, aliás méramente platonicos, tão vagos no pensamento substancial como obscuros na expressão formal de que esse pensamento se revestia.

Assim, a simples, clara, franca doutrina dissimulava-se na ambiguidade de doutrinarios metaphysicos, consoante occorrera para com a conferencia realisada no theatro da Zarzuela, de Madrid, sob os auspicios e as sympathias dos intellectuaes de Hespanha, pelo sr. Miguel de Unamuno, reitor da Universidade de Salamanca. Para se fazer idéa da coacção moral que não permittiu que se expendesse sem torcicolos um pensar judicioso e exacto, bastará reflectir na extravagancia paradoxal com que, no paiz dos *pronunciamentos*, o conferente sustentou a affirmativa inverosimil de que em Hespanha não havia militarismo, isto após os successos minazes então recentes de Barcelona e á hora em que precisamente se discutia em côrtes uma lei tal que a não ha similhante na Allemanha, que passa aliás por ser a nação classica do espirito guerreiro e o modelo insigne do conceito militar prevalecente.

O sr. Unamuno gosa em Hespanha de justos cre-

ditos de homem pensador e donto; as suas palavras eram aguardadas com anciedade; em um camarote assistia à prelecção, com intenções que no publico não se presumiam benignas, um representante da auditoria militar; porém creio que a decepção não poderia ser maior, quando se observou que o conferente reservara todos os seus sarcasmos e todas as suas censuras empregara para os revolucionarios, socialistas militantes ou simples, moderados republicanos. O desapontamento redundaria completo no instante subsequente, em que se lêssem encomios e elogios ao conferente, os mais favorecedores e os mais amplos, onde? Nos orgãos reputados dos varios matizes da imprensa militar. Isto significava que o orador desviara o tiro do alvo que se cuidou, por seus antecedentes, que elle fitava. A pressão do meio ambiente tornara-se, dest'arte, ostensiva; a situação moral verdadeira desenhava-se com traço firme; a conferencia valia, não pelo que fôra, que nada fôra, mas pelo que não fôra; de grave sentido não eram as palavras do orador, antes porém os seus silencios. E tam assim era e tam assim continuou sendo o character do momento psychologico colectivo que o mesino destacava, em flagrancia, nas polemicas subsequentes das côrtes, nos subsequentes commentarios pelo jornalismo ajustados a essas polemicas.

Havia quem entendesse serodia essa investigação das determinantes de factos consummados e quem capitulasse de injustas as reeriminações vibradas a instituições cujo decôro se procurava garantir com

disposições legislativas especiaes e particularmente dispostas n'esse proposito resguardador.

Com certeza que odiosas e tardias eram as acerbas revindictas visando estas ou aquellas personalidades pormenorizadas, até á minucia de o rancor (justiceiro, comtudo) discriminar, entre os que das Philippinas regressaram com a simples malleta, aquellos que de Cuba voltaram com centenas de caixas e caixotes, que em seus opulentos recessos não escondiam pedras ou trapos. E decerto que nem em Hespanha nem no estrangeiro se punha ou põe em duvida o brio da officialidade e a coragem dos soldados, desafortunados; portanto, a honra da bandeira resalta incolume e a dignidade do exercito não sabe compromettida do tremendo transe experimentado. De modo que leis de excepção não se justificavam pela precedencia de aggravos, que na mente de ninguém esteve inflingir a uma instituição que, como a militar, representa o sacrificio das populações e o seu carinho, que é o orgulho do povo e a esperanza da patria. Até a sua consolação representa nas crises do desfallecimento commum, conforme se viu em Portugal na recepção, enthuistica e sincera, pelas massas populares feita em Lisboa e no Porto aos expedicionarios de Africa, após a campanha victoriosa contra o regulo Gungunhana e o desbarate, por nossas armas effectuado, do poderio selvatico nas regiões sujeitas ao dominio lusitano.

Um sentimento affin se reconhece em Hespanha; e por isso descabidos se figuram os motejos do sr.

Unamuno, endereçados aos republicanos, que elle accusou de fazerem a côrte ao exercito, que tractam de exaltar com suas lisonjas.

Mas o caso é outro e a questão devia ser examinada com mais independente serenidade.

Havia dois dias apenas que um collega de Madrid (*O Heraldo*) buscava desprender-se da episodica mesquinhez das objurgatorias do momento e, á cata dos culpados, remontava-se mais alto e despedia-se para mais longe. Chegava á inquirição peculiar da philosophia da historia:—qual fôra a causa da decadencia da patria hespanhola? Sobretudo, quando começara ella? E marcava data; essa data era o anno de 1640, o anno —o *Heraldo* o rememorava—da separação de Portugal.

Esta palavra recorda-nos a solidariedade das duas grandes nações da península iberica:—aquella que attingiu a unidade politica perfeita, logo desde todo o começo da individualidade nacionalistica, isto é a nossa patria lusitana; e aquell'outra onde a unidade politica foi sempre a expressão d'um centralismo, governativo e administrativo, imposto, o visinho paiz hispânico, em que hoje revivescem, sob colôr de regionalismos litterarios e dialectaes, structivas divergencias de separatismos ethnicos, que uma sociabilidade consecutiva, de cultura congenere, religião identica, civilisação analoga, não vingou obliterar definitivamente e proscreever de raiz.

O *Heraldo*, havia dois dias apenas, em Madrid, cotejava, a par de Portugal, que se separou de vez

a Catalunha, que quasi ia conseguindo separar-se. E os considerandos da excellente folha madrilena suggeriram-me reflexões, que me pareceu bem começar a deduzir em a imprensa periodica portugueza.

No periodismo portuguez, a quando dos desastres coloniaes hespanhoes, produzira ponderações queurgia completar. Se chegara a hora de o fazer, a conclusão (como as premissas) subordinava-se — como aquellas se subordinaram — ao criterio da estreita correlação historica entre Portugal e a Hespanha. A Hespanha, amada. Portugal, autonomo.

*

Na secção telegraphica primeiro, e depois na chronica especial do que recentemente á data lá por-fóra tinha succedido digno de nota, lêram seguramente da recepção clamorosa em Barcelona feita aos deputados catalanistas, de Madrid regressando. Conheciãmos antecedentes respeitantes á obstrucção parlamentar e indignaram-se, com nobreza moral, pelas brutalidades da guarda civil atropellando uma população livre e espadeirando cidadãos pacíficos e trabalhadores.

Não é de uma vã curiosidade aquella attenção que se preste aos acontecimentos que se vão succedendo na visinha Hespanha e que tem um alcance

*

immenso, como corollario dos desastres coloniaes em que liquidou a politica tradicional e como prolegomeno de empreendimentos, proximamente remotos ou visinhamente allastados, os quaes se revestirão de excepcionalissima importancia. Elles d'algum modo e em certa maneira terão de repercutir mesmo entre nós-outros, portuguezes; e por isso será bem aproveitado todo o tempo que dispendamos em conhecer da situação geral hespanhola, para a qual, no seu aspecto interno, não temos, todavia, até agora olhado com aquella circumspecta reflexão que o assumpto merece. Digamo-lo; elle quasi que nos tem passado despercebido; e, todavia, grandemente nos interessa.

Portanto, excrecencia ociosa não será que, ainda que reduzidamente, investiguemos os antecedentes d'essa antinomia vasta que, nos olhos dos politicantes conservadores, se limita ao ciume e rivalidade entre Madrid e Barcelona, quando o problema é bem mais complexo e grave, amplo e profundo.

Mas de longa data que, com pertinaz teimosia, se tenta amesquinhar-lhe as proporções, insistindo se n'aquelle systema deploravel de negar os factos desagradaveis, como se decláram não-existente a enfermidade implicasse o remedio, com cujo emprego opportuno se restabeleceria aliás a alquebrada saude.

Estes procedimentos absurdos têm, comtudo, sido empregados por pessoas eminentes, cujos meritos intellectuaes, cuja illustração, cujo patriotismo alumiado e sério faziam presuppôr bem differente cri-

terio; mas tal é o poder dos preconceitos e tão imperiosamente manda, ainda nos mais doutos, a tyrannia intolerante do meio ambiente!

Assim me estou recordando, n'este momento, de certo ruidoso discurso que, como presidente do Ateneo de Madrid, leu, ao inaugurarem-se os trabalhos d'aquelle anno de estudos, o insigne Gaspar Núñez de Arce, em 1886. Quanto se inflammaram então as paixões, desencadeadas pelas acerbas palavras do apologista inconsiderado de Madrid! Quam rapido lavrou o movimento de protesto na consciencia catalã, affrontada e revoltada!

No *Diario de Barcelona*, desde o dia 25 de Dezembro de 1886 até o dia 27 de Março de 1887, publicou uma vehemente replica, sob a fórma de cartas endereçadas ao orador, o jornalista notavel Juan Mañé y Flaquer; e mais tarde, cedendo a amistosas instancias de pessoas de bom conselho, elle se resolveu a colleccionar esses artigos em volume que, com o titulo de *El Regionalismo*, a Imprensa Barcelonesa estampava em 1900 já na sua terceira edição. Tanto correspondeu o teôr d'esses escriptos á média coeva do pensar e do sentir geral na Catalunha.

E, não obstante, o livro que, com bom accôrdo, reimprimia o talentoso director do *Diario de Barcelona* visava a desterrar injustificados antagonismos, consoante o firmou no prologo que lhe precede o texto outro publicista distincto, D. Javier Ugarte, o qual, sem embargo, assignala a característica de que, através dos capitulos da obra de Mañé y Fla-

quer, regorgitantes de espontaneidade, destaca sempre a convicção que o autor abriga de que a Catalunha não havia chegado a alcançar o grau de prosperidade a que tem direito, porque está mal administrada e mal regida.

Relendo agora o volume do nosso collega catalão, á luz minaz dos successos então recentes de Barcelona, não podia eu eximir-me de convir com elle em que, fallando-se em Madrid tantissimo do regionalismo da Catalunha, a ninguém occorra alli a idéa, aliás simples, da existencia do regionalismo de... Madrid. Todavia, este, sim, que é o regionalismo absorvente, exclusivo, dominador, egoista, implacavel. Mas, increpando o regionalismo catalão, o regionalismo gallego, o regionalismo basco, a ninguém passa pela mente, em Madrid, que cumpre discorrer, outrosim, do regionalismo... castelhano.

Nós, portuguezes, que constituimos unidade politica na identidade da lei civil e formamos nacionalidade na identidade do idioma, mal comprehendemos estes ciumes; alvoroçam-nos estas sisões, e contentas assim surprehem-nos e confundem-nos.

A historia de Portugal é uma e unica para todo Portugal, do Minho ao Algarve; e foi uma risada dos nossos jarretas quando o Junot prometteu, com a dominação franceza, um Camões para a Beira. Mas o escriptor catalão enumera os nomes gloriosos da Catalunha como proprios e peculiares da historia catalã: um philosopho como Balnes, um critico como Yxart, um poeta como Verdaguer, um histo-

riador como Balaguer. A integração não se fez; percebe-se o vinco da soldadura, por mais que se recorra a attenuantes, como quando se nos ordena que observemos que até mesmo o levantamento da Catalunha contra o latego do conde-duque de Olivares tivera, tão só, em seus começos o character de hostilidade ao ministro de Philippe IV, «o unico mobil d'aquella guerra».

Escassa valia possuem, no fundo, evasivas, ainda sinceras; e indecisões sentimentaes ou contradicções theoreticas pouco pôdem contra a vontade das coisas, pois que á logica das idéas se sobreponha a logica dos factos. De modo que muitas vezes os acontecimentos excedem os desejos dos homens e a pedra, despedida da mão, não se sabe onde irá bater. Em Portugal, porém, a Catalunha é quasi que, de todo em todo, ignorada. Pois convem sabel-a, ao menos, pela rama.

*

Todavia, se ao presente nada se importa Portugal da Catalunha, já grandemente dos catalães se preoccuparam os portuguezes.

O jesuita Ignacio de Mascarenhas teve por berço a villa de Montemor-o-Novo; por progenitores D. Fernando Martins Mascarenhas e D. Maria de Lencastre, filha de D. Diniz de Lencastre e de D. Isabel Henriques, filha de D. Francisco Coutinho, terceiro

conde de Redondo; por irmão, D. João Mascarenhas, conde de Santa Cruz.

Diz Barbosa Machado que foi pela gravidade da pessoa e prudencia de juizo que este jesuita mereceu o declarado affecto do rei D. João IV, que lhe cometeu, quando o mandou á Catalunha no anno de 1641, gravissimos negocios de que pendia a conservação da lusitana monarchia. Addita o donto abbade de Sever que o jesuita se desempenhou da grave incumbencia com egual destreza como fidelidade.

Em Lisboa, impressa por Lourenço d'Anvers, em 1641, in-4.º, publicou Ignacio de Vasconcellos a *Relação do successo que teve na jornada que fez a Catalunha por ordem de S. Magestade El-Rei Dom João IV, Nosso Senhor*; e em Barcelona, estampada por Jacques Romeu, tambem in-4.º, em 1642, deu a lume a *Justicia del inclyto rey D. Juan el 4.º de Portugal, arbol de los reys portuguezes y casa de Bragança, leyes de Lamego, etc.*

Contra este livro sahio, occultando o nome, João Adão de la Parra, advogado do tribunal da Inquisição, «cuja mordaz petulancia se conhece do titulo da sua impugnacão», assim admoesta o auctor da *Bibliotheca Lusitana*. Esse titulo é o seguinte: *Apogetico contra el tirano y rebelde Verganza y conjurados Arzobispo de Lisboa y sus parciales, en respuesta á los doce fundamentos del padre Mascareñas*. Esta replica acre, outrosim in-4.º, sahio, no mesmo anno de 1642, dos prelos de Diego Dormer, em Saragoça.

D. João de Almeida e Portugal, segundo conde de Assumar, havendo sido reconhecido por Portugal como successor da corôa de Hespanha o archiduque Carlos de Austria, que desembarcou em Lisboa a 9 de março de 1704, foi nomeado embaixador extraordinario a este principe, quando assistiu em Catalunha, por carta do rei D. Pedro II, de 14 de julho de 1705, «mostrando n'esta incumbencia as maximas da sua profunda politica, em obsequio do seu soberano». Certo é que de *Cartas da Embaixada de Catalunha* D. João de Almeida e Portugal deixou nada menos de 16 volumes em folio, manuscripto que, com outras obras de sua lavra, se conservava, á data da noticia de Barbosa, «com a devida estimação», na livraria de sua casa.

O capitulo xxii da segunda parte da *Restauração de Portugal prodigiosa*, obra jesuitica que appareceu attribuida a um suppositicio doutor Gregorio de Almeida, ulissiponense, tracta *Do maravilhoso successo da embaixada a Catalunha e do embaixador que d'ella veio*. O embaixador que para lá foi já sabemos que fôra o jesuita Ignacio de Mascarenhas; o embaixador que de lá veio agora ficaremos sabendo que foi Fer Forer, que, em nossa lingua, o supposto doutor Gregorio de Almeida o explica, é o mesmo que Francisco Foreiro, um dos cento do Conselho de Catalunha, pessoa pratica e que já se achara n'este reino quando viera a elle o rei catholico Philippe 3.º. Surgiu em Cascaes aos 7 de maio de 1641; e logo ao outro dia mandara o monarcha portuguez ao

conde almirante que o fosse receber e hospedar no convento de Belem, enquanto que se adereçavam e aparelhavam as casas confiscadas que haviam sido do conde de Tarouca à Boa-vista com tapeçaria mui rica e todo o mais ornato da casa de Bragança. A 9 do mesmo mez entrou em Lisboa, indo-o esperar toda a fidalguia em muitos coches e sahindo o terço de D. Antonio de Menezes do Castello onde estava alojado, e do arco dos armazens até à escada do paço se poz em duas alas, e das escadas para cima estava na mesma fórma a guarda real em grande apparatus até à primeira salla, e d'ahi por deante seguiam os senhores e fidalgos. D. João iv estava na sala grande a que chamavam «galé», debaixo de docel, com um buffete alto junto d'elle, para se encostar, supposto haver de estar em pé. Elle fez ao embaixador toda a cortezia e bom agasalho, mas a practica de parte a parte foi breve.

Porém o conde da Ericeira, no livro III da parte 1 de seu *Portugal restaurado*, relata que os catalães, tanto que partira o padre Ignacio de Mascarenhas, haviam mandado por embaixador a Portugal a D. José de Salas, barão de Arene, o qual entrara em Lisboa a 8 de abril de 1641; fôra hospedado em Belem na quinta de Ruy da Silva e conduzido à audiencia do rei portuguez pelo conde da Vidigueira; fizera presentes ao monarcha lusitano as razões que haviam tido os catalães para negar a obediencia ao rei de Castella e dal-a ao rei de França; elle pedira, de parte da republica, perpetua paz com Portugal.

Não tivera, sem embargo, o rei portuguez inteira satisfação d'esta embaixada, «subtilisando-se por alguns indícios — com proposital ambiguidade se explica D. Luiz de Menezes — que o animo do embaixador vinha corrompido pelos castelhanos»; por causa tal, fôra despedido com palavras geraes e offeras sem effeito.

Todavia, avaliando o rei de Portugal a guerra da Catalunha «por uma das mais importantes seguranças do seu reino», fôra por isso que mandara com toda a brevidade áquella republica o padre dito Ignacio de Mascarenhas, da Companhia de Jesus, ordenando-lhe D. João IV que desse conta aos deputados que assistiam em Barcelona de como estava em pacifica posse do reino e que lhes segurasse todos os socorros que, para a sua defenza, houvessem mister de Portugal: «grande fortuna para os catalães (encarece, recriminando, o conde da Ericeira), se a nossa errada politica não fizera a execução differente da promessa.»

Porém esta servira, ainda assim, aos catalães de grande alento, porque no dia seguinte áquelle em que chegou a Barcelona o padre Ignacio de Mascarenhas, a quem os catalães receberam com grandes demonstrações de contentamento, apparecera á vista da cidade o marquez de los Velez, general do exercito de Castella, com 20:000 infantes e 4:000 de a cavallo; e, depois de occupar os postos e alojar o exercito, usara da industria primeiro que da força, mandando propôr aos deputados varios accomoda-

mentos, que elles não acceitaram. Vendo, pois, que a guerra havia de ser quem decidisse as propostas, mandou atacar Montjuich, obra exterior da cidade; fôra melhor defendida do que estava fortificada, de modo e maneira que, perdendo o exercito mais de dous mil homens, se retirou o marquez de los Velez a Tarragona. Assistira o padre Ignacio de Mascarenhas na muralha a todo o conflicto; retirado o marquez, fizera o jesuita a sua função; ouviram os deputados a embaixada e acceitaram muito voluntariamente confederar-se com Portugal.

O assalto a Montjuich, padrao grande da cidade, fôra porfiado mas a coragem dos catalães não se desmentira um só momento; e movimentado painel da peleja nos fornece Gregorio de Almeida, que nos informa que «governava as armas de Barcelona um generoso monseur francez com mui transordinario valor.»



O terror do alastramento para cá dos Pyrineus dos principios odiados da Revolução Franceza fez com que n'esse tragico anno de 1793, em que a 21 de Janeiro a guilhotina havia cortado em Paris a cabeça do rei Luiz xvi, a 27 de Março, solemne e formalmente, declarasse a guerra á França o rei de Hespanha Carlos iv.

E, declarada a guerra pela Hespanha á França,

de accordo com a Hespanha se poz Portugal por meio de uma convenção provisoria, negociada, por parte da Hespanha, por D. Manuel de Godoy, duque de Alcudia, e, pela de Portugal, por o então nosso embaixador junto á côrte de Madrid, D. Diogo de Noronha, assignando-se em 15 de Julho de 1793 os respectivos artigos, sendo depois ratificados pelas altas partes contractantes. A carta de concessão de poderes a D. Diogo de Noronha, embaixador em Madrid, pelo principe D. João, depois D. João VI, em nome de sua mãe, a rainha D. Maria I, assignada no paço da Ajuda, em 8 de Junho de 1793, foi referendada por Luiz Pinto de Souza.

Em virtude d'este rancoroso e inepto accordo, e em consequencia de exigencias do governo de Madrid, foi organisada a divisão auxiliar portugueza, constituida por uma brigada de artilharia, composta de oito companhias, reunidas em duas divisões, na força de quatrocentas e dezeseis praças, com seis obuzes de seis pollegadas, duas peças de calibre seis e quatorze de tres, sommando vinte e duas boccas de fogo, e por seis regimentos de infantaria, na força total de quatro mil novecentas e doze bayonetas. Esta expedição largou do Tejo no dia 20 de Setembro em quatorze embarcações de transporte, indo foz em fóra a demandar o porto de Rosas na Catalunha.

Interminavelmente longa resultou esta navegação, de modo e maneira que só nos dias 9 e immediatos do mez de Novembro é que Pedro Mariz de Souza

Sarmento, commandante da esquadra, pôde dar cumprimento á sua ardua missão, desembarcando em Rosas a divisão auxiliar, estabelecendo, em acto continuo ao seu desembarque, os nossos soldados, ao pizarem terras da Catalunha, um acampamento junto á praça, no qual tiveram de permanecer por alguns dias, enquanto o general Forbes se dirigia ao campo do Bovlon, para receber de Ricardos as convenientes ordens e instrucções.

Esse Forbes era o tenente general João Forbes Skellater, militar que havia annos estava ao serviço de Portugal, natural da Escocia, e a quem o commando fôra entregue, impedido o marquez das Minas de tomar esse commando em chefe da divisão auxiliar, para que tinha sido destinado. Como generaes subalternos, acompanhavam a divisão os marechaes de campo D. Antonio de Noronha e D. Francisco Xavier de Noronha, sendo ajudante general o conde de Assumar e das funcções de quartel-mestre general indo encarregado o coronel de engenheiros, José de Moraes d'Antas Machado.

No primeiro volume da sua obra «Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra denominada da Peninsula e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e *Cataluña*», apresentada como resultado da commissão de investigações historicas commetida ao então (1863) capitão de primeira classe, Claudio de Chaby, sendo a publicação ordenada pelo governo, estando ministro e secretario d'Estado dos negocios da guerra o visconde de Sá

da Bandeira, vem uma mui interessante nota comprehendendo uma relação, extrahida de documentos officiaes, de todos quantos nomes de officiaes subalternos ao conhecimento do auctor chegaram, havendo feito parte da divisão auxiliar, e distribuidos respectivamente pelo regimento de Peniche, pelo regimento de Freire de Andrade, pelo regimento de Cascaes, pelo primeiro regimento de Olivença e pelo primeiro e segundo regimento aqui do Porto.

Narrada pormenorizadamente a sequencia das hostilidades e havendo os soldados portuguezes ostentado em toda a sua galhardia o brio nacional, assignalando-se em 1795 a approvação honrosa do general D. José Urrutia ao valor das tropas lusitanas, eis que a paz ajustada em Basiléa e inesperada no exercito interrompe o seguimento das operações. Dá-se a terminação das hostilidades. Regressa a Portugal a divisão auxiliar.

Acautionados os portuguezes em San-Esteban, Sarria, Puente-mayor e depois em Bañodas, reunidos já aos que com o benemerito coronel Miranda Henriques mais se haviam nobilitado em Puigcerdá, nas operações do distincto la Cuesta, só no dia 28 de setembro principiaram a marchar com destino para Barcelona, afim de embarcar alli para Portugal, em varios navios mercantes afretados pelo governo de Hespanha, devendo ser acompanhados por dois vasos de guerra da mesma nação; no referido dia rompeu a marcha, partindo de Bañodas a primeira brigada composta dos regimentos de Freire de Andrade, pri-

meiro de Olivença e segundo do Porto, seguindo o mesmo movimento o regimento primeiro do Porto, o de Peniche e o de Cascaes, que faziam a segunda brigada, no immediato dia 29 sendo acompanhados pela artilharia; ao cabo de uma jornada de seis dias, tendo percorrido San-Esteban de Ambá, Esquerol, Vich, Garriga e Granolers, acantonaram-se, finalmente, em Hospitalet, pouco mais de cinco kilometros na distancia da «industriosa e bellissima cidade de Barcelona», que assim, em devida homenagem, lhe chama perfeitamente o nosso fallecido escriptor militar.

No ponto-de-vista militar, é sobremaneira notavel o tomo III da *Historia militar e politica de Portugal desde os fins do XVIII seculo até 1814*, por o illustre litterato e erudito José Maria Latino Coelho elaborada. Esse tomo III occupa-se designada e especialmente da guerra, estudando n'um capitulo preliminar o exercito portuguez até o fim do seculo XVIII e logo tractando da divisão auxiliar, desde o acampamento na charneca de Cintra até á chegada a Rosas. Successivamente e com cabal proficiencia, estuda Latino Coelho as operações dos hespanhoes nos Pyreneus e a primeira campanha dos portuguezes. Logo, a segunda campanha (1794); a retirada do Roussillon; examina os successos politicos, derivando-se da triste impressão causada em Portugal pela catastrophe no Roussillon. O capitulo IV (*Na Catalunha*) é digno de escrupuloso apreço; vem a campanha de 1795-Gerona; chega-se á terminação

da guerra, e a 28 de outubro fazem-se de véla os navios que conduziam as tropas de Portugal e que cursaram o Mediterraneo e o Atlantico mais afortunadamente que na ida para a Catalunha, aportando a Lisboa a 10 e 11 de dezembro de 1795 e vindo effectuar o desembarque no caes de Belem, assistindo da varanda do jardim do paço ao desfilar das tropas o principe D. João, com diversas pessoas da sua familia e o luzido cortejo da sua casa.

Estava assim terminada uma empreza de que Portugal não colhera mais fructos do que o esteril sacrificio de muitas vidas e o dispendio de alguns milhões, n'uma quadra em que apparecia já angustiosa a situação da fazenda publica e eram pouco propicios os recursos economicos da nação.

Remate severo mas justiceiro de Latino Coelho.



Sem embargo de todos os antecedentes historicos, dissera eu que a Catalunha era quasi que de todo em todo desconhecida de Portugal. Assim é, sem embargo da notavel serie de escriptos que aqui ha proximos annos publicou o distincto brazileiro portuguez fallecido Teixeira Bastos ácerca do rejuvenescimento hodierno da lingua catalã e a proposito da esplendida nova litteratura catalanista.

Mas, se assim é, assim não foi. E assim não foi,

por signal, em tal e tanta maneira que precisamente a monographia historica com que mais luzida se adorna a historiographia castelhana tem por auctor um portuguez e por objecto a Catalunha. Alludo, é evidente, à *Historia de los movimientos y separacion de Cataluña, y de la guerra entre la magestad catolica de Don Fillippe el cuarto rey de Castilla, y la Deputacion de aquel principado*, que escreveu o nosso illustre Dom Francisco Manuel de Mello e que «ainda hoje — em 1859 Innocencio o rememorava — é tida como um dos mais bem acabados troços de historia que os hespanhoes possuem no seu idioma.» No seculo, para o nosso insigne bibliographo, à data em que redigia, presente (o finado seculo XIX), se haviam feito d'ella duas edições, uma em Madrid, na Imp. de Sancha, 1808; outra formando parte do *Tesoro de Historiadores Españoles*, que é o tomo XVIII da *Coleccion de los mejores autores* da referida nação, publicada pelo livreiro-editor Baudry em Paris em 1840. E no dia 18 de Abril de 1886, perante a «Real Academia de la Historia», em sua festa de ingresso, o discurso de sua recepção publica que leu D. Celestino Pujol y Camps teve por assumpto *Melo y la revolucion de Cataluña en 1640*. Contestou-lhe o eminente D. Victor Balaguer, que ao nosso portuguez o apostropha nada menos do que com estas expressões vehementes: *Melo inmortal, timbre y esplendor de nuestros clássicos y de nuestras letras!*

Era n'essa epocha D. Celestino Pujol y Camps um «joven modesto y temeroso», mas cheio de talento e

cheio de vontade, como cheio de talento e cheio de vontade é hoje em dia o moço prosador e poeta snr. dr. Ignacio de L. Ribera Rovira que em Barcelona acaba de publicar, com «prólech de Joan Maragull», um precioso volume, *Poesia & Prosa*, de «originals y traduccions del portugués.»

As traducções do portuguez comprehendem, de nossos auctores, naturalmente a Luiz de Camões e depois a Manuel Maria Barbosa du Bocage, seguidamente a Antonio Feliciano de Castilho, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Guilherme Braga, João de Deus, Anthero do Quental, conde de Sabugosa, Gonçalves Crespo, conde de Monsaraz, Bulhão Pato, Guerra Junqueiro, Eugenio de Castro, Henrique Lopes de Mendonça, Alfredo da Cunha, Gomes Leal, Fernandes Costa, Accacio de Paiva, Affonso Lopes Vieira, Dom João da Camara, Xavier da Cunha, Julio Dantas, Simões Dias e visconde Julio de Castilho. De dois primaciaes auctores portuguezes, Castilho e Garrett, em portuguez discorreu o snr. Ribera y Rovira, o qual explica n'estes termos o duplo motivo a que se subordinou: «Publico estes trabalhos em lingua lusa, porque não percam na traducção o sabor que lhes imprimiu o meu reles estylo litterario e porque é sympathico o facto de se editar em Barcelona um livro escripto em portuguez. O primeiro livro portuguez que sahio dos prelos catalães.»

Do primeiro volume (*Mos tres amores*) do meritorio moço barcelonez, apreciando-o, annunciou-o idoneamente o snr. Candido de Figueiredo assim:

•

«Se me não engano, o catalão é tão escassamente conhecido em Portugal que não será ocioso registrar o apparecimento, entre nós, de um livro de versos catalães estampado em prelos nossos pelo brilhante poeta D. Ignasi de L. Ribera y Rovira.» E, como amostra, em sua apreciação, reproduziu uma das composições que, justiceiramente aliás, qualificou de «deliciosa» e de que, de seguida, em verso também, apresentou uma traducção livre, immediatamente frisando que, a par d'essa *A la non-non*, encantadoras eram, outrosim, as poesias *Flor de neu*, *Reys*, *Recort*, o poemeto *La Vida*, etc., «que demonstram o altissimo grau de sentimento que o poeta sabe imprimir ás suas canções.» O snr. Ribera y Rovira, no thema das relações litterarias entre Portugal e a Catalunha, escreve agora a proposito:

L'excellent poeta Ramos Coelho tradiu algunes poesies del mestre Rubió y Ors, y els nostres trovayres giravan de tant en tant un esguart afectivo á Portugal y colaboravan en les magnifiques revistes que commemoravan el ters Centenari del descobriment del cami maritim de les Indies y el naixement del immortal épich de «Os Lusíadas», Camões, meytat d'esma, meytat per afany de gloria, ben poquets pel desij d'estrenye, en llaçades amistoses, les relacions entre abdues literatures.

E no respeitante á sua excellente obra actual (*Poesia & Prosa*), em a *Chronica litteraria* do *Diario de Noticias*, de Lisboa, a 24 do passado fevereiro de 1906, *Cedef* estabelece seu auctorizado juizo por este honroso teor:

As poesias originaes não só confirmam as brilhantes qualidades de sentimento e arte, já reveladas n'outro livro de versos do mesmo auctor *Mos tres amores*, mas tambem accusam notavel progredimento litterario. Bastar-nos-á mencionar aquella formosa lyrica, *Yo crech (Creio)*, a qual, se fôsse escripta em castelhano e não vissemos o nome do poeta, dil-iamos obra de Campoamor.

A's traducções em verso das varias poesias de auctores portuguezes pelo traductor escolhidas e alli acolhidas, seguem-se, no magnifico volume actual do snr. Ribera y Rovira, diversos e mui interessantes trechos em prosa, sob o titulo geral de *Impresions*, offerecidos ao sr. Ramalho Ortigão, ahi se topando, com agradavel enleio de nossa surpresa penhorada, algumas canções populares portuguezas, acompanhadas da respectiva musica: *Margarida vae d fonte; Fado; A Rolinha; A moda da Rita; Gira, vira; Basta, sim, basta; O sapatinho; O Senhor de Matto-sinhos; Fado da Beira; O Regadinho*, emfim, do qual é curioso que uma phrase linda de Lecocq, na *Filha da Senhora Angot*, suscite vagos traços do poetico desenho. O sr. Ribera y Rovira annota que o eminente musicographo lusitano Julio Neuparth lhe fez a mercê de collaborar no seu selecto album de musica popular portugueza; a seu leitor observa que a maioria das poesias que acompanham aquellas canções é popular e informa-o de que as demais são de João de Deus, Vieira, Sá, Crespo, Bracklamy e outros.

Visto que a maior parte d'elle é consagrada a

coisas portuguezas, rasão tem *Cedef* quando exclama que o livro *Poesia & Prosa* «bem se poderia chamar *Portugal na Catalunha.*»

Por desdouro nosso, meu pessimismo leya-me a presumir que amplo tramite terá de decorrer ainda antes que á gentileza catalã corresponda identica gentileza lusa e dos prelos portuguezes volume saha que possa analogamente chamar-se *Catalunha em Portugal*. Entretanto, conhecer Portugal a Catalunha não é uma méra curiosidade. Ponto esse é para Portugal de positivo interesse.

*

Como, no fim, tudo quanto á Hespanha attive.

Por isso comprehende-se o sobresalto que em Portugal suscitou o rejuvenescimento, em fins de Abril de 1903, da esperança democratica em Hespanha.

«...Mas quem nos diria — exclamou então Silva Pinto — ha trinta annos?! Oh José Sampaio! vamos nós a Madrid, abraçar o nosso *Estevanez?!*»

Quando cahiu a republica em Hespanha, no Porto — republicanos militantes pela imprensa, eramos Silva Pinto e eu; e Silva Pinto, na indignação das primeiras noticias do attentado, logo fez circular uma folha solta, redigida com um sombrio vigor:

No dia em que Maximiliano Robespierre, o *grande cidadão* de Michelet, desceu vagarosamente as escadas da tribuna da Convenção ao som dos apupos e das vaias da Necedade e da Infamia triumphantes, ergueu-se em torno do dictador cahido um clamor immenso de saudações á Republica. Os restos galvanizados da consciencia morta envolviam-se magestosamente no sudario do Protesto em nome da liberdade moribunda.

E' sabido que, ao ouvir os brados entusiasticos dos phariseus, illuminou-se de um triste sorriso a face do gigante, e os Judas da Revolução puderam ouvir-o murmurar as seguintes palavras propheticas:

—A Republica? Está perdida, porque os salteadores triumpham.

Foi assim agora...

Martinez, Jovellar, Serrano, Dorregaray, affonsistas, carlistas, jesuitas de espada, Torquemadas de caserna — eil-os finalmente em campo! Monks dynamizados, souberam aguardar tranquillos a hora da traição. Facil lhes foi esta ultima: retrocedei de doze mezes; olhai para o alto da sombria estrada: não vêdes o guia seguro e a garantia segura da torpeza de hoje? —

Pavia, na verdade, desempenhara o prologo do drama luctuoso que a Martinez Campos estava destinado desenrolar plenariamente. Agora, porém, eis que parecia acercar-se a fatalidade do epilogo.

No comenos, então, a Lisboa, depois ao Porto vinham chegando os emigrados republicanos hespanhoes: Estevanez, Salmeron, Garrido, Ramon de Cala, Eduardo Benot e outros e outros.

Quando nós eramos moços...

O mais bohemio da roda, o velho Fernando Garrido, a breve trecho se volvera em nosso director

espiritual; ouviamol-o com um fervor dedicado, á noite, reunidos *chez* Silva Pinto, os escassos demócratas intellectuaes do Porto regenerador de então, entre elles um poeta distincto antes de se fazer medico notavel, Bettencourt Rodrigues.

Pobre Garrido!

«Era um chão, (rememorava eu, ao deante, em 1893, no meu volume das *Notas do exilio*), bohemio de barba branca, convicto, disperso em conversações, d'esses que pouco produzem, pela abundancia das idéas, addiando a sua verdadeira manifestação, morrendo. Valia mais do que as suas obras e algumas d'ellas valem muito.

«N'este genero, quantos? O maior de todos, só modernamente foi reconhecido, adivinhado; e careceu-se de que um colosso o indigitasse. Chamava-se Diderot e o seu cicerone entre as gentes foi Goethe.

«Bom D. Fernando! Honrado velho!»

Como elle firmes, sem obstinada teimosia, porém com percuciente perspicacia, uma mesma esperança a todos os alentava; a mesma fé os mantinha inquebrantaveis e resolutos. E, todavia, amarga era a hora, em que o tripudio dos victoriosos como que garantia a irremissibilidade do desanimo. Que importava? A lealdade dos convencimentos não desconta no prazo das effectivas realisações e á alma sincera não a abate o procrastinamento das expectativas. De resto, as lições da historia não negavam o conforto da coragem a todos quantos sabiam consultar, com pureza altruista de intenções, a eterna mestra insubornavel.

Por isso, recapitulando, Silva Pinto podia escrever, como escreveu:

E agora?

Agora é força dizel-o: a Liberdade vendou a face e a Revolução estacon. Sabem os adoradores dos heroes, os Demosthenes do Prado e os capitães traidores, qual é a vingança terrível das duas deusas? Olhem ainda para a esquecida Historia: a Revolução não retrocede: pára; a Liberdade não succumbe, — offusca-se, mas a vergonha dos traidores sobrevive, prevalece. O livro negro da traição conta alguns nomes mais! o Progresso alguns passes menos. E' tudo. Barafuste muito embora o jornalismo, illuminem-se e adornem-se as frontarias da cidade polluida; campeie a *Restauração* com as suas promessas; venha o periodo das vinganças e das perseguições; cubra-se a lanna do throno deshonorado dos Bourbons com as librés da lacaiada e com as fardas dos transfugas; haja vinho sobre o sangue, lodo sobre o vinho, ouro para os cantares da vileza, veneras para a Infamia, insulto para os opprimidos, — a Historia contempla-vos, miseraveis!, e a Liberdade fortifica-se.

As promessas da Restauração estavam julgadas, na derrocada immensa da catastrophe americana; e, em toda a maneira, ella moralmente liquidara. A transformação politica da Hespanha parecia, pois, inevitavel, como corollario de uma necessidade organica e constitucional, a que o systema vigente, ainda que o desejasse, não poderia corresponder.

As palavras de Silva Pinto, colligidas a 10 de Janeiro de 1875, encontravam-se, a certos aspectos, plenamente corroboradas; e, se não temesse o attribuirem-me pretensões excessivas, additaria então

que a mim mesmo se me deu rebate d'esta situação que erradamente se julgou decisiva a quando, na mesma folha em que Silva Pinto se me dirigira, inseri alguns artigos respeitadamente à questão cubana e consequente conflicto internacional. Tive então o desgosto de que me não entendessem bem alguns poucos hespanhoes. Depois compensou-me o jubilo de saudar, do meu canto obscuro, um pouco prematuramente, ai de nós todos!, a gloriosa Hespanha vindouira!

*

Porque a Hespanha existente contra ess'outra reagiu.

O telegrapho, por intermedio da Agencia Havas, communicava-nos, de Madrid, em data de 5 de Maio de 1903, que o fiscal do Tribunal Supremo publicara uma circular aos delegados do ministerio publico apontando as penas que havia a applicar nos delictos commettidos contra a fórma do governo. A agencia informadora accrescentava, no mesmo despacho, que em breve seria determinado que a força publica usasse, nas povoações, armamento de curto alcance.

Queria isto dizer que a reacção se prevenia para impôr ao paiz aquillo que elle repudia e para fazer acceitar, pelas armas, de curto ou largo alcance, á opinião o contra o quê ella solemnemente se manifesta e pronuncia. Estava bem de ver, pois, que os

acontecimentos, a juizo d'uns e outros, por egual erroneo historicamente, se preparavam e que os instantes decisivos se approximavam. Assim, a logica das coisas prevalecia sobre as fluctuações e as indecisões dos homens; contra a irremissivel fatalidade das leis historicas pouco valem os impedimentos morosos com que se busca retardar, quando já se não tracte de tolher, de todo, o advento de soluções que não são, afinal, mais do que o desfecho definitivo e espontaneo d'uma crise prolongada por vasto e extenso transcurso. Mas hora não era ainda.

Entretanto, para se apreciar com relativa segurança um problema que, por todos os motivos e em todas as razões, tam do perto nos toca, qual seja o da situação politica de Hespanha, conviria que em Portugal houvesse um maior conhecimento das coisas e dos homens nossos visinhos; porém, infelizmente, succede que, em regra, pouco se sabe em Portugal das lettras e da politica, da sciencia e da arte, da historia e dos costumes d'aquelles povos aos quaes aliás nos prendem relações de contiguidade, de commercio ou até de sangue.

Apezar da alliança tradicional, a Inglaterra é inteiramente ignorada entre nós; citam-se, de rotina, os nomes dos seus grandes poetas, um Shakespeare, um lord Byron, mas mesmo nas traducções francezas, que as ha excellentes, quaes as de Émile Montegut e de François-Victor Hugo para o primeiro, escassamente e sem amôr elles são lidos.

Sem embargo de a mesma a lingua ser, em Por-

tugal quasi que por completo se desconhece a obra dos prosadores e dos versejadores brasileiros e, assim, é lastima que em nossa cultura esteja ausente a noticia de homens de tam remontados meritos, como um Alvares de Azevedo, um Gonçalves Dias, um José de Alencar.

As nossas atenções convergem, não preferentemente, mas exclusivamente para a França; a grande seducção de Paris deslumbra-nos e sômos injustos, por esquecimento, indiferença e ignorancia.

Então para com a Hespanha é uma lastima, agravada pelos effeitos intermittentes dos rancores historicos, como se as circumstancias, geraes e especiaes, fôsem ininterruptamente as mesmas e como se a identidade dos sentimentos pudesse subsistir em meio da complexa variabilidade dos interesses e das idéas.

Debalde alguns homens-de-lettras portuguezes se teem, em varia epocha, empenhado por tornar conhecida ao Portugal intelligente a Hespanha mental. Gizou-o, em successivos esboços, nas paginas d'uma revista litteraria famosa (*A Folha*, em Coimbra dirigida com espirito por João Penha), compendiados ao deante em volume, o fallecido José Simões Dias. Debalde se tentou a publicação de grandes archivos scientificos e politicos, collaborados concomitantemente por portuguezes e hespanhoes, como essa revista que na designação de «occidental» marcava logo seus intuitos e desenhava, d'alto, seu plano, programmatisada por Jayme Batalha Reis e Anthero

de Quental e assiduamente collaborada por Oliveira Martins.

E' certo que Portugal continuou a ignorar a Hespanha e não será surpresa assegurar que entre nós, com excepção de Salmeron, eram, em regra, desconhecidos os nomes dos deputados republicanos recentemente á data eleitos a côrtes pelo suffragio das grandes cidades e dos centros intellectuaes do paiz visinho.

Esse conhecimento, porém, não significaria uma simples satisfação de vangloria pessoal, com se apparentar illustração e saber; elle seria util para o perfeito juizo da verdadeira situação, habilitando-nos a conjecturar sobre o character exacto da transformação politica que em Hespanha se prenunciava, ao parecer, e que tarde ou cedo tem de produzir-se, de facto e de vez.

Se os deputados eleitos fôsem mórmente politicos militantes, elles seriam respeitaveis pela coragem da sua dedicação e pela lealdade dos seus convencimentos.

Mas, se vissemos que elles eram ainda e conjuntamente homens de pensamento e de erudição, teriamos de deprehender que constituiam uma garantia para a opinião patriótica e que asseguravam um futuro pratico de administração e de governo. Ora, assim acontecia; e por então não pretendi mais do que indigitar á attenção do nosso publico culto a personalidade eminente de Joaquin Costa, que é uma figura intellectual não só da Hespanha como da Europa moderna.

Se dispuzesse de espaço jornalístico, ahí basear-me-hia e d'ahí procederia para resenhar o profundo movimento mental das universidades hespanholas e para ao nosso publico culto apresentar alguns topicos demonstrativos de que não exaggero quando encareça o poderoso estimulo reconstructivo da Hespanha, nação pujante e de futuro certo.

Não lhe deitarão por de cima a tampa do sepulchro. Não a farão callar fiscaes nem delegados. Não valerão armamentos, de curto ou largo alcance. Nem sequer as indecisões serão mais que temporarias. Nem as demoras, senão passageiras. Nem as desesperanças, além de ephemeras. As desillusões, só de momento. Resurgirá.

*

Don Joaquin Costa, de quem indicara o nôme, já em 1868, em Huesca, principiava a dar mostras da sua poderosa personalidade, com o opusculo *Ideas apuntadas en la Exposicion universal... de 1867*; mas vinte annos depois punha, em 1898, glorioso coronal a sua faina intellectiva com a obra, agora em traducção franceza, sobre o *Colectivismo agrario en España*. Na «Biblioteca juridica de auctores españoles» o volume vii é a sua *Teoria del hecho juridico, individual y social*; o volume xi é seu, *La Libertad civil y el Congreso de Jurisconsultos aragoneses*; seu é o vol. xiv da mesma bibliotheca: *Estu-*

*

dios juridicos y politicos, onde se versam themas taes como o do conceito do direito na poesia popular hespanhola, se fornecem elementos para a historia das ideas politicas na Hespanha e considerações se produzem sobre a politica exterior e colonial hespanhola.

Com Manuel Pedregal, Juan Serrano e Gervasio Gonzáles de Linares contribuiu em prol dos *Materiales para el estudio del derecho municipal consuetudinario de España*, e pratica e immediatamente se occupou de pontos concretos, taes como os estudos administrativos sobre *Tranvias e omnibus* e ácerca de *Los Ayuntamientos y las alineaciones de calles*. Não fallarei de seus commentarios ao Codigo Civil hespanhol, como *El Consejo de familia en España*, cujo assumpto se basea nos art.^{os} 293-314 do referido Codigo.

Limito-me a consignar, por alto, a variedade dos estudos e a ubiqüidade do pensamento d'este insigne jurisperito e publicista notavel.

Alludira eu ao vasto movimento profundo das universidades hespanholas e não dissera que ellas procuram pôr-se ao par das suas irmãs dos grandes centros da cultura mundial. Comtudo, era caso de recordar que no mesmo logar, havia annos, exarara certa summula de trabalhos ultimados por hespanhoes concernentemente ás modernas doutrinas dos italianos. E, poisque lembrança me acudisse de gente de Salamanca, relevasse-se-me que annotasse a existencia da traducção feita por Pedro Dorado Montero,

professor de direito na universidade d'aquella cidade, da obra correcta e additada pelo auctor, com oito capitulos novos escriptos «ex-professo» para a edição hespanhola, *La Génesis y la Evolucion del Derecho Civil*, segundo os resultados das sciencias anthropologicas e historico-sociaes, elaborada por José d'Aguanno, com uma introdução de G. P. Chironi, professor de direito civil na universidade de Turim.

Pertence esta versão á *Biblioteca de jurisprudencia, filosofia é historia*, que constitue um repositório magnífico dos trabalhos mais remontados do direito e da sociologia modernas. Em Portugal seria impossivel conceber sequer a audacia de publicações taes, no mercado mesquinho e ratinho de livros qual está, apezar de tudo, ainda o nosso.

Assim é que de longa data vem em Hespanha sendo operada uma transmutação mysteriosa de idéas e sentimentos, a qual felizmente desmentiria tanto as esperanças reaccionarias como os presentimentos pessimistas.

Ainda em 1895 o snr. Adolfo Posada, professor de direito publico na universidade de Oviedo, e membro do Instituto Internacional de Sociologia, para Paris remettera a formulação d'um amargo desalento, quando consignava que o scepticismo dos governantes hespanhoes e das classes cultivadas no seu paiz, o desdem com que alli se olha para tudo quanto é producto e exigencia das idéas e dos principios constituíam (dizia elle então) um favoravel

meio ambiente para o progresso d'uma forte reacção que para seu uso se crie um ideal a seu talante.

Porém a Hespanha era então e é ainda e será sempre uma nação que crê profundamente em si-mesma e cujo patriotismo resulta o orgulho máximo d'uma convicção absoluta. Ora, desde que a Hespanha é composta de homens inteligentes e avisados, haveria de chegar-lhe a hora em que perante o espirito colectivo se destacasse a evidencia de que a viabilidade nacional é, nas circumstancias actuaes, incompativel com a persistencia da herança politica presente. Assim as coisas, o que se estava dando facil era de presumir; como facil de conjecturar era o que tinha de dar-se, a trecho mais ou menos proximo. Mais ou menos? Foi menos.

Entretanto, porém, que pousio ia restando para reflexionarmos (sem o sobresalto das surpresas romanescas dos successos impressivos), que a persuasão da racionalidade effectiva dos acontecimentos vindouros nos confortasse e em jubilo intimo se nos volvesse. Ai de nós!

Conhece cabalmente a Hespanha liberal e democratica a chronica das victorias, como a dos desastres, da idéa que se pretende alçar ao cimo do supremo triumpho; e um dos deputados então eleitos, o snr. Vicente Blasco Ibañez, redigiu, com vehemencia, uma obra historica, commentada por Pi y Margall, sobre o desenvolvimento da doutrina republicana no seu paiz, nosso visinho e irmão. As licções do passado não se malbaratarão, queremos todos crê-lo; antes

aproveitarão, como convem e cumpre. De modo que d'essa vez seria de vez, assim o imaginámos. Mas ainda d'essa vez não foi de vez.

Que importava, contudo, que houvesse ainda resistências e que resistissem ainda aquelles illudidos que são morosos de comprehensão? Ao fim e ao cabo, hão-de render-se á evidencia dos factos consummados e a sua derrota não os magoará, apesar de tudo, porque d'ella resultará a prevalencia da patria amada. Assim será, decerto que assim será; mas não o foi ainda.

Todavia, como o disse, creio profundamente no futuro da Hespanha; sem embargo da sua decadencia actual, estou convencido de que ha de vir a ser uma das primeiras nações da civilisada Europa.

E, como a ella, assim nos cabia a nós. Assim como a Hespanha de então tinha fé na outra Hespanha immediata, assim era preciso que o Portugal de então tivesse fé no outro Portugal immediato; e que nos aprestassemos cumpria a voltar a ser gente no mundo, como ella se preparava para o vir novamente a ser.

*

Quod volumus facile credimus.

Tam prestes, pois até hoje não se confirmaram as presumpções e o entusiasmo mais uma vez ultrapassou a baliza.

Mas, se optimismos falham, ganharão pessimismos?

Se olhamos para a Hespanha, uma segurança firme se nos não antolha.

E, no seu aspecto ostensivo, o espectáculo que offerece a scena politica portugueza actual é de molde a provocar desalentadas tristezas nos animos patrioticos, que se confrangem na presença de deprimentes indignidades ou de escandalosas protervias. Todavia, aqui como em toda a parte, resulta precipitado o juizo que pessimistamente avenge que tudo está perdido, que nenhuma esperança resta, que assistimos ao principio do fim, que isto é a conclusão da patria, o desenlace da nacionalidade e a catastrophe suprema, decisiva e irremediavel.

Nós—este é que é o facto—não dispomos de previsão em materia politica; e não dispomos de previsão em materia politica, porque a historia nunca chegou a constituir-se como sciencia nem nunca como tal se constituirá. Esta, a da historia scientifica, foi a illusão maxima do genio de Augusto Comte, illusão que elle baptisou com o nome designativo de uma sciencia, que não chegou a formar-se, a sociologia.

E não chegou a formar-se, porque a característica da sciencia formada é, na verdade, essa da previsão. *Saber para prevér*, formulava Augusto Comte. Mas eu posso saber a historia toda de Portugal, que nem por isso estou habilitado a dizer d'antemão o que ha-de succeder em Portugal no anno que vem. O padre Antonio Vieira não pôde no seu tempo escrever com acerto a *Historia do futuro*. E ninguem, á

luz de toda a sociologia moderna, depois de lêr todo Comte, todo Spencer, todo Giddings, todo este, todo aquelle, pôde escrever uma pagina, uma linha que seja d'esse volume inescrivivel da *Historia do futuro*. Eu posso prevêr em astronomia mas não posso prevêr em politica. Sei a que horas, minutos e segundos ha-de ser o eclipse do sol, mas não sei se quer se haverá eclipse do ministerio.

Julgou-se que a historia do passado annunciaria o futuro, o que era um conceito absurdo, porque não ha, nunca houve, nunca haverá na historia um facto que integralmente se repita. Disse-se que o passado era licção do presente. Quando o presente é que é licção do passado. Quer dizer que eu, pela historia antiga, não fico habilitado a entender a historia moderna. Ao contrario, pela historia moderna é que me habilito a entender a historia antiga. De maneira que, pedagogicamente, redundo n'um contrasenso ensinar a historia aos rapazes como ella se ensina em toda a parte do mundo, isto é, começando-se pelos egypcios ou pelos gregos ou pelos romanos. Quando deveria ser aoavez; dever-se-ia, para ensinar a historia de Portugal, por exemplo, fazer conhecer aos estudantes a historia do Portugal constitucional, nas suas leis, nas suas instituições, na sua vida economica, moral e religiosa. Facil seria então a transição para o Portugal do absolutismo; mostrar-se-lhes-ia com simplicidade a passagem, por exemplo, da propriedade parcellarisada actual para o regimen contracto anterior, da herança igual pelos

filhos para o privilegio dos morgados, etc. Ir-se-ia do conhecido para o desconhecido e seguir-se-ia do desconhecido proximo, mais accessivel, por mais semelhante, para o desconhecido remoto, menos accessivel, por menos parecido. Agora, como se faz? Põe-se em frente do alumno, de chofre, a republica romana, dê-se ao caso. Que acontece? Que o estudante, para entender alguma coisa, tem de imaginar forçosamente o mundo romano á laia do mundo actual seu portuguez que elle conhece; e d'ahi derivam erros e incongruencias que cumpriria presumir.

Eis porque se enganam todos aquelles que calculam que tal successo vae occorrer, por isso que a situação se lhes figura analoga á d'outra tal epocha em Roma ou em Carthago, quando, de facto, as circumstancias profundas eram outras, diversas e divergentes. Eis porque é prematuro sempre dizer que um paiz morre e que uma nacionalidade se extingue. Nunca o podemos aliás annunciar.

Porquê? Porque o erro vem, ainda e sempre, do engano vivaz e resistentê de comparar a nação com o individuo. Esta illusão passou da rethorica para a sciencia; é o alicerce originario da concepção da sociologia baseada na biologia, que attingiu o seu desenvolvimento pleno no austriaco Schaeffle, hoje já um pouco esquecido, elle, mas cujas idéas vigoram sempre.

Ora, a comparação é inadmissivel, porque as nações renovam-se indeterminadamente pela sequencia das gerações, que se succedem e cuja caracteristica

differencial eu não posso conjecturar com antecedencia.

Sei eu hoje o que serão, em entendimento e em caracter, quando tiverem trinta annos, os portuguezes que hoje teem cinco? Não sei; de modo que o meu pessimismo não póde jámais (salvo considerações de outra natureza, que não dimanam nem da politica nem da historia) comprehender legitimamente senão a geração minha contemporanea, admittido que eu a conheça bem e sufficientemente.

Assim, um portuguez que vivesse na côrte sensual e molle de D. João v poderia imaginar acaso a possibilidade d'uma sociedade portugueza dura, aspera, progressiva mas implacavel, tal como a afeiçoaria logo immediatamente a iniciativa do conde de Oeiras? Um portuguez que assistisse ao espectaculo da patria portugueza dissoluta, boçal, timorata da regencia de D. João vi poderia porventura suppôr possivel a patria portugueza emprehendedora, ousada e bellicosa dos não-conformistas que fizeram a revolução de 1820, que se bateram com os fleis ao tradicionalismo, que emigraram, que vieram á conquista da patria que os repudiava, que sustentaram o cêrco do Porto — façanha esplendida! —, que desamortisaram, que fecharam a Inquisição, que expulsaram os frades?

Mas ha mais. Se um pensador, por eminente que seja, nunca se póde vangloriar de conhecer bem e sufficientemente a geração sua contemporanea, conforme o testemunham os erros crassos de homens

tão ricos de cerebro como um Guizot em França, *verbi gratia*, essa mesma sociedade que trabalha, medita, sollre e ri, se enthusiasma e se desespera, ella propria saberá para onde vac e possuirá a consciencia perfeita do que quer? Poderá gabar-se de que será firme e inquebrantavel nas suas idéas e nos seus sentimentos? Terá a certeza de que os seus interesses de hoje serão os mesmos de amanhã? Aos portuguezes de agora não custa já a acreditar que para os portuguezes de ha duzentos annos fôsse um dia de festa aquelle em que se fazia queima publica de condemnados?

Tudo o que existe tem de passar; mas as gerações succedem-se e é maravilhoso que, sendo tudo o mesmo, tudo é diverso.

Conclusão

Não obstante, dentro de estreito angulo, é licito, ou antes é tentando, congeminar.

E, com respeito ás condições politicas, na relação com as grandes potencias européas, sempre em Portugal se congeminou.

Para com nosso continente todo, e até derivadamente para com o americano, em 1830 e em Londres, começamos por vêr que congeminara Almeida Garrett.

E especialisadamente para com a França, em Pariz em 1644, e no mesmo anno em Barcelona, discorrera escrevendo (em sua *Francia interessada con Portugal*) o ministro Antonio Moniz de Carvalho.

Especialisadamente para com a Inglaterra, no Porto em 1906, discorreu orando o ministro snr. João Franco Ferreira Castello-Branco.

Foi no theatro do Principe-Real.

Ahi, no theatro do Principe-Real affirmou o snr. João Franco que, sendo indiscutivel que Portugal necessita urgentemente (sob pena de proxima e irremediavel perdição) de profundas e indispensaveis reformas, era, todavia, grave erro, por parte do partido republicano portuguez, o querer realisar essas reformas por meio da implantação da republica em Portugal, por isso que a implantação da republica em Portugal traria, *talvez*, como consequencia a perda das colonias.

N'estes gravissimos assumptos, as asseverações dubitativas nada valem; é certo que cobrem a responsabilidade dos escriptores ou dos oradores que as produzem; mas é indubitavel tambem que deixam os problemas no mesmo pé. Este é o defeito capital das obras de Oliveira Martins, o que as inutilisa, no sentido logico. Nunca Oliveira Martins diz categoricamente que tal coisa ha de ser assim ou assado; nunca elle affirma ou nega sem restricção. No seu estylo abundam os adverbios: *talvez*, *porventura*, *acaso*. O modo dos verbos, que elle prefere é o condicional: *poderia*, *aconteceria*. A conjuncção *se* nunca desaparece de sua prosa. O signal pontuativo interrogativo (?) a todo o instante sae do caixotim do typographo. O povo portuguez «dorme e sonha? Ser-lhe-á dado acordar ainda a tempo?» Assim fecha o *Portugal contemporaneo*, e é assim sempre.

Tambem o snr. João Franco, no theatro do Principe-Real, não se arriscou senão a meio. A implantação

da republica em Portugal terá como consequencia, talvez, a perda das colonias.

O amor pelas colonias, de banda dos partidos monarchicos portuguezes, é coisa intermittente e periodica. Umaz vezes, as colonias são «o mais bello florão da corôa de Portugal», «o padrão glorioso de nossos descobrimentos e conquistas», «o brado ainda clamoroso de nossa grandeza passada.» Outras vezes, mais comesinhamente e terra-a-terra, as colonias são uma grandissima espiga, de que um elementar bom senso nos manda que nos desfaçamos o mais rapida e proveitosamente possivel.

Assim, a idéa da «venda das colonias» tem sido um expediente sempre conservado na tradição do regime, e os nossos homens-de-Estado d'onde a onde proclamam abertamente que Portugal, com respeito ás colonias, o que tem a fazer de pratico e positivo é... vendel-as. Esta idéa da venda das colonias foi aventada ha poucos annos, em pleno parlamento portuguez, pelo fallecido official de marinha e ministro Ferreira de Almeida, que primeiro militou no partido progressista e, após um conflicto pessoal com o hoje tambem fallecido Henrique de Macedo, se passou para o partido regenerador. Já anteriormente outro deputado, o egualmente fallecido dr. José Barbosa Leão, sustentara a doutrina da venda das colonias e n'este projecto foi persistente e obstinado, como o era em todas as suas idéas.

Nenhuma fé na iniciativa portugueza professavam com respeito ás colonias os membros conspiciuos do

antigo partido regenerador, de modo que o ministro João de Andrade Corvo negociou com a Inglaterra os tractados famosos da India e de Lourenço Marques, que de per si significam toda uma orientação de pensamento politico.

Ora, foi precisamente oppondo-se á conclusão do segundo, e mais caracteristico ainda, d'esses tractados que fundou decisivamente a sua entrada na vida politica nacional o partido republicano portuguez, o qual, ao contrario dos partidos monarchicos professando o indifferentismo pelas colonias, sustentou o principio da conservação colonial, em successivos e ruidosos comicios, na epocha realisados em Lisboa e no Porto.

Redarguiria o snr. João Franco que, implantando a republica em Portugal, o partido republicano portuguez bate em si proprio, pois que a implantação da republica em Portugal terá como consequencia a perda das colonias.

Mas porquê?

Porque as nações estrangeiras (isto é, a Inglaterra), logo que se proclame a republica em Portugal, se apossarão das nossas colonias.

Para quê?

Para se garantirem dos seus creditos, visto não terem confiança no novo governo.

Mas quem diz aos partidos monarchicos portuguezes que o estrangeiro não terá confiança no novo governo? Que auctoridade moral teem os partidos monarchicos portuguezes para tal affirmativa faze-

rem, elles cujo credito lá-fóra chegou ao ponto de não poderem levantar um empréstimo sem caução especial, elles a quem constantemente apavora o espectro da administração estrangeira, com que de lá-de-fóra os ameaçam, attenta sua incapacidade demonstrada e sua incorrigibilidade, mais demonstrada ainda?

Pois, se a implantação da republica em Portugal representa um protesto contra a administração financeira monarchica tradicional e significa o proposito de gerir e administrar a riqueza publica por modo inteiramente opposto áquelle que levou a monarchia á beira da banca-rôta, não será esse mesmo facto a mais cabal garantia para o estrangeiro?

A argumentação dos monarchicos seria excellente no caso contrario áquelle que se dá. Se a monarchia portugueza fôsse exemplar na gerencia financeira de Portugal, comprehende-se que a mudança de governo alarmasse e inquietasse os credores estrangeiros. Mas, se a mudança de governo em Portugal deriva exactamente da pessima administração financeira monarchica, porque é que os estrangeiros se haviam de alligir com uma transformação politica destinada a pôr termo aos grandes desperdicios, ás despesas irreproductivas, aos devorismos maximos?

O mesmo sr. João Franco, a quando na opposição, á laia de todos os chefes dos partidos monarchicos portuguezes na opposição, affirmava que, dado que o systema do governo em Portugal continuasse ainda por algum tempo mais pela fórma por que se

exercera até'lli, indubitavel e irremediavelmente Portugal cahiria em sua perdição, definitiva e suprema.

Assim sendo, quando esse momento tremendo chegasse, dar-se-ia, pois, a perda de tudo, isto é de Portugal inteiro, colonias e continente. Portanto, na peor hypothese, dado que a proclamação da republica em Portugal implicasse a perda das colonias, com effeito, ella teria, ao menos, salvo o continente. A perda, mesmo n'esse caso, não seria completa e total. Perder-se-iam as colonias, mas salvar-se-ia, ao menos, o continente. Emquanto que, não se implantando a republica em Portugal e conservando-se em Portugal a monarchia, perder-se-á, afinal, e por uma só vez, e d'um golpe unico, não só o continente como, com elle, claro está que as colonias, que lhe seguirão a sorte.

Portanto, a iniciativa dos republicanos portuguezes, ainda mesmo n'esta hypothese, aliás falsa, é proveitosa e patriótica, porque o simples bom-senso manda que do mal o menos.

Mas não havia de ser nada d'isto. Visto como iria o sr. João Franco referido salvar as colonias, iria salvar o continente, iria salvar o paiz, iria salvar a monarchia. Era espantoso que só então os estadistas monarchicos se dispuzessem a tão admiravel tarefa. Mais espantoso era que só então o citado sr. João Franco dêsse com as medidas efficazes para o rejuvenescimento nacional.

Mas afinal ia. Emfim!

Proseguindo: Em outro theatro, mais maneirinho:

No ultimo dia do mez de Julho de 1906 realisonou-se no theatro Anthero de Quental uma conferencia, a convite dos manipuladores de tabaco, pelo snr. Augusto Fuschini, ao qual fôra proposta a candidatura socialista pelos operarios do Porto.

O conferente, declarando acceitar a candidatura que lhe era offerecida, pronunciou um largo discurso, no decorrer do qual analysou as affirmativas produzidas pelo snr. João Franco no theatro do Principe Real d'essa cidade.

Ora, no ponto que por agora particularmente nos interessa, isto é a perda das colonias, caso se implantasse a republica em Portugal, o snr. Augusto Fuschini foi categorico e claro.

O correspondente telegraphico para um jornal republicano de Lisboa disse que o orader «levantou a affirmação de que só dentro da monarchia poderemos conservar as colonias.» Accrescentou que o snr. Augusto Fuschini se expressára por este teôr:

Isto é uma falsidade: toda a gente sabe que, tendo sido consultados o rei de Inglaterra e lord Campbell n'aquelle sentido, responderam que *nada tinham com a fórma de governo de qualquer nação* desde que lhes dêem as garantias necessarias para a sua estabilidade.

A doutrina exarada poderia additar o snr. Augusto Fuschini que é a doutrina corrente do direito publico internacional.

Um jornal monarchico do Porto, dando noticia da conferencia do snr. Augusto Fuschini, quando chegou ao lance, do orador escreveu por esta maneira :

Analysou o programma e as affirmações do snr. João Franco em todos os centros de Lisboa e na reunião do theatro Príncipe Real, rebatendo por illogica a que se referia á necessidade de manter a monarchia para se evitar a perda das colonias, quando é certo que lhe consta que n'esse sentido se consultou o soberano inglez e este dissera que, desde que se garantissem os direitos e regalias á Inglaterra, *ella não interviria, fôsse qual fôsse a fórma de governo* de qualquer alliado.

As opiniões dos estadistas inglezes n'estas materias não são ignoradas, e a imprensa periodica democratica portugueza por vezes as tem registrado, de modo a orientar o criterio publico nosso, conforme ainda não havia muito o fizera *A Resistencia* de Coimbra.

De resto, os estadistas inglezes, n'estes graves assumptos, não fluctuam e tergiversam, á laia dos nossos grandes homens-de-Estado. Pelo contrario, seguem uma linha inflexivelmente logica, ligada com a tradição d'uma conducta politica que se não contradiz nem se desinente.

Assim, vinha inteiramente a ponto rememoral-o :
Em 1873, proclamada a republica em Hespanha,

pela desistencia que do throno hespanhol fez o rei Amadeu de Saboya, em toda a parte do mundo civilizado e a toda a gente reflectida occorreu a possibilidade de que o exemplo da Hespanha se propagasse a Portugal e, portanto, que em Portugal se implantasse tambem a republica, por espirito de imitação, contiguidade de territorio e affinidades moraes e historicas entre os dois povos peninsulares.

Concomitantemente a toda a gente occorreu tambem a suggestão de qual seria a attitude que, na eventualidade, a Inglaterra tomaria?

Desde muito que não pôde haver, a este respeito, sombra de duvidas. Se a Hespanha republicana atacasse, á mão armada, Portugal monarchico, para aqui implantar á força a republica, a Inglaterra interviria. Mas, se Portugal, espontaneamente e de per si, sem imposição alheia, quizesse estabelecer em sua casa a republica, então a Inglaterra não interviria.

E' o que cousta, precisamente, do despacho enviado, do Foreign-Office, em data de 19 de fevereiro de 1873, ao ministro de Sua Magestade Britannica em Lisboa, pelo conde de Granville, primeiro ministro então da rainha Victoria.

Essa era a regra generica, aliás, da Inglaterra, pois que a Inglaterra *repudiou sempre a pretensão de interferir nos negocios internos dos outros paizes*. Estas são as expressões terminantes do conde de Granville, e quem as quizer vêr com seus proprios olhos procure-as na parte attinente a Portugal, que



começa a pag. 67 d'esta obra official: *Treaties containing guarantees or engagements by Great Britain in regard to the territory or government of others Countries (Presented to the House of Commons by command of Her Majesty, in pursuance of their Address dated July 15, 1898).*

O snr. Campbell manteem-se, pois, de accordo com o conde de Granville, no principio da não-intervenção da Inglaterra nas questões internas das varias nacionalidades; quem não estava de accordo com a tradição do regime era o snr. João Franco em Portugal.

Por uma lei de excepção procurando relegar certos que lhe desagradassem para os confins do Oceano, o snr. João Franco correu mesmo o risco de não encontrar já no dominio portuguez aquelles pontos coloniaes a que dera a preferencia na sua freima exterminatoria.

Porquanto, pelo artigo 7.º do tractado de Portugal feito com o rei dos Paizes Baixos, de 20 de abril de 1859 (publicado no *Diario de Lisboa* de 22 de Setembro de 1860), ceden Portugal á Neerlandia, na ilha de Flores, os Estados de Larantuca, Sicca e Payas, com as suas dependencias; na ilha de Adenara, o Estado de Wouré; na ilha de Solor, o Estado de Pamang Kajn. Pelo que, o governo portuguez recebeu do governo meerlandez a quantia de duzentos mil florins!

Vê-se, pois, que os governos monarchicos portuguezes não se alligiam grandemente, por então, com

a perda das colonias portuguezas; negociavam-as até a dinheiro de contado, quando mui bem lhes parecia. Puzesse ahí sens olhos o snr. João Franco.

*

Já então isto poderia parecer birra; porém, na verdade, a pertinaz insistencia com que a sophistica monarchica procurava, como procurara, prejudicar a propaganda republicana, allegando que a perpetuação da monarchia em Portugal é a condição indispensavel para a conservação no dominio portuguez das colonias que a Portugal pertencem, auctorisava-nos, como nos auctorisa, a nós-outros, republicanos, a que legitimamente nos obstinássemos e obstinemos na fundamentada réplica a asserto não só desprovido de comprovação racional como ainda contrariado pela lição dos factos historicos.

«Os povos esquecem depressa». esta é uma maxima de psychologia social que frequentemente aventam moralistas e politicos. Que pensaremos então attinentemente a este nosso povo portuguez, o qual nossos governantes teem deixado sem o beneficio da illustração civica que se afere e abalisa no conhecimento consciencioso de sua existencia collectiva, como paiz e como nação, ou seja na sua existencia interna de conjuncto ou seja na sua existencia externa de relacionação com os restantes Estados europeus,

*

com os quaes os seus interesses communs teem sido ou teem tentado ser conjugados?

Na *Republica Portuguesa*, no periodo febricitante que precedeu a explosão de 31 de janeiro, lembrei eu que a cedencia de Lourenço Marques á Inglaterra fôra por D. Pedro IV directamente proposta; e, para o fazer, além de passagens cautelosas do historiador Soriano, da reedição de cuja *Historia do cerco do Porto* andava occupado ao tempo, me baseei (a demais das referencias do ministro Felix Pereira de Magalhães, em opusculo hoje raro) nas paginas da obra do conde da Carreira, retirada propositadamente da circulação.

Esse artigo teve grande retumbancia, porque era irresponsivel, visto estar firmado em documentos officiaes. O meritorio jornalista Joaquim Martins de Carvalho, magoado no seu amor á tradição liberal, cuja pureza procurava manter illibada e integra, defendeu as circumstancias attenuantes, argumentando com a situação difficil que se atravessou, situação que eu aliás, com lealdade polemistica, frisara no começo do meu referido artigo. Porém a doutrina politica geral perdurava; e era que a monarchia portugueza nunca vacillara em sacrificar as colonias portuguezas sempre que a seus interesses essa victimação lhe pareceu conveniente e propicia.

Mas ha mais. E é que a monarchia portugueza nunca trepidou em offerecer ao estrangeiro até mesmo parte do territorio do proprio continente portuguez, desde que julgou que, a seu bem, convinha fazel-o.

Isto é menos conhecido, e tem passado despercebido a historiadores e antiquarios nossos; todavia, nas columnas de portuense gazeta, eu tambem o revendicara á notoriedade.

De facto, em 1661, sendo embaixador de Portugal em Londres o primeiro conde da Ponte e primeiro marquez de Sande e pretendendo a dynastia de Bragança, recém-fundada, alliar-se com a dynastia de Stuart, recém-restaurada, por meio de um casamento, ao rei Carlos II de Inglaterra se offereceu, da parte de Portugal, a infanta Dona Catharina; mas o monarcha inglez hesitou e fez questão do dote de sua futura esposa.

O conde da Ponte foi offerecendo.

Offereceu, primeiro, o commercio livre da India e do Brazil. O rei inglez torceu o regio nariz.

O conde da Ponte offereceu então Tanger. O rei inglez replicou que «Tanger era um rochedo».

O conde da Ponte offereceu então Bombaim. O rei inglez redarguiu que «Bombaim era um pantano».

Então, o conde da Ponte offereceu... Setubal!

Mas até a Setubal o rei inglez fez má-cara. «Setubal?! O quê, Setubal?! elle exclamou com desdem. Ainda hontem m'ò explicaram. Setubal não passa de uma mão-cheia de sal».

Estas desairosas negociações constam da carta que, em data de 9 de Maio de 1661, escreveu de Londres á rainha-mãe D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV e regente do reino na menoridade de seu filho D. Affonso VI, o referido embaixador de Portu-

gal. O leitor que quizer verificar de per si mesmo não tem mais do que recorrer á pagina 183 do volume xvii do *Quadro elementar*, organizado pelo fallecido ministro Rebello da Silva, e publicação official, mandada fazer por ordem do governo portuguez. Isto, se já se não recorda do que leu de pag. 356 a pag. 363 d'este presente volume.

Não se foi então Setubal. Preferiria a Inglaterra Tanger e Bombaim, que se fôram. E, quando a Inglaterra decidiu abandonar Tanger, como quer que Portugal lhe pedisse que nos deixasse volver então á posse do que lhe deramos e ella não queria já, não nol-o consentiu. Bombaim é hoje a maior cidade da India ingleza; conta perto de 850:000 habitantes.

Recapitulando, não se nos figurou de bom acôrdo, por banda dos defensores da monarchia portugueza, essa continuada allegação do perigo que soffreriam as colonias portuguezas com a implantação da republica em Portugal, visto como está cabalmente authenticado que nem do territorio colonial portuguez nem sequer do nosso continental teve a monarchia portugueza duvida de offerecer parte ao estrangeiro quando por opportuno e conveniente o julgou.

O snr. João Franco, á data presidente do conselho de ministros, entendera consentaneo com os interesses do seu proselytismo formular, mais uma vez, então, o habilidoso articulado. Porém elle não corresponde á verdade historica.

Coaduna-se com outra falsidade, mais ampla, que quiçá haveríamos de ter ensejo de esmiuçar, todavia.

Por então, rematasse-se que a monarchia em Portugal não só não foi condição de conservação de colonias, cedidas, como Bombaim e Tanger, mas que esteve até para ceder parte do continente. Se Setubal não é hoje da Inglaterra, foi porque a Inglaterra não quiz.

*

Todavia, com respeito à alliança ingleza (âcerca da qual tanto se tem escripto, a favor e contra) o melhór, o inverosimil, o prodigioso melhór ainda não foi dito. E elle, na verdade, desconcerta.

Na verdade. Na verdade.

Na verdade, com respeito à alliança ingleza, âcerca da qual tanto se tem dito, a favor e contra, o melhór ainda dito não foi. Vae dizer-se.

E é que da alliança ingleza, âcerca da qual tanto se tem dito, a favor e contra, nada se pode dizer, nem em bem nem em mal.

Porquê?

Porque a alliança ingleza... não existe!

Não ha entre Portugal e a Inglaterra alliança alguma!

No rol das mystificações pelo regime feitas à opinião nacional, esta é a suprema: — a crença incutida, e acceite unanimemente, ainda pelos adversarios

mais irreconciliáveis, da vigência de uma política
alliança entre Portugal e a Inglaterra...

Quando entre Portugal e a Inglaterra não ha
alliança alguma!

Eis d'este volume o inesperado desfecho, cuja de-
monstração constituirá o aguardado introito a subse-
quente tomo, já annuciado com o titulo de *O pro-
blema nacional*.

FIM



INDICE

	Pag.
Anteloquio	v
I—França, etc.	1
II—Inglaterra, etc.	263
III—Conclusão	493



LIVRARIA CHARDRON, de Lello & Irmão

Rua das Carmelitas, 144

Camillo Castello Branco			
A Brazileira de Prazins.	500	Riquezas do Pobre e Miserias do Rico	400
A Corja.	500	Espinhos e Flores.	300
A espada de Alexandre.	240	O Vinho do Porto	200
A Freira no Subterraneo	500	Questão da Sebenta	500
A Immortalidade	600	Seroens de S. Miguel de Seide, 6 vol.	1\$200
A Maria da Fonte	500	Ratos da Inquisição	600
Amor de Salvação.	500	Valdades irritadas e irritantes	200
Amor de Perdição.	500	Vida de D. Affonso VI	400
Amor de Perdição (edição de luxo).	3\$000	Voltareis, ó Christo!	200
A Senhora Ratazzi, 1. ^a e 2. ^a edição	180	Volcoens de lama	500
Bibliographia portugueza e estrangeira, 4 vol.	2\$000	Sá de Miranda	200
Bohemia do Espirito.	800	Camillo Castello Branco — sua vida e obras, por J. C. Vieira de Castro, 1 v. br.	600
Cancloneiro Alegre, 2 vol.	1\$000		
Carta de Guia de Casados	300	Coelho Netto	
Compendio da vida e feitos de José Balsamo	400	A Bico de Penna (fantasias, contos e perfis)	700
D. Antonio Alves Martins.	200	Agua de Juventa	700
Diccionario de Educação e Ensino, 3 vol.	9\$000	Sertão	600
D. Luiz de Portugal	300	Romanceiro	500
Echos Humoristicos, 4 numeros.	400	Theatro.	No preço
Eusebio Macario	500	Virgilio Varzea	
Genio do Christianismo, 2 vol.	1\$200	O brigade sibusteiro	500
No Bom Jesus do Monte, cart.	500	Sylvio Romero	
Visconde de Ouguella	500	Discursos.	500
Jesus Christo perante o seculo.	No preço	Martins Pena	400
Memorias de D. Frei João de S. Joseph Queiroz	700	America latina	No preço
Livro de Consolação	500	Manoel Arão	
Luiz de Camões	400	Transfiguração	No preço
Mata-a ou ella te matará	200	João Grave	
Mosaico e sylvia de curiosidades	500	Os Famintos (episodios da vida popular).	500
Noites de Insomnia, 12 vol.	2\$400	A Eterna Mentira	600
O Assassino de Macario	500	O Último Fauno	500
O Carrasco de Victor Hugo	500	Gustavo Flaubert	
Os Amores do Diabo	500	Salammbó	700
Os Criticos do Cancloneiro Alegre	200	Madame Bovary	800
Othello, o Mouro de Veneza	300	A tentação de Santo Antão	400
		Educação Sentimental	800